



ANEXO I - Declaração de Atuação da Entidade**Entidade Candidata à vaga de representante da sociedade civil no COMAM**

Nome da entidade	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, DEPARTAMENTO REGIONAL DE MINAS GERAIS (SESI / DRMG)		
Segmento	REPRESENTANTE DE ENTIDADE PATRONAL DA INDÚSTRIA		
Endereço	Av. do Contorno, 4456 – Belo Horizonte/MG	E-mail	cleal@fiemg.com.br ; superintendenciasesi@fiemg.com.br
CNPJ	03.773.834/0001-28	Data de Fundação	1946
Membro da Diretoria			
Flávio Roscoe Nogueira – Presidente do Conselho Regional. Christiano Paulo de Mattos Leal –Superintendente do Departamento Regional.			
Descrição das Atividades Realizadas			
2025	<p>O Sesi MG atua na oferta da Educação Básica para dependentes de industriários e comunidade em geral.</p> <p>Níveis de ensino/modalidade ofertados: Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.</p> <p>Ampliação da oferta da Educação Básica na Rede Sesi de Educação de Minas Gerais, nas cidades:</p> <p>Escola Sesi Professor Djalma Guimarães – Araxá/MG</p> <p>Escola Sesi BH Coração Eucarístico – Belo Horizonte/MG</p> <p>Escola Sesi João Monlevade – João Monlevade/MG</p> <p>Escola Sesi Granbery – Juiz de Fora/MG</p> <p>Escola Sesi Paracatu – Paracatu/MG</p> <p>Escola Sesi Patos de Minas – Patos de Minas/MG</p> <p>Escola Sesi Poços de Caldas – Poços de Caldas/MG</p> <p>Ampliação da oferta da Robótica Educacional aos Municípios Mineiros. Estudantes impactados: 10.143.</p> <p>Total de alunos atendidos na Rede Sesi de Educação de Minas Gerais: 24.360</p>		
2024	<p>O Sesi MG atua na oferta da Educação Básica para dependentes de industriários e comunidade em geral.</p> <p>Níveis de ensino/modalidade ofertados: Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.</p>		

	<p>Ampliação da oferta da Robótica Educacional aos Municípios Mineiros. Estudantes impactados: 6.308.</p> <p>Parceria com Rede Municipal de Oliveira para oferta da consultoria pedagógica SESI, visando potencializar a Educação do Município.</p> <p>Ampliação da oferta da Educação Básica na Rede SESI de Educação de Minas Gerais, nas cidades:</p> <p>SESI Montes Claros</p> <p>SESI Extrema</p> <p>SESI São João Batista (Belo Horizonte/MG)</p> <p>SESI Cataguases</p> <p>Total de alunos atendidos na Rede SESI de Educação de Minas Gerais: 22.319</p>
2023	<p>O SESI MG atua na oferta da Educação Básica para dependentes de industriários e comunidade em geral.</p> <p>Níveis de ensino/modalidade ofertados: Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.</p> <p>Parceria com os Municípios para oferta da Robótica Educacional aos alunos da Educação Básica das Escolas da Rede Municipal. Estudantes impactados: 2528</p> <p>Total de alunos atendidos na Rede SESI de Educação de Minas Gerais: 22.519</p>
Anos anteriores	<p>O SESI MG atua na oferta da Educação Básica para dependentes de industriários e comunidade em geral.</p> <p>Níveis de ensino/modalidade ofertados: Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.</p> <p>2022 - Implantação do novo Ensino Médio com estrutura curricular inovadora.</p> <p>Implementação da língua inglesa nas escolas da Rede SESI, com o programa bilíngue.</p> <p>Revitalização da tecnologia educacional nas Escolas SESI, com implantação do programa SESITEC.</p> <p>Total de alunos atendidos na Rede SESI de Educação de Minas Gerais: 20.163</p>
Assinatura (Representante Lega da Entidade)	
CHRISTIANO PAULO DE MATTOS LEAL: 	

ANEXO I - Declaração de Atuação da Entidade**Entidade Candidata à vaga de representante da sociedade civil no COMAM**

Nome da entidade	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, DEPARTAMENTO REGIONAL DE MINAS GERAIS (SESI / DRMG)		
Segmento	REPRESENTANTE DE ENTIDADE PATRONAL DA INDÚSTRIA		
Endereço	Av. do Contorno, 4456 – Belo Horizonte/MG	E-mail	cleal@fiemg.com.br ; superintendenciasesi@fiemg.com.br
CNPJ	03.773.834/0001-28	Data de Fundação	1946
Membro da Diretoria			
Flávio Roscoe Nogueira – Presidente do Conselho Regional. Christiano Paulo de Mattos Leal –Superintendente do Departamento Regional.			
Descrição das Atividades Realizadas			
2025	<p>O Sesi MG atua na oferta da Educação Básica para dependentes de industriários e comunidade em geral.</p> <p>Níveis de ensino/modalidade ofertados: Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.</p> <p>Ampliação da oferta da Educação Básica na Rede Sesi de Educação de Minas Gerais, nas cidades:</p> <p>Escola Sesi Professor Djalma Guimarães – Araxá/MG</p> <p>Escola Sesi BH Coração Eucarístico – Belo Horizonte/MG</p> <p>Escola Sesi João Monlevade – João Monlevade/MG</p> <p>Escola Sesi Granbery – Juiz de Fora/MG</p> <p>Escola Sesi Paracatu – Paracatu/MG</p> <p>Escola Sesi Patos de Minas – Patos de Minas/MG</p> <p>Escola Sesi Poços de Caldas – Poços de Caldas/MG</p> <p>Ampliação da oferta da Robótica Educacional aos Municípios Mineiros. Estudantes impactados: 10.143.</p> <p>Total de alunos atendidos na Rede Sesi de Educação de Minas Gerais: 24.360</p>		
2024	<p>O Sesi MG atua na oferta da Educação Básica para dependentes de industriários e comunidade em geral.</p> <p>Níveis de ensino/modalidade ofertados: Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.</p>		

	<p>Ampliação da oferta da Robótica Educacional aos Municípios Mineiros. Estudantes impactados: 6.308.</p> <p>Parceria com Rede Municipal de Oliveira para oferta da consultoria pedagógica Sesi, visando potencializar a Educação do Município.</p> <p>Ampliação da oferta da Educação Básica na Rede Sesi de Educação de Minas Gerais, nas cidades:</p> <p>Sesi Montes Claros</p> <p>Sesi Extrema</p> <p>Sesi São João Batista (Belo Horizonte/MG)</p> <p>Sesi Cataguases</p> <p>Total de alunos atendidos na Rede Sesi de Educação de Minas Gerais: 22.319</p>
2023	<p>O Sesi MG atua na oferta da Educação Básica para dependentes de industriários e comunidade em geral.</p> <p>Níveis de ensino/modalidade ofertados: Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.</p> <p>Parceria com os Municípios para oferta da Robótica Educacional aos alunos da Educação Básica das Escolas da Rede Municipal. Estudantes impactados: 2528</p> <p>Total de alunos atendidos na Rede Sesi de Educação de Minas Gerais: 22.519</p>
Anos anteriores	<p>O Sesi MG atua na oferta da Educação Básica para dependentes de industriários e comunidade em geral.</p> <p>Níveis de ensino/modalidade ofertados: Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.</p> <p>2022 - Implantação do novo Ensino Médio com estrutura curricular inovadora.</p> <p>Implementação da língua inglesa nas escolas da Rede Sesi, com o programa bilíngue.</p> <p>Revitalização da tecnologia educacional nas Escolas Sesi, com implantação do programa SESITEC.</p> <p>Total de alunos atendidos na Rede Sesi de Educação de Minas Gerais: 20.163</p>
Assinatura (Representante Legal da Entidade)	
<div> <div>CHRISTIANO PAULO DE MATTOS LEAL</div> <div></div> </div>	

ANEXO II - Carta de Credenciamento

DADOS DA ENTIDADE CANDIDATA:

- ☐ 1 (um) representante de organizações da sociedade civil com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área ambiental;
- ☐ 1 (um) representante de organizações da sociedade civil com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área de proteção e bem-estar animal;
- ☐ 1 (um) representante de associações de moradores com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área ambiental;
- ☒ 1 (um) representante de entidade patronal da indústria com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área de desenvolvimento econômico;
- ☐ 1 (um) representante de entidade patronal do comércio com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área de desenvolvimento econômico;
- ☐ 1 (um) representante de entidade representativa de categorias de profissionais liberais com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área ambiental;
- ☐ 1 (um) representante de universidade ou de unidade de ensino superior, pública ou particular.

Nome da entidade: Superintendência Regional do Serviço Social da Indústria

CNPJ: 03.773.834/0001-28

Sede: Av. do Contorno, 4456 – 11º andar - Funcionários – Belo Horizonte/ MG - CEP: 30110-028

Representante legal: Christiano Paulo de Mattos Leal

Contato (telefone e e-mail) meioambiente@fiemg.com.br / 31 3263-4501

DADOS DO REPRESENTANTE INDICADO PARA CANDIDATURA AO COMAM:

Nome: Pedro Ivo de Souza Campos

Profissão: Arquiteto Urbanista

Qualificação: Pós-graduação

Vínculo com a entidade: CLT

Registro Civil: [REDACTED]

CPF: [REDACTED]

Estado Civil: Solteiro

Naturalidade: Belo Horizonte

Endereço: [REDACTED]

Contato (telefone e e-mail) [REDACTED] pecampos@fiemg.com.br

Pelo presente, requeremos habilitação da entidade e designamos o representante* acima qualificado para concorrer à vaga de membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente, nos termos do Edital de Convocação SMMA nº 002/2025.

Belo Horizonte, 03 / 11 / 2025

[REDACTED]
Assinatura do representante legal da entidade

[REDACTED]
Assinatura do Candidato

ANEXO II - Carta de Credenciamento

DADOS DA ENTIDADE CANDIDATA:

- ☐ 1 (um) representante de organizações da sociedade civil com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área ambiental;
- ☐ 1 (um) representante de organizações da sociedade civil com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área de proteção e bem-estar animal;
- ☐ 1 (um) representante de associações de moradores com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área ambiental;
- ☒ 1 (um) representante de entidade patronal da indústria com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área de desenvolvimento econômico;
- ☐ 1 (um) representante de entidade patronal do comércio com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área de desenvolvimento econômico;
- ☐ 1 (um) representante de entidade representativa de categorias de profissionais liberais com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área ambiental;
- ☐ 1 (um) representante de universidade ou de unidade de ensino superior, pública ou particular.

Nome da entidade: Superintendência Regional do Serviço Social da Indústria

CNPJ: 03.773.834/0001-28

Sede: Av. do Contorno, 4456 – 11º andar - Funcionários – Belo Horizonte/ MG - CEP: 30110-028

Representante legal: Christiano Paulo de Mattos Leal

Contato (telefone e e-mail) meioambiente@fiemg.com.br / 31 3263-4501

DADOS DO REPRESENTANTE INDICADO PARA CANDIDATURA AO COMAM:

Nome: Pedro Ivo de Souza Campos

Profissão: Arquiteto Urbanista

Qualificação: Pós-graduação

Vínculo com a entidade: CLT

Registro Civil: [REDACTED]

CPF: [REDACTED]

Estado Civil: Solteiro

Naturalidade: Belo Horizonte

Endereço: [REDACTED]

Contato (telefone e e-mail) [REDACTED] pecampos@fiemg.com.br

Pelo presente, requeremos habilitação da entidade e designamos o representante* acima qualificado para concorrer à vaga de membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente, nos termos do Edital de Convocação SMMA nº 002/2025.

Belo Horizonte, 03 / 11 / 2025

[REDACTED]
Assinatura do representante legal da entidade

[REDACTED]
Assinatura do Candidato

ANEXO III

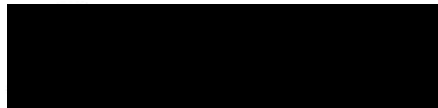
Declaração de inexistência de vínculo funcional do representante da entidade com o poder público municipal, estadual ou federal

Em conformidade com o disposto no Edital do COMAM, sob pena de anulação da inscrição da entidade que represento, DECLARO, para os devidos fins:

Não possuir vínculo de qualquer natureza com o Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, seja como servidor, empregado, contratado, terceirizado ou por intermédio de empresa prestadora de serviços ou de natureza similar.

Sou sabedor que a inveracidade das declarações neste ato proferidas acarretará consequências administrativas e judiciais cabíveis no âmbito do Edital do COMAM Biênio 2025-2027 e tornarão nula de pleno direito a inscrição da entidade a que represento.

Belo Horizonte, _03__/_11__/_2025_

A large black rectangular box used to redact the signature of the candidate.

Assinatura do Candidato

ANEXO III

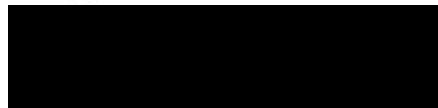
Declaração de inexistência de vínculo funcional do representante da entidade com o poder público municipal, estadual ou federal

Em conformidade com o disposto no Edital do COMAM, sob pena de anulação da inscrição da entidade que represento, DECLARO, para os devidos fins:

Não possuir vínculo de qualquer natureza com o Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, seja como servidor, empregado, contratado, terceirizado ou por intermédio de empresa prestadora de serviços ou de natureza similar.

Sou sabedor que a inveracidade das declarações neste ato proferidas acarretará consequências administrativas e judiciais cabíveis no âmbito do Edital do COMAM Biênio 2025-2027 e tornarão nula de pleno direito a inscrição da entidade a que represento.

Belo Horizonte, _03__/_11__/_2025_

A black rectangular box used to redact the signature of the candidate.

Assinatura do Candidato

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
PEDRO IVO DE SOUZA CAMPOS

1ª HABILITAÇÃO

3 DATA LOCAL E UF DE NASCIMENTO
BELO HORIZONTE, MG

4a DATA EMISSÃO 4b VALIDADE ACC D

4c DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR / UF

4d CPF 5 Nº REGISTRO 9 CAT HAB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
URBANO DE SOUZA CAMPOS

MARIA ETELVINA ANDRADE CAMARA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2531598841

9 10 11 12 9 10 11 12

ACC				D			
A				D1			
A1				BE			
B				CE			
B1				C1E			
C				DE			
C1				D1E			

12 OBSERVAÇÕES
A

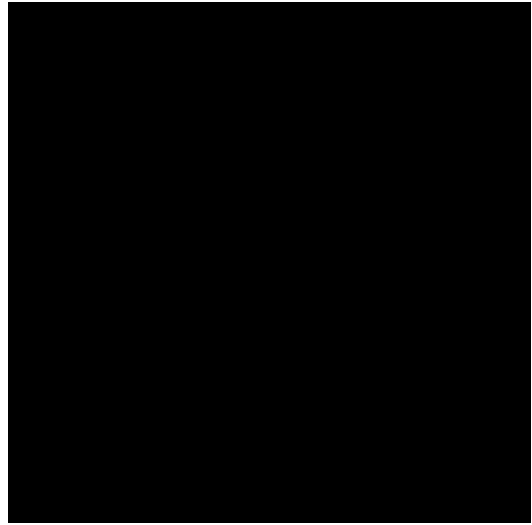
ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

2531598841

MINAS GERAIS

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiation / Filiación - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar



Proposta Pedagógica

2025

Educação Infantil
Ensino Fundamental
Ensino Médio

SESI

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Serviço Social da Indústria – DR/MG

Rede Sesi de Educação de Minas Gerais

PROPOSTA PEDAGÓGICA

2025

Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio

Belo Horizonte

2025

©2025. SESI – Departamento Regional de Minas Gerais

Esta publicação ou parte dela não pode ser reproduzida por qualquer meio sem autorização.

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG

Presidente do Sistema FIEMG

Flávio Roscoe Nogueira

Superintendente Regional do SESI DR/MG

Christiano Paulo de Mattos Leal

Gerente de Educação Básica

Flávia Márcia Dias Bento

Elaboração Técnica, Revisão, Diagramação e Design Gráfico

Gerência de Educação Básica

F293p

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. Serviço Social da Indústria. Departamento Regional de Minas Gerais. Gerência de Educação Básica.

Proposta pedagógica 2025: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Belo Horizonte: SESI: Departamento Nacional de Minas Gerais, 2025.

133 p.

1. Educação – Proposta pedagógica. I. Serviço Social da Indústria DR/MG. II. Título.

CDU: 37.091.5

Elaborada por Gilmara F. P. Silva | CRB6-3253

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

Serviço Social da Indústria – Departamento Regional de MG

Av. Contorno, 4456 – Bairro Funcionários – Belo Horizonte MG

www.fiemg.com.br/sesi/educacao

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1. IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	5
2. O HISTÓRICO DA REDE SESI.....	5
3. ESTRUTURA DA INSTITUIÇÃO	12
4. MISSÃO	13
5. OBJETIVO GERAL DA REDE SESI	13
6. PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA, COMPARTILHADA E PARTICIPATIVA DA REDE SESI MG	14
7. O CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO – UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)	15
7.1. EDUCAÇÃO INTEGRAL	16
8. PERFIL DO SUJEITO QUE QUEREMOS FORMAR	16
9. A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DA REDE SESI	17
10. A CONCEPÇÃO DE APRENDIZAGEM DA REDE SESI	18
11. A CONCEPÇÃO DE ENSINO DA REDE SESI	19
12. A CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO	20
12.1. A PERSONALIZAÇÃO DO ENSINO NO PLANEJAMENTO	22
13. A CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA REDE SESI	23
13.1. INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE	24
14. AS BASES NORTEADORAS DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA REDE SESI MG	25
14.1. EDUCAÇÃO INFANTIL: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS	25
14.2. ENSINO FUNDAMENTAL: SISTEMATIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO	34
15. A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO AVALIATIVO NA REDE SESI	54
15.1. INSTRUMENTOS AVALIATIVOS	57
15.2. ATIVIDADES AVALIATIVAS EXTERNAS	59
15.3. ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DOS RESULTADOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	60
15.4. ASPECTOS LEGAIS DO PROCESSO AVALIATIVO	62
16. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	71
17. ACOMPANHAMENTO DE ACESSO, PERMANÊNCIA E SUPERAÇÃO DA RETENÇÃO ESCOLAR	72
18. SESI EXPERIENCE.....	73
18.1. CONCEPÇÃO	73
18.2. ESPAÇOS E AMBIENTES DE APRENDIZAGEM	74
19. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS	76
19.1. PROGRAMAS EDUCACIONAIS	76
19.2. PROJETOS EDUCACIONAIS	87
19.3. AÇÕES INSTITUCIONAIS	91
20. A ARTICULAÇÃO DA REDE SESI COM AS FAMÍLIAS E A COMUNIDADE	94
21. PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES ESCOLARES, NO QUE SE REFERE AO CALENDÁRIO ESCOLAR	96
22. A FORMAÇÃO CONTINUADA E EM SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	97
23. REFERÊNCIAS	100

APRESENTAÇÃO

A proposta pedagógica da Rede SESI é o documento que define como os processos pedagógicos serão organizados nas escolas e o que se pretende alcançar, apresentando o panorama atual e vislumbrando as metas da instituição. É a identidade institucional que, além de formalizar o compromisso dos profissionais, alunos e famílias com o propósito da instituição, mapeia as concepções de aprendizagem, as metas de aprendizagem dos alunos, as metodologias de ensino, a estrutura curricular e as atividades cotidianas das escolas. Pelo seu caráter coletivo e integrador, deve ser construída e reconstruída coletivamente.

A atualização deste documento visa mantê-lo alinhado às finalidades educativas nele explicitadas, incorporando novas vozes, novo fazer pedagógico, dando a ele novas conotações, em atendimento às mais recentes demandas da sociedade em que a Rede SESI de Educação de Minas Gerais está inserida.

Esta proposta pedagógica foi (re)elaborada, tendo como referências a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documentos norteadores e pensadores da educação, a partir da reflexão coletiva da Equipe da Gerência de Educação Básica (GEB), com a intenção de favorecer a organização das escolas da Rede SESI de Educação de Minas Gerais. Espera-se que o estudo aprofundado deste documento nas unidades de ensino se reverbere em novas transformações e que este seja um movimento constante de atualização de seu conteúdo. Embora este seja um documento elaborado pela equipe da Gerência de Educação Básica (GEB), é fundamental que as escolas o conheçam e o utilizem como referência para a organização de seus próprios documentos. Além disso, conhecer o documento e refletir sobre ele contribui para que os processos educativos da rede estejam em constante atualização. São objetivos deste referencial:

- repensar o papel e a função da educação escolar, suas finalidades e valores, considerando as características, as necessidades e as motivações dos alunos e da comunidade;
- considerar a dimensão do presente, procurando conhecer os alunos, saber como vivem, o que pensam, sentem e fazem, e ajudá-los a desenvolver a autoconfiança e a confiança mútua, ampliando as possibilidades de um bom desempenho escolar;
- caracterizar a proposta pedagógica como a dimensão de projeto educativo futuro, fazendo antecipações sobre a inserção dos alunos no mundo das relações sociais, das culturas e do trabalho, não se deixando contaminar por posturas conformistas, fechadas a transformações e, portanto, indiferentes a mudanças;
- sistematizar o planejamento, estabelecendo metas exequíveis, para que a proposta tenha continuidade, utilizando os recursos disponíveis, definindo o acompanhamento e a avaliação contínua e valorizando mais o processo do que o documento;
- estudar e implementar a proposta pedagógica, submetendo-a à análise, discussão e reelaboração contínuas, em um clima institucional favorável e com condições objetivas de realização;
- adotar a proposta pedagógica como base de diálogo para a equipe escolar, ao favorecer a reflexão sobre a realidade com a qual seus integrantes trabalham e promover a contínua revitalização do projeto educativo, possibilitando acompanhar as ações desenvolvidas pelos professores, dando coerência às atividades e contribuindo para a formação profissional continuada.

Assim, este referencial visa fortalecer a prática pedagógica nas escolas, orientando e proporcionando diretrizes para a construção de um ambiente educacional cada vez mais atualizado e alinhado às necessidades

de todos os envolvidos. A seguir, são apresentadas as informações relativas à identificação da mantenedora, que complementam o contexto organizacional da rede.

1. IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

Serviço Social da Indústria de Minas Gerais (SESI DR-MG)

Rede Sesi de Educação de Minas Gerais – Gerência de Educação Básica. Endereço: Av. do Contorno n.º 4456, 11º andar, Funcionários, Belo Horizonte (MG). CEP: 30.110-028. Telefone: (31) 3263-4327.

2. O HISTÓRICO DA REDE SESI

O Serviço Social da Indústria (SESI) foi criado em 1946 com o objetivo de oferecer assistência ao trabalhador e à sua família. Trata-se de uma entidade de direito privado, focada na valorização do ser humano, por meio da promoção de ações nas áreas de educação, cultura, saúde, esporte e lazer, com prioridade para o trabalhador da indústria e seus dependentes.

A atuação do Sesi estende-se por todo o Brasil sob a coordenação da Confederação Nacional da Indústria (CNI). As diretrizes que fundamentam as ações da instituição, nos departamentos regionais existentes em todos os estados e no Distrito Federal, são estabelecidas por seu departamento nacional. Cada departamento regional é constituído por uma federação da indústria, encarregada de executar essas ações em seu respectivo estado.

Em 1949, instalaram-se os primeiros Centros Sociais de Minas Gerais que, posteriormente, ampliaram suas ações, investindo também na área educacional.

A oferta da Educação de Jovens e Adultos – EJA – na Rede Sesi de Educação de Minas Gerais iniciou-se em 1950, com a implantação do ensino supletivo, cujo objetivo era alfabetizar, e possibilitar ao operário uma melhoria em sua condição de trabalho e de vida.

Acompanhando as necessidades da clientela, a ação expandiu-se para as quatro primeiras séries e, posteriormente, para as quatro últimas séries do 1º grau (hoje, Ensino Fundamental) na modalidade de EJA, à época, intitulada Suplência. Sua estrutura compreendia cursos preparatórios para exames coordenados e ofertados pelo Departamento de Ensino Supletivo – DESU –, pertencente à Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais – SEE/MG.

Com a evolução das atividades do Sesi, as modalidades de educação foram ampliadas, e a instituição passou a ofertar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

A Educação Infantil teve início no ano de 1961, com apenas duas turmas sediadas no Centro de Atividades do Trabalhador “Santa Marta”, hoje denominado Conjunto Assistencial “Marisa Araújo”.

O Ensino Fundamental teve sua origem nos antigos Ginásios Orientados para o Trabalho – GOTs –, cujo principal objetivo era orientar e iniciar a preparação do jovem para o mundo do trabalho.

O primeiro desses ginásios foi criado no Centro Social “Benjamin Guimarães”, que já oferecia aos usuários serviços médicos e odontológicos, recreação e curso de admissão ao ginásio.

No final do ano de 1968, a associação Comunitária Américo Renê Giannetti, do Bairro São Paulo, solicitou a criação de uma escola nessa região, dando origem ao GOT “Newton Antônio da Silva Pereira”.

Em 1969, foram iniciadas atividades no Bairro Vale do Jatobá, com nome de Unidade Educacional do Vale do Jatobá. Um ano depois, foi lançada a pedra fundamental para a construção de uma escola, que passou a ser denominada GOT “Hamleto Magnavacca”, oferecendo também o curso de admissão ao ginásio.

Na década de 1970, houve um crescimento quantitativo e uma intenção de associar a assistência ao trabalho pedagógico. Com a Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/71, os GOTs foram reordenados e passaram a funcionar com a estruturação proposta por essa nova legislação, dando origem às Escolas Sesi de 1º grau, atualmente denominadas Ensino Fundamental.

No início da década de 1980, o Sesi comprou da UNICAMP o PROEPRE (Programa de Educação Pré-escolar), com um investimento significativo na capacitação dos professores e equipe técnica envolvida. O PROEPRE representou um marco de mudanças na educação do Sesi DR-MG, considerando a revolução conceitual que ocorria na educação, ao deslocar o foco de como ensinar para como aprender.

Essa nova proposta, amparada pela Resolução nº 306/83, pela Resolução nº 189/74 e pelo artigo 3º da LDB nº 5.692/71, assegurava ao candidato, após a conclusão do curso, a inserção imediata no mercado de trabalho ou a continuidade dos estudos em cursos superiores.

A partir de 1980, a EJA passou a ser dinamizada sob duas formas alternativas, ambas com avaliação fora do processo, sob a responsabilidade da SEE/MG:

- preparatória para os exames supletivos gerais da SEE/MG;
- preparatória para avaliação especial de 5ª a 8ª séries, realizada pelo DESU, iniciada em 1997, como Telecurso SESIMINAS, em parceria com a Fundação Roberto Marinho.

Em 1984, o Sesi DR-MG foi o primeiro departamento regional a iniciar o trabalho de alfabetização fundamentado na teoria de Emília Ferreiro, cientista seguidora de Jean Piaget, que investigou como a criança constrói o conhecimento da leitura e da escrita. Com isso, o Sesi DR-MG passou a ser referência técnica em Educação Infantil, atraindo profissionais de outros departamentos regionais e de instituições de ensino de todo o país em busca de tecnologia.

No ano de 1990, autorizado pela Portaria da SEE nº 1.397/90, a EJA passa a ofertar o curso do 1º ao 4º ano, com avaliação no processo.

Na década de 1990, para atender à expressiva demanda de jovens por educação profissionalizante de nível médio e às necessidades urgentes do mercado de trabalho quanto à formação de técnicos com grau de escolarização mais elevado, a instituição implementou uma estratégia de formação baseada em uma nova organização curricular: a intercomplementaridade de cursos, que englobava tanto a formação geral quanto a

profissionalizante. Dessa forma, a instituição passou a oferecer o Ensino Médio associado a um curso técnico em várias de suas escolas.

Em 1991, foi autorizada pela Portaria nº 217/91 da SEE/MG, a expansão do ensino de 1º grau, passando a abranger o segmento de 5ª a 8ª séries, e a implantação do 2º grau (Ensino Médio), e também da EJA com avaliação no processo, como experiência pedagógica.

A partir de 1994, observou-se um crescimento na demanda pelo Ensino Fundamental, o que gerou também uma procura pelo Ensino Médio, desvinculado da formação técnica, sendo implementado a partir de 2000.

Em 1995, com a denominação de Curso Regular de Suplência de 1º e 2º graus, o Sesi obteve a autorização definitiva pela Portaria SEE/MG nº 80/95, para as escolas que já atuavam com essa modalidade.

A Resolução nº 401/95 do CEE/MG autorizou a implantação de classes descentralizadas de EJA, Ensino Fundamental e Ensino Médio em empresas, órgãos e entidades conveniadas. Essa conquista possibilitou atender, de forma mais sistematizada, às demandas do setor industrial, ampliando, a cada ano, o número de turmas do curso regular de suplência, ministradas tanto no ambiente físico das empresas quanto nas escolas do Sesi.

Em 1996, as entidades mantenedoras Sesi e SENAI DR-MG (Serviço Social da Indústria e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional de Minas Gerais), em parceria com a Fundação Roberto Marinho, submeteram à apreciação do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais – CEE/MG –, o Projeto de Experiência Pedagógica na modalidade “Educação a Distância – Telecurso 2000”, implantando telessalas nas unidades operacionais do Sesi/SENAI, em empresas e comunidades, partindo dos princípios de uma educação inovadora, permanente e aberta.

A estratégia pedagógica tinha como diretriz o protagonismo do indivíduo, no sentido de conduzir sua própria aprendizagem, independentemente do tempo e do espaço, norteando-se pela utilização de espaços diversos, de materiais e instrumentos educativos disponíveis em diferentes estruturas de atendimento.

A partir de 2001, com base no Parecer CEE/MG nº 1222/00, a Rede Sesi de Educação de Minas Gerais iniciou atendimentos com a proposta de modularização do Telecurso 2000, com avaliação no processo, aprovado por meio da Portaria SEE/MG nº 327/01. A proposta estava direcionada à formação para o mundo do trabalho, por meio da utilização de metodologia semipresencial, proporcionando aos alunos a oportunidade de adquirir conhecimentos correspondentes aos Anos Finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio.

Para ampliar as possibilidades de escolha dos estudantes, considerou-se a prerrogativa de que a elevação da escolaridade está diretamente atrelada ao processo de formação profissional, ampliando, assim, suas possibilidades de aprendizado.

O Sesi, então, responsabilizava-se pela base nacional comum do currículo, e o SENAI, pela parte profissionalizante. A experiência foi realizada, inicialmente, em algumas das unidades de serviços Sesi/SENAI da região metropolitana de Belo Horizonte.

A partir de 2002, essa estratégia foi reformulada com a implantação do Programa EBEP – Educação Básica/Educação Profissional, ofertado por meio da articulação entre as escolas do Sesi, responsáveis pela execução do Ensino Médio, e do SENAI, responsáveis pela execução da educação profissional, oferecendo aos jovens uma formação integral, alicerçada nas dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, ampliando as possibilidades de inserção do cidadão na vida produtiva e em diferentes contextos sociais.

Em 2008, a implantação do Programa EJA EBEP – Educação Básica articulada com Educação Profissional –, que ofereceu a educação básica por meio da EJA, sob a responsabilidade do SESI, e a educação profissional, por meio de cursos de qualificação, sob a responsabilidade do SENAI.

Em 2015, o Conselho Estadual de Educação (CEE/MG) se manifestou por meio do Parecer nº 763/2015, e a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), por meio da Portaria nº 1415/2015, abordou o reconhecimento da EJA Presencial (Ensino Fundamental – Anos Iniciais) e a renovação do reconhecimento da EJA (Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio), ofertados por meio do Telecurso 2000 – Exames –, Telecurso 2000 – Avaliação no Processo – e EJA – Educação a distância – nas escolas da Rede SESI de Educação de Minas Gerais.

Ainda no ano de 2015, a instituição implementou a educação a distância como mais uma estratégia de ensino da EJA, considerando os termos do Parecer CEE/MG nº 803/2015, incorporando ao processo de ensino e aprendizagem recursos e ferramentas compatíveis com as características, habilidades e os anseios do indivíduo do mundo contemporâneo, como mídias, plataformas interativas digitais e outras tecnologias voltadas para processo pedagógico.

No ano de 2016, a instituição introduziu uma nova experiência pedagógica, o Projeto Inovador de Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental e Ensino Médio – NOVA EJA), concebido pelo Departamento Nacional do SESI, amparado, em âmbito nacional, pelo Parecer CNE/CEB nº 01/2016, e, em âmbito estadual, pela Resolução CEE nº 461/2016 e pelo Parecer CEE nº 162/2016, que preveem, entre outras formas de atendimento, a articulação de modelo de EJA com a educação profissional do SENAI, nas etapas de Ensino Fundamental – Anos Finais – e Ensino Médio, associados ao processo de reconhecimento de saberes. Esse projeto abrange a avaliação de conhecimentos e competências desenvolvidas em estudos anteriores, bem como na vida cotidiana e no próprio ambiente de trabalho, para fins de continuidade de estudos e certificação, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Nos últimos anos, o perfil do público da EJA vem se modificando e se tornando mais consciente e exigente. O aluno, que antes buscava resultados mais rápidos, em muitos casos, impulsionado pelas necessidades de comprovação de escolaridade frente às oportunidades de trabalho, hoje procura o SESI, almejando uma gama maior de conhecimentos. Essa percepção levou a instituição a descontinuar a oferta de exames de massa do Telecurso 2000 em 2018, concentrando suas ações nas estratégias de educação a distância, que estabelecem uma relação mais alinhada com as expectativas atuais.

No ano de 2019, o SESI – Departamento Nacional – encaminhou à análise do Conselho Nacional de Educação proposta de experiência pedagógica para atendimento das demandas da EJA. O referido Conselho se pronunciou por meio da Resolução CNE/CEB nº 01, de 14 de fevereiro de 2019, concordando com o proposto e oferecendo, assim, a fundamentação necessária para o atendimento ao disposto no Programa Nacional da EJA, ofertado pelas escolas SESI, no âmbito do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Isso considerou a experiência vivenciada e respaldada pelas legislações mencionadas em 2016, bem como as ações efetivadas pelas escolas SESI em diversos departamentos regionais, incluindo o de Minas Gerais.

No ano de 2021, a equipe de especialistas da Gerência de Educação do SESI, responsável pela estruturação e atualização das diretrizes pedagógicas, iniciou os estudos sobre os direcionamentos da Lei nº 13.415/2017, que alterou a LDBEN, e do Currículo Referência de Minas Gerais, no que se refere à implementação do novo Ensino Médio, prevista para o ano de 2022.

A proposta do novo Ensino Médio se consolida em aprendizagens essenciais e fundamentais que se articulam por meio de arranjos curriculares que propiciam a flexibilidade de Itinerários Formativos para o jovem estudante. A estrutura está organizada em uma Formação Geral Básica (FGB), que propicia ao estudante o desenvolvimento de conhecimentos balizadores ao seu percurso de formação, em Itinerários Formativos, que são aprofundamentos nas áreas de conhecimentos ou em formação técnica, organizados em Unidades Curriculares, além de garantir o necessário espaço para o desenvolvimento do Projeto de Vida do aluno e de conteúdos complementares ofertados em Eletivas, permitindo que o jovem aluno assuma o protagonismo de sua trajetória escolar e de seu futuro pessoal e profissional, uma vez que estará melhor preparado para lidar com os desafios e as oportunidades oriundas do mundo do trabalho.

Atualmente, a Rede Sesi de Educação está presente em todas as regiões do estado, oferecendo aos industriários, seus dependentes e à comunidade uma educação de qualidade, desenvolvida a partir das três dimensões humanas: conceitual (aprender a transformar informação em conhecimento), atitudinal (aprender a ser e a conviver) e procedimental (aprender a fazer), promovendo seu desenvolvimento, qualificando sua já intensa relação com a tecnologia, estimulando suas potencialidades intelectuais e físicas, incentivando seu o espírito crítico e o aprimoramento de valores humanos e éticos, sempre com o compromisso, a qualidade e a seriedade das ações educacionais, ofertadas pelas seguintes escolas da Rede Sesi de Educação de Minas Gerais:

1. Araguari – Escola Sesi José Alencar Gomes da Silva

Rua Manoel Assis Pereira, 140, B. Goiás – CEP: 38442-174

2. Araxá – Escola Sesi professor Djalma Guimarães

Rua Abrão José Bittar, nº 405, B. Jardim Residencial Bela Vista – CEP: 38181-423

3. Barbacena – Escola Sesi Oscar Magalhães Ferreira

Av. Pereira Teixeira, nº 405, B. Centro – CEP: 36200-034

4. Barbacena – Escola Sesi Oscar Magalhães Ferreira – Unidade II

Praça Dom Bosco, nº 88-A, B. Carmo – CEP: 36200-008

5. Belo Horizonte – Escola Sesi Coração Eucarístico

Rua Itutinga, nº 340 B. Minas Brasil – CEP: 30535-640

6. Belo Horizonte – Escola Sesi Emília Massanti

Rua Albert Scharlé, nº 5, B. Madre Gertrudes – CEP: 30518-300

7. Belo Horizonte – Escola Sesi General Onésimo Becker de Araújo

Rua Cipriano de Carvalho, nº 255, B. Barreiro de Baixo – CEP: 30640-130

8. Belo Horizonte – Escola Sesi Hamleto Magnavacca

Av. Sen. Levindo Coelho, nº 2.680, B. Vale do Jatobá – CEP: 30664-030

9. Belo Horizonte – Escola Sesi Mariza Araújo

Rua Lindolfo Caetano, nº 10, B. Calafate – CEP: 30411-515

10. Belo Horizonte – Escola SESI Newton Antônio da Silva Pereira

Rua Aiuruoca, nº 539, B. São Paulo – CEP: 31910-130

11. Belo Horizonte – Escola SESI Horto

Rua Santo Agostinho, nº 1.717, B. Horto Florestal – CEP: 31015-480

12. Escola SESI BH – São João Batista

Rua Moacyr Froes, nº 83, B. São João Batista – CEP: 31515-215

13. Betim – Escola SESI Maria Madalena Nogueira

Av. Amazonas, nº 55, B. Centro – CEP: 32600-075

14. Cataguases – Escola SESI Cataguases

Rua Ofélia Resende, nº 101, B. Bandeirantes II – CEP: 36773-082

15. Contagem – Escola SESI Alvimar Carneiro de Rezende

Via Sócrates Mariani Bittencourt, nº 750, B. Cinco – CEP: 32010-010

16. Contagem – Escola SESI Benjamin Guimarães

Rua Hum, nº 303, B. Santa Maria – CEP: 32240-22

17. Contagem – Centro de Educação Infantil SESI Leonor Franco

Rua Rio Paranaguá, nº 129, B. Riacho das Pedras – CEP: 32280-300

18. Belo Horizonte – Escola SESI BH Coração Eucarístico

Rua Itutinga, nº 340 – B. Minas Brasil – CEP: 30535640

19. Divinópolis – Escola SESI Coronel Jovelino Rabelo

Rua Pratápolis, nº 02, B. Bom Pastor – CEP: 35500-167

20. Extrema – Escola SESI de Extrema

Avenida Alcebíades Gilli, nº 11 – B. Centro – CEP: 37640-000

21. Governador Valadares – Escola SESI Abílio Rodrigues Patto

Rua Treze de Maio, nº 1.120, B. São Paulo – CEP: 35030-765

22. Ipatinga – Escola SESI Santa Rita de Cássia

Rua Wenceslau Brás, nº 65, B. Imbaúbas – CEP: 35160-281

23. Ipatinga – Escola SESI Rinaldo Campos

Av. Pedro Linhares Gomes, nº 5431, B. Horto – CEP: 35160-700

24. Itajubá – Escola SESI Vitor Vieira dos Santos

Av. dos Ferroviários, nº 725, B. Boa Vista, Itajubá – CEP: 37505-034

25. Itaúna – Escola Sesi Dario Gonçalves de Souza

Av. São João, nº 4.147, B. Centro – CEP: 35680-065

26. Ituiutaba – Escola Sesi Dolores Peres Gomes da Silva

Rua Canela, nº 358, B. Alvorada – CEP: 38307-090

27. João Monlevade – Escola Sesi João Monlevade

Rua Vereador Alvoni de Castro, nº 0, B. José de Alencar – CEP: 35930-276

28. Juiz de Fora – Escola Sesi Granbery

Rua Sampaio, nº 300, B. Granbery – CEP: 36010-360

29. Montes Claros – Escola Sesi Professora Quita Guimarães

Rua Paris, nº 240, B. Ibituruna – CEP 39401-309

30. Pará de Minas – Escola Sesi Dr. Celso Charuri

Av. Orlando Maurício dos Santos, nº 270, B. Sen. Valadares – CEP 35661-034

31. Patos de Minas – Escola Sesi Patos de Minas

Av. Afonso Queiroz, nº 966, B. Sebastião Amorim, CEP: 38705-167

32. Paracatu – Escola Sesi Paracatu

Rua Afrânio Salustiano Pereira, nº 201, B. Bela Vista, CEP: 38600-000

33. Poços de Caldas – Escola Sesi Poços de Caldas

Av. João Pinheiro, nº 1046, Bairro Jardim do Ginásio, CEP: 37701-386

34. Pedro Leopoldo – Escola Sesi Maria José D’Almeida Mello

Av. Coronel Juventino Dias, nº 856, B. Centro – CEP 33600-000

35. Pouso Alegre – Escola Sesi Orlando Chiarini

Av. Vereador Antônio da Costa Rios, nº 322, B. São Geraldo – CEP 37558-000

36. São Gonçalo do Sapucaí – Escola Sesi José Bento Nogueira Junqueira

Rua José Benedito de Paiva, nº 955, B. Cidade Sul – CEP 37490-000

37. São João del Rei – Escola Sesi Dom Bosco

Praça Sr. Bom Jesus de Matosinhos, nº 01, B. Matosinhos – CEP 36305-142

38. São João Nepomuceno – Escola Sesi Robson Braga de Andrade

Rua Roberto Schincariol, nº 81, Distrito Industrial – CEP 36680-000

39. Santa Luzia – Escola Sesi João Carlos Giovannini

Rua Benedito Freire da Paz, nº 197, B. Boa Esperança – CEP 33035-230

40. Sete Lagoas – Escola Sesi Otoni Alves Costa

Rua Eduardo Alves Ferreira, nº 121, B. Chácara do Paiva – CEP 35700-173

41. Ubá – Escola Sesi José Alencar Gomes da Silva

Av. Jesus Brandão, nº 360, B. San Raphael – CEP 36500-000

42. Uberaba – Escola Sesi Alberto Martins Fontoura Borges

Rua Durval Dias de Abreu, nº 295, B. Jardim Frei Eugênio – CEP 38081-070

43. Uberlândia – Escola Sesi Guiomar de Freitas Costa

Rua Ernesto Vicentini, nº 231, B. Presidente Roosevelt – CEP 38401-062

44. Varginha – Escola Sesi Aloysio Ribeiro de Almeida

Av. Benjamin Constant, nº 389, B. Nossa Senhora de Fátima – CEP 37010-195

45. Varginha – Escola Sesi Aloysio Ribeiro de Almeida – Unidade II

Av. Dr. Mário Frota, nº 195, B. N. Sra. Aparecida – CEP 37044-270

46. Vespasiano – Escola Sesi Antônio Quirino da Costa

Rua São Paulo, nº 1300, B. Célia – CEP 33200-000

3. ESTRUTURA DA INSTITUIÇÃO

As escolas da Rede Sesi de Educação de Minas Gerais têm como entidade mantenedora o Serviço Social da Indústria (Sesi DR-MG), instituição de direito privado, filiada ao Sistema FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais). Oferecem aos trabalhadores da indústria e seus dependentes, prioritariamente, e à comunidade em geral, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Curso preparatório para ENEM e Vestibulares, Educação Profissional (para fins exclusivos de continuidade de estudos de alunos oriundos da Escola Técnica de Formação Gerencial de Cataguases), Educação de Jovens e Adultos, além de cursos extracurriculares.

A Rede Sesi de Educação possui uma Gerência de Educação Básica (GEB) que é o setor responsável pela gestão pedagógica das escolas do Sesi. O objetivo da sua atuação é idealizar, planejar e estruturar o ensino na Rede, visando à unicidade e a melhores resultados a cada ano, além de fortalecer as equipes gestoras das escolas. As ações da GEB incluem assessorias técnicas *in loco* e a distância, buscando o alinhamento e a excelência dos processos de gestão em todos os níveis, com ética nas relações, profissionalismo, transparência e compromisso para o cumprimento das diretrizes estabelecidas.

O Centro de Inteligência Pedagógica (CIP) é composto por uma equipe de docentes especialistas em todos os componentes curriculares e faz parte da GEB. O CIP é responsável pela elaboração dos documentos norteadores do trabalho em sala de aula, como planos de curso, atividades complementares, sugestões de projetos interdisciplinares, avaliações e simulados. A equipe do CIP está disponível para atender aos

professores nas demandas relacionadas a planejamentos, avaliações, trabalhos escolares, análise de resultados e intervenções pedagógicas pontuais, além de contribuir, esclarecer dúvidas, compartilhar boas práticas e experiências, fortalecendo e estimulando avanços no trabalho e no desempenho da Rede Sesi.

4. MISSÃO

Promover uma educação básica e continuada de qualidade, elevando o nível de escolaridade dos dependentes de industriários e alunos da comunidade, em um ambiente que priorize os valores humanos, éticos, morais e sociais, visando ao fortalecimento da indústria mineira.

5. OBJETIVO GERAL DA REDE Sesi

As escolas da Rede Sesi de Educação de Minas Gerais visam proporcionar um referencial comum, explicitando e fortalecendo sua identidade educacional, o desenvolvimento das competências, além da aprendizagem efetiva e significativa dos conteúdos necessários à vida em sociedade.

Atendendo, preferencialmente, aos industriários e seus dependentes e, de forma secundária, à comunidade, a Rede Sesi visa:

- oferecer ao aluno condições para que alcance bom nível de desenvolvimento físico, social, afetivo e intelectual;
- propiciar um ambiente rico em estímulos e desafios, favorecendo, assim, aprimoramento cognitivo do educando e o exercício pleno de cidadania;
- proporcionar ao educando condições que lhe permitam internalizar os valores da cultura nacional e se integrar à realidade do país e do estado, de maneira a adquirir segurança pela consciência do sentido que imprimirá às suas ações, quer como pessoa ou como cidadão participante da comunidade;
- oferecer a educação básica necessária ao desenvolvimento integral do aluno e a sua preparação para continuidade dos estudos;
- desenvolver, em seus alunos, a capacidade de análise, síntese e interpretação de dados, fatos e situações, possibilitando melhor desempenho de suas funções, com eficiência, produtividade, visão empreendedora e capacidade de se manter em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e em constante transformação;
- alcançar a excelência na educação, a partir da resignificação e da construção dos valores, revendo paradigmas e conceitos educacionais, papéis e funções no processo de ensino e aprendizagem, a

fim de que a educação seja uma experiência global e continuada, vivenciada pelo indivíduo como pessoa e membro da sociedade.

6. PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA, COMPARTILHADA E PARTICIPATIVA DA REDE Sesi MG

A organização da Gestão Democrática nas escolas é hoje um dos temas em pauta nas Políticas Públicas Nacionais e tem relação intrínseca com os movimentos de descentralização e consolidação da autonomia das escolas com relação às decisões na área da educação. O desafio vigente é fazer com que os marcos legais já existentes em nível nacional, estadual e municipal e as orientações da Gerência de Educação, por meio do Núcleo Pedagógico, possam se materializar em ações concretas dentro das escolas do Sesi MG.

O objetivo primeiro da escolarização é fazer com que os educandos e educadores adquiram conhecimentos, apropriem-se dos bens culturais existentes, tornem-se éticos, solidários e transformadores da sociedade onde vivem. Tais elementos são essenciais para a democratização da sociedade e para a participação ativa dos seus integrantes nas políticas a serem implementadas. No entanto, essa concepção emancipatória da educação só faz sentido quando acreditamos que é por meio do diálogo e das decisões coletivas que as transformações são possíveis. É nesse contexto que a Gestão Democrática ganha força e se apresenta como um caminho importante das transformações na educação.

A construção desses espaços democráticos e sua eficácia implica necessariamente uma ressignificação das relações de poder existentes, tanto nas escolas quanto nas instâncias de organização da educação de maneira geral. A Rede Sesi de escolas tem como meta principal incentivar a organização de espaços coletivos de reflexão e análise dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, fomentar a participação coletiva nas decisões bem como a implementação das Políticas e orientações da Gerência Educacional, além de fortalecer a organização dos Conselhos Escolares, colegiados e apoiar, de maneira geral, as práticas democráticas e participativas no âmbito educacional.

Nesse contexto, propomos, nesta Proposta Pedagógica, um modelo de Gestão Colaborativa no qual as unidades educacionais se constituam em espaços plurais, onde a diversidade e a valorização das especificidades dos sujeitos sejam observadas nessa construção democrática.

Sabemos que o caminho vem sendo construído aos poucos e que muito ainda se pretender construir. Mas é caminhando que o caminho se faz. Esta proposta vem fortalecer a intenção da Rede Sesi de escolas em fomentar e assegurar que os espaços democráticos das escolas sejam cada vez mais fortalecidos e consolidados com o objetivo de construirmos uma sociedade mais justa e igualitária por meio da educação.

7. O CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO – UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A partir da aprovação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental (BNCC) pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) – e a homologação pelo Ministério da Educação, MEC –, em 20 de dezembro de 2017, e da homologação da BNCC do Ensino Médio em 14 de dezembro de 2018, o país definiu o conjunto de aprendizagens essenciais a serem garantidas às crianças e jovens brasileiros inseridos no processo de escolarização na Educação Básica.

O documento determina os direitos e objetivos de aprendizagem dos estudantes em cada etapa da Educação Básica e, conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), deve orientar os currículos dos sistemas e redes de ensino das unidades federativas, assim como as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. Esses direitos e objetivos de aprendizagem estão orientados por princípios comprometidos com a formação integral do estudante, considerando-o como sujeito de aprendizagem, conforme descreve a BNCC.

O caráter normativo da BNCC torna obrigatória a elaboração ou reelaboração dos currículos das redes de ensino ao estabelecer uma base de direitos e objetivos de aprendizagens comuns para todo o país. Tais direitos e objetivos referem-se à igualdade como o direito igualitário de acesso, permanência e sucesso escolar, e à equidade como o princípio de superação da exclusão e da desigualdade no âmbito escolar, pressupondo compreender as diferenças de necessidades dos estudantes, na busca da qualidade da aprendizagem. Para especificar as aprendizagens mínimas para a formação de um sujeito integral, a BNCC determina algumas “competências e habilidades” a serem atingidos ao longo dos tempos e etapas da Educação Básica. Conforme o Art. 3º da Resolução CNE/CP nº 2/2017, no âmbito da BNCC, competência é definida:

(...) como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Parágrafo Único: Para os efeitos desta Resolução, com fundamento no caput do art. 35-A e no §1º do art. 36 da LDB, a expressão “competências e habilidades” deve ser considerada como equivalente à expressão “direitos e objetivos de aprendizagem” presente na Lei do Plano Nacional de Educação. (Brasil, 2017).

O documento ainda expressa as dez competências gerais, que orientam o desenvolvimento escolar dos estudantes na Educação Básica, destacando os aspectos cognitivos e os aspectos socioafetivos, com vistas à formação de cidadãos engajados na construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Esses direitos de aprendizagem se inter-relacionam e se desdobram no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica, não existindo hierarquia entre eles. Nessa mesma perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) descrevem que,

Compreender e realizar a Educação Básica, no seu compromisso social de habilitar o estudante para o exercício dos diversos direitos significa, portanto, potencializá-lo para a prática cidadã com plenitude, cujas habilidades se desenvolvem na escola e se realizam na comunidade em que os sujeitos atuam. (2013, p. 56).

Assim, a Rede Sesi de escolas, afirmando seu compromisso com a formação integral de seus alunos e atendendo às normativas do país, organiza as orientações pedagógicas institucionais, atendendo às premissas da BNCC em todas as suas unidades escolares.

7.1. EDUCAÇÃO INTEGRAL

A sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado. No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades.

Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.

Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar formas de existir.

Assim, a BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida.

8. PERFIL DO SUJEITO QUE QUEREMOS FORMAR

Na Rede Sesi de Educação, o estudante é preparado para os desafios do mundo contemporâneo, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional. A instituição busca desenvolver um aluno autônomo, crítico, ético e

colaborativo, com competências que vão além do conhecimento acadêmico. Cidadão consciente, que compreende o seu papel na sociedade e age de acordo com valores éticos, respeitando a diversidade e contribuindo para o bem-estar coletivo. Trabalhador qualificado e inovador, com formação sólida para atuar no mercado de trabalho. Autônomo e responsável, capaz de tomar decisões com responsabilidade e de gerenciar seu aprendizado, promovendo um processo contínuo de autodesenvolvimento. Trabalha bem em equipe, e é capaz de se comunicar de forma clara e eficaz. Capacitado para lidar com desafios complexos, desenvolvendo o raciocínio crítico e a capacidade de solucionar problemas de maneira criativa e eficiente. Aberto ao aprendizado contínuo, compreendendo a importância da educação ao longo da vida, sobretudo com as mudanças constantes do mercado de trabalho e da sociedade.

A Proposta Pedagógica da Rede Sesi está voltada para formar o sujeito integral, promovendo um equilíbrio entre conhecimento técnico e competências socioemocionais, essenciais para uma vida plena e ativa na sociedade.

9. A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DA REDE Sesi

A Rede Sesi de Educação de Minas Gerais prima por uma educação de qualidade e por uma gestão democrática comprometida com os princípios de “ética como base comportamental e educação como base do desenvolvimento”. Estabelece como finalidade da educação a formação das competências básicas, como meios de efetivação da cidadania, a construção da identidade cultural, o desenvolvimento da consciência ética e a preparação para o mundo do trabalho. O Sesi/MG define como finalidades educativas para suas escolas:

- o desenvolvimento de uma atitude de curiosidade, reflexão e crítica frente ao conhecimento e à interpretação da realidade;
- a capacidade de utilizar, crítica e criativamente, as diversas formas de linguagem do mundo contemporâneo;
- a compreensão dos processos naturais e o respeito ao ambiente como valor vital, afetivo e estético;
- o desenvolvimento de uma atitude de valorização, cuidado e responsabilidade individual e coletiva em relação à saúde e à sexualidade;
- a autonomia, a cooperação e o sentido de corresponsabilidade nos processos de desenvolvimento individual e coletivo;
- a competência para atuar no mundo do trabalho dentro de princípios de respeito por si mesmo, pelos outros e pelos recursos da comunidade;
- o exercício da cidadania para transformação crítica, criativa e ética das realidades sociais;
- a motivação e a competência para dar prosseguimento à sua própria educação de forma sistemática e/ou assistemática.

10. A CONCEPÇÃO DE APRENDIZAGEM DA REDE Sesi

Refletir sobre a concepção de aprendizagem que sustenta a prática educativa é de fundamental importância, pois é de acordo com a concepção adotada que se definem as condições a serem criadas no ambiente escolar.

A concepção de Educação da REDE Sesi MG não se baseia em um único modelo de referência teórica ou uma corrente psicológica. Compreende-se que uma referência teórica não é o bastante para se promover uma transformação pedagógica com vistas a alcançar as finalidades educativas propostas. Busca-se hoje, dentro da multiplicidade de posições, um equilíbrio dinâmico em relação a aspectos específicos do desenvolvimento humano, reunindo os avanços que as pesquisas têm oferecido, nestes últimos anos.

A partir das contribuições de teóricos como Erickson, Piaget, Vygotsky, e Gardner a Rede Sesi de Educação de Minas Gerais adota a abordagem sociointeracionista da aprendizagem e pretende superar o reducionismo de outras concepções utilizadas em tempos passados. Constrói-se, assim, uma nova síntese que tem como principal representante Vygotsky. Para ele, o que nos diferencia dos animais é a capacidade de mediatizar as relações. Assim, os processos psicológicos superiores (percepção, memória, lógica, atenção voluntária, pensamento verbal, linguagem) começam a se formar nas relações sociais pela/na linguagem.

De acordo com essa afirmação, há uma internalização da cultura pelas crianças, caracterizando-se como um processo social que se faz pela mediação da linguagem. Dessa forma, essa abordagem procura superar as dicotomias entre individual/social, natureza/cultura, biológico/social.

Assim, construir conhecimento passa a ser uma ação compartilhada, já que é através dos outros que as relações entre sujeito e objeto vão sendo estabelecidas, não há como se discutir desenvolvimento independente de aprendizagem.

Os dois são processos distintos, porém interdependentes, sendo que a aprendizagem tem a função de despertar processos internos de desenvolvimento que ainda não se manifestaram nos indivíduos. Portanto, o “bom ensino é aquele que se adianta ao desenvolvimento”, o que nos leva a ressignificar as interações sociais na sala de aula. Para tanto, a intervenção do professor é fundamental no processo de construção do conhecimento como alguém que tem mais experiência, que conhece mais o assunto. Da mesma forma, as trocas entre as crianças são importantes no processo de ensino e aprendizagem.

Vygotsky, ao elaborar uma perspectiva diferenciada para a gênese humana, possibilita um novo olhar para as práticas pedagógicas, um olhar prospectivo, direcionado para o futuro, e não apenas para o que os alunos já conseguem fazer sozinhos, pois valoriza o que ainda está por ser construído com a ajuda dos outros. Para ele, aprendizagem e desenvolvimento não coincidem, nem o desenvolvimento está bem à frente da aprendizagem. Ao contrário, o processo de desenvolvimento progride de forma mais lenta do que o da aprendizagem; dessa sequenciação surgem as zonas de desenvolvimento proximal. Ou seja, ao dominar uma operação, a criança inicia o desenvolvimento de processos internos altamente complexos.

A zona de desenvolvimento proximal é definida como:

(...) a distância entre o nível de desenvolvimento que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou de companheiros mais capazes (Vygotsky).

A partir dessas abordagens e apoiada na concepção sócio-histórica e de teóricos da complexidade, principalmente Edgar Morin, a Rede Sesi de Educação de Minas Gerais aponta as âncoras para os projetos educativos de cunho progressista: o ato de aprender não se restringe ao registro de informações fornecidas pelo meio. É um processo adaptativo que se desenvolve no tempo, em função das respostas dadas pelo sujeito a um conjunto de estímulos anteriores e atuais.

Para Morin (2001, p.16), há alguns desafios fundamentais no que se refere à formação do sujeito. Para vencê-los, será necessário desenvolver a aptidão para contextualizar, integrar e situar qualquer informação em seu contexto, bem como para expor e tratar os problemas. O grande desafio da educação é formar sujeitos que possam enfrentar realidades cada vez mais complexas – polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetárias. Assim, será possível formar um cidadão que sabe mediar conflitos e propor soluções criativas em favor da solidariedade humana e do equilíbrio ambiental. Para tanto, esse sujeito necessita visualizar processos e ter uma visão sistêmica da realidade.

Sob esse enfoque, o papel da escola transcende a transmissão de conhecimentos. Sua função é, também, criar/promover situações complexas, para que, por meio de seu enfrentamento, o sujeito possa mobilizar conhecimentos e desenvolver competências. Assim, mais importante do que o acúmulo de informações/conhecimentos é a construção da possibilidade de conferir sentido aos saberes escolares, o que pressupõe seu uso. Pretende-se formar um cidadão que consiga efetivamente utilizar aquilo que aprende em seu favor e em prol de uma sociedade mais justa e solidária, tanto do ponto de vista social como ambiental. Nesse sentido, quando trabalhamos com o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, passamos por uma construção e reconstrução permanente do que sabemos, do que aprenderemos e do que podemos vir a ser.

O trabalho com o conhecimento socialmente organizado, quando não destacado pela escola, assim como a reflexão coletiva sobre as ações pedagógicas, pode se tornar apenas “tarefas mecânicas”. A escola precisa ser concebida como um espaço de apropriação do conhecimento para a formação emancipatória dos sujeitos, com a perspectiva de torná-los cidadãos de fato, de direito, e atuantes na sociedade, contribuindo para que ela seja cada vez melhor e mais justa.

11. A CONCEPÇÃO DE ENSINO DA REDE Sesi

Conforme o embasamento teórico desta Proposta Pedagógica, o processo de ensino e aprendizagem se dá na interação entre professor e aluno, aluno e aluno e deste com o conhecimento. Segundo L. Vygotsky, entre ensino e aprendizagem existe um intercâmbio ativo e recíproco, e a aprendizagem impulsiona o desenvolvimento. Por isso, legitima-se a importância das intervenções dos professores, pois é sua responsabilidade construir percursos e itinerários (o que inclui o planejamento de ações conjuntas, de interações entre os sujeitos) para orientar a aprendizagem do aluno.

Para Philippe Perrenoud (2001, p. 19), “o ensino é um sistema de ação, uma organização que transforma as pessoas, suas competências, suas atitudes, suas representações, seus gostos. É um sistema que pretende instruir, exercer uma influência”.

Para que haja mudanças de atitude, é necessário que o conhecimento seja significativo. Conhecer significativamente implica apropriar-se daquilo que é “abstrato” (uma informação, um conceito, um processo, um fato, um fenômeno, uma fórmula etc.) de forma concreta. Envolve a possibilidade de compreender e de visualizar as relações com elementos da vida cotidiana. Para que haja uma aprendizagem significativa, o conhecimento precisa ser relevante. É tarefa do professor realizar essa mediação, buscando elementos para contextualizar o conhecimento. É preciso considerar o conhecimento prévio que cada aluno traz consigo e suas experiências, respeitando um limite na quantidade de novas informações a serem apreendidas diariamente.

O conhecimento já adquirido facilita a aquisição de novos saberes, pois prepara e amplia as estruturas mentais envolvidas em cada processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, reúnem-se as ideias que preconizam tanto a ação do sujeito como o papel significativo da interação social como a mediação da escola no processo de ensino e aprendizagem, com vistas a desenvolver um trabalho educativo eficaz, levando-se em consideração a relação sujeito ativo versus meio ambiente.

A abordagem sociointeracionista vygotskiana, ao afirmar que a cultura faz parte da natureza humana, redefine as relações entre desenvolvimento e aprendizagem, criando possibilidades de intervenção em sala de aula. Assim, situações escolares, muitas vezes, desvalorizadas passam a ser reconhecidas como constitutivas do processo de ensino. É na ação compartilhada, na ação dialógica, que os aprendizes vão construindo novos conhecimentos, o que não seria possível individualmente.

A preocupação com o “erro” desaparece, e outra forma de avaliação é possível através do conceito de Zona do Desenvolvimento Proximal (ZDP). A criança, enquanto aprende, desenvolve suas capacidades cognitivas e adquire novas habilidades. Da mesma forma, ao se desenvolver, constrói estruturas que possibilitam novas aprendizagens, já que aprendizagem e desenvolvimento são processos interdependentes e contínuos. O erro torna-se parte integrante do processo.

A investigação deve ser o eixo central do trabalho escolar. Nesse sentido, diferentes estratégias devem ser utilizadas – sequências didáticas, projetos de trabalho, pesquisas, entrevistas, trabalho de campo, visitas orientadas – sempre integradas aos objetos de aprendizagem. Ressignificam-se então as práticas, os tempos e os espaços escolares, para que o processo educacional contemple as exigências de formação das crianças, dos jovens e dos adultos na atualidade, assegurando a sua formação como centro da missão educativa e desenvolvendo a cultura de um ensino orientado para a aprendizagem significativa.

12. A CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO

A construção do planejamento do professor é um dos momentos mais importantes para a eficácia do ensino. Por isso, a Rede Sesi incentiva os professores a investirem no planejamento de suas aulas, que deve ser estruturado a partir de situações-problema, discussão com o grupo, contextualização dos conteúdos e estratégias inovadoras, não necessariamente tecnológicas, mas que dialoguem com as necessidades do aluno. Um plano de aula bem elaborado, baseado no processo de aprendizagem e não somente na avaliação, favorece a reflexão do que foi realizado e auxilia nas decisões para o planejamento futuro. Ambientes distintos de aprendizagem como a sala de aula, o pátio da escola, a quadra, os laboratórios, as plataformas e os espaços externos devem ser explorados, pois favorecem excelentes oportunidades e estratégias pedagógicas.

O Plano de Curso dos Componentes Curriculares de todos os anos escolares é elaborado pela equipe de docentes do Centro de Inteligência Pedagógica, a partir de um amplo processo de reflexão compartilhada e dirigido às escolas, a fim de viabilizar a unicidade do trabalho na Rede Sesi de Educação e nortear os professores para o planejamento das suas aulas. Esses planos apresentam o caminho a ser percorrido e explicitam as Metas de Aprendizagem/Compreensão, especificando o que se espera do aluno ao final de cada etapa. O intuito é orientar o desenvolvimento dos objetos de conhecimento bem como as competências e habilidades essenciais a serem garantidas no ano escolar, a fim de promover a progressão da aprendizagem e o encadeamento lógico do processo de compreensão dos estudantes. Por este motivo, a concepção de competências e habilidades da BNCC orienta a organização de nossos planos de curso.

A organização curricular, que, durante muito tempo, tinha como foco a sistematização dos conteúdos disciplinares, passa, então, com a homologação da BNCC, a ter como pano de fundo o desenvolvimento de competências e habilidades. Para Perrenoud, (1999, p. 7) competência é “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem se limitar a eles”. Luckesi (2011) conceitua competência como “a capacidade de fazer alguma coisa de modo adequado, servindo-se, para tanto, de variadas habilidades”. Ainda segundo Luckesi (2011), habilidades e competências são maneiras de se realizar uma tarefa ou, mais precisamente, recursos cognitivos e procedimentais que implicam ação. Habilidades e competências se diferenciam pela abrangência, sendo a competência mais abrangente do que uma habilidade, e, também pela relação de dependência uma da outra: “a posse de uma competência, qualidade complexa, exige a posse de um conjunto de habilidades simples” (Luckesi, 2011, p. 409).

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

A Rede Sesi de Educação de Minas Gerais procurou traduzir e entender essas demandas, para que sua atuação pudesse ter expectativas claras em relação à aprendizagem de seus estudantes, à atuação de seus docentes e de sua equipe pedagógica. O trabalho com base no desenvolvimento de competências traz novos impactos ao tratamento que devemos dar aos conteúdos de ensino e, conseqüentemente, às propostas de intervenção na sala de aula, no modo de ensinar e no modo de avaliar. A elaboração das Matrizes da Rede Sesi pautada na Base Nacional Comum Curricular e demais referenciais legais vigentes no país, representa uma iniciativa eficaz de organizar o trabalho pedagógico e, ao mesmo tempo, ter instrumentos que permitam a análise do desempenho dos alunos.

Nesta perspectiva, o planejamento reverso se apresenta como caminho possível para apoiar a evolução didática e a qualidade dos processos de sala de aula. Pensar reversamente no planejamento, significa, em suma, questionarmo-nos sobre:

- O que os alunos devem saber, compreender e serem capazes de fazer?
- Como saberemos se os alunos atingiram os resultados desejados?
- O que aceitaremos como evidência da compreensão e da proficiência dos alunos?
- Que sequências de experiência de ensino e aprendizagem equipará os estudantes para se engajar, desenvolver e demonstrar as compreensões desejadas?
- Quais materiais e recursos serão mais adequados para atingir esses objetivos?

A construção das habilidades essenciais continuam sendo o foco do trabalho, porém, o professor, tem autonomia para promover a consolidação dessas habilidades de diferentes formas para que os estudantes atinjam as Metas de Aprendizagem/Compreensão. Ficará a critério do professor, desdobrar o plano de curso nas estratégias, determinando as evidências de compreensão, além de planejar as experiências de aprendizagem mais adequadas às especificidades de sua turma. É importante considerar que os alunos não aprendem da mesma maneira, o que exige uma personalização do processo de ensino e aprendizagem.

A indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), permeia a organização do currículo escolar em favor da formação integral de nossos alunos.

12.1. A PERSONALIZAÇÃO DO ENSINO NO PLANEJAMENTO

O termo Personalização do Ensino se refere a uma série de estratégias pedagógicas voltadas a promover o desenvolvimento dos estudantes de maneira individualizada, respeitando as limitações e os talentos de cada um. Ele leva em consideração que os alunos aprendem de formas e em ritmos diferentes, já que também são diversos seus conhecimentos prévios, competências e interesses.

Nesse contexto, é fundamental compreender como o aluno aprende, reconhecendo que cada um possui características e ritmos de aprendizagem distintos. A padronização do ensino não atende às particularidades de cada estudante, resultando em menor engajamento e satisfação durante o processo de aprendizagem. A personalização, por outro lado, é a abordagem mais eficaz para garantir uma boa performance dos alunos.

A proposta respeita o ritmo de aprendizado de cada aluno, auxiliando-o nas dificuldades e potencializando os seus talentos. É preciso voltar o olhar para as características do estudante, traçando estratégias e oferecendo recursos pedagógicos adequados. Dessa forma, o ensino personalizado olha para as aptidões dos alunos de perto e, com isso, adapta o conteúdo de maneira correspondente às necessidades encontradas. Respeitar o tempo do estudante faz com que ele se sinta seguro para se desenvolver, facilitando o processo de ensino.

A personalização do ensino é, além de uma estratégia, também uma mentalidade e abordagem educacional que empodera o estudante como protagonista da sua jornada de aprendizagem.

Para personalizar, o professor deve propor, em seu planejamento, soluções que estimulem a autonomia dos alunos no aprendizado, materiais modernos e outros recursos que são essenciais. A educação do futuro é baseada não apenas nas mudanças sociais, mas também tecnológicas e comportamentais.

Os recursos tecnológicos, como, por exemplo, mídias digitais, realidade virtual e aumentada e plataformas adaptativas trazem mais flexibilidade e possibilidade de personalização, de compartilhamento, de design de experiências diferentes de aprendizagem, dentro e fora da sala de aula.

13. A CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA REDE SESI

O ato de avaliar é inerente ao ser humano, no qual o indivíduo reflete acerca das situações postas, fazendo um juízo de qualidade sobre elas no intuito de tomar uma decisão, tendo em vista a permanência ou modificação da situação apresentada.

No contexto escolar, o ato de avaliar é essencial, sendo o momento no qual o professor faz um diagnóstico sobre o processo de ensino e define estratégias de como redimensionar esse processo, refletindo sobre sua prática pedagógica, promovendo a aprendizagem dos estudantes e assegurando o direito universal de educação com qualidade.

Assim, o ato de avaliar, em seu contexto escolar, se dá de maneira diagnóstica, na qual a situação de aprendizagem é analisada, tendo em vista a definição de encaminhamentos voltados para a apropriação do conhecimento; de forma contínua, pois acontece a todo o momento do processo de ensino do professor e da aprendizagem do estudante; e de maneira formativa, contribuindo para sua formação como sujeito crítico, situado como um ser histórico, cultural e social, enfatizando a importância do processo.

Na Educação Infantil, a avaliação é realizada mediante observação, acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, voltada à formação integral. Já no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, a avaliação tem caráter formativo, predominando em detrimento dos quantitativos e classificatórios. Assim, a escola adota uma estratégia de acompanhamento do desenvolvimento individual e contínuo.

A avaliação fornece ao professor elementos para refletir sobre sua prática e direcionar o trabalho com metodologias diferenciadas. Para o estudante, é um indicativo de suas conquistas, dificuldades e das possibilidades de reorganizar a forma de estudo, visando a avanços no processo de aprendizagem. Para a escola, a avaliação serve como diagnóstico para repensar a organização do trabalho pedagógico, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes, promovendo uma educação de qualidade e garantindo o direito à aprendizagem.

A mudança de perspectiva do professor sobre o aluno é o que permite uma análise mais coerente do desempenho do aprendiz; essa nova postura é provocada por sua intenção e atenção aos processos de desenvolvimento e não aos instrumentos que venha a utilizar.

Segundo Perrenoud (2001, p. 18), “a avaliação da aprendizagem, no novo paradigma, é um processo mediador na construção do currículo e se encontra intimamente relacionada à gestão da aprendizagem dos alunos”.

O valor de um instrumento ou técnica de avaliação está em fornecer subsídios que auxiliem professor e aluno a desencadear uma melhora no processo de aprendizagem, oportunizando e acessando novos caminhos a serem seguidos para que realmente se obtenha o resultado desejado. Isso requer preparo técnico e capacidade de observação dos profissionais envolvidos.

Ao se utilizar de diversos instrumentos, a avaliação descreve os conhecimentos, as atitudes ou competências que os alunos adquiriram, ou seja, mostra quais objetivos de aprendizagem já atingiram, em um determinado ponto de percurso, e quais dificuldades revelam quanto a outros.

Essa informação é essencial para que o professor defina as estratégias adequadas que ajudem os alunos a superar as dificuldades detectadas, e para que os próprios alunos se conscientizem delas e busquem superá-

las, com a ajuda do professor e pelo seu próprio esforço. Por isso, a avaliação tem uma intenção formativa e é parte fundamental do processo de ensino e aprendizagem.

Pensando a avaliação como aprovação ou reprovação, a nota torna-se um fim em si mesma, distanciada e sem relação com as situações de aprendizagem. Mudar essa concepção se faz urgente e necessário. Perrenoud (2001) afirma que mudar a avaliação significa provavelmente mudar a escola, pois nos leva, automaticamente, a alterar práticas habituais.

Os critérios de avaliação devem apontar as experiências educativas a que os alunos precisam ter acesso, consideradas essenciais para seu desenvolvimento e socialização; devem refletir, de forma equilibrada, as diferentes capacidades e as três dimensões de conteúdos (conceituais, procedimentais e atitudinais) para o encaminhamento da programação e das atividades de ensino e aprendizagem.

Para Benvenutti (2002), “avaliar é mediar o processo ensino e aprendizagem, oferecendo recuperação imediata; é promover cada ser humano, vibrar junto a cada aluno, em seus progressos”.

Cabe ao professor explicitar, para os alunos, os instrumentos e critérios que utiliza para saber quem aprendeu determinado conteúdo. Além de comunicá-las, o professor precisa prever situações de aprendizagem que propiciem a legitimação dos critérios e instrumentos de avaliação pelos alunos.

13.1. INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Ensino Médio, em seu Artigo 8º, estabelecem que as propostas curriculares para esta etapa da Educação Básica devem garantir o desenvolvimento das Competências Gerais e específicas da BNCC com ações que promovam a integração curricular como estratégia de organização do currículo em áreas do conhecimento que dialoguem com todos os elementos previstos na proposta pedagógica na perspectiva da formação integral do estudante (Brasil, 2018). Também estabelecem, no Artigo 11 § 2º, que o currículo por área de conhecimento deve ser organizado e planejado de forma interdisciplinar e transdisciplinar (Brasil, 2018).

Há décadas os termos interdisciplinar/interdisciplinaridade, transdisciplinar/ transdisciplinaridade fazem parte dos discursos e documentos da educação escolar. Espera-se que a interdisciplinaridade restabeleça a divisão das ciências em muitas disciplinas, e o diálogo entre elas alcance a transdisciplinaridade, o que, de acordo com Piaget (1973), “é a interação e reciprocidade entre as ciências, de modo a não se ter mais fronteiras entre os componentes curriculares”.

Em consonância com essa concepção, de modo a não excluir nenhum componente curricular, inter e transdisciplinaridade são estratégias para a organização curricular por áreas do conhecimento, para o fortalecimento das relações entre elas, para apreensão da realidade e intervenção nela, bem como para promoção de um trabalho integrado e cooperativo dos professores.

O que se espera é que o entendimento sobre esses termos ajude o professor a utilizá-los em sua prática pedagógica, de modo a trabalhar de forma mais integrada e com uma visão de totalidade, para que um componente não se torne mais importante que outro.

14. AS BASES NORTEADORAS DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA REDE Sesi MG

A escola, espaço por excelência de construção de conhecimento, norteia o trabalho educativo com a visão do homem como um ser que se relaciona consigo mesmo, com os outros e com o universo, em uma constante busca de interação e liberdade. A explicitação desse pensamento pressupõe:

- respeito às diferenças de sexo, etnia, cultura, classe social, religião e opiniões;
- comprometimento com os valores éticos universais;
- experimentação e descoberta do novo, numa contínua valorização de uma identidade planetária.
- determinação de assumir a própria história e de ser capaz de participar da vida em sociedade, interpretando e transformando a realidade, na busca permanente da transcendência;

As ações pedagógicas propostas neste documento têm como base o Relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Uma educação para o século XXI: aprender a aprender, a conhecer, a fazer e aprender a ser e conviver; por coerência, acrescenta-se o aprender a empreender, de forma a complementar a educação integral.

A Rede Sesi de Educação de Minas Gerais oferece condições para que educandos e educadores cresçam:

- em valores que os tornem mais humanos;
- no conhecimento, que permite rever as próprias verdades;
- na humanização de um saber que tenha sentido ético e solidário;
- na capacidade de explicar e sentir o mundo;
- no prazer de conquistar a autonomia;
- na capacidade de ler o mundo e escrever a própria palavra.

A Rede Sesi de Educação de Minas Gerais aspira a uma Proposta Pedagógica que ultrapasse o desenvolvimento cognitivo, dando lugar a uma educação que envolva também ações e valores sociais e morais, em um contexto interativo e saudável. Assim, atende aos industriários e seus dependentes, bem como à comunidade, assegurando o desenvolvimento das 10 competências necessárias para a formação integral dos alunos, oferecendo a Educação Básica, de acordo com as determinações da Lei n.º 9.394/96 (LDB), nos níveis e modalidades descritos a seguir:

14.1. EDUCAÇÃO INFANTIL: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS

A constituição de uma educação infantil de qualidade resulta de consensos e pactos sobre como uma sociedade compreende a infância, as crianças, a forma de educar e cuidar e ainda sobre o papel da família, do

Estado, da escola e da comunidade no processo educativo. De acordo com as DCNEI (2010, p. 12) define-se a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, que se caracterizam como espaços institucionais não domésticos. Estes estabelecimentos educacionais, públicos ou privados, educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, sendo regulados e supervisionados por órgãos competentes do sistema de ensino e sujeitos ao controle social. A Educação Infantil está fundamentada na concepção de que a criança nasce com potencial para construir sua inteligência na interação com os objetos de conhecimento e com o meio social. Essa construção se traduz em autonomia, competências e habilidades que permitem ao indivíduo apropriar-se da cultura produzida pela humanidade e inserir-se no contexto social e político como cidadão, sujeito de sua própria história.

Partindo dessas premissas, a educação infantil integra educar e cuidar, compreendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo, superando a ideia de assistencialismo vivenciada por um longo período na sua trajetória histórica. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente familiar e na comunidade, e ao articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, e atuando de maneira complementar à educação familiar.

Para ampliar a compreensão do fazer pedagógico na Educação Infantil, é importante ter claro o que são as vivências e experiências no cotidiano das infâncias. O termo vivência refere-se ao processo direto e imediato de interação com o mundo, em que a criança está ativamente envolvida e participa de situações cotidianas. É um conceito que abarca as ações concretas, as situações de experiência imediata que a criança vive no seu dia a dia, e que podem ser tanto prazerosas quanto desafiadoras. No âmbito da educação infantil, a vivência está intimamente relacionada ao viver no momento, à ação prática, à sensação e à percepção do ambiente ao redor. De acordo com Henri Wallon (1995), o desenvolvimento emocional e intelectual da criança está diretamente vinculado às suas vivências. Wallon destaca que as emoções e os sentimentos são componentes essenciais da aprendizagem, o que torna as vivências sensoriais e emocionais importantes para o crescimento da criança na educação infantil.

O termo experiência, por outro lado, envolve uma reflexão mais profunda sobre as vivências. A experiência é o que resulta da capacidade de dar significado à vivência. Ou seja, a criança, ao vivenciar situações concretas, vai refletir e assimilar esses momentos, transformando-os em conhecimento e aprendizagem. A experiência, portanto, pode ser vista como um processo de apreensão e internalização, que ocorre quando a criança consegue entender e integrar o que vivenciou em sua própria história e conhecimento.

Para John Dewey (2009), a experiência é o processo pelo qual a criança vai transformar as vivências em aprendizagem significativa. Dewey defende que a educação deve partir da experiência prática, mas sempre com um enfoque reflexivo, em que o educador propicie momentos para que a criança organize e reflita sobre o que aprendeu com suas vivências.

Além disso, Piaget (1970), em sua teoria do desenvolvimento cognitivo, enfatiza que o conhecimento se constrói por meio das experiências de interação com o ambiente. Para ele, as experiências são fundamentais para o desenvolvimento intelectual, mas esse desenvolvimento ocorre de forma mais plena quando a criança consegue refletir sobre essas experiências e organizá-las em esquemas mentais.

Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são

essenciais. Além disso, a Rede Sesi tem a preocupação de conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade na qual está inserida.

14.1.1. Concepção de criança

A concepção de criança, norteadora do trabalho na Rede Sesi de Educação de Minas Gerais, alinha-se com a concepção atual de infância, uma vez que ela passa a ser vista como um sujeito de direitos, plenamente capaz de aprender. Nessa perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI definem a criança como sujeito histórico e de direitos. Dessa forma, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentido sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Com base nessa concepção, é fundamental compreender que, desde bebês, as crianças manifestam o seu desejo em aprender, produzindo cultura em espaços formais ou informais de educação, onde vivenciam situações de afeto, conflito, alegria e tristeza, experimentando sentimentos de pertencimento, inclusão e exclusão.

No Sesi, orientamo-nos pela concepção de criança protagonista, capaz e ativa em seu processo de aprendizagem e produtora de cultura, que se expressa por meio de múltiplas linguagens. Essa concepção é considerada no planejamento da Educação Infantil, uma vez que a sua aprendizagem se efetiva tanto nas diversas atividades cotidianas, quanto naquelas imbuídas de intencionalidade pedagógica.

A brincadeira e a interação, juntamente com as linguagens, permeiam o trabalho na educação infantil da Rede Sesi. Como seres potentes, os bebês e demais crianças se comunicam e se expressam por meio de múltiplas linguagens, ou melhor, de “Cem linguagens” como diz Malaguzzi (1999).

A criança é feita de cem. A criança tem cem linguagens, cem mãos, cem pensamentos, cem modos de pensar, de brincar e de falar, cem, sempre cem maneiras de ouvir e se surpreender ao amar, cem alegrias ao cantar e compreender. Segundo Malaguzzi (1999),

(...) eles dizem a ela: que brincar e trabalhar, realidade e fantasia, ciência e imaginação, céu e terra, razão e sonho são coisas que não andam juntas e dizem que as Cem não existem. A criança diz: ‘a cem existe’.

Malaguzzi utiliza dessa metáfora para provocar uma reflexão sobre as múltiplas linguagens infantis. Reforçando que toda criança, em sua potencialidade tem muitas formas de expressão própria e, conseqüentemente, múltiplas linguagens comunicativas.

14.1.2. A organização do trabalho pedagógico na educação infantil: interações e brincadeiras

De acordo com as DCNEI, no Artigo 9º, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e as brincadeiras. Essas experiências permitem que as crianças construam e se apropriem de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, favorecendo aprendizagens, desenvolvimento e socialização.

A interação durante o brincar é um elemento central no cotidiano da infância, promovendo aprendizagens e favorecendo o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e brincadeiras entre as crianças, e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções.

Com base nos eixos estruturantes das práticas pedagógicas e nas competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, descrevem-se a seguir seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento:

- **Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- **Brincar** cotidianamente, de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- **Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- **Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza (na escola e fora dela), ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: nas artes, na escrita, na ciência e na tecnologia.
- **Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- **Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Nessa perspectiva, a Rede Sesi de Educação de Minas Gerais considera a escola como espaço lúdico de ação e interação, uma instituição mediadora de situações de aprendizagem criativas e significativas. O ambiente escolar agradável e estimulante cria condições para que a criança desenvolva harmonicamente seu potencial, pautado nos Campos de Experiências apresentados na BNCC, que possibilitam a articulação com as vivências dos alunos, como forma de aprendizagem. Assim, prioriza-se a socialização e o trabalho em grupo, pois os desafios necessários ao desenvolvimento infantil surgem da cooperação e da troca, no confronto de pontos de vista e na partilha de responsabilidades.

A definição e a denominação dos Campos de Experiência também se baseiam no que dispõem as DCNEI em relação aos saberes e conhecimentos fundamentais a serem oferecidos às crianças, associados às suas experiências. Considerando esses saberes e conhecimentos, os campos de experiência em que se organiza a BNCC são:

O Eu, o Outro e o Nós: Na interação com pares e adultos, as crianças da Educação Infantil constroem sua identidade, autonomia e senso de reciprocidade, aprendendo sobre si mesmas e o outro. Ao explorar

diferentes modos de vida, culturas e cuidados, ampliam sua percepção, valorizam sua identidade e desenvolvem respeito pelas diferenças humanas.

Corpo, Gestos e Movimentos: Desde cedo, o corpo é a principal forma de expressão e conhecimento para as crianças, permitindo que explorem o mundo, se expressem e compreendam limites e segurança. Na Educação Infantil, o corpo ganha centralidade, e a escola deve promover oportunidades lúdicas para que explorem movimentos e gestos diversos, desenvolvendo autonomia e consciência corporal.

Traços, Sons, Cores e Formas: Na escola, a convivência com manifestações artísticas e culturais permite que as crianças explorem e expressem-se por meio das artes visuais, música, teatro e dança, desenvolvendo criatividade, senso estético e consciência crítica. É essencial que a escola ofereça oportunidades para a criação e apreciação artística, ampliando a expressão pessoal e o entendimento cultural das crianças.

Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação: Desde o nascimento, as crianças se comunicam por meio de gestos, expressões e, progressivamente, da linguagem oral, ampliando seu vocabulário e capacidade de compreensão. Na Educação Infantil, é essencial oferecer experiências que incentivem a escuta, a fala e o contato com a cultura escrita. Ao ouvir histórias, participar de conversas e explorar livros, as crianças desenvolvem o gosto pela leitura, a imaginação e a compreensão da escrita como um sistema de comunicação.

Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações: Desde cedo, as crianças exploram espaços, tempos e fenômenos naturais e socioculturais, buscando entender o mundo ao seu redor. Na Educação Infantil, é essencial proporcionar atividades que incentivem essa exploração, como observar, manipular objetos e investigar, o que inclui noções matemáticas e conhecimentos sobre a natureza e sociedade.

O desenvolvimento pessoal e social – da identidade e da autonomia – está relacionado ao processo de socialização que a criança vivencia desde o nascimento. Nesse processo, as interações favorecem a ampliação dos laços afetivos, o reconhecimento e a valorização de si mesma e do outro, a percepção das diferenças entre pessoas, espaços e tempos. Valoriza-se, em cada criança, suas potencialidades, promovendo o desenvolvimento das múltiplas formas de inteligência e da identidade, que se manifesta nas distinções entre as pessoas, a começar pelo próprio nome, seguido das características físicas, modos de agir e pensar e da história pessoal.

De acordo com a Legislação Estadual e em consonância com a organização da Educação Infantil da Rede Sesi de escolas:

Art. 16 - É obrigatória a matrícula, na Educação Infantil, em pré-escola, de crianças que completam 4 (quatro) anos até 31 de março do ano escolar.

§ 1º - A legislação vigente, que dispõe sobre o corte etário, deverá ser observada para efetivar-se a matrícula na Educação Infantil.

§ 2º - As crianças que completam 6 (seis) anos após o dia 31 de março do ano escolar vigente devem ser matriculadas na Educação Infantil.

Art. 17 - As crianças de até 3 (três) anos e 11 (onze) meses de idade devem ser matriculadas na Educação Infantil, em creche.

14.1.3. Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil: Tempo e Espaço

A organização do ambiente consiste em promover um espaço educativo que reúna as condições adequadas para o desenvolvimento da aprendizagem. Um ambiente adequado deve partir da seleção de materiais que tenham uma conotação educativa e não meramente decorativa, alinhados à intencionalidade da ação pedagógica. É essencial possibilitar o contato com diferentes espaços, tempos e materiais, para que as crianças possam potencializar vivências em seu tempo histórico como sujeitos da infância, reconhecendo-se com uma identidade própria (individual) e fazendo parte de uma identidade coletiva.

Partindo dessa premissa, o professor deverá explorar todos os espaços disponíveis, e não se restringir somente à sala de aula, que, muitas vezes, não oferece todas as possibilidades necessárias para que a criança explore, perceba e vivencie experiências significativas. Pensar dessa forma exige que olhemos para cada sujeito de maneira individual e para o coletivo, buscando atender às especificidades de cada um, possibilitando a exploração dos diferentes ambientes, sejam eles internos ou externos, e permitindo explorar as diversas linguagens inerentes ao cuidar e ao educar, promovendo, assim, a ampliação da cultura infantil.

Deve, ainda, estimular a participação das crianças de diferentes faixas etárias na produção de brinquedos e brincadeiras utilizando diferentes materiais para que possam se envolver e interagir como produtoras de seus próprios brinquedos e modos de brincar. Garantir para todos os espaços da Educação Infantil disponham de materiais industrializados e alternativos, que visem propor interações lúdicas entre crianças e adultos e, ao mesmo tempo, ofereçam oportunidade de diálogo de modo a colaborar com o processo de desenvolvimento dos sujeitos.

14.1.3.1. A Organização das Atividades no Tempo

O cotidiano de uma escola Infantil tem de prever momentos diferenciados que certamente não se organizarão da mesma forma para crianças maiores e menores. Diversos tipos de atividades envolverão a jornada diária das crianças e dos adultos: o horário da chegada, a alimentação, a higiene, o repouso, as brincadeiras, os jogos diversificados (como o de faz-de-conta), os jogos imitativos e motores, de exploração de materiais gráficos e plásticos, livros de histórias, as atividades coordenadas pelos adultos e outras. Todos os momentos, sejam em espaços abertos ou fechados, devem proporcionar experiências múltiplas que estimulem a criatividade, a experimentação, a imaginação, desenvolvendo as diversas linguagens expressivas e possibilitando a interação com outras pessoas.

Alguns pontos servirão como guia e apoio para esta organização:

1º– Que tipo de atividades podem ser propostas?

2º – Em que momentos são mais adequadas?

3º – Em que local serão mais bem realizadas?

Segundo Dornelles e Horn (*apud* Craidy, 1998), podemos pensar em atividades de diferentes tipos:

- **Atividades diversificadas para livre escolha:** São aquelas que permitem que as crianças escolham o que desejam fazer, desde que o ambiente em termos de materiais e espaços, possibilite essa escolha. Exemplos: brincadeiras individuais ou em grupo, atividades corporais, musicais, dramáticas, plásticas, de linguagem oral e escrita.
- **Atividades opcionais:** São aquelas que podemos propor tendo como referência o interesse das crianças por algum fato ou acontecimento e que podem ser organizadas coletivamente. Exemplos: Passeios e/ou visitas pela comunidade, casas dos colegas locais de lazer e de cultura; festas comemorativas e tradicionais da comunidade; visitas de pessoas profissionais da comunidade, para contarem história de vida e trabalho.
- **Atividades coordenadas pelo adulto:** Geralmente, são organizadas pelo adulto e propostas para todo o grupo. Podem ser realizadas tanto no espaço interno quanto externo da escola. Exemplos:
 - construção do planejamento das atividades do dia;
 - jogos sensoriais, naturais, musicais, dramáticos e em grupo;
 - brincadeiras e rodas cantadas;
 - atividades de planejamento e execução de um projeto;
 - coleta de dados e informações sobre projetos em estudo;
 - entrevistas e relatos de experiências e histórias vividas;
 - pesquisas em materiais diversos para ilustrar temas trabalhados;
 - passeios, visitas e piqueniques;
 - decoração e organização da sala de modo acolhedor à criança.

14.1 3.2. A Organização das Atividades no Espaço

Ao pensarmos no espaço para as crianças, devemos levar em consideração que o ambiente é composto por diversos elementos sensoriais, como gosto, toque, sons e palavras, regras de uso do espaço, luzes e cores, odores, mobiliários, equipamentos e ritmo de vida. Além disso, é importante educar as crianças a observar, categorizar, escolher e propor, proporcionando-lhes uma rica variedade de experiências. Nesse contexto, podemos refletir sobre:

Os odores – O nosso próprio cheiro, o das crianças, o das famílias e o da creche em seus diferentes espaços.

Os ritmos – Os ritmos cotidianos mudam conforme o tempo e a idade das crianças. O espaço de chegada e saída, por exemplo, é um lugar de comunicação com os pais, famílias e comunidade. O espaço do repouso, como camas, balanços e estruturas de casinhas ou castelos, proporciona momentos de descanso. Já o espaço da alimentação, no refeitório, segue um ritmo específico de convivência e aprendizado.

O mobiliário e as cores – Os móveis devem ser adequados às necessidades dos usuários, respeitando seu tamanho e conforto. Por exemplo, cadeiras apropriadas para crianças e para adultos.

Os sons e as palavras – É fundamental criar um ambiente sonoro que ofereça uma variedade de sons, desde os mais suaves até os mais intensos. Isso inclui diferentes tipos de sonoridade, como sinos, móveis, caixas de música e instrumentos musicais.

O gosto – Observar e experimentar os diferentes sabores dos alimentos, tanto crus quanto cozidos, no refeitório.

O toque – Entrar em contato com diversos elementos naturais, como água, terra, madeira, pedra e fibras (com o devido cuidado com o calor). Realizar transformações nos materiais, como ralar, cortar e costurar.

As regras de uso especial – são regras que determinam diferentes formas de divisão espacial: algumas podem ser contornadas, outras são sustentadas por um signo (como um pano ou linha) e ainda há aquelas baseadas em orientações verbais.

Por fim, acreditamos que, para oferecer um atendimento de qualidade às crianças, é fundamental estabelecer um contato estreito com as famílias, além de compreender o contexto de moradia e lazer, a fim de pensar em formas de organização do ambiente. Também é essencial propor atividades em espaços externos à sala de aula, como:

- espaços de interligação para jogos tranquilos;
- espaço para brinquedos de manipulação e construção;
- espaço estruturado para jogos de movimento;
- espaços imitativos;
- espaço não estruturado para jogos de aventura e imaginação, dentre outros.

Com relação à organização dos espaços internos, as salas são fundamentais, pois partimos do entendimento de que este espaço não pode ser visto como um pano de fundo, e sim, como parte integrante da ação pedagógica. O mobiliário deve ser adequado ao tamanho das crianças; o material afixado na parede deverá dar acesso às crianças de forma a manuseá-los sempre que necessário; os recursos visuais devem estar de acordo com o campo visual das crianças.

Por meio do uso desse espaço, podemos promover:

- a identidade pessoal das crianças;
- o desenvolvimento da competência;
- a construção de diferentes aprendizagens;
- oportunidades para o contato social e a privacidade.

A organização dos espaços por meio de temas que os caracterizam tem se mostrado uma prática bem-sucedida, especialmente em ambientes semiabertos e estruturantes. Com base nisso, podemos sugerir alguns cantos, sempre levando em consideração a faixa etária das crianças:

Cantos fixos:

- Casa de bonecas com fogão, geladeira, TV. Cama, mesa, dentre outros. objetivos para utensílios de cozinha, quarto, banheiro, sala (estes poderão ser confeccionados com material de sucata).
- Canto da fantasia com pedaços de pano, chapéu, sapatos, roupas, espelhos, maquiagens.

- Canto da biblioteca com almofadas, tapetes, estante, painel de informações, livros, revistas e jornais.
- Cantos dos jogos e brinquedos.

14.1.4. Avaliação na Educação Infantil

Considerando que a avaliação deva ocorrer mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento e aprendizagem das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental, conforme art. 31 da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, a Rede Sesi defende uma avaliação que seja verdadeiramente formativa, não somente para a criança, mas também para seus pais e professoras. Sendo assim, o desafio é romper com a avaliação cujo propósito é dar uma nota ou classificar uma criança.

Diferentemente disso, propomos uma avaliação que orienta as crianças na realização de seus trabalhos e aprendizagens, ajudando-as a identificar suas dificuldades e potencialidades, redirecionando-as ao longo de seus percursos. Trata-se de uma avaliação focada na escuta atenta da criança, que a apoia no processo de aprendizagem e possibilita à professora ensinar. Para isso, observamos, registramos e analisamos os percursos educativos, com o objetivo de compreender as experiências vividas e obter dados que guiem os próximos passos no desenvolvimento do trabalho pedagógico e na trajetória da criança.

Com essa visão, chamamos esses registros de documentação pedagógica, tal como indicado por Gandini e Goldhaber (2002, p. 150):

A documentação constitui uma ferramenta indispensável para que os educadores possam construir experiências positivas para as crianças, facilitando o crescimento profissional e a comunicação entre os adultos. A documentação serve para confirmar algo que nós consideramos relevante: dar prova disso e comunicá-lo.

Nessa concepção de avaliação, não cabem professores que trabalham isolados, que não partilham suas experiências, que não se sintam pertencentes a uma comunidade educativa. Ao contrário,

(...) devem descobrir formas de se comunicar e documentar as experiências evolutivas das crianças na escola. Devem preparar um fluxo constante de informação de boa qualidade dirigida aos pais, mas apreciada por crianças e professores (Gandini; Goldhaber, 2002, p. 153 *apud* Malaguzzi, 1998, p. 69-70).

Nesse aspecto, diferentes estratégias de documentação das observações que fazemos do percurso educativo das crianças nas dimensões individual e coletiva podem ser utilizadas para potencializar e qualificar essa ação no cotidiano. Além das anotações das professoras acerca da escuta que fazem da voz da infância, também analisamos fotos e videograções de situações preciosas que revelam o vivido pelas crianças, objetos e falas que representam descobertas, jeitos de pensar, de se desenvolver, comportamentos, interações, reações e preferências. Esses registros (documentação pedagógica) são desenvolvidos durante as etapas da avaliação, numa construção coletiva realizada entre os diversos agentes presentes no dia a dia com as crianças (pedagogas, professoras, crianças e pais). Vale ressaltar que essa documentação não é produzida e tampouco usada como instrumento para classificar e estigmatizar as crianças entre as boas, fracas ou as que dão trabalho. Pelo contrário, a avaliação e seu registro são considerados ferramentas essenciais para a equipe pedagógica, em especial para as professoras, pois permitem tanto a interpretação e avaliação das crianças quanto a reflexão sobre o próprio trabalho pedagógico. Sua análise tem a função de instrumentalizar as professoras na construção de alternativas cada vez mais reflexivas para o percurso pedagógico.

Dessa forma, o registro garante ao professor a documentação de sua prática e uma visão integral do desenvolvimento das crianças e suas particularidades. Essa documentação será fundamental para que possa refletir sobre sua atuação, compartilhar suas práticas com pesquisadores (colaborando com a construção do conhecimento sobre Educação Infantil) e discutir o trabalho por ele desenvolvido com os gestores e todos os envolvidos da escola em que atua.

14.1.5. Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais

Um desafio na fase final da Educação Infantil é pensar reflexivamente as transições entre as faixas etárias da Educação Infantil e as etapas de ensino. Este desafio coloca para os profissionais o compromisso de pensar a organicidade e a articulação coerente do currículo, das práticas pedagógicas e dos procedimentos específicos de transição. Se a escola consolida o alinhamento de suas concepções, torna-se viável, factível e real as boas estratégias de conexão e transição entre os segmentos e faixas etárias.

Para que se possa reforçar essa ideia, Kramer (2006) afirma ao se referir aos níveis de ensino:

Educação Infantil e Ensino Fundamental são frequentemente separados. Porém do ponto de vista da criança, não há fragmentação. Os adultos e as instituições é que, muitas vezes, opõem Educação Infantil e Ensino Fundamental, deixando de fora o que seria capaz de articulá-los: a experiência com a cultura. Entender que as pessoas são sujeitos da história e da cultura, além de serem por elas produzidas, implica ver o pedagógico na sua dimensão cultural como conhecimento, arte e vida e não só como algo instrucional que visa ensinar coisas. Educação Infantil e Ensino Fundamental são indissociáveis: ambos envolvem conhecimentos e afetos; saberes e valores; cuidado e atenção; seriedade e riso (Kramer, 2006, p. 19).

Sonia Kramer destaca a cultura como elo entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, sendo por meio dela que ambos os níveis de ensino estabelecem um diálogo. Dessa forma, a Rede Sesi adota um currículo integrador, no qual os elementos da cultura balizam e criam pontes entre as práticas pedagógicas dos diferentes segmentos.

Ressalta-se que as transições precisam estar alinhadas a um projeto de escola coerente e orgânico no qual os segmentos dialogam e interagem. Uma escola onde, mesmo que as especificidades de segmento estejam bem delineadas, há um projeto maior de currículo e de sociedade, que tem alicerces comuns e perpassam toda a comunidade escolar. Esta meta deve ser amplamente requisitada, conhecida por todos e compartilhada. É preciso que a instituição tenha uma identidade e, sobretudo, um jeito próprio de conceber e concretizar um ideal de educação.

14.2. ENSINO FUNDAMENTAL: SISTEMATIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

O Ensino Fundamental, com nove anos de duração, é a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo estudantes entre 6 e 14 anos. Há, portanto, crianças e adolescentes que, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, entre outros. Como apontado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (Resolução CNE/CEB nº 7/2010), essas transformações apresentam desafios na elaboração de currículos para essa

etapa de escolarização, de modo a superar as rupturas que ocorrem na passagem não somente entre as etapas da Educação Básica, mas também entre as duas fases do Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Anos Finais.

Essa etapa baseia-se na busca de relações educativas efetivas, a partir da compatibilidade dos objetivos, conteúdos contextualizados e projetos interdisciplinares compartilhados por professores e alunos. Propõe-se a desenvolver a capacidade de aprender, tendo como base o pleno domínio das competências relacionadas à leitura, à escrita e ao cálculo bem como à compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores sobre os quais a sociedade se sustenta. Baliza suas ações na BNCC, acompanhando as pesquisas referentes ao processo de desenvolvimento humano e à construção do conhecimento, para enriquecer as práticas de sala de aula e preservar a autonomia de sua configuração específica.

Na Rede SESI de Educação, o Ensino Fundamental está organizado em quatro áreas do conhecimento. Essas áreas, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/201024, “favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares” (Brasil, 2010). Elas se intersectam na formação dos alunos, embora se preservem as especificidades e os saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos componentes.

Ensino Fundamental – Anos Iniciais

Área de Conhecimento	Componente Curricular
Linguagens	Língua Portuguesa
	Língua Inglesa
	Arte
	Educação Física
	Literatura
	Produção de Texto
	Literatura Infantil
	Música
Ciências da Natureza	Ciências
Matemática	Matemática
Ciências Humanas	História
	Geografia

Ensino Fundamental – Anos Finais

Área de Conhecimento	Componente Curricular
Linguagens	Língua Portuguesa
	Língua Inglesa
	Arte
	Educação Física
	Literatura
	Produção de Texto
Ciências da Natureza	Ciências
Matemática	Matemática
Ciências Humanas	História
	Geografia

Cada área de conhecimento explicita seu papel na formação integral dos alunos do Ensino Fundamental, destacando particularidades tanto para os Anos Iniciais quanto para os Anos Finais, considerando tanto as características dos alunos quanto as especificidades e demandas pedagógicas dessas fases da escolarização. Além disso, são estabelecidas as competências específicas de cada área, que devem ser desenvolvidas ao longo dos nove anos de ensino. Essas competências refletem a aplicação das dez competências gerais em cada uma das áreas de conhecimento.

Para garantir o desenvolvimento das competências específicas, cada componente curricular apresenta um conjunto de habilidades que estão relacionadas a diferentes objetos de conhecimento – aqui entendidos como conteúdos, conceitos e processos –, que, por sua vez, são organizados em **unidades temáticas**. As habilidades expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares.

A área de Linguagens, no Ensino Fundamental, está centrada no conhecimento, na compreensão, na exploração, na análise e na utilização das diferentes linguagens (visuais, sonoras, verbais, corporais), visando estabelecer um repertório diversificado sobre as práticas de linguagem, além de desenvolver o senso estético e a comunicação com o uso das tecnologias digitais.

A área de Matemática, no Ensino Fundamental, centra-se na compreensão de conceitos e procedimentos em seus diferentes campos e no desenvolvimento do pensamento computacional, visando à resolução e formulação de problemas em contextos diversos.

A área de Ciências da Natureza, no Ensino Fundamental, propõe aos estudantes investigar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural e tecnológico, explorar e compreender alguns de seus conceitos fundamentais e suas estruturas explicativas, além de valorizar e promover os cuidados pessoais e com o outro, o compromisso com a sustentabilidade e o exercício da cidadania.

A área de Ciências Humanas, no Ensino Fundamental, define aprendizagens centradas no desenvolvimento das competências de identificação, análise, comparação e interpretação de ideias, pensamentos, fenômenos e processos históricos, geográficos, sociais, econômicos, políticos e culturais. Essas competências permitirão aos estudantes elaborar hipóteses, construir argumentos e atuar no mundo, recorrendo aos conceitos e fundamentos dos componentes da área. No Ensino Médio, com a incorporação da Filosofia e da Sociologia, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe o aprofundamento e a ampliação da base conceitual e dos modos de construção da argumentação e sistematização do raciocínio, operacionalizados com base em procedimentos analíticos e interpretativos.

14.2.1. Ensino Fundamental – Anos Iniciais

Este nível de ensino valoriza as situações lúdicas de aprendizagem e aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.

Nesse período da vida, as crianças estão vivendo mudanças importantes em seu processo de desenvolvimento que repercutem em suas relações consigo mesmas, com os outros e com o mundo. Como

destacam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), a maior desenvoltura e a maior autonomia nos movimentos e deslocamentos ampliam suas interações com o espaço; a relação com múltiplas linguagens, incluindo os usos sociais da escrita e da matemática, permite a participação no mundo letrado e a construção de novas aprendizagens, na escola e para além dela; a afirmação de sua identidade em relação ao coletivo no qual se inserem resulta em formas mais ativas de se relacionarem com esse coletivo e com as normas que regem as relações entre as pessoas dentro e fora da escola, pelo reconhecimento de suas potencialidades e pelo acolhimento e valorização das diferenças.

Ampliam-se também as experiências para o desenvolvimento da oralidade e dos processos de percepção, compreensão e representação, elementos importantes para apropriação do sistema de escrita alfabética e de outros sistemas de representação, como os signos matemáticos, os registros artísticos, midiáticos e científicos e as formas de representação do tempo e do espaço. Os alunos se deparam com uma variedade de situações que envolvem conceitos e fazeres científicos, desenvolvendo observações, análises, argumentações e potencializando descobertas.

As experiências das crianças em seu contexto familiar, social e cultural, suas memórias, seu pertencimento a um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias de informação e comunicação são fontes que estimulam sua curiosidade e a formulação de perguntas. O incentivo ao pensamento criativo, lógico e crítico, por meio da construção e do fortalecimento da capacidade de fazer perguntas, avaliar respostas, argumentar, interagir com diferentes produções culturais e utilizar tecnologias de informação e comunicação, possibilita aos alunos ampliar sua compreensão sobre si mesmos, sobre mundo natural e social e sobre as relações entre os seres humanos e a natureza.

As características dessa faixa etária exigem que o trabalho escolar seja organizado a partir dos interesses manifestados pelas crianças e de suas vivências mais imediatas. A partir dessas experiências, elas devem ser incentivadas a ampliar progressivamente sua compreensão, por meio da mobilização de operações cognitivas cada vez mais complexas e da sensibilidade necessária para apreender o mundo, expressar-se sobre ele e atuar nele.

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica tem como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. Como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010:

os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo (Brasil, 2010).

A primeira fase do Ensino Fundamental (Anos Iniciais) pressupõe um investimento nas crianças, respeitando suas singularidades e valorizando seus saberes prévios. Por isso, requer um currículo que contemple a diversidade e pluralidade cultural dos alunos. Esse currículo deve se traduzir em planejamentos dinâmicos e interdisciplinares, elaborados de forma coletiva entre estudantes e professores, visando consolidar o ciclo de alfabetização. O objetivo é garantir a organicidade do processo e o cumprimento das finalidades educacionais. Isso implica na organização de um currículo que tenha como base a aprendizagem do aluno, assegurando um planejamento alinhado à fase de desenvolvimento em que o estudante se encontra.

Ao longo do Ensino Fundamental (Anos Iniciais), a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. Ampliam-se autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente.

Além desses aspectos relativos à aprendizagem e ao desenvolvimento, na elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas devem ainda ser consideradas medidas para assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens entre as duas fases do Ensino Fundamental, de modo a promover uma maior integração entre elas. Afinal, essa transição se caracteriza por mudanças pedagógicas na estrutura educacional, decorrentes principalmente da diferenciação dos componentes curriculares. Como bem destaca o Parecer CNE/CEB nº 11/2010,

os alunos, ao mudarem do professor generalista dos Anos Iniciais para os professores especialistas dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir diante das muitas exigências que têm de atender, feitas pelo grande número de docentes dos Anos Finais (Brasil, 2010).

A Rede Sesi realiza ações e as necessárias adaptações e articulações, tanto no 5º quanto no 6º ano, para apoiar os alunos nesse processo de transição, para evitar ruptura no processo de aprendizagem, garantindo-lhes maiores condições de sucesso.

14.2.1.1. A Organização do Trabalho Pedagógico do Ensino Fundamental – Anos Iniciais

O Ensino Fundamental (Anos Iniciais) da Rede Sesi MG é organizado em cinco anos, do 1º ao 5º, sendo que os três primeiros anos são dedicados à consolidação da alfabetização. Suas bases principais estão fundamentadas nos documentos e legislações da educação nacional, especialmente na Constituição Federal (artigo 205) e na LDB (artigo 2º), com foco no pleno desenvolvimento da pessoa, na preparação para o exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho. Também são considerados os princípios estabelecidos pelo ECA (Lei nº 8.069/90), que garante à criança e ao adolescente direitos fundamentais, além de oportunidades para o desenvolvimento físico, cognitivo, moral e social, em condições de liberdade e dignidade. Neste nível de ensino, reconhecemos a infância como um período fundamental, garantindo às crianças o direito ao brincar, à convivência, ao aprendizado e ao acesso ao conhecimento acumulado historicamente, integrando as dimensões intelectual (cognitiva), física e afetiva no processo de formação e desenvolvimento humano.

A Alfabetização e o letramento são essencialmente os eixos norteadores do trabalho dos três primeiros anos do Ensino Fundamental. A ação pedagógica, neste momento, tem como objetivo garantir amplas oportunidades para que as crianças se apropriem do sistema de escrita alfabético de modo articulado ao conhecimento de si e do mundo, ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramento. Este objetivo não está dissociado de experiências lúdicas e prazerosas com a leitura e escrita, das brincadeiras como parte da rotina, assim como com o trabalho didático envolvendo as outras linguagens e conhecimentos. A Alfabetização como processo de apropriação do sistema de escrita alfabética e o Letramento como as práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita são os dois grandes eixos do trabalho neste ciclo.

Nos 4º e 5º anos, o foco é dar continuidade às aprendizagens e experiências dos anos anteriores, sistematizando-as, além de desenvolver habilidades essenciais como a proficiência leitora e escritora e o pensamento matemático. Essas habilidades são fundamentais para que as crianças possam ler para aprender e conquistar a autonomia necessária para avançar nas aprendizagens ao longo de sua escolarização e de suas vidas. Buscamos oferecer um ambiente de aprendizagem rico em estímulos e situações didáticas que despertem o interesse dos alunos e promovam o desenvolvimento do pensamento criativo, lógico, crítico e questionador, além da capacidade de argumentar, interagir com diferentes produções culturais e utilizar tecnologias. Dessa forma, buscamos possibilitar às crianças ampliar sua compreensão sobre si mesmas, o mundo natural e social, e as relações entre os seres humanos e com a natureza.

Embora estejamos organizados por áreas de conhecimento, temos como premissa o enfoque globalizador. O projeto de trabalho representa uma excelente estratégia para promover a construção coletiva do conhecimento e a problematização de contextos ligados à vida do estudante. Por meio da vivência de situações de aprendizagem diversificadas, em que o aluno se depara com uma demanda significativa, conhecimentos de várias disciplinas são mobilizados, e competências são desenvolvidas.

Trabalhar por projetos implica romper com paradigmas educacionais que colocam o foco no processo de ensino em vez de focar na aprendizagem. Ao contrário, o trabalho por projetos articula de maneira clara e eficaz essas duas dimensões. Ao exigir negociação e cooperação, essa abordagem promove a reflexão sobre as relações dentro da escola e sobre como elas circulam entre os diferentes agentes envolvidos. O trabalho por projetos contribui para a formação de um estudante estratégico, que vê o conhecimento disciplinar como meio e não como fim. O aluno se torna capaz de analisar e questionar a realidade, provocando intervenções significativas.

Além disso, o trabalho contextualizado (re)significa o conhecimento, que, muitas vezes, perde seu sentido ao ser transposto didaticamente. A investigação, a pesquisa, a troca de ideias e o registro do processo favorecem a autonomia do aluno e estimulam a sua capacidade de tomar decisões.

14.2.1.2. Fluência Leitora

A fluência é a ponte entre o reconhecimento das palavras e a compreensão do texto. O reconhecimento automático das palavras permite que o cérebro se concentre mais na compreensão do conteúdo. No entanto, os diferentes propósitos de leitura influenciam o grau de compreensão necessário e o nível de fluência exigido para uma leitura eficaz. Como a fluência é essencial para um bom desempenho em compreensão leitora, é crucial identificar precocemente as crianças que enfrentam dificuldades e intervir o mais rápido possível.

O trabalho com a fluência leitora tem como objetivo avaliar a capacidade do aluno de ler palavras, pseudopalavras e textos adequados ao seu ano escolar de forma fluida e no ritmo apropriado. A proposta da atividade é avaliar o desempenho do estudante em leitura com base em três critérios:

- precisão, que é a capacidade de ler corretamente as palavras escritas;
- velocidade ou automaticidade, que diz respeito à leitura fluida, sem grandes pausas nem dificuldades;

- prosódia, que aponta para o uso correto dos aspectos tônicos e rítmicos do discurso, como a pausa na vírgula e a entoação interrogativa em uma pergunta.

14.2.1.3. Avaliação no Ensino Fundamental – Anos Iniciais

Toda ação humana cria a possibilidade da lembrança, da memória e da história, o que engloba as possibilidades de registro e de avaliação das experiências humanas. Quando se trata de avaliação em Educação, a grande meta é articular as várias instâncias responsáveis pelos processos de ensino e aprendizagem, para que estes possam ser articulados, historiados, avaliados e colocados a serviço de uma Educação de qualidade que garanta a todos os estudantes seus direitos de aprendizagem. É ir para além do apenas medir, testar, examinar, porque avaliamos para incluir, confirmar ações e superar desafios.

Defende-se que a avaliação da aprendizagem no Ensino Fundamental (Anos Iniciais) tenha um caráter formativo, sendo, portanto, prioritariamente qualitativa, em vez de focar em aspectos quantitativos e/ou classificatórios. Dessa forma, a avaliação formativa busca criar estratégias coerentes para a progressão individual dos alunos, favorecendo seu desenvolvimento integral e garantindo a qualidade de sua trajetória escolar.

Neste sentido, é fundamental entender a avaliação das aprendizagens como um processo contínuo, e não como algo estanque ou uma fotografia de um único momento. A avaliação formativa permite que as crianças e os alunos, em parceria com familiares, professores e colegas, ressignifiquem suas experiências e seus processos de apropriação e produção de conhecimento de maneira autônoma e autoral. Portanto, é preciso planejar e avaliar bem aquilo que está sendo ensinado e o que o sujeito/aluno está aprendendo desde o início de sua escolarização, para assegurar a progressão do aluno nos ciclos com seus Direitos de Aprendizagem garantidos.

Contrapondo-nos à concepção de escola seletiva na qual a avaliação tem como propósito medir resultados em detrimento da aprendizagem, considera-se que a avaliação formativa tem como objetivo regular e adaptar a prática pedagógica às necessidades dos alunos, considerando, nesse processo avaliativo, o professor, o aluno, a escola e a família. Se o maior propósito da avaliação processual é ser diagnóstica e formativa, é por meio dela que se consegue perceber as dificuldades das crianças em seus processos de apropriação e produção de conhecimentos, o que significa que parte desses aspectos se apresente no sentido de que as escolas estruturem seus atendimentos de apoio.

A avaliação formativa compara o estudante com ele mesmo, ao considerar seu processo, por isto encoraja-o e não o pune. Nesta direção, bons procedimentos e práticas que promovem a avaliação da aprendizagem, na perspectiva da avaliação formativa, podem ser traduzidos em registros reflexivos dos estudantes e dos professores; avaliação por pares com roteiro e critérios claros; autoavaliação com roteiro simples que auxilie na construção da autonomia dos sujeitos; seminários e trabalhos em grupo, cujos critérios são negociados por todos; provas operatórias, com questões abertas que exigem hipóteses, análises, sínteses, justificativas e não apenas dados memorizados.

A avaliação da aprendizagem indica a necessidade de o professor proporcionar oportunidades ao aluno por meio de diversas situações, linguagens e, principalmente, por meio das intervenções realizadas durante os processos vivenciados pelo estudante. Em um ensino dialógico, o professor compreende como o aluno se

apropriou da informação e a estratégia que utilizou na situação apresentada. Além disso, reflete sobre os avanços e limitações observados, tomando, a partir dessas percepções, decisões significativas para favorecer a aprendizagem. A avaliação, nesse contexto, não deve ser vista como um instrumento de exclusão, mas como um processo contínuo, inclusivo, regulador, prognóstico, diagnóstico, emancipatório, mediador, qualitativo, dialético, dialógico, informativo e formativo-regulador, com o objetivo de potencializar e garantir os Direitos de Aprendizagem no processo de formação do sujeito.

Ressaltamos que a avaliação deve acontecer todos os dias ao longo do ano, e não somente nos períodos determinados em Calendário Escolar, caracterizando-se verdadeiramente como uma avaliação contínua e qualitativa dos termos que pressupõe a LDB 9394/96 e os documentos oficiais vigentes. Essa flexibilidade tem a finalidade de contribuir para que o processo de ensino e aprendizagem tenha uma avaliação coerente com o que sugere esta Proposta Curricular.

Como parte integrante do processo de avaliação, os documentos que registram a vida escolar do aluno são de responsabilidade tanto do professor quanto da secretaria da escola, sendo estes responsáveis pela elaboração e reprodução desses registros.

14.2.1.4. Transição do 5º para o 6º Ano do Ensino Fundamental – Anos Finais

Essa transição é marcada por mudanças físicas, emocionais e comportamentais próprias da adolescência.

A realidade encontrada nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é muito diferente da encontrada nos Anos Finais: diversidade de disciplinas e de professores, redução do tempo de permanência do professor em sala de aula, entre outros aspectos. Assim, logo nos primeiros dias de aula, é importante que o professor promova uma roda de conversa entre os alunos, permitindo que eles expressem suas dúvidas e curiosidades sobre o 6º ano. O professor deve entender esse momento de transição e, a partir disso, traçar estratégias e elaborar seu planejamento, levando em consideração as especificidades desse ano escolar.

14.4.2. Ensino Fundamental – Anos Finais

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, os estudantes encontram desafios pedagógicos de maior complexidade, dado que devem se apropriar de diferentes lógicas de organização do conhecimento, com a ampliação do número de docentes em várias áreas do saber. Essa diversificação curricular torna imprescindível retomar e ressignificar as aprendizagens adquiridas nos Anos Iniciais, contextualizando-as às novas áreas do conhecimento. Esse processo visa aprofundar e ampliar o repertório cognitivo dos estudantes, construindo uma base sólida para o desenvolvimento de competências complexas e integradas, que se estendem além dos muros da escola.

A compreensão do período biológico e cultural dos alunos dessa faixa etária é crucial, pois marca a transição da infância para a adolescência. Nesse estágio, os jovens vivenciam mudanças biológicas e psicológicas intensas que impactam suas capacidades cognitivas, sua autonomia e seu senso de pertencimento

e interação com grupos de mesma idade. Sem essa compreensão, a rotina curricular pode parecer desconexa, gerando uma falta de engajamento que se torna ponto crítico nessa etapa da escolarização.

Essas mudanças exigem um acompanhamento contínuo dos estudantes ao longo dos quatro anos desse nível de ensino, tanto quantitativo quanto qualitativo, o que facilita a identificação das necessidades individuais e possibilita intervenções pedagógicas mais eficazes. Esse acompanhamento impacta diretamente na forma como o estudante lida com a dinâmica escolar, influenciando positivamente na sua permanência na instituição e fortalecendo o contrato educacional.

No contexto atual, é essencial prestar atenção às questões relacionadas ao sofrimento emocional e à convivência, incluindo a "cyberconvivência", que traz desafios específicos nas interações digitais. Essas situações demandam acolhimento e mediação constante por parte da equipe docente. Para fortalecer o clima escolar, é fundamental promover rodas de conversa e outras práticas pedagógicas que proporcionem um espaço para explorar a cultura juvenil em sua diversidade e potencial comunicativo e expressivo. Dessa forma, questões como violência, isolamento e outras dificuldades podem ser abordadas de maneira aberta, incentivando o apoio mútuo, a empatia, a colaboração e a corresponsabilização em um ambiente seguro.

14.2.2.1. Organização do Trabalho Pedagógico no Ensino Fundamental – Anos Finais

É importante que a escola implemente programas e projetos interdisciplinares, planejados e organizados de maneira contínua, para atender aos diferentes perfis de estudantes. Tais ações devem estimular o engajamento estudantil e o desejo de aprender, promovendo um ambiente em que o aluno se sinta acolhido e motivado a explorar temas de interesse pessoal e acadêmico. Portanto, a escola deve estar atenta aos desafios práticos que surgem, desde a transição para o 6º ano até a preparação para o Ensino Médio.

Na transição entre a infância e a adolescência, é fundamental que a escola promova o exercício e o fortalecimento da autonomia dos estudantes, oferecendo-lhes as ferramentas necessárias para acessar, interagir e refletir criticamente sobre diversas fontes de informação e diferentes pontos de vista. Esse desenvolvimento é crucial, pois os adolescentes começam a ampliar sua visão de mundo, tornando-se capazes de avaliar questões além de sua perspectiva individual. Como destaca o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, esse processo de "descentração" é essencial para a construção da autonomia e a aquisição de valores éticos e morais.

Ademais, o contexto contemporâneo demanda que a escola compreenda o impacto da cultura digital, na qual os jovens não apenas consomem, mas também produzem conteúdo. A cultura digital amplia as possibilidades de interação, mas também apresenta o desafio da superficialidade nas análises e da predominância de conteúdos visuais rápidos. A Rede de escolas Sesi, comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes, busca incentivar a análise crítica e a reflexão aprofundada sobre os conteúdos escolares e as ofertas digitais, promovendo a formação de indivíduos capazes de interagir com o mundo de forma crítica e ética.

Por fim, a estrutura curricular é organizada em áreas do conhecimento, sendo que cada uma desempenha um papel fundamental na formação integral dos estudantes. As competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são desdobradas em habilidades específicas, que devem ser promovidas

ao longo dos anos do Ensino Fundamental, garantindo aprendizagens essenciais e alinhadas às especificidades dessa etapa do ensino.

As escolas SESI, assim, buscam desenvolver uma educação que considere as particularidades dos adolescentes e o contexto em que estão inseridos, preparando-os para os desafios do futuro e promovendo a formação de cidadãos mais autônomos, críticos e responsáveis frente à realidade.

A organização das turmas deverá seguir critérios como:

- faixa etária;
- número equivalente, sempre que possível, de alunos dos sexos feminino e masculino;
- observações oriundas do Conselho de Classe do ano anterior;
- distribuição de alunos equilibrada referente a repetentes e novatos.

14.2.2.2. SESI Choices

O SESI Choices é destinado aos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e tem como objetivo oferecer componentes curriculares de livre escolha, enriquecendo e complementando a educação em sala de aula. O projeto também busca estimular a autonomia dos alunos, promovendo maior protagonismo e engajamento em seu próprio desenvolvimento e aprendizagem.

Os componentes curriculares são ofertados no contraturno, de maneira autoinstrucional, com uma hora-aula semanal e mediação de professor-tutor, que receberá uma hora-aula a mais por turma para fazer esse trabalho.

Fazem parte do escopo de trabalho desse docente: o monitoramento de frequência, a motivação, a participação, o engajamento dos alunos e a entrega de atividades e relatórios.

Com base em um portfólio, os alunos escolherão dois temas: um para o primeiro semestre e outro para o segundo semestre. É importante esclarecer que essas disciplinas fazem parte do currículo e são avaliadas por meio das evidências de engajamento, frequência e pontualidade nas entregas dos estudantes. As Choices são obrigatórias a todos os estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

14.2.2.3. Avaliação no Ensino Fundamental – Anos Finais

Além de contar com avaliações somativas, o Ensino Fundamental (Anos Finais) precisa transformar a cultura escolar, estimulando e orientando o uso de avaliações formativas como instrumento. As avaliações somativas, tanto internas quanto externas, fornecem informações importantes para a gestão do sistema educacional, pois mapeiam o nível de aprendizado atingido por um grupo de alunos ao fim de determinada etapa do ensino. Esse mapeamento é importante para conduzir os planejamentos dos docentes, bem como as estratégias de recomposição das aprendizagens, e propor novas organizações curriculares.

Por outro lado, a avaliação formativa envolve os estudantes em seu próprio processo de aprendizagem e fornece ao professor informações sobre os avanços e as lacunas a serem trabalhadas diariamente em suas turmas. Essa avaliação formativa, realizada internamente pelos professores no dia a dia das aulas, permite diagnosticar a situação de cada turma e estudante e acompanhar e intervir no processo educativo ao longo do nível de ensino. Com critérios cuidadosos, a avaliação formativa permite realizar intervenções e corrigir rotas para que os alunos progridam antes de uma verificação apenas no fim do ano ou ciclo de escolarização.

É importante ressaltar que não se avalia um aluno apenas para atribuir notas, mas para observar seus avanços, planejar ou aprimorar estratégias em função das diferentes necessidades de aprendizagem. Então, para materializar este tipo de avaliação, é importante oferecer aos estudantes:

- atividades desafiadoras (são atividades que evidenciam como cada estudante pensa e o que é capaz de fazer com o que sabe. São as evidências para que se compreendam o pensamento dos alunos e suas capacidades).
- expectativas de aprendizagem (a explicitação das expectativas de aprendizagem deve ser feita em uma linguagem simples, delimitando o foco de trabalho e a qualidade esperada nas atividades).
- autoavaliações e avaliações entre pares (a autoavaliação é primordial no desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender).
- devolutivas construtivas (é um *feedback* que aponta para a frente, feitas pelo professor ao seu aluno que o auxilia a construir um plano de aprendizagem individual).

Neste nível de ensino o estudante passa por diferentes mudanças: aumento do número de disciplinas e professores, reorganização dos tempos escolares, mudanças nos processos avaliativos. Portanto, para que as avaliações sejam de fato importantes para seu desenvolvimento, elas precisam:

- 1) evidenciar o progresso do estudante em relação a objetivos específicos;
- 2) ser justas e equitativas, evitando contradições e oferecendo devolutivas para cada estudante em relação aos seus conhecimentos e habilidades;
- 3) ser oportunidade de aprendizado para os estudantes e professores. No caso de estudantes, estamos falando de se apropriarem de escalas, metas, rubricas, exemplos e outros recursos que os ajudem a compreender as expectativas numa terminologia coerente e simples.

O engajamento dos adolescentes nos processos de avaliação e autoavaliação ampliam sua compreensão da qualidade de aprendizagem que se espera dele e faz com que internalizem padrões e expectativas. Para professores, também é uma excelente oportunidade, pois, ao irem além de uma nota ou um conceito, avançam no sentido do que é necessário reajustar, replanejar, mudar e valorizar a própria prática em benefício do aprendizado dos estudantes.

14.2.2.4. Transição do 9º Ano do Ensino Fundamental para a 1ª Série do Novo Ensino Médio

A mudança do Ensino Fundamental para o Ensino Médio é considerada por especialistas como a mais marcante e profunda das três transições escolares. E não é para menos!

A entrada no Ensino Médio representa para os jovens um mundo em que maiores compromissos e responsabilidades passam a fazer parte da vida cotidiana. O Novo Ensino Médio implantado gradativamente a partir de 2022 coloca o jovem como protagonista da vida escolar e apoia a realização do seu projeto de vida para promover uma aprendizagem com maior profundidade e que estimule o desenvolvimento integral dos estudantes por meio do incentivo à autonomia e à responsabilidade.

Diante de mudanças tão significativas, inerentes ao novo Ensino Médio, o impacto atinge os estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental, especialmente os do 9º ano. Então, é preciso apoiá-los para contribuir com o processo de aprendizagem e instrumentalizá-los para que eles escolham um caminho com mais autonomia, independência e responsabilidade.

14.2.3. Ensino Médio

O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, direito público subjetivo de todo cidadão brasileiro. Todavia, a realidade educacional do País tem mostrado que essa etapa representa um gargalo na garantia do direito à educação. Para além da necessidade de universalizar o atendimento, tem-se mostrado crucial garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas demandas e aspirações presentes e futuras.

Como bem identificam e explicitam as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio de 2011 (DCNEM/2011):

Com a perspectiva de um imenso contingente de adolescentes, jovens e adultos que se diferenciam por condições de existência e perspectivas de futuro desiguais, é que o Ensino Médio deve trabalhar. Está em jogo a recriação da escola que, embora não possa por si só resolver as desigualdades sociais, pode ampliar as condições de inclusão social, ao possibilitar o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho. (Parecer CNE/ CEB nº 5/2011).

O Ensino Médio prepara o aluno para a complexidade da vida em sociedade e para mundo do trabalho, que cada vez mais exige boa formação acadêmica. Assim, a Rede Sesi de Educação de Minas Gerais oferece um programa de ensino focado no desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para a organização da produção, na qual a criatividade, autonomia e capacidade de solucionar problemas sejam dominadas pelos educandos, destacando-se a relação da teoria com a prática em todos os conteúdos curriculares e a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)/Vestibulares, com o consequente prosseguimento de estudos em nível superior.

O Ensino Médio tem como finalidades principais, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Art. 35), promover:

- a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento contínuo;

- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, integrando teoria e prática no ensino de cada disciplina.

Garantir a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental é essencial nessa etapa final da Educação Básica. Além de possibilitar o prosseguimento dos estudos a todos aqueles que assim o desejarem, o Ensino Médio deve atender às necessidades de formação geral indispensáveis ao exercício da cidadania e construir “aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea”. (BNCC, p. 14).

Para atingir essa finalidade, a Rede Sesi de Educação adota, em primeiro lugar, a firme convicção de que todos os estudantes são capazes de aprender e alcançar seus objetivos, independentemente de suas características pessoais, trajetórias e histórias de vida. Com base nesse compromisso, a Rede Sesi:

- promove aprendizagens significativas, conectando-as aos desafios reais e evidenciando os contextos de produção e circulação do conhecimento;
- assegura o protagonismo dos estudantes em seu processo de aprendizagem, incentivando o desenvolvimento de capacidades essenciais à sua autonomia – como abstração, reflexão, interpretação, proposição e ação – que são fundamentais para sua formação pessoal, profissional, intelectual e política;
- valoriza os papéis sociais desempenhados pelos jovens, para além de sua condição de estudante, e qualificar os processos de construção de sua(s) identidade(s) e de seu projeto de vida;
- assegura tempos e espaços para que os estudantes reflitam sobre suas experiências e aprendizagens individuais e interpessoais, de modo a valorizarem o conhecimento, confiarem em sua capacidade de aprender, e identificarem e utilizarem estratégias mais eficientes para seu aprendizado;
- promove a aprendizagem colaborativa, desenvolvendo nos estudantes a capacidade de trabalhar em equipe e aprender com seus pares; e
- estimula atitudes cooperativas e propositivas para o enfrentamento dos desafios da comunidade, do mundo do trabalho e da sociedade em geral, alicerçadas no conhecimento e na inovação.

Essas experiências, como mencionado, favorecem a preparação básica para o trabalho e o exercício da cidadania, o que não significa a profissionalização precoce e precária dos jovens ou o atendimento das necessidades imediatas do mercado de trabalho. Pelo contrário, trata-se do desenvolvimento de competências que capacitem os estudantes a se inserir de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível, criando condições para que construam seu projeto de vida e sigam aprendendo ao longo de suas trajetórias. Assim, estarão aptos a se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação e a buscar aperfeiçoamento contínuo. Para isso, a Rede Sesi estruturou-se de maneira a:

- garantir a contextualização dos conhecimentos, integrando as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura;

- viabilizar o acesso dos estudantes às bases científicas e tecnológicas dos processos de produção do mundo contemporâneo, conectando teoria e prática – ou seja, aplicando o conhecimento teórico à resolução de problemas concretos da realidade social, cultural ou natural;
- revelar os contextos nos quais as diferentes formas de produção e de trabalho ocorrem, sua constante modificação e atualização nas sociedades contemporâneas e, especialmente no Brasil;
- proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo, como criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros;
- oferecer suporte aos jovens para que reconheçam suas potencialidades e vocações, identifiquem perspectivas e possibilidades, construam metas de formação e inserção profissional presentes e/ou futuras, e adotem uma postura empreendedora, ética e responsável para transitar tanto no mundo do trabalho quanto na sociedade em geral.

É também finalidade do Ensino Médio o aprimoramento do educando como pessoa humana, considerando sua formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa, ética, democrática, inclusiva, sustentável e solidária, a Rede Sesi abre um espaço que permita ao estudante:

- conhecer-se e lidar melhor com seu corpo, seus sentimentos, suas emoções e suas relações interpessoais, fazendo-se respeitar e respeitando os demais;
- compreender que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas, e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história;
- promover o diálogo e a resolução pacífica de conflitos, encorajando a expressão de opiniões e pontos de vista distintos, divergentes ou opostos;
- combater estereótipos, discriminações de qualquer natureza e violações de direitos de pessoas ou grupos sociais, favorecendo o convívio com a diferença;
- valorizar sua participação política e social e a dos outros, respeitando as liberdades civis garantidas no estado democrático de direito;
- construir projetos pessoais e coletivos baseados na liberdade, na justiça social, na solidariedade, na cooperação e na sustentabilidade.

Subjacente a todas essas finalidades, o Ensino Médio deve garantir aos estudantes a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática. Nesse sentido, a Rede Sesi, por meio da integração das diversas áreas do conhecimento, oferece aos estudantes a oportunidade de:

- compreender e utilizar os conceitos e teorias que compõem a base do conhecimento científico-tecnológico, bem como os procedimentos metodológicos e suas lógicas;
- reconhecer a importância do aprendizado contínuo e o aprimoramento constante de seus conhecimentos;

- apropriar-se das linguagens científicas utilizando-as de forma eficaz na comunicação e na disseminação do saber;
- desenvolver fluência nas linguagens das tecnologias digitais, utilizando-as de maneira crítica e competente.

Assim, a oferta de diferentes Itinerários Formativos pelas escolas deve considerar a realidade local, os anseios da comunidade escolar e os recursos físicos, materiais e humanos disponíveis nas redes e instituições educacionais. Isso visa oferecer aos estudantes oportunidades concretas para construir e desenvolver seus projetos de vida, permitindo sua integração consciente e autônoma à vida cidadã e ao mundo do trabalho. Para atingir esse objetivo, os itinerários devem proporcionar a apropriação de procedimentos cognitivos e a utilização de metodologias que promovam o protagonismo juvenil, estruturando-se em torno de um ou mais dos seguintes eixos formativos:

- **Investigação científica:** supõe o aprofundamento de conceitos fundantes das ciências para a interpretação de ideias, fenômenos e processos para serem utilizados em procedimentos de investigação voltados ao enfrentamento de situações cotidianas e demandas locais e coletivas, e a proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da comunidade;
- **Processos criativos:** supõem o uso e o aprofundamento do conhecimento científico na construção e criação de experimentos, modelos, protótipos para a criação de processos ou produtos que atendam a demandas para a resolução de problemas identificados na sociedade;
- **Mediação e intervenção sociocultural:** supõem a mobilização de conhecimentos de uma ou mais áreas para mediar conflitos, promover entendimento e implementar soluções para questões e problemas identificados na comunidade;
- **Empreendedorismo:** supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias. (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 12, § 2º)

Para formar esses jovens como sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis, cabe às escolas de Ensino Médio proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas. O mundo deve lhes ser apresentado como campo aberto para investigação e intervenção quanto a seus aspectos políticos, sociais, produtivos, ambientais e culturais, de modo que se sintam estimulados a equacionar e resolver questões legadas pelas gerações anteriores – e que se refletem nos contextos atuais –, abrindo-se criativamente para o novo.

14.2.3.1. A Organização do Trabalho Pedagógico no Ensino Médio

No dia 31 de julho de 2024, por meio da Lei nº 14.945/2024, a Política Nacional de Ensino Médio foi instituída e definiu a reestrutura dessa etapa de ensino. A nova lei prevê que, de um total de, no mínimo, 3 mil horas nos três anos do Ensino Médio, 2.400 horas devem ser destinadas à Formação Geral Básica (FGB), que inclui Português, Inglês, Artes, Educação Física, Matemática, Ciências da Natureza (Biologia, Física, Química) e Ciências Humanas (Filosofia, Geografia, História, Sociologia).

A estrutura do Ensino Médio, além de ratificar a organização por áreas do conhecimento – sem desconsiderar os componentes que compõem o currículo dessa etapa – prevê a oferta de variados Itinerários Formativos, seja para o aprofundamento acadêmico em uma ou mais áreas do conhecimento, seja para a formação técnica e profissional. Essa estrutura adota a flexibilidade como princípio de organização curricular, o que permite a construção de currículos e propostas pedagógicas que atendam mais adequadamente às especificidades locais e à multiplicidade de interesses dos estudantes, estimulando o exercício do protagonismo juvenil e fortalecendo o desenvolvimento de seus projetos de vida.

Tais eixos estruturantes visam integralizar os diferentes arranjos de Itinerários Formativos, bem como criar oportunidades para que os estudantes vivenciem experiências educativas profundamente associadas à realidade contemporânea, que promovam a sua formação pessoal, profissional e cidadã. Para tanto, buscam envolvê-los em situações de aprendizagem que os permitam produzir conhecimentos, criar, intervir na realidade e empreender projetos presentes e futuros.

De acordo com a Portaria 1432/2018, que estabelece os referenciais para elaboração dos Itinerários Formativos, são objetivos dos Itinerários Formativos:

- aprofundar as aprendizagens relacionadas às competências gerais, às Áreas de Conhecimento e/ou à Formação Técnica e Profissional;
- consolidar a formação integral dos estudantes, desenvolvendo a autonomia necessária para que realizem seus projetos de vida;
- promover a incorporação de valores universais, como ética, liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade; e
- desenvolver habilidades que permitam aos estudantes ter uma visão de mundo ampla e heterogênea, tomar decisões e agir nas mais diversas situações, seja na escola, seja no trabalho, seja na vida.

O conjunto dessas aprendizagens (Formação Geral Básica e Itinerário Formativo) deve atender às finalidades do Ensino Médio e às demandas de qualidade de formação na contemporaneidade, bem como às expectativas presentes e futuras dos jovens. Além disso, deve garantir um diálogo constante tanto com as realidades locais – que são diversas no imenso território brasileiro e estão em permanente transformação social, cultural, política, econômica e tecnológica –, como também com os cenários nacional e internacional. Portanto, essas aprendizagens devem assegurar aos estudantes a capacidade de acompanhar e participar dos debates que a cidadania exige, entendendo e questionando os argumentos que apoiam as diferentes posições.

Para que a organização curricular adotada responda aos diferentes contextos e condições da Rede Sesi de Educação, a flexibilidade é princípio obrigatório. Para isso, é fundamental a adoção de tratamento metodológico que favoreça e estimule o protagonismo dos estudantes, e também que:

evidencie a contextualização, a diversificação e a transdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, contemplando vivências práticas e vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social e possibilitando o aproveitamento de estudos e o reconhecimento de saberes adquiridos nas experiências pessoais, sociais e do trabalho. (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 7, § 2º).

A espinha dorsal do Novo Ensino Médio é o protagonismo juvenil, que estimula o jovem a fazer escolhas, tomar decisões e se responsabilizar por elas, colocando o jovem no centro da vida escolar, de modo

a promover uma aprendizagem com maior profundidade, estimulando o seu desenvolvimento integral por meio do incentivo ao protagonismo, à autonomia e à responsabilidade do estudante por suas escolhas e seu futuro.

Considerando os diversos caminhos que o aluno poderá percorrer, o Sesi estruturou um Ensino Médio que retrata o perfil do jovem conectado com o mundo atual. Uma proposta repleta de ações que oportunizam ao estudante ser protagonista de seus estudos, na construção do conhecimento. Tecnologia, escuta, flexibilidade, participação ativa, troca, experimentação, autonomia e diversas vivências serão os principais pilares para o Ensino Médio do Sesi.

A estrutura básica de formação do Ensino Médio contempla duas áreas interligadas: A Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos.



A Formação Geral Básica (FGB), obrigatória e comum a todos os estudantes, tem como objetivo desenvolver competências, habilidades e objetos de conhecimento por meio das áreas previstas na BNCC:



Essas aprendizagens essenciais definidas na BNCC do Ensino Médio estão organizadas por áreas do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), conforme estabelecido no artigo 35-A da LDB. Desde que foram introduzidas nas DCNEM/1998 (Parecer CNE/CEB nº 15/1998), as áreas do conhecimento têm por finalidade integrar dois ou mais componentes do currículo, para melhor compreender a complexa realidade e atuar nela. Essa organização não exclui necessariamente os componentes curriculares, com suas especificidades e saberes próprios historicamente construídos, mas, sim, implica o fortalecimento das relações entre elas e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo trabalho conjugado e cooperativo dos seus professores no planejamento e na execução dos planos de ensino (Parecer CNE/CP nº 11/2009).

Área de Conhecimento	Componente Curricular
Linguagens	Língua Portuguesa
	Língua Inglesa
	Arte
	Educação Física
	Literatura
	Produção de Texto
	Literatura
Ciências da Natureza e suas tecnologias	Física
	Química
	Biologia
Matemática e suas tecnologias	Matemática
Ciências Humanas e Sociais aplicadas	História
	Geografia
	Filosofia
	Sociologia

Os Itinerários Formativos oferecem diversos arranjos curriculares, considerando as demandas e necessidades do mundo contemporâneo, alinhando-se aos diferentes interesses dos estudantes, à sua inserção na sociedade, ao contexto local e às possibilidades da unidade escolar e da Rede. Os Itinerários Formativos foram desenhados após a análise do perfil dos alunos de cada escola e suas particularidades, levando em conta a escuta dos estudantes do 9º ano, o histórico de aprovação nos vestibulares e uma análise com os profissionais da escola.

O Sesi estruturou os Itinerários a partir de arranjos curriculares e integrou mais de uma área de conhecimento para ampliar o repertório cultural e as possibilidades acadêmicas dos alunos. Assim, a Rede Sesi oferece quatro Itinerários Formativos:



Itinerário Formativo Ômega: composto pela formação técnica profissional, com o empreendedorismo como eixo estruturante, além do perfil profissional constante no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), nos seguintes eixos:

- a) Informática, com as habilitações profissionais em Técnico em Informática para Internet e Técnico em Desenvolvimento de Sistemas;
- b) Processos Produtivos, com a habilitação profissional em Técnico em Mecatrônica;
- c) Controle e Processos Industriais, com a habilitação em Técnico em Eletromecânica;
- d) Gestão e Negócios, com a habilitação em Técnico em Administração, para fins exclusivos de continuidade de estudos de alunos oriundos da Escola Técnica de Formação Gerencial, localizada na cidade de Cataguases, incorporada pelo Sesi em 2024.

Além do aprofundamento nas áreas de conhecimento ou do curso técnico, o Itinerário Formativo é composto, ainda, pelas Eletivas e pelo Projeto de Vida.

As Eletivas são unidades curriculares de livre escolha, que permitem aos estudantes experimentar diferentes temas, vivências e aprendizagens para diversificar e enriquecer o seu Itinerário Formativo.

As Eletivas são divididas em dois grupos e organizadas conforme a seguir:



Desbravadoras

Objetivo de trazer temas técnico-científicos junto de uma aplicação social, contextualizando o assunto com o mundo real para uma formação ainda mais completa em formato EAD.

- Química Forense
- Nutrição, Saúde e Sociedade
- Música e Cidadania
- Inovação Social
- Relações Internacionais no Séc. XXI
- Astrobiologia
- Química Alcoólica
- Aprender Jogando: A Relação Entre Jogos e Educação



Curriculares

Recorte de componentes curriculares que já estão presentes nos Itinerários Formativos adaptados para Eletivas em EAD, para que os alunos tenham oportunidade de explorar temas diferentes do escolhido para seu IF.

- Planejamento Financeiro
- Psicologia no Cotidiano
- Arte e Expressão
- Universo Atômico
- Identidade e Papéis Sociais
- Para Além da Regra de Três
- Comunicação Social: Gênero Jornalístico
- Estratégias Financeiras
- Cultura Sem Fronteiras: Explorando o Mundo em Inglês

As Disciplinas Eletivas são oferecidas no formato digital, sendo autoinstrucionais e com uma carga horária de uma hora-aula semanal. O acompanhamento será realizado por um professor-tutor, responsável pelo controle de frequência, pela promoção e monitoramento do engajamento dos alunos, assim como pela entrega de atividades e relatórios.

Considerando a característica autoinstrucional deste componente, é importante que os critérios de avaliação e organização para os estudos dessa unidade sejam apresentados aos estudantes de forma clara, associando-os ao objetivo principal e ao protagonismo que o estudante está experimentando em sua vida escolar.

O Projeto de Vida é um componente obrigatório na etapa do Novo Ensino Médio e, em Minas Gerais, conforme a Resolução CEE Nº 487, de 17 de dezembro de 2021, Art. 7º, 6º, o componente será ofertado nas três séries do percurso escolar. Ele convida a escola a proporcionar ao estudante um olhar integral sobre si, sua trajetória e seus objetivos, levando em conta os múltiplos contextos sociais que a juventude e suas realidades estão inseridas.

De acordo com a BNCC, o Projeto de Vida trabalha o desenvolvimento da consciência crítica, da criatividade, da autonomia e da responsabilidade para construir e reconstruir a própria identidade, tomar decisões éticas e fundamentadas e desenvolver formas de enfrentar os novos desafios. A intenção é fazer cada estudante se sentir protagonista da própria história e entender como os aspectos pessoais e sociais podem interferir na elaboração das suas escolhas.

O estudante do Novo Ensino Médio também vai trabalhar com o Laboratório Inteligência de Vida (LIV) – um programa criado para desenvolver o pilar socioemocional das escolas por meio de espaços de fala e de escuta que fazem ampliar a compreensão de si, do outro e do mundo.

A proposta pedagógica do LIV para o Ensino Médio está voltada para o desenvolvimento do Projeto de Vida e foi organizada em torno de três eixos: “Como Eu Estou?”, “O que Me Move?” e “Para Onde Vou?”, embasando-se nos quatro eixos estruturantes do NEM. Esse programa é destinado para os itinerários ALFA, BETA e GAMA.



Além de ser utilizado para o desenvolvimento do Projeto de Vida, o LIV estimula, de maneira transversal, o desenvolvimento de habilidades que auxiliarão os estudantes a compreenderem e exercitarem as propostas presentes nos eixos estruturantes dos Itinerários Formativos:

- **Investigação Científica:** Este eixo tem como cerne o desenvolvimento dos estudantes, visando que compreendam, analisem, investiguem a realidade e apliquem o conhecimento sistematizado, por meio da realização de práticas e produções científicas. As aulas de LIV auxiliam nessa perspectiva, pois são estruturadas para o desenvolvimento do pensamento crítico de maneira que os alunos compreendam as diferentes fontes de pesquisa existentes e as analisem de forma conectada com as distintas situações cotidianas.
- **Processos Criativos:** Este eixo visa expandir a capacidade dos estudantes de idealizar e realizar projetos criativos. Nesse sentido, o LIV busca auxiliar os estudantes no desenvolvimento da

criatividade, proatividade e perseverança a partir da oferta de vários olhares sobre uma mesma temática, por meio de conteúdos audiovisuais e atividades lúdicas, individuais e coletivas, que provocam o constante exercício criativo ao mesmo tempo que convidam os alunos a se sentirem mais confiantes e preparados para as demandas cotidianas.

- **Mediação e Intervenção Sociocultural:** Este eixo visa à ampliação da capacidade dos estudantes de utilizar conhecimentos para realizar projetos que contribuam com a sociedade e o meio ambiente. As aulas de LIV dialogam com esse eixo, pois são marcadas por proporcionar o desenvolvimento de um olhar mais atento e empático às diferentes realidades e questões sociais existentes por meio de conteúdos audiovisuais, dinâmicas e discussões em sala. Além disso, incentiva, a autonomia dos estudantes para realizarem projetos de intervenção social.
- **Empreendedorismo:** Este eixo visa à expansão da capacidade dos estudantes de mobilizar conhecimentos de diferentes áreas para empreender projetos pessoais ou produtivos articulados ao seu Projeto de Vida. Para isso, é necessário que aprofundem seus conhecimentos sobre as diferentes realidades do mundo do trabalho e ampliem as habilidades relacionadas ao autoconhecimento, empreendedorismo e Projeto de Vida. O LIV é um grande aliado desse eixo, pois auxilia no desenvolvimento do Projeto de Vida dos estudantes. Esse processo ocorre porque proporciona que os alunos conheçam as diferentes opções de carreira, realizem o constante exercício de se autoconhecer e entendam as consequências das suas escolhas por meio de vídeos exclusivos e dinâmicas. Nesse sentido, orienta os estudantes a desenvolver estratégias para o seu cotidiano e para o futuro, essenciais para a construção do seu Projeto de Vida.

15. A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO AVALIATIVO NA REDE Sesi

A avaliação escolar deve ser encarada como reorientação para a aprendizagem e melhoria do sistema de ensino. Assim, entende-se a importância de pensar e planejar muito antes de propor qualquer instrumento de avaliação. Avaliar para a aprendizagem é utilizar as informações daquilo que foi aprendido para ajustar percursos e assegurar que o aluno aprenda.

A Matriz Curricular e os planos de curso orientam o que deve ser trabalhado (habilidades, competências e eixos) em sala de aula em cada componente curricular, destacando para o professor as habilidades que deverão ser avaliadas em toda a Rede Sesi.

As habilidades e competências são os elementos norteadores do processo de avaliação, planejado por meio do mapa da prova, elaborado previamente pelo professor. O aprendizado deve ter como objetivo preparar os alunos para as etapas subsequentes do currículo escolar, tornando-os capazes de aplicar suas aquisições escolares fora do ambiente escolar, transformando qualquer espaço em um ambiente pedagógico.

Considerando a relação entre avaliação e planejamento e a identificação dos diferentes momentos nos quais a avaliação apresenta função central no alinhamento das propostas de ensino, é possível definir alguns tipos específicos de avaliação, destacando suas funções dentro do processo de ensino:

Avaliação Diagnóstica: tem a função de ajustar o percurso de aprendizagem do aluno e da turma. Compreende uma atividade aplicada antes de iniciar o percurso da ação didática. Após aplicação da avaliação, cabe ao professor elaborar um plano de ação, retomando as habilidades âncoras que precisam ainda ser desenvolvidas, para possibilitar novas aprendizagens. Trata-se de um ponto de partida baseado na realidade de cada grupo de alunos. É uma ferramenta que fornece informações sobre o grau de domínio dos estudantes em relação a determinados conhecimentos, habilidades e competências. Dessa forma, é possível mapear os pontos fortes e as dificuldades tanto da turma quanto de cada aluno.

Avaliação Somativa: é a avaliação realizada ao final de um determinado processo de aprendizagem e tem a função de síntese (soma). Sua função é determinar a consecução dos objetivos propostos ao final de processo ou período. Compreende-se que houve a ação didática e, ao finalizar um conteúdo/objeto de estudo em sala de aula, o professor verifica a aprendizagem por meio de instrumento avaliativo. As atividades avaliativas que ocorrem no decorrer das etapas letivas exemplificam esse tipo de avaliação.

Avaliação Formativa: tem como objetivo acompanhar, ajustar e regular os processos educacionais em andamento, a fim de atingir as metas e os objetivos previstos no planejamento. A função dessa avaliação é, para o aluno, fornecer subsídios que mostrem o aprendizado obtido e suas capacidades cognitivas para solucionar problemas. Ao professor, essa é a oportunidade de adequar o planejamento com o foco no ensino e aprendizagem e repassar um *feedback* acertado ao estudante.

Avaliar a aprendizagem é diferente de avaliar para a aprendizagem. Um processo de avaliação para a aprendizagem envolve:

- o uso de diferentes recursos;
- a compreensão das diferentes dimensões da aprendizagem;
- a realização de avaliações em diversos momentos, pois a aprendizagem precisa de tempo para se consolidar;
- a oferta de devolutivas claras aos alunos, pois eles são os sujeitos da aprendizagem e precisam estar engajados no próprio processo de aprendizado;
- a plena integração da avaliação em outros processos de ensino.

É necessário ressignificar os processos avaliativos, incorporando diversas formas de avaliação. Limitar-se apenas à prova formal como instrumento de avaliação para aprendizagem contraria as novas propostas pedagógicas dos atuais contextos de aprendizagem, como as diretrizes estabelecidas pela BNCC.

Nesse contexto, a busca por novas formas de avaliação torna-se essencial na prática em sala de aula, considerando principalmente:



A verificação da aprendizagem do aluno exige acompanhamento em diferentes momentos do processo educacional. Vai além da aplicação de avaliações para atribuir notas. É fundamental criar estratégias para monitorar o progresso do aprendizado e promover seu desenvolvimento.

Para a escolha dos instrumentos avaliativos, é fundamental compreender a Taxonomia de Bloom no domínio cognitivo, uma estrutura hierarquizada de organização dos objetivos educacionais. Seu principal objetivo é auxiliar no planejamento, na organização e no controle dos processos de aprendizagem. Além disso, essa estrutura possibilitou a padronização da linguagem no meio acadêmico, definindo a descrição de cada categoria e a relação dos verbos de ação com elas.

A Taxonomia de Bloom é estruturada em níveis de complexidade crescentes, do mais simples para o mais complexo. A partir dessa contribuição, os verbos mais adequados para cada nível são:



Categorização atual da Taxonomia de Bloom proposta por Anderson, Krathwohl e Airasian, no ano de 2001.

15.1. INSTRUMENTOS AVALIATIVOS

A verificação da aprendizagem do aluno exige um acompanhamento em diferentes momentos do processo educacional, indo além da aplicação de avaliações para atribuição de notas. É fundamental criar estratégias para monitorar o progresso do aprendizado e impulsionar o desenvolvimento do aluno.

Nesse contexto, é essencial utilizar ferramentas que realmente mensurem a aprendizagem, possibilitando diagnosticar, analisar, acompanhar e intervir no desenvolvimento das habilidades dos alunos. A cada planejamento, é importante que o professor monitore o desempenho de seus alunos e avalie sua própria prática, contribuindo para um aprendizado cada vez mais eficaz.

Os instrumentos de avaliação possibilitam o acompanhamento da aprendizagem do aluno, visto que expressam o que ele aprendeu, deixou de aprender ou ainda precisa aprender. Como não existe instrumento de avaliação capaz de detectar a totalidade do desenvolvimento dos alunos, é necessário, portanto, pensar em instrumentos diversificados. A seguir, alguns instrumentos para a verificação da aprendizagem que podem apoiar o processo de acompanhamento e monitoramento da evolução das aprendizagens:

- **observação do professor:** registro aberto de fatos, acontecimentos, comentários e anotações estruturadas com pautas de observação sobre aspectos predeterminados;
- **testes e provas:** atividades avaliativas rotineiras, desafiadoras, prova em grupo seguida de prova individual, testes relâmpagos, testes cumulativos, provas on-line;
- **questões ou situações-problema:** desafiadoras atividades de estudo de casos, abertas e elaboradas pelos alunos ou pelo professor;
- **atividades que exigem justificativas:** questionários, entrevistas (escritas e orais, informais ou estruturadas), debates e seminários;
- **mapas conceituais:** recursos para diagnosticar, explorar e aprofundar conteúdos, orientar a sistematização de conhecimentos, verificar aprendizagens;
- **atividades com linguagem escrita ou oral:** memórias, diários, redação de cartas, poesias, crônicas, músicas e jogos, diálogos, histórias em quadrinho;
- **atividades de culminância de uma unidade didática:** projetos, campeonatos, olimpíadas, seminários e exposições;
- **autoavaliação:** é o exercício de parar e pensar sobre nossas características, qualidades e defeitos, e usar o resultado da avaliação para buscar transformação e crescimento pessoal e acadêmico;
- **trabalhos e avaliações interdisciplinares:** é uma abordagem do conhecimento em que duas ou mais especialidades, realizadas simultaneamente, estabelecem uma relação de análise e interpretação dos dados a fim de proporcionar uma atuação mais abrangente, profunda e especializada;
- **seminário:** é um gênero oral que serve para apresentar um conteúdo a determinado público, utilizando, se necessário, recursos audiovisuais dentre outros, com intuito de qualificar a apresentação. Ele serve para diferentes situações, como trabalhos escolares, divulgação de relatórios ou defesa de projetos;

- **avaliação on-line:** por meio dos recursos disponíveis nas plataformas de ensino utilizadas para verificar e analisar o aprendizado dos estudantes, os professores conseguem avaliá-los continuamente e acompanhar em detalhes, o seu desenvolvimento ao longo dos processos pedagógicos. Por isso, as avaliações on-line também devem ser adotadas como complementos às demais atividades;
- **trabalhos interdisciplinares:** são produções intelectuais e elaboração de material teórico/prático realizadas pelos alunos, que possibilitam a vivência dos conteúdos ministrados em sala de aula, utilizando-os como fator de integração e complementaridade entre os diversos objetos de estudo, por área de conhecimento;
- **trabalho em grupo:** a preparação para o mundo do trabalho inclui a capacidade de trabalhar em equipe. Para esse desenvolvimento, é necessário que os alunos vivenciem na escola diversas situações de aprendizagem e avaliação sob a mediação do professor, que deve ter uma conduta de observação e intervenção, quando necessário. O professor também deve utilizar instrumentos avaliativos eficazes, estabelecendo critérios de avaliação a serem observados desde o início do desenvolvimento do trabalho até a apresentação;
- **debate:** é um texto argumentativo oral, caracterizado pelo discurso persuasivo, cujo propósito é convencer os interlocutores sobre a validade da opinião defendida. Por conta disso, os debatedores precisam planejar seus discursos, acionando uma série de argumentos de acordo com o movimento argumentativo que deseja tomar. O desenvolvimento de um debate proporciona aos participantes colocarem suas opiniões em cheque ao confrontá-las com a opinião dos outros interlocutores, daí a necessidade não somente de argumentar, mas também de contra-argumentar antecipando os argumentos do outro;
- **resenha:** consiste em apresentar pontos de vista sobre um ou mais textos, obras, filmes, reportagens, emitindo a própria percepção sobre o assunto. O professor deve indicar as fontes, orientar a pesquisa do estudante em textos/obras/filmes, destacar pontos divergentes e convergentes, citá-los e explicitar que a resenha deve conter uma opinião do estudante;
- **prática de laboratório:** a aula prática é aquela em que os alunos fazem uso de equipamentos e materiais. Com isso, eles executam uma experiência que os levará a entender uma lei científica e seus efeitos;
- **relatórios científicos:** é um gênero textual utilizado por diversos profissionais em seu dia a dia e também por estudantes, para divulgar os resultados de um estudo ou uma pesquisa acadêmica em andamento, ou até mesmo para registrar participações em congressos, simpósios ou práticas de leituras e estudos. Muito utilizado depois de um experimento, pode ser feito na própria casa do estudante e deve conter introdução, objetivos, materiais e métodos, resultados e discussão, conclusão e bibliografia. O professor deve indicar o objetivo, a hipótese, as etapas a serem seguidas e os recursos necessários;
- **atividades dirigidas:** atividades com regras, supervisionadas e guiadas pelo professor, nas quais, depois de explorar o desenvolvimento de habilidade de um determinado objeto de desenvolvimento, o professor prepara uma atividade que proporcione aprendizagem para seus alunos;

- **portfólio do aluno da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (Anos Iniciais):** é uma coleção de trabalhos realizados pelo aluno, no decorrer de uma unidade didática, que evidenciam seus acertos, habilidades, criatividade, interesses, esforços, áreas fortes e vulneráveis, além de suas melhores ideias. Pode conter: diários, cadernos, comentários sobre trabalhos, reflexões pessoais e de grupo, expressões de sentimento, ideias sobre projetos, investigações, gravações, vídeos, fotografias, evidências do esforço dos alunos para cumprir as tarefas, exercícios, provas, testes, trabalhos de grupo, rascunhos e trabalhos revisados. Os portfólios possibilitam uma avaliação colaborativa e participativa, com interação do professor e aluno. Ambos escolhem os trabalhos mais expressivos do educando, por meio da reflexão crítica, estabelecendo padrões em busca da qualidade e assertividade;
- **pasta de trabalhos dos alunos do Ensino Fundamental (Anos Finais) e Ensino Médio:** serão arquivados todos os trabalhos realizados nas disciplinas de Arte e Produção de Texto durante o ano letivo.

15.2. ATIVIDADES AVALIATIVAS EXTERNAS

No coração da Rede Sesi, está o compromisso com uma educação de qualidade, baseada em evidências. Com essa visão, o Programa de Avaliação do Sistema Sesi de Educação (PASSE) – uma iniciativa pioneira em avaliações em larga escala, desenhada para elevar os padrões de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes em toda a Rede Sesi Nacional – garante um acompanhamento constante do desempenho escolar dos estudantes. Através do PASSE, é possível identificar não apenas o progresso individual, mas também orientar os docentes nas metodologias de ensino aplicadas ao cotidiano escolar. Os eixos estruturantes e inovadores do PASSE consistem em:

- **simulados abrangentes:** incluem simulados dos principais exames do país, como SAEB e ENEM, proporcionando aos alunos uma preparação completa;
- **Matriz Sesi de Avaliação:** proporciona o alinhamento das avaliações formativas e somativas, além da construção de rubricas avaliativas, com foco no aprimoramento do processo de aprendizagem e no mapeamento de competências e habilidades a serem desenvolvidas;
- **Avalia Sesi:** avaliação em larga escala, alinhada ao currículo da Rede Sesi, cobre todas as séries e anos da Educação Básica, oferecendo um panorama detalhado do progresso dos alunos.

Além do PASSE, mantemos um olhar atento e de acompanhamento da qualidade escrita dos estudantes ao oportunizar, ao longo das etapas letivas, a correção externa das produções de texto dos alunos do Ensino Médio, utilizando recursos tecnológicos e humanos para fornecer evidências e dados que subsidiarão a intervenção das equipes pedagógicas. Outras avaliações externas também fazem parte do processo avaliativo da Rede, sempre com o objetivo de acompanhar a aprendizagem dos estudantes por meio de evidências.

Contamos com as seguintes avaliações:

- **Avaliações PASSE (DN),** realizadas duas vezes ao ano – elaboração externa e aplicação interna;

- **Avalia Sesi SAEB**, realizada uma vez ao ano (2º, 5º e 9º anos) – elaboração e externa e aplicação interna;
- **Avalia Sesi-ENEM**, realizada uma vez ao ano para a 3ª série EM – elaboração externa e aplicação interna;
- **Placement Test (nivelamento Língua Inglesa)** – elaboração externa e aplicação interna;
- **PISA for Schools (15/16 anos)**, para as unidades que atendem ao critério – elaboração e aplicação externa;
- **Pesquisa de Clima (PASSE)**, questionário respondido pela comunidade escolar (alunos, professores, gestores) a respeito do clima escolar;
- **Diagnóstico de escrita** (1º e 2º anos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais), visa identificar o nível de desenvolvimento da escrita. Permite compreender as necessidades individuais dos alunos, orientar intervenções pedagógicas e acompanhar a evolução das habilidades de escrita ao longo do tempo;
- **Diagnóstico da fluência leitora** (2º e 3º anos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais);
- **Diagnóstico de produção de texto** (6º ao 9º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais – e 3ª série do Ensino Médio), na Plataforma REDMIL;
- **Simulado ENEM – SOMOS**;
- **Itinerários Formativos**.

15.3. ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DOS RESULTADOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A avaliação permite obter informações de todos os elementos que configuram o desenvolvimento do processo educacional de cada aluno ao longo do curso e permite orientar, modificar, regular, reforçar, comprovar a aprendizagem, dependendo de cada caso particular.

A análise dos resultados das avaliações internas, somativas e formativas, realizada em conjunto com o pedagogo, é um processo contínuo e fundamental para que o professor acompanhe o percurso de aprendizagem de sua turma e de cada aluno. Após cada avaliação, o docente analisa as habilidades que não foram desenvolvidas e cria estratégias diversificadas para retomá-las, com o objetivo de garantir que seus alunos alcancem os objetivos de aprendizagem propostos.

A análise dos resultados dessas avaliações, fundamentada nas hipóteses a seguir, é mais um instrumento que permitirá mapear os pontos fortes e os de melhoria para ajustar os planejamentos, se necessário.

Média da turma baixa:

- A estratégia empregada para ensinar não foi adequada à realidade da turma.
- As habilidades priorizadas na prova não correspondem ao que foi trabalhado em sala de aula.
- O nível de desafio das questões é maior do que os alunos são capazes de resolver.
- As questões foram mal elaboradas, prejudicando a compreensão pelos alunos.
- O professor não observou, adequadamente, os parâmetros de correção, especialmente para a redação e as questões abertas.
- Os alunos não têm se empenhado nos estudos.

Média da turma alta:

- As estratégias empregadas foram adequadas à realidade da turma.
- A correção das questões foi inadequada.
- As habilidades priorizadas nas provas estão aquém do que foi trabalhado em sala de aula.
- O nível de desafio das questões foi baixo, facilitando as respostas dos alunos. Caso as questões estejam compatíveis com o trabalho desenvolvido, o nível de exigência da prática está aquém da capacidade dos alunos.
- Existe um grande empenho por parte dos alunos.
- Em qualquer das situações, os dados devem ser analisados e comparados com outras provas e com os resultados de outros componentes curriculares.

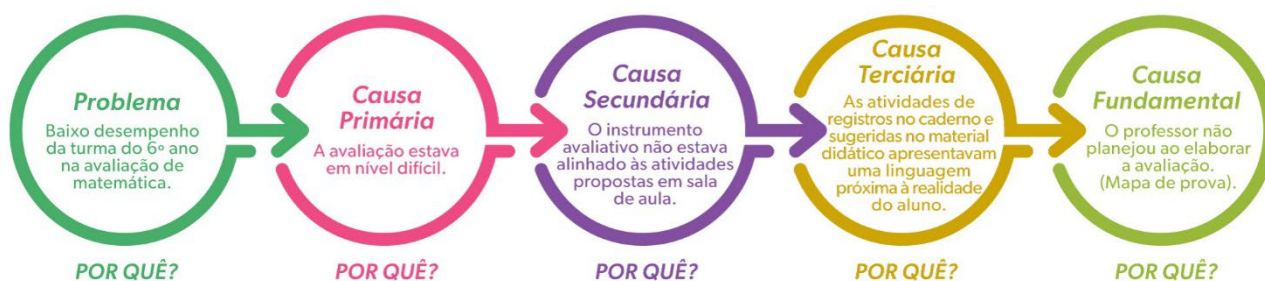
Instrumento aplicado:

- A calibragem dos instrumentos foi adequada?
- Houve uma análise, comparação, entre os instrumentos da 1ª prova, após o resultado, para elaborar o 2º instrumento avaliativo, considerando o nível de dificuldade?
- Os níveis mencionados nos mapas foram realmente colocados em prática no momento da elaboração? Eles estavam coerentes com as dificuldades do grupo?
- É possível mensurar a calibragem? De que forma?
- A abordagem dos itens/questões está de acordo com a proposta/prática do dia a dia do professor?
- Há uma coerência ou uma linha de nível de dificuldade entre uma série e outra?

- Como isso é analisado no processo de elaboração?
- Foram analisados os erros dos instrumentos avaliativos da etapa anterior?

As avaliações e os simulados externos contribuem para o processo de acompanhamento e monitoramento da aprendizagem, uma vez que existe a neutralidade da elaboração, pautada nas expectativas de aprendizagem. A correção é seguida de relatórios com o desempenho das turmas classificadas por ano escolar de cada escola e da Rede, que permitem uma análise minuciosa dos resultados para a elaboração de intervenções consistentes.

A técnica dos "porquês" é uma abordagem de análise que parte da premissa de que, ao questionar repetidamente o motivo de um problema estar ocorrendo — sempre relacionando a causa anterior —, será possível identificar a causa-raiz do problema, em vez de apenas suas fontes. Por fim, elabora-se um plano de ação para corrigir as deficiências e evitar que se repitam.



O acompanhamento dos resultados acontece também coletivamente, no Conselho de Classe, no qual os docentes analisam o desempenho da turma como um todo, considerando o aluno em todos os componentes curriculares e não em casos isolados. É um espaço para discutir, detalhadamente, a situação de alunos que apresentem dificuldades de maneira global, emocional e cognitiva e para que os professores façam uma autoavaliação sobre as oportunidades e desafios que encontraram durante o período e quais aspectos da sua prática de trabalho contribuíram para o resultado positivo ou negativo da turma.

15.4. ASPECTOS LEGAIS DO PROCESSO AVALIATIVO

A avaliação do rendimento escolar é uma etapa importante do processo educativo e observará, de acordo com a legislação e o Regimento Escolar, os seguintes critérios:

- avaliação contínua, processual, formativa e somativa do desempenho do aluno;
- recuperação paralela, trimestral e final.

Na Educação Infantil e no 1º ano do Ensino Fundamental, não serão atribuídas notas. A avaliação ocorrerá por meio da observação, acompanhamento e registros do professor sobre o desenvolvimento do aluno, sua evolução e as possíveis dificuldades identificadas.

Na Rede SESI, o Relatório de Avaliação Individual, que diz respeito ao desenvolvimento e à aprendizagem dos estudantes da Educação Infantil e do 1º ano do Ensino Fundamental, considerando os

aspectos socioafetivos, cognitivos, perceptivo-motor e procedimental, é preenchido pelo professor a cada etapa, conforme legenda a seguir:

LEGENDA	
ND	Não Desenvolvido
ED	Em Desenvolvimento
DS	Desenvolvimento Satisfatório
MS	Desenvolvimento Muito Satisfatório
TD	Totalmente Desenvolvido

No final desse Relatório, serão incluídas observações específicas sobre a criança. O portfólio e o Relatório de Desenvolvimento Individual do Aluno são compartilhados com as famílias ao término de cada etapa letiva.

Do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental e na Formação Geral Básica do Novo Ensino Médio, a distribuição de pontos será trimestral, conforme tabela a seguir:

ETAPA LETIVA	DISTRIBUIÇÃO DE PONTOS	
	Total por Etapa	Média por Etapa
1ª	30	18
2ª	35	21
3ª	35	21
Total Anual	100	60

No caso do Itinerário Formativo do Ensino Médio, para cada unidade curricular, a distribuição de pontos acontece conforme apresentado no quadro acima. Entretanto, a cada etapa letiva, uma nota vai representar o aproveitamento do aluno no Itinerário (Resultado Unificado) e vai ser expressa pela média das notas das unidades curriculares.

O aluno que tirou nota inferior a 60% em uma unidade curricular não necessariamente estará em recuperação, pois seu aproveitamento nas outras unidades curriculares podem garantir a sua média superior a 60% no Itinerário, conforme demonstrado a seguir:

1ª ETAPA LETIVA 30 PONTOS (MÉDIA: 18 PONTOS)		RESULTADO IF 1ª ETAPA
Unidade Curricular I	25	21,4
Unidade Curricular II	22	
Unidade Curricular III	18	
Unidade Curricular IV	15	
Unidade Curricular V	27	

Nos componentes curriculares Projeto de Vida e Eletivas, não haverá distribuição de pontos, nem avaliação quantitativa.

A pontuação de cada etapa letiva do 2º ano do Ensino Fundamental à 2ª Série (e Itinerários Formativos) do Ensino Médio vai ser distribuída de acordo com os seguintes critérios:

Tipo de Instrumento Avaliativo		
Componente ou Unidade Curricular	Somativo	Formativo
Todos	40%	60%
*Conforme o fluxo de validação da proposta de distribuição de pontos de cada Componente/Unidade, deve haver, no mínimo, 02 (dois) instrumentos de avaliação formativa.		

A pontuação de cada etapa letiva da 3ª Série do Ensino Médio da Formação Geral Básica (FGB) vai ser distribuída de acordo com os seguintes critérios:

Tipo de Instrumento Avaliativo		
Componente ou Unidade Curricular	Somativo	Formativo
Todos	60%	40%
*Conforme o fluxo de validação da proposta de distribuição de pontos de cada Componente/Unidade, deve haver, no mínimo, 01 (um) instrumento de avaliação formativa.		

Para a distribuição de pontos nos componentes curriculares Literatura, Produção de texto, Arte, Educação Física, Filosofia, Música, Sociologia e Teatro, considerando a carga horária de aula, o pedagogo e o professor terão flexibilidade para definirem os instrumentos e o percentual atribuído a eles.

Nas Disciplinas Eletivas e no Projeto de Vida, o desenvolvimento e a trajetória dos alunos serão avaliados de forma qualitativa.

Nas Eletivas, a avaliação acontece com base no Relatório de Desenvolvimento elaborado pelo estudante. Para análise e avaliação desse relatório, o professor-tutor deve considerar a seguinte estrutura:

Critérios de Avaliação	100%	75%	50%	25%
Estrutura do relatório	O relatório apresenta título, introdução, desenvolvimento e conclusão, havendo articulação entre as partes do texto.	O relatório apresenta título, introdução, desenvolvimento e conclusão, mas não é possível identificar uma articulação entre as partes do texto.	Apresenta algumas informações relacionadas ao tema, porém pouco organizadas.	Não há uma estrutura bem definida e apresenta informações escassas sobre o tema abordado na Eletiva.
Elementos que indicam um conhecimento sobre o tema tratado na Eletiva	Não apresenta elementos no decorrer do texto que indicam o conhecimento sobre o tema trabalhado.	Apresenta elementos no decorrer do texto que indicam conhecimento.	Não apresenta elementos no decorrer do texto que indicam o conhecimento sobre o tema trabalhado.	Não apresenta elementos no decorrer do texto que indicam o conhecimento sobre o tema trabalhado.

No Projeto de Vida, o desenvolvimento e a trajetória dos alunos serão avaliados de acordo com a seguinte estrutura:

CrITÉRIOS de Avaliação	100%	75%	50%	25%
Interação	O aluno se relaciona com os outros estudantes e com o professor durante as atividades.	O aluno mantém-se atento nas aulas e estabelece alguma interação com os outros estudantes e com o professor durante as atividades.	O aluno mantém-se atento nas aulas, mas estabelece pouca interação com os outros estudantes e com o professor durante as atividades.	O aluno fica disperso e não interage e nem se relaciona com os outros estudantes e com o professor durante as atividades.
Assiduidade	O aluno tem uma frequência acima de 75%.	A frequência do aluno está entre 51 e 75%.	A frequência do aluno é inferior a 50% e superior a 26%.	A frequência do aluno é inferior a 25%.
Participação nas atividades propostas pelo professor (dinâmicas, seminários, debates, explicações, registros, etc.)	O aluno participa efetivamente das aulas, realiza os registros solicitados e participa ativamente dos momentos de compartilhamento com o grupo.	O aluno participa das aulas, realiza os registros solicitados e compartilha com o grupo, quando solicitado.	O aluno participa das aulas, realiza alguns registros solicitados e evita os momentos de compartilhamento com o grupo.	O aluno não participa ativamente das aulas, não realiza os registros solicitados e evita os momentos de compartilhamento com o grupo.
Postura adotada no decorrer das aulas	O aluno escuta, comenta e adota uma postura respeitosa e empática com os colegas e o professor, mesmo em situações de opiniões divergentes.	O aluno escuta e adota uma postura respeitosa com os colegas e o professor, mesmo em situações de opiniões divergentes.	O aluno possui dificuldade em escutar o que o outro tem a compartilhar e em respeitar opiniões divergentes da sua.	O aluno não se interessa pelo que o outro tem a compartilhar e não aceita opiniões divergentes das suas.

O professor tem a liberdade de elencar outros critérios de avaliação que julgar pertinente, considerando o trabalho que está sendo desenvolvido. Ele calculará a média dos percentuais obtidos pelo aluno nos critérios definidos para identificar o conceito do aluno na etapa, conforme descrito a seguir:

80% a 100%	ET	Engajamento Total
60% a 79%	ES	Engajamento Satisfatório
30% a 59%	EP	Engajamento Parcial
0% a 29%	AE	Ausência de Engajamento

15.4.1. Avaliação no Itinerário Formativo Ômega

O processo avaliativo dos componentes curriculares da Formação Geral Básica, cursada no Novo Ensino Médio, seguirá os critérios definidos para os demais itinerários.

As avaliações para a formação profissional técnica desenvolvida nos módulos Integrador e Específico são organizadas em processo contínuo de obtenção de informações, análise e interpretação da ação educativa que subsidiam a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, ao longo do desenvolvimento de cada unidade curricular, pautada pela avaliação do domínio de competências profissionais do aluno.

As avaliações que compreendem as funções diagnósticas, formativas e somativas, são estruturadas da seguinte forma:

- **Diagnóstica:** realizada no início do processo educativo, com o objetivo de identificar as condições gerais de aprendizagem, assim como as competências que o aluno possui, referenciando o planejamento pedagógico.
- **Formativa:** realizada continuamente durante o processo educativo, em coerência com a concepção da aprendizagem, como apropriações e construções permanentes, tendo como objetivos:
 - verificar os avanços e as necessidades do aluno no desenvolvimento das competências, orientando-o na melhoria de seu desempenho;
 - possibilitar que o aluno tome consciência de seus progressos e desafios, incentivando seu envolvimento no processo de aprendizagem.
- **Somativa:** realizada ao final de cada processo de ensino e aprendizagem, com o objetivo de verificar as competências desenvolvidas pelo aluno e subsidiar decisões sobre aprovação e/ou certificação de estudos.

As estratégias de avaliação são desenvolvidas pelo instrutor de Formação Profissional, que tem autonomia para escolher as mais adequadas ao processo de ensino e aprendizagem. Essa escolha deve estar alinhada à Metodologia SENAI de Educação Profissional, conforme definido em seu Projeto Político-Pedagógico, nas normas institucionais e na legislação vigente, respeitando as características da Matriz Curricular e do Plano de Curso.

Os resultados da avaliação ou da verificação da aprendizagem devem servir de base para a revisão da prática docente, do desenvolvimento curricular, dos ambientes de aprendizagem, das metodologias, das estratégias de capacitação dos professores, da recuperação paralela e de outros recursos.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem pode ser feita a partir das próprias avaliações de aprendizagem realizadas na escola e/ou das avaliações especialmente elaboradas para a aferição de competências no âmbito do SENAI e SESI.

Para efeito de transcrição nos registros escolares, a avaliação ou a verificação do aproveitamento dos alunos em cada unidade curricular do curso ocorre em forma de notas, traduzida numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

A nota deve refletir o alcance das competências profissionais adquiridas pelo aluno em consonância com o plano de curso.

Caberá ao Instrutor de Formação Profissional definir por avaliação final de processo formativo, a ser aplicada ao final de cada módulo/período letivo, exceto do último módulo. A Avaliação Final do Processo Formativo tem como objetivo averiguar o atingimento de todas as capacidades essenciais desenvolvidas no módulo/período letivo.

Serão distribuídos 80 (oitenta) pontos durante a realização de cada unidade curricular, e, ao final do Módulo/período letivo, serão distribuídos 20 (vinte) pontos na Avaliação Final do Processo Formativo. Os resultados traduzidos em pontos alcançados na Avaliação Final do Processo Formativo serão acrescidos aos resultados de cada unidade curricular, exceto na Unidade Curricular Projeto de Inovação.

15.4.2. Segunda Chamada

Terá direito à segunda chamada de avaliação o aluno que apresentar, por escrito, justificativa comprovada no prazo máximo de dois dias úteis, seja por e-mail ou por meio de registro formal encaminhado à escola pelos responsáveis legais.

Os motivos a seguir são considerados justificativas para a aplicação da avaliação em segunda chamada:

- luto, no prazo previsto em lei;
- convocação oficial;
- atividades militares e no exercício efetivo de plantões;
- quando afastado das atividades escolares por recomendação médica.

Para os alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, as provas serão aplicadas durante a etapa letiva correspondente, contemplando o conteúdo equivalente à prova perdida. Para os alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental, bem para os do Ensino Médio, as provas serão aplicadas no final da etapa letiva correspondente, contemplando todo o conteúdo trabalhado no período.

Não haverá segunda chamada para as provas e trabalhos de recuperação. O aluno suspenso perderá direito às avaliações de segunda chamada.

Caberá à Equipe Pedagógica e ao Diretor/Gestor da escola validar o recurso referente à segunda chamada, para qualquer outro motivo apresentado pela família no tempo estipulado.

15.4.3. Critérios de Promoção

Na Educação Infantil e no 1º Ano do Ensino Fundamental (Anos Iniciais), os itens avaliativos serão registrados no relatório individual do aluno, conforme a legenda a seguir. Além disso, observações mais específicas serão incluídas ao final do documento e, quando necessário, discutidas em atendimentos individuais com a família.

LEGENDA	
ND	Não Desenvolvido
ED	Em Desenvolvimento
DS	Desenvolvimento Satisfatório
MS	Desenvolvimento Muito Satisfatório
TD	Totalmente Desenvolvido

Considerando que não são atribuídas notas aos alunos do primeiro ano do Ensino Fundamental, o resultado, ao final do ano letivo, será registrado como “Apto” ou “Não Apto”, e deverá constar no histórico escolar do aluno.

No primeiro ano do Ensino Fundamental (Anos Iniciais), é importante que a retenção se faça diante de justificativas plausíveis e documentadas, comprovando que a decisão foi tomada no sentido de auxiliar o aluno em seu percurso de aprendizagem e formação integral.

A promoção do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental será conferida ao aluno que obtiver pelo menos 60% de aproveitamento em cada componente curricular e o mínimo de 75% de frequência do total da carga horária prevista na Matriz Curricular.

No Novo Ensino Médio, a promoção será conferida ao aluno que alcançar pelo menos 60% de aproveitamento em cada componente curricular da FGB, 60% de aproveitamento no Itinerário Formativo e, no mínimo, de 75% de frequência do total da carga horária prevista na Matriz Curricular.

A promoção no Ensino Médio – Itinerários Alfa, Beta e Gama –, será conferida ao aluno que obtiver pelo menos 60% (sessenta por cento) de aproveitamento em cada componente curricular da FGB; 60% (sessenta por cento) de aproveitamento no Itinerário Formativo (Resultado Unificado); com o mínimo de 75% de frequência no total da carga horária prevista na matriz curricular.

Para o cálculo do resultado final do aluno, que será consignado como **Aprovado** ou **Reprovado**, será considerado o aproveitamento obtido nos componentes curriculares da Formação Geral Básica e do Itinerário Formativo, com exceção das Eletivas e do Projeto de Vida.

A promoção no Ensino Médio – Itinerário Ômega –, será conferida ao aluno que obtiver 60% (sessenta por cento) de aproveitamento em cada componente curricular da FGB; 60% (sessenta por cento) de aproveitamento na média dos componentes que compõem o arranjo curricular “Tá ligado! Inovações Tecnológicas e Fontes de Energia”; 60% (sessenta por cento) de aproveitamento em cada unidade curricular da Formação Técnica Profissional; 75% (setenta e cinco por cento) de frequência no total da carga horária prevista na matriz curricular.

O resultado final do aluno será consignado como **Aprovado** ou **Reprovado**. O aluno que, mesmo após a realização dos estudos de recuperação, mantiver aproveitamento inferior a 60% em qualquer componente curricular da FGB, Formação Técnica Profissional ou na média do arranjo curricular, exceto nas Eletivas, será reprovado no curso.

15.4.4. Estudos de Recuperação – do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Novo Ensino Médio (FGB e IF)

A recuperação é uma intervenção inerente ao processo educativo que concede nova oportunidade aos alunos. A estratégia é desenvolvida pelo professor e pela escola, devendo ser contínua, planejada, interativa e reflexiva sobre o trabalho escolar. É preciso considerar as conquistas e as dificuldades dos alunos para propor novos e apropriados desafios. Os estudos de recuperação são oferecidos nas seguintes modalidades:

15.4.4.1. Recuperação Paralela

A recuperação paralela é processual e fundamental para que o professor acompanhe o percurso de aprendizagem de cada aluno. Após cada avaliação, o professor analisa as habilidades que não foram desenvolvidas, criando estratégias diversificadas para que seu aluno alcance os objetivos de aprendizagem propostos.

15.4.4.2. Recuperação Trimestral

Os alunos que não obtiverem o mínimo de 60% dos pontos distribuídos na 1ª e/ou 2ª etapa têm a oportunidade e o direito à recuperação trimestral. Na recuperação das 1ª e 2ª etapas, são distribuídos 30 e 35 pontos, respectivamente, com 20% atribuídos a um trabalho e 80% a uma avaliação específica. Caso o aproveitamento tenha sido superior a 60%, o cálculo do resultado da etapa considera 60% do valor da etapa. Caso o aluno não alcance esse percentual, prevalecerá a maior nota obtida.

Na recuperação do Itinerário Formativo (IF) no Novo Ensino Médio (NEM), o estudante realizará uma avaliação multidisciplinar, seguindo os mesmos critérios da Formação Geral Básica (FGB): 20% de trabalho e 80% de prova somativa.

O aluno do Ensino Fundamental tem direito à recuperação trimestral em, no máximo, quatro componentes curriculares. Já o aluno do Ensino Médio e o da Educação Profissional tem direito a fazer a recuperação trimestral em, no máximo, quatro componentes curriculares da Formação Geral Básica, incluindo o Itinerário Formativo, se for o caso.

15.4.4.3. Recuperação Final

Na recuperação final, são distribuídos 100 pontos, com 20% atribuídos a um trabalho e 80% a uma avaliação específica. Caso o aproveitamento seja superior a 60%, para o cálculo do resultado da etapa, considera-se 60% do aproveitamento no ano. Caso o aluno não alcance esse percentual, ele será reprovado.

Na recuperação do Itinerário Formativo do Novo Ensino Médio, são distribuídos 100 pontos, com 80% destinados a uma avaliação multidisciplinar referente ao Itinerário Formativo e 20% de trabalho multidisciplinar referente ao Itinerário.

O aluno do Ensino Fundamental e o da Educação Profissional têm direito a fazer a recuperação final em, no máximo, quatro componentes curriculares. No Ensino Médio, o estudante tem direito a fazer a recuperação final em, no máximo, quatro componentes curriculares da Formação Geral Básica, incluindo o Itinerário Formativo. No Itinerário Formativo são distribuídos 100 pontos, com 80% para avaliação multidisciplinar referente ao Itinerário Formativo e 20% para trabalho multidisciplinar referente ao Itinerário.

15.4.5. Classificação e Reclassificação

Classificar é posicionar o aluno em período ou ano compatível com sua idade e nível de desempenho ou de conhecimento, podendo a escola realizar a classificação por meio de avaliação por:

- promoção – para alunos que cursaram, com aproveitamento satisfatório, o ano ou fase anterior na própria escola, exceto no 1º ano do Ensino Fundamental;
- transferência – para candidatos procedentes de outras escolas, mediante exame de classificação em qualquer ano ou fase;
- avaliação, independentemente de escolarização anterior.

A reclassificação é um recurso de reposicionamento para adaptar o aluno ao ano ou fase mais adequada ao seu desenvolvimento. Ela consiste na avaliação do grau de conhecimento e experiência do aluno, com base nas normas curriculares estabelecidas, ocorrendo nas seguintes situações:

- avanço escolar – para o aluno com nível de desempenho superior ao exigido ou esperado;
- aceleração de estudos – para o aluno com defasagem em idade/série;
- indicação de ano (ou período), registrada nos documentos escolares do aluno, diferente daquela que o aluno poderia cursar;
- frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total das aulas ministradas, no período ou ano letivo, com aproveitamento satisfatório.

15.4.6. Conselho de Classe

É um órgão colegiado com o objetivo de avaliar coletivamente o processo de ensino e aprendizagem, assim como o trabalho pedagógico desenvolvido em cada turma. Presidido pelo Pedagogo responsável pelo nível de ensino, é composto pelos professores e profissionais especialistas que acompanham a turma. É o fórum de discussão, planejamento, tomadas de decisão e definição de critérios para o acompanhamento e apreciação do desempenho de cada estudante durante os trimestres escolares.

Como órgão avaliador da ação educativa, será realizado, ordinariamente, ao final de cada trimestre do ano escolar, após a recuperação final e, eventualmente, de modo extraordinário, quando houver necessidade. Nos Conselhos de Classe, serão lavradas atas das reuniões, segundo as especificações legais, sendo elas arquivadas na Secretaria das escolas Sesi MG.

Cabe à equipe gestora da escola assegurar as condições necessárias para o funcionamento do Conselho de Classe. Este possui caráter deliberativo, desde que conte com a anuência dos membros presentes e dos gestores. Para a realização dos Conselhos de Classe, o Pedagogo que o preside deverá seguir a normatização das ações estabelecidas pelos ordenamentos legais.

16. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Inclusiva visa à promoção de práticas pedagógicas que contemplem a individualidade dos alunos e sua maneira peculiar de lidar com o processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, ela é um movimento mundial, uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando das atividades escolares, sem nenhum tipo de discriminação.

A construção de uma escola inclusiva deve envolver estratégias de toda a comunidade escolar. A inclusão torna-se possível quando o educador se dispõe a buscar alternativas que possam minimizar as dificuldades ou limitações do aluno, bem como eliminar as barreiras dessa inclusão.

A equipe escolar deve buscar recursos e estratégias didáticas diversificadas para promoverem o aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais e o público-alvo da educação especial.

Público-alvo da educação especial refere-se especificamente a pessoas que têm uma ou mais deficiências: física, intelectual, sensorial ou múltipla, transtorno do espectro autista (TEA), altas habilidades/superdotação (AH/SD). No contexto escolar, esses alunos podem precisar de adaptações específicas.

Público com necessidades educacionais especiais (NEE) é o estudante que requer adaptações ou suporte adicional para aprender, o que pode incluir não apenas alunos com deficiência, mas também aqueles com dificuldades de aprendizagem ou emocionais.

Adaptações razoáveis (ARs) são um conjunto de modificações feitas para o aluno, no ambiente ou na tarefa, visando proporcionar condições equitativas de aprendizagem. O formulário de AR deve ser planejado, em parceria entre professor/pedagogo/psicólogo, a partir da análise de cada estudante. Quando as adaptações necessárias perpassam por um impacto pedagógico, a equipe deverá, obrigatoriamente, elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual.

O PDI é uma ferramenta pedagógica essencial para alguns alunos e deve ser preenchido pelo professor com o apoio do pedagogo. Esse registro de planejamento tem início no primeiro mês letivo, a fim de orientar o desenvolvimento e o trabalho pedagógico.

A REDE Sesi conta com um Guia de Apoio com informações sobre a prática da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, com o objetivo de orientar a equipe escolar que atua diretamente com os estudantes.

17. ACOMPANHAMENTO DE ACESSO, PERMANÊNCIA E SUPERAÇÃO DA RETENÇÃO ESCOLAR

A Rede SESI de Educação implantou o processo seletivo de alunos em todas as escolas a fim de unificar o processo, estabelecendo critérios definidos em edital aprovado pela Entidade Mantenedora.

Está previsto que, no ingresso na Educação Infantil e nos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, a disponibilização das vagas será realizada respeitando os critérios de prioridade definidos em edital, sem a aplicação de avaliações. O ingresso ocorrerá por meio de sorteio, quando a demanda de candidatos for superior ao número de vagas ofertadas. Caso a demanda seja inferior ao número de vagas, o ingresso será feito por ordem de inscrição.

O ingresso no Ensino Fundamental, do 3º ao 9º ano e no Ensino Médio ocorrerá por meio de Processo de Admissão de Novos Alunos, com aplicação de provas de Matemática e Língua Portuguesa. Os alunos deverão obter 60% de aproveitamento, considerando o número de vagas disponíveis por escola e os demais critérios definidos em edital específico.

Em caso de candidato com deficiência, o responsável deverá informar a necessidade especial educacional e apresentar, no ato da inscrição para o Processo de Admissão de Novos Alunos, laudo médico emitido nos últimos 6 (seis) meses, contendo a Classificação Internacional de Doenças (CID), Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) ou relatório emitido pela escola onde o candidato esteve matriculado no ano letivo anterior ao pleiteado.

Nas Unidades da Rede SESI de escolas, todas as ações educativas e de acompanhamento convergem para a formação integral do aluno, destacando a importância de reconhecer suas potencialidades e garantir o desenvolvimento dos aspectos cognitivo e socioemocional. Dessa forma, o acompanhamento e cuidado com os estudantes partem da premissa de que cada um se encontra em diferentes momentos de aprendizagem, necessitando de intervenções e mediações diferenciadas, tanto individualmente quanto coletivamente. As ações de acompanhamento e monitoramento das aprendizagens são planejadas com o objetivo de oferecer suporte tanto aos estudantes quanto às famílias da Rede, de maneira integrada e colaborativa. Os pedagogos das escolas têm a responsabilidade de articular, mediar e intervir no processo de aprendizagem de forma pedagógica.

São eles que orientam e acompanham o estudante no seu desenvolvimento integral e na construção da sua caminhada acadêmica, estabelecendo o diálogo com as famílias, sempre em busca da parceria, do cuidado e da intervenção educativa. A rede de apoio para o acompanhamento dos estudantes, formada por psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, contribui para o trabalho da superação das lacunas de aprendizagem com um olhar multidisciplinar e singular para cada sujeito no seu espaço escolar.

18. Sesi EXPERIENCE

O Sesi Experience será desenvolvido nas Escolas Sesi General Onésimo Becker de Araújo (Belo Horizonte), Sesi Maria Madalena Nogueira (Betim), Sesi Granbery (Juiz de Fora), Sesi Professora Quita Guimarães (Montes Claros), Sesi João Carlos Giovannini (Santa Luzia), Sesi BH São João Batista (Belo Horizonte), Sesi Guiomar de Freitas Costa (Uberlândia), Sesi BH Coração Eucarístico e Sesi Poços de Caldas, que suportam, em sua infraestrutura, todas as implicações e adequações que o projeto exige na sua concepção.

18.1. CONCEPÇÃO

Com uma proposta diferenciada, em que os estudantes vivenciarão a experiência acadêmica, com foco nas vivências, pesquisa, criatividade, resolução de problemas, inovação e multiculturalismo, considerando a perspectiva das múltiplas linguagens, da cultura e da cidadania global, o Projeto Sesi Experience orienta-se pela formação integral, entendida como aquela que promove o desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões (intelectual, física, social, emocional e cultural). Trata-se de uma abordagem pedagógica voltada a desenvolver todo o potencial dos estudantes, considerando espaços e ambientes que “conversem” com a proposta pedagógica.

A organização e estruturação dos espaços de aprendizagem são importantes elementos da ação pedagógica. Reconhecer a relação entre o espaço e a experiência na formação do sujeito é legitimar que o espaço escolar diz muito sobre a identidade e a cultura escolar.

Entretanto, é importante a compreensão de que apenas modificar os espaços de aprendizagem não transforma o ensino. É necessária uma prática pedagógica que dê novo significado ao papel do professor e ao papel do aluno no processo de aprendizagem. Segundo Ramos (2017):

(...) para trazer essa escola do século XIX para o século XXI, precisamos não apenas tornar mais flexível a arquitetura da sala de aula, mas proporcionar formação sólida aos professores, para que trabalhem em um novo espaço capaz de permitir o desenvolvimento de diferentes abordagens de aprendizagem.

Nesse contexto, a Rede Sesi de Educação apresenta como proposta o Projeto Sesi Experience, que é implementado nas Unidades Educativas da Rede, as quais possuem a infraestrutura necessária para atender às exigências e adequações previstas em sua concepção.

O Sesi Experience amplia a matriz curricular, valorizando as diferentes linguagens e manifestações culturais e artísticas. Oferece aulas de Música, Arte, Teatro e Língua Inglesa na Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, com espaços de aprendizagem adequados e coerentes. As práticas educativas são pautadas na experimentação, atendendo às Competências Gerais da Educação Básica estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC): ênfase no uso e no conhecimento de diferentes linguagens, por meio das quais podemos nos comunicar com os outros, expressar sentimentos e partilhar ideias, experiências e informações (Competência 4), além de destacar a importância de a Educação Básica estar comprometida com a valorização e a fruição das diversas manifestações artísticas e culturais (Competência 3). Afinal, as produções literárias, musicais, teatrais e outras são essenciais para que possamos nos posicionar no mundo e entender sua complexidade.

SESI Experience

Ensino Fundamental – Anos Iniciais

Área de Conhecimento	Componente Curricular
Linguagens	Língua Portuguesa
	Língua Inglesa
	Arte
	Educação Física
	Literatura
	Produção de Texto
	Literatura Infantil
	Música
Ciências da Natureza	Ciências
Matemática	Matemática
Ciências Humanas	História
	Geografia

18.2. ESPAÇOS E AMBIENTES DE APRENDIZAGEM

18.2.1. Sala Multicultural

O objetivo desta sala é o de proporcionar ao estudante a reflexão sobre a relação entre língua, identidade e cultura, investindo na competência intercultural. Uma das facetas mais ricas do aprendizado de outra língua é o de adentrar em um espaço repleto de produção cultural, literária e artística, apropriando-se desse patrimônio. Isso acontece tanto no contexto da territorialidade, que nos leva a valorizar nossa própria cultura, quanto no cenário contemporâneo do mundo digital, que possibilita o entrelaçamento de diversas linguagens.

18.2.2. Sala de Arte

O objetivo desta sala é o de proporcionar aos estudantes experiências artísticas constituídas por materialidades verbais e não verbais, sensíveis, corporais, visuais e plásticas. As Artes Visuais possibilitam aos estudantes explorar múltiplas culturas visuais, dialogar com as diferenças e conhecer outros espaços e possibilidades inventivas e expressivas, de modo a ampliar os limites escolares e criar novas formas de interação artística e de produção cultural, sejam elas concretas ou simbólicas.

18.2.3. Sala de Música e Teatro

O objetivo dessa sala é o de proporcionar experiências com a linguagem musical e teatral por meio da expressão infantil, que se materializa por meio dos sons, da interpretação, do movimento corporal, da criatividade e de outras manifestações que dão sentido e significado no âmbito tanto da sensibilidade subjetiva

quanto das interações sociais, como resultado de saberes e valores diversos estabelecidos no domínio de cada cultura.

18.2.4. Espaço Maker

O objetivo dessa sala é proporcionar aos estudantes um ambiente de experiências educacionais inovadoras, com a “mão na massa”, a partir da utilização de equipamentos e recursos que integram tecnologias e metodologias para promover um aprendizado dinâmico e colaborativo, potencializando o processo de ensino e aprendizagem e preparando os estudantes para o mercado de trabalho.

18.2.5. Sala de Robótica

O objetivo dessa sala é o de proporcionar aos alunos um ambiente destinado ao desenvolvimento de habilidades, como pensamento crítico, resolução de problemas, criatividade, tecnologia e trabalho em equipe, por meio de oficinas teóricas e práticas de robótica.

18.2.6. Sala Equipe de Robótica FLL

O objetivo dessa sala é fornecer aos alunos os recursos necessários para o desenvolvimento de habilidades e a preparação para o torneio de robótica FLL – FIRST Lego League. Esse ambiente vai favorecer a preparação dos alunos para avaliações que incluem critérios sociais, criação de protótipos, realização de projetos de pesquisa inovadores e programação eficaz de robôs.

18.2.7. Sala de Equipe F1 In Schools

O objetivo dessa sala é preparar os alunos para a competição F1 in Schools, fornecendo um ambiente propício ao desenvolvimento de habilidades técnicas e comportamentais. Os recursos disponíveis permitirão que os estudantes projetem, construam e testem carros em miniatura de alta performance, além de aprimorar suas habilidades em áreas como design, engenharia, fabricação e marketing.

18.2.8. Sala de Equipe FTC e FRC

O objetivo dessa sala é criar um espaço dedicado às competições FIRST Tech Challenge (FTC) e FIRST Robotics Competition (FRC), proporcionando aos alunos a exploração e o desenvolvimento de habilidades relacionadas à engenharia, programação, trabalho em equipe e liderança. Os estudantes terão acesso a recursos que vão encontrar na indústria, permitindo-lhes projetar, construir e programar robôs complexos para competir em desafios do mundo real, incentivando a inovação e a excelência.

18.2.9. Sala Multiuso

O objetivo dessa sala é criar um espaço flexível, que permita melhores experiências de aprendizagem em aulas coletivas, em grupos e por pares, por meio de metodologias que permitem a aprendizagem ativa. Espaços multiuso possibilitam ser modificados ou reconfigurados para diferentes propósitos, inclusive para uso de formações da equipe pedagógica.

18.2.10. Sala de Acolhimento

O objetivo dessa sala é o de estabelecer um lugar seguro e acolhedor para que o psicólogo e o assistente social possam realizar a acolhida e o atendimento dos estudantes e famílias, além de receber estudantes com necessidades especiais que estejam em episódios de crise.

19. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

A educação básica é um dos pilares essenciais para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, éticos e preparados para atuar na sociedade contemporânea. Em um cenário globalizado e em constante transformação, torna-se imperativo que as escolas da Rede Sesi estejam alinhadas às demandas da atualidade, proporcionando aos alunos uma formação ampla e adaptável às novas realidades.

Neste contexto, a criação de programas, projetos e ações institucionais educacionais assume um papel estratégico na Rede Sesi, uma vez que possibilita o desenvolvimento de propostas pedagógicas estruturadas e contextualizadas, que atendam às especificidades do público escolar. Esses instrumentos, além de fortalecer o processo de ensino e aprendizagem, contribuem para a consolidação de uma cultura institucional voltada para a qualidade, a inovação e o compromisso com a formação integral do estudante.

Dessa forma, o presente documento visa apresentar programas institucionais, projetos, e ações, abordando a relevância dessas estratégias pedagógicas para a promoção de um ambiente de aprendizagem enriquecedor e inclusivo.

19.1. PROGRAMAS EDUCACIONAIS

Os programas educacionais da Rede Sesi referem-se a estruturas amplas e planejadas de atividades, com objetivos e metas que buscam alcançar resultados de médio a longo prazo, alinhados com a política institucional. Eles são contínuos e estabelecem diretrizes para diversas ações e projetos interligados, visando à

transformação ou à melhoria de processos educacionais. Segundo Sordi e Ludke (2009), programas educacionais atuam como "conjuntos de projetos articulados entre si, com ações integradas e duradouras" que buscam promover mudanças estruturais e sustentáveis no âmbito educacional.

19.1.1. Ensino Integrado da Língua Inglesa

Com a sociedade cada vez mais globalizada, saber falar um segundo idioma é essencial na formação acadêmica de qualquer estudante. O resultado do estudo de outra língua no cotidiano escolar possibilita aos estudantes novas oportunidades educacionais e para o mundo do trabalho.

Todas as escolas da Rede Sesi MG de Educação desenvolvem uma proposta de ensino da Língua Inglesa que vai além de aprender um segundo idioma. O Inglês não é estudado de forma isolada e sim, por meio de vivências e atividades colaborativas que consolidam o conhecimento de forma lúdica, autônoma e criativa.

Para esse projeto, O Sesi contará com o apoio da Oxford, por meio de um Programa chamado Oxford Quality que cria as condições necessárias para o desenvolvimento gradual dos alunos na Língua Inglesa.

A Oxford University Press, no Brasil, é um departamento da Universidade de Oxford, na Inglaterra, e seus materiais para o ensino de línguas são utilizados pelas mais renomadas instituições de ensino em todo o mundo.

A Aprendizagem Integrada de Conteúdos e de Língua possibilita, de maneira mais natural, aprender um idioma estrangeiro e tem como objetivo:

- trabalhar com materiais que desenvolvam as habilidades globais, como pensamento crítico, criatividade, valores, colaboração, comunicação, empreendedorismo ao mesmo tempo em que integre conteúdos interdisciplinares por meio de projetos (Content and Language Integrated Learning – CLIL);
- preparar os alunos, desde a base, para a utilização da Língua Inglesa no mundo real, em diferentes contextos e necessidades;
- oferecer desafio e suporte apropriados em cada estágio na jornada do aprendizado.

Com carga horária estendida (3h/a) em todos os anos escolares, o Programa é pautado na Metodologia “Enquiry Based Learning” ou “Aprendizagem baseada em investigação”, que coloca o aluno no centro da aprendizagem e o torna mais capacitado para atuar, de forma ativa e consciente, na sociedade, beneficiando também o aprendizado em todas as áreas do conhecimento.

19.1.2. Rede Sesi de Virtudes

Para integrar a proposta pedagógica da Rede Sesi, o Programa Rede Sesi de Virtudes estabelece-se como um pilar essencial, abrangendo desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, tendo como objetivo formar cidadãos éticos e comprometidos com a construção de uma cultura de paz. O programa busca

sensibilizar a comunidade escolar – alunos, famílias e equipe educativa – sobre a importância dos valores morais e virtudes como componentes fundamentais para o convívio saudável e a transformação positiva da sociedade. Dessa forma, a abordagem educativa vai além da transmissão de conhecimentos técnicos, integrando o desenvolvimento socioemocional dos alunos à formação acadêmica, promovendo sua consciência sobre direitos e deveres e incentivando, dessa forma, uma convivência harmoniosa.

Ao associar-se ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais e à formação integral dos alunos, a Rede Sesi de Virtudes promove ações preventivas e mediadoras, como a prevenção do *bullying* e a mediação de conflitos. Essas iniciativas favorecem um ambiente escolar acolhedor e seguro ao oferecer suporte tanto aos estudantes quanto às suas famílias, o que é fundamental para que os alunos se sintam respeitados e compreendidos, sendo essencial para a criação de vínculos sólidos entre a escola e a comunidade por promover um ambiente de aprendizado positivo.

A Rede Sesi de Educação também conta com uma equipe de psicólogos educacionais, cuja atuação é direcionada ao desenvolvimento social, emocional e comportamental dos alunos, diferindo-se da prática clínica tradicional. Esses profissionais trabalham em conjunto com o corpo pedagógico, promovendo a saúde mental e apoiando processos pedagógicos para minimizar desafios e promover um ambiente favorável à aprendizagem e ao bem-estar. Sua atuação inclui, ainda, a sinalização para os responsáveis sobre possíveis necessidades de avaliação médica ou acompanhamento terapêutico externo, sempre que observados indícios de que isso poderá beneficiar o desenvolvimento do estudante. Com essas ações, o Programa Rede Sesi de Virtudes reafirma seu compromisso com uma educação integral que fortalece virtudes e valores, criando condições para que os alunos desenvolvam principalmente o respeito, a empatia e a ética em suas relações e se tornem agentes de transformação em suas comunidades.

19.1.3. Tô Ligado na Indústria

O programa **Tô Ligado na Indústria** tem como eixo central destacar a importância do setor industrial para a sociedade brasileira e, em especial, para a Rede Sesi, cuja existência é possível graças à base mantenedora industrial. A indústria brasileira impulsiona o desenvolvimento econômico, contribui para a inovação e fomenta o progresso em diversas áreas, garantindo o crescimento do país e promovendo o desenvolvimento regional. É uma fonte vital de empregos, o que gera impacto direto na qualidade de vida das famílias e nas oportunidades que se abrem aos jovens brasileiros.

Por meio do programa, busca-se sensibilizar a comunidade escolar, incluindo alunos e suas famílias, sobre como a indústria é uma força propulsora de mudanças positivas na sociedade. Os alunos da Rede Sesi são convidados a perceber que, ao estudar em uma escola de qualidade como o Sesi, estão conectados a um setor que promove a riqueza nacional e oferece aos filhos dos trabalhadores da indústria a oportunidade de uma formação de excelência. Essa conexão se traduz em um compromisso com a qualidade de vida e o bem-estar de suas famílias, proporcionando acesso à educação de ponta e abrindo portas para o futuro.

O programa **Tô Ligado na Indústria** prevê uma série de atividades e ações educacionais que abrangem desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, buscando promover a conscientização sobre o papel estratégico da indústria no nosso cotidiano. Por meio dessas atividades, os alunos são encorajados a valorizar e compreender os benefícios trazidos pela indústria – desde o desenvolvimento de novas tecnologias até o

suporte à saúde, lazer e conforto. Essas ações refletem a importância de um setor que, além de mover a economia, impulsiona o futuro dos jovens e o crescimento sustentável do país.

19.1.3.1. Missão Indústria

Essa ação consiste em organizar um trabalho de campo para os alunos dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 2ª série do Ensino Médio, com a imersão em indústrias de outras cidades, mais próximas, que já possuem parceria com o SENAI ou o Projeto RECRIAR, para uma experiência de vivências organizadas pela Indústria em parceria com a equipe pedagógica do Sesi da Unidade. As visitas técnicas são organizadas de acordo com a faixa etária dos estudantes, a partir das experiências vivenciadas ao longo do nível de ensino no programa **Tô Ligado na Indústria**.

19.1.3.2. O Dia da Indústria

O Dia da Indústria, celebrado em 25 de maio, presta homenagem ao setor produtivo que desempenha um papel crucial na economia nacional.

A proposta é que cada Unidade Sesi reconheça essa importância e realize alguma ação para promover a indústria e dar visibilidade à sua importância na sociedade: uma palestra para os alunos e pais, um dia de vivência em uma indústria ou a apresentação de trabalhos desenvolvidos em sala de aula sobre a indústria.

19.1.4. Programa Conexão Ciência

O Programa **Conexão Ciência** da Rede Sesi de Educação tem como objetivo colocar o aluno em contato com a metodologia científica e de pesquisa, além de desenvolver seu interesse pela ciência. A BNCC destaca como uma Competência Geral a necessidade de

exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

A Educação Sesi acredita que despertar o interesse dos jovens pela ciência é essencial para formar cidadãos conscientes, críticos e preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

A iniciação científica no Sesi abrange todas as áreas de conhecimento, incluindo as ciências humanas, sociais, exatas e biológicas com ações, ao longo do ano letivo, de pesquisa, leitura, escrita, análise de dados, resultados, sistematização de ideias e referencial teórico, em uma perspectiva acadêmica, sempre mediados por uma ação educativa.

Com as crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (Anos Iniciais), os percursos investigativos aguçam a sua curiosidade sobre o mundo que as rodeia, partindo de um problema real que afeta o grupo. Deste modo, as crianças lançam hipóteses, pensam sobre a situação-problema e desenhando caminhos de investigação, buscando informações em diferentes fontes de consulta de forma coletiva com a turma. Já com os jovens dos Anos Finais do Ensino Fundamental e os do Ensino Médio, esse trabalho parte do pressuposto de que nossos jovens compreendem a ciência e seus fenômenos a partir da diversidade e das múltiplas linguagens, e, por isso são capazes de assumir o protagonismo da sua investigação, tendo o professor o papel de instigador da curiosidade e da problematização do mundo em que vivem.

19.1.4.1. SESIVERSO

Para a apresentação do percurso e do resultado das investigações dos estudantes, o Sesi promove um evento único que transforma a escola em um espaço dinâmico de cultura, tecnologia e experiências, onde os alunos têm a oportunidade de apresentar os projetos desenvolvidos ao longo do ano. Esse ambiente celebra e valoriza o esforço dos estudantes, proporcionando-lhes um palco para expor seus conhecimentos de maneira prática e significativa.

Em especial, a culminância de projetos realizada no SESIVERSO proporciona aos alunos uma imersão no mundo da iniciação científica, permitindo-lhes aplicar habilidades investigativas, fortalecer o pensamento crítico e aprofundar a compreensão dos conteúdos trabalhados.

A participação dos alunos no SESIVERSO oferece benefícios essenciais, como o desenvolvimento de habilidades de comunicação, a capacidade de argumentação e o estímulo ao trabalho em equipe, preparando-os para desafios acadêmicos e profissionais futuros. Além disso, o evento fortalece a integração entre a escola e as famílias, incentivando a aproximação, o envolvimento da comunidade escolar e ampliando o alcance do Ecossistema de Aprendizagem Sesi.

19.1.5. Programas de Leitura

A prática da leitura é a base de toda a aprendizagem e, por isso, deve ser constantemente incentivada ao longo da escolaridade, sendo responsabilidade dos professores de todas as áreas do conhecimento. A leitura passou a ser uma prioridade na Educação Básica, conforme estabelecido pela Lei nº 14.407, de 12 de julho de 2022, que reforça o compromisso da escola com a alfabetização plena e a capacitação gradual para a leitura – requisitos essenciais para o desenvolvimento dos indivíduos e para que o cidadão possa progredir e dominar saberes de outras áreas.

As escolas da Rede Sesi, alinhadas a essa premissa, desenvolvem atividades sistemáticas para incentivar a leitura e a escrita, assumindo o compromisso com a formação de crianças e jovens leitores. Para isso, estabelecem parâmetros de leitura mínima por nível de ensino, promovendo o envolvimento da família no processo. Para a **Educação Infantil**, há o estímulo de um livro semanal do acervo da biblioteca e de um livro por etapa adquirido pela família. Já para o **Ensino Fundamental** e o **Novo Ensino Médio**, são indicados, no mínimo, dois livros por etapa: um do acervo da escola e outro adquirido pela família.

Além do incentivo direto à leitura, visando aproximar a família do processo de leitura, especialmente nos Anos Iniciais, a Rede Sesi promove atividades de **literacia familiar**, como descritas a seguir:

- Na atividade **Me Conta um Tanto**, direcionada aos alunos desde o 2º período da Educação Infantil ao 3º ano do Ensino Fundamental, os pais recebem da escola orientações de leitura para escolherem uma obra literária a ser lida com os filhos em casa.
- Já a atividade **Me Conta que Eu Te Conto**, voltada para alunos dos 4º e 5º anos, promove a leitura compartilhada entre pais e filhos, em que ambos se revezam na leitura e interpretação de uma história.

Essas práticas de leitura em família não apenas fortalecem o vínculo entre pais e filhos como também contribuem significativamente para o desenvolvimento intelectual das crianças, além de apoiar a escola na formação do hábito de leitura.

Um aspecto central no desenvolvimento da leitura é a **fluência leitora**, que consiste na capacidade de ler com precisão, velocidade e expressividade, sem grandes obstáculos. A fluência é fundamental porque funciona como uma ponte entre o reconhecimento de palavras e a compreensão de um texto. Quando o reconhecimento é automático, o leitor consegue focar sua atenção na compreensão, o que é essencial para alcançar os objetivos educacionais propostos.

Nos Anos Iniciais, o diagnóstico das competências leitoras é uma etapa fundamental para que os professores possam agir de forma eficaz no desenvolvimento dos estudantes. A partir desse diagnóstico, é possível identificar os alunos que apresentam dificuldades em fluência e intervir precocemente, promovendo atividades específicas para aprimorar as habilidades de leitura.

A avaliação da fluência leitora no Sesi considera três critérios fundamentais:

- **Precisão:** a capacidade de ler corretamente as palavras escritas;
- **Velocidade ou automaticidade:** a habilidade de ler de forma fluida, sem grandes pausas ou dificuldades;
- **Prosódia:** o uso adequado dos aspectos rítmicos e tônicos, como a entonação correta em perguntas e pausas adequadas em vírgulas.

Esses critérios guiam as ações dos professores, que buscam não só identificar o desempenho em leitura, mas também garantir que os alunos avancem na compreensão de textos e no domínio das competências leitoras. A combinação dessas iniciativas – que envolvem o diagnóstico escolar, o incentivo à leitura em família e o desenvolvimento da fluência – contribui para formar leitores mais competentes e capazes de alcançar um aprendizado integral.

19.1.6. Centro de Extensão Sesi (CES)

Com o compromisso de proporcionar uma formação integral e de alta qualidade aos nossos alunos, a Rede Sesi de Educação oferece o **Centro de Extensão Sesi (CES)**, uma iniciativa diferenciada que possibilita às famílias uma alternativa prática e segura para atividades extracurriculares.

O CES oferece uma ampla gama de cursos e atividades, abrangendo desde modalidades esportivas e artísticas até a preparação específica para o ENEM. Além disso, oferece oficinas de robótica, monitorias on-line, o programa Sesi Adapta, plantões de estudo e outras opções de apoio pedagógico. As atividades variam conforme a unidade escolar, levando em conta os níveis de ensino e o perfil dos alunos, garantindo adequação às necessidades locais.

Por meio do CES, os alunos têm a oportunidade de ampliar horizontes e desenvolver habilidades diversas, promovendo o enriquecimento cultural, o estímulo ao pensamento crítico e a formação de hábitos saudáveis. A diversidade de atividades e cursos oferecidos contribui para que os estudantes construam um repertório cultural e acadêmico mais amplo, favorecendo o desenvolvimento de competências que são fundamentais tanto para o desempenho escolar quanto para a vida pessoal e profissional.

19.1.6.1. Sesi Monitorias

O **Centro de Extensão Sesi** (CES) oferece monitorias em pequenos grupos, de acordo com as necessidades dos estudantes. As monitorias são uma ferramenta importante para a recomposição de aprendizagem, para solidificar o conhecimento e desenvolver habilidades de acordo com os níveis de proficiência, estilos de aprendizagem e perfil de cada estudante.

Com base nos resultados das atividades avaliativas aplicadas ao longo da etapa letiva, serão mapeadas as principais dificuldades dos alunos em Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa para intervenção nas **Sesi Monitorias**. Essas monitorias, oferecidas, gratuitamente no formato presencial ou on-line, de acordo com a estrutura física da escola, têm com 2 horas-aula semanais para cada componente curricular e são destinadas aos alunos do Ensino Fundamental (1º ao 7º ano – Língua Portuguesa e Matemática – e 1º ao 9º ano – Língua Inglesa).

19.1.6.2. Sesi Plantões

O objetivo do **Sesi Plantões** é intensificar a rotina de estudos dos alunos dos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, para fortalecer o desenvolvimento de habilidades-âncoras, relacionadas aos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. Para as 1ª e 2ª séries do Ensino Médio, os plantões são ofertados para os componentes curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, Física, Biologia e Química.

A oferta é realizada de forma presencial ou on-line, de forma gratuita, de acordo com a disponibilidade de estrutura física da escola.

19.1.6.3. Sesi Continuum

Visando cumprir o seu papel social e estabelecer parcerias entre o público e o privado, o Sesi oferta vagas para alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. No caso de alunos oriundos de escolas públicas, a

oferta se estende para o Ensino Médio. Nosso objetivo é contribuir com a educação e a formação integral de crianças e jovens, fortalecendo a Educação Básica do nosso estado.

Consiste em atividades gratuitas, atemporais, oferecidas no formato presencial ou on-line, conforme a disponibilidade da escola. A partir do levantamento das principais dificuldades dos alunos, é realizada uma curadoria de videoaulas YouTube Edu com professores “Pontes” para apoiar os alunos, que deverão elaborar um plano de estudos com mapas mentais, esquemas, resumos etc. sobre as aulas assistidas.

19.1.6.4. Rotas do ENEM

A Gerência de Educação Básica entende que a preparação dos alunos para o ENEM deve ser realizada ao longo dos anos escolares e intensificada no Ensino Médio, com ênfase no trabalho pautado na consolidação de habilidades e competências, realizado no dia a dia da sala de aula.

Nesta perspectiva, é oferecido aos estudantes da 3ª Série do Ensino Médio o programa **Rotas do ENEM**, com o propósito de fornecer uma preparação abrangente e eficaz para o ENEM. O programa é fundamentado em uma abordagem baseada em evidências, que integre os mais recentes *insights* da neurociência educacional. Ele oferece estratégias de estudo, simulados, acesso a materiais, vivências socioemocionais e suporte direto com o professor-tutor, visando favorecer a aprovação dos estudantes no curso de sua escolha.

O Programa contemplará dez premissas, a saber:

1. Apoio direto aos estudantes, articulado por um professor-tutor de cada área de conhecimento, mais um específico de Produção de Texto. Esse professor-tutor por área de conhecimento será o responsável por acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, articular as demandas, prestar suporte e orientação sobre os planos de estudos e vivências.
2. As **vivências de metacognição** assumirão parte importante do trabalho, pois serão pausas estruturadas e intencionais como apoio para os estudantes checarem sua evolução.
3. As **vivências socioemocionais** oportunizarão, no coletivo, reflexões sobre ansiedade, dúvidas, angústias e resultados. Contaremos com o apoio do serviço de psicólogo educacional para e essas vivências.
4. Os **planos de estudos personalizados** ajudarão o estudante a compreender o que precisa ser estudado, na escola ou em casa. Cada área de conhecimento produzirá uma indicação dos principais tópicos/assuntos, seguindo a lógica da separação dos “períodos didáticos” da proposta.
5. Os **Simulados** serão momentos de vivência e aplicação dos conhecimentos, proporcionando experiências relacionadas à gestão do tempo e a familiarização com o estilo da prova. Além disso, eles servirão como fonte de evidências sobre as habilidades que necessitam de atenção e intervenção. Os resultados desses simulados orientarão a atuação do professor-tutor, que articulará as demandas de retomada, aprofundamento e avanços nos planos de estudo.
6. Outra premissa do programa Rotas do ENEM serão os **feedbacks**, que desempenham um papel importante na relação aluno-tutor e tutor-aluno, com o objetivo de proporcionar um espaço de diálogo sobre

comportamentos e pontos de melhoria. Eles também funcionam como um espaço privilegiado para escuta e alinhamentos. Além disso, os *feedbacks* serão uma prática recorrente na produção de texto.

7. Os **Plantões** tornam-se momentos de tira-dúvidas e de estreitamento no relacionamento entre alunos e professores. Todos os professores que tiverem carga horária ampliada para atendimento do CES (Plantão para 8º e 9º anos – Ensino Fundamental II – e 1ª e 2ª séries do Ensino Médio) poderão apoiar os estudantes, além do professor-tutor do Rotas do ENEM.
8. A **Masterclass** Interdisciplinar é uma modalidade de “aula-evento”, conduzida por um ou mais professores, na qual serão tratados assuntos de forma pontual e objetiva, com foco no compartilhamento de conhecimento, conforme a demanda dos grupos de estudantes.
9. A **descompressão** é um recurso pedagógico valioso, tratando-se de momentos de vivência, no coletivo, de práticas esportivas, musicais e de expressão, envolvendo ou não a família. Tratam-se de “paradas” previstas no planejamento, utilizadas sempre que o professor-tutor e o pedagogo compreenderem ser necessário para cada grupo.
10. Para o desenvolvimento do Rotas do ENEM, serão utilizados diversos **recursos tecnológicos e analógicos**, como a plataforma educacional Plural e o Teams, em atividades realizadas de forma presencial ou de maneira autoinstrucional, conforme a necessidade.

19.1.6.5. Oficinas de Robótica – Anos Finais

Buscando preparar os estudantes para enfrentar os desafios relacionados ao contexto global, a Rede Sesi de Educação oferece aos estudantes experiências em robótica educacional por meio das oficinas de robótica. As oficinas são contextualizadas com temáticas dos componentes curriculares, estruturadas por ano escolar e alinhadas às habilidades da BNCC da Computação. Dessa forma, promovem o diálogo entre a robótica e suas aplicações na sociedade, com o objetivo de:

- desenvolver as habilidades STEAM – Ciências, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática;
- fomentar o potencial dos estudantes sobre habilidades e competências referentes à raciocínio lógico-matemático, mecânica, física, robótica, programação, cultura e cidadania digital, inovação e criatividade;
- colaborar com a formação dos estudantes, preparando-os para os desafios da vida e do mundo do trabalho;
- desenvolver experiências referentes à elaboração e ao gerenciamento de projetos de engenharia, por meio de aulas práticas e teóricas;
- desenvolver a autonomia dos estudantes, estimulando-os a buscar suas próprias soluções de acordo com as situações-problema dos seus cotidianos;
- desenvolver *soft skills* – habilidades comportamentais, socioemocionais – como o trabalho em equipe, inclusão, colaboração e liderança;
- despertar o interesse pela tecnologia e pelo mundo digital por meio de experiências práticas com *hardwares* e *softwares*.

As oficinas são ofertadas para os estudantes do Ensino Fundamental – Anos Finais, do 6º ao 9º ano – no contraturno, com turmas de, no máximo, 24 alunos, sob a orientação de um professor a ser designado pela escola.

Com a duração de duas horas-aula (equivalente a uma hora e quarenta minutos), as oficinas possuem o Guia do Professor, um documento com orientações sobre a metodologia e sobre cada uma das oficinas, além manuais de montagem, garantindo a condução adequada das atividades. Além disso, é usado o kit LEGO® Education SPIKE Prime.

19.1.6.6. Atividades Extracurriculares

As atividades extracurriculares, nas escolas Sesi, são iniciativas complementares ao currículo regular, oferecidas com o objetivo de enriquecer a formação dos alunos e desenvolver habilidades adicionais que contribuem para seu crescimento pessoal, acadêmico e profissional. Essas atividades englobam uma ampla gama de práticas que permitem aos estudantes explorar seus interesses, talentos e competências em áreas como esportes, artes, tecnologia, cidadania, ciência e cultura.

Por meio dessas atividades, as escolas Sesi visam promover uma educação integral, que estimule o protagonismo dos alunos e favoreça o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, colaborativas e criativas. A participação em atividades extracurriculares também proporciona um ambiente dinâmico de aprendizagem, em que os alunos podem experimentar novas experiências, fortalecer valores de cidadania e ampliar sua visão de mundo. Dentre essas atividades, encontram-se:

a. Oficinas de Xadrez

O xadrez é mais do que um jogo; é uma atividade enriquecedora que desenvolve e aprimora habilidades cognitivas essenciais, formando alunos mais focados, estratégicos e criativos. É uma ferramenta eficaz que estimula:

- o desenvolvimento do raciocínio lógico e a capacidade de tomar decisões de forma assertiva;
- a concentração e a criatividade, essenciais para o sucesso acadêmico e pessoal;
- a busca por soluções inovadoras para problemas complexos;
- o aprimoramento de habilidades socioemocionais, fortalecendo a resiliência e a cooperação.

Nas escolas Sesi, essa prática é oferecida em turmas com, no mínimo, 20 alunos, com uma carga horária de 2 horas semanais, sempre orientada por professores capacitados. Assim, o xadrez torna-se um recurso pedagógico valioso, contribuindo de forma significativa para a formação integral dos estudantes.

b. Sesi Cultura

O **Sesi Cultura** tem por objetivo expandir a arte de forma significativa, promovendo o desenvolvimento e a (trans)formação integral do ser humano. Consiste em oficinas presenciais pagas, abertas tanto para alunos do Sesi quanto para a comunidade.

c. Sesi Esporte

O **Sesi Esporte** tem como objetivo promover a prática esportiva, estimulando o desenvolvimento das habilidades motoras, cognitivas e comportamentais de crianças e adolescentes. As atividades são pagas e são oferecidas presencialmente, tanto para alunos do Sesi quanto para a comunidade. Por meio desse programa, o Sesi busca contribuir para a formação integral dos jovens, incentivando um estilo de vida ativo e saudável, além de promover valores como disciplina, trabalho em equipe e respeito ao próximo.

19.1.7. SESITEC

Atentos às necessidades e inovações do mundo educacional, e comprometidos com o avanço da educação tecnológica na rede, o Sesi Minas criou o **SESITEC – Tecnologia, Experiência e Criatividade**.

O programa tem como objetivo incentivar novas estratégias educacionais nas escolas usando as tecnologias, para inovar as práticas educacionais, potencializar o processo de ensino e aprendizagem e oportunizar experiências de aprendizagens interativas e alinhadas com necessidades dos estudantes, preparando-os para os desafios do século XXI.



As escolas contam com uma infraestrutura tecnológica, com: streaming media player, notebooks, tablets, kits de robótica, miniestúdio, robô colaborativo, impressora 3D e óculos de realidade virtual. Além de oferecer recursos tecnológicos, o programa também disponibiliza propostas de atividades integradas ao uso desses equipamentos e ambientes de realidade virtual, cuidadosamente alinhadas às habilidades previstas nos componentes curriculares.

19.2. PROJETOS EDUCACIONAIS

Projetos educacionais são empreendimentos temporários, com um conjunto de atividades coordenadas que visam atingir objetivos específicos em um período determinado. Eles são mais pontuais e delimitados em termos de tempo e escopo do que os programas. Fernandes e Toledo (2014) descrevem projetos educacionais como “ações com foco específico, que buscam resultados claros e delimitados em prazos estabelecidos, permitindo a resolução de problemas ou a exploração de temas específicos dentro de um programa maior” (Fernandes; Toledo, 2014).

19.2.2. Autor do Ano

O projeto Autor do Ano tem como objetivo aproximar os alunos da literatura brasileira, incentivando o gosto pela leitura e o apreço pelas obras de renomados escritores. Através de uma abordagem interdisciplinar, o projeto proporciona aos estudantes a oportunidade de explorar a vida e a obra de um autor escolhido para cada nível de ensino, promovendo o desenvolvimento do pensamento crítico e a reflexão sobre temas sociais e culturais.

Além da leitura das obras, o projeto inclui atividades complementares como debates, produção de textos criativos, análises literárias e eventos culturais, estimulando a criatividade e o envolvimento da comunidade escolar. Ao fomentar o estudo das obras dentro de seu contexto histórico e cultural, o Projeto Autor do Ano busca ampliar o repertório literário dos alunos, desenvolver habilidades de interpretação e análise, e promover a reflexão sobre a sociedade.

Com a participação ativa de bibliotecários, professores, alunos e famílias, o projeto visa formar leitores críticos e cidadãos engajados, enriquecendo a formação pessoal, cultural e acadêmica dos estudantes.

19.2.3. Semana Retrô

A **Semana Retrô** ocorre na primeira semana da segunda e da terceira etapas letivas, tendo como objetivo principal a revisão dos conteúdos-âncoras abordados na etapa letiva anterior. Essa semana oferece uma oportunidade estratégica para que os alunos revisitem e consolidem os conceitos e habilidades adquiridos, garantindo uma compreensão mais sólida, antes de avançarem para os novos conteúdos.

Durante essa fase, é fundamental que o professor organize um planejamento detalhado, visando retomar os principais pontos de aprendizagem da etapa passada. O planejamento deve ser estruturado de maneira a facilitar a reflexão dos alunos sobre seu próprio percurso de estudos, promovendo uma revisão ativa e significativa. Além disso, a **Semana Retrô** possibilita que os estudantes identifiquem suas fortalezas e áreas que precisam de mais atenção, contribuindo para o aprofundamento do aprendizado e a construção de uma base sólida para o avanço nos novos conteúdos. Dessa forma, a Semana Retrô não apenas reforça o conhecimento, mas também amplia o processo de aprendizagem dos alunos, tornando-o mais integrado e eficaz.

19.2.4. Semana do Livro e da Biblioteca

A **Semana do Livro e da Biblioteca** é um projeto realizado nas bibliotecas das escolas do Sesi/SENAI-MG, com o objetivo de fortalecer a importância da leitura e da pesquisa para a formação dos alunos. Alinhado à Semana Nacional do Livro e da Biblioteca (Decreto nº 84.631, de 9 de abril de 1980), o evento busca incentivar o uso da biblioteca como um espaço de aprendizagem, promovendo a competência informacional dos estudantes e contribuindo para o seu melhor desempenho escolar e preparação para o mundo do trabalho.

Durante uma semana, a comunidade escolar é envolvida em atividades voltadas para alunos, professores e funcionários, com foco na valorização da biblioteca e seus recursos. A programação inclui ações para incentivar o uso da biblioteca no apoio à formação acadêmica, disseminar recursos informacionais para os docentes, proporcionar experiências culturais diversas e promover a integração de toda a comunidade escolar. O evento tem como objetivo fortalecer o papel da biblioteca como um centro de socialização e disseminação de conhecimento e cultura.

19.2.5. Sesi Podium – Olimpíadas e Concursos

A Rede Sesi incentiva a participação dos alunos em olimpíadas e concursos promovidos internamente e/ou de âmbito nacional e regional. Mais do que medalhas, prêmios e diplomas de participação, as olimpíadas brasileiras proporcionam a estudantes e professores novas descobertas, novos lugares, ideias, técnicas e conhecimentos. As olimpíadas, de forma geral, têm estimulado muitos jovens a descobrir mais sobre as ciências e as tecnologias. Além disso, algumas competições procuram estabelecer um intercâmbio entre instituições de ensino superior, o que também pode ser um estímulo para a escolha profissional do estudante.

19.2.6. Oficinas de Robótica (Educação Infantil e Fundamental – Anos Iniciais)

Buscando preparar os estudantes para enfrentar os desafios relacionados com o contexto global, a Rede Sesi de Educação oferece aos estudantes experiências em robótica educacional por meio das oficinas de robótica. As oficinas são contextualizadas com temáticas dos componentes curriculares, estruturadas por ano escolar e alinhadas às habilidades da BNCC da Computação. Desta forma, promovem conexões entre a robótica e suas aplicações na sociedade, com o objetivo de:

- desenvolver as habilidades STEAM – Ciências, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática;
- fomentar o potencial dos estudantes sobre habilidades e competências referentes a raciocínio lógico-matemático, mecânica, física, robótica, lógica de programação, cultura e cidadania digital, inovação e criatividade;

- proporcionar experiências referentes à elaboração e ao gerenciamento de projetos de engenharia, por meio de aulas práticas e teóricas;
- desenvolver a autonomia dos estudantes estimulando-os a buscar suas próprias soluções de acordo com as situações-problema de seu cotidiano;
- desenvolver *soft skills* – habilidades comportamentais, socioemocionais – como o trabalho em equipe, inclusão, colaboração e liderança;
- despertar o interesse pela tecnologia e pelo mundo digital por meio de experiências práticas com *hardwares* e *softwares*;

As oficinas são ofertadas para todos os alunos da Educação Infantil (1º e 2º períodos) e do Ensino Fundamental – Anos Iniciais: 1º ao 5º ano – durante o horário escolar, sendo conduzidas pelo professor regente da turma.

Com a duração de duas horas-aula (equivalente a uma hora e quarenta minutos), as oficinas possuem o Guia do Professor, um documento com orientações sobre a metodologia e cada uma das oficinas, além de manuais de montagem, garantindo a condução adequada das atividades. Além disso, são utilizados kits LEGO® específicos para cada faixa etária, conforme descrito abaixo:

- **Educação Infantil:** LEGO® Education STEAM Park.
- **Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º e 2º anos):** LEGO® Education BricQ Motion Prime.
- **Ensino Fundamental – Anos Iniciais (3º ao 5º ano):** LEGO® Education SPIKE Essential.

19.2.7. Equipes Internas de Robótica e F1 In Schools

A Rede Sesi de Educação valoriza e reconhece a importância de proporcionar oportunidades para seus estudantes participarem de projetos e competições que incentivem a pesquisa científica e o desenvolvimento de habilidades técnicas, criativas e colaborativas.

A formação das equipes internas de Robótica do Sesi de Minas Gerais tem como objetivo preparar as equipes para as competições regionais, nacionais e internacionais, nas modalidades:

FIRST® LEGO® League Challenge (FLLC):

Estudantes de 9 a 15 anos se envolvem em pesquisa, resolução de problemas, codificação e engenharia – construindo e programando um robô LEGO® para cumprir as missões da temporada. Como parte do desafio, as equipes também desenvolvem um projeto de inovação para resolver um problema relevante do mundo real.

FIRST® Tech Challenge (FTC):

Muito mais do que construir robôs, estudantes de 14 a 18 anos, são desafiados a projetar, construir, programar e operar robôs para competir em um desafio frente a frente em formato de aliança. Os estudantes

praticam princípios de engenharia, inovam e trabalham em equipe. Os robôs são compostos de peças reutilizáveis, podem ser codificados e suportam vários níveis de programação baseada em Java. As equipes também desenvolvem projetos que impactam suas comunidades e devem estabelecer conexões com indústrias e outras instituições.

FIRST® Robotics Competition (FRC):

Combinando a emoção do esporte com os rigores da ciência e tecnologia, estudantes de 14 a 18 anos são desafiados a construir robôs de tamanho industrial, com engenharia e programação avançada para jogar um jogo de campo difícil, em aliança com outras equipes. Os robôs podem ter até 1,5m e 50kg. As equipes também desenvolvem projetos que impactam suas comunidades e devem estabelecer conexões com indústrias e outras instituições.

F1® in Schools:

Desafia estudantes de 9 a 19 anos a competirem em uma pista de corrida em miniatura. O campeonato faz parte de um projeto internacional da Fórmula 1 e reproduz os desafios profissionais envolvidos em uma corrida de carros, desde a criação da escuderia – sendo avaliados pelo design, gestão de projetos, marketing e projeto social – até o enfrentamento nas pistas.

Informações adicionais sobre cada uma das modalidades estão disponíveis no Guia de Educação Tecnológica.

19.2.8. Festival SESI de Robótica

O SESI DR-MG realiza anualmente o **Festival SESI de Robótica**, um evento que incentiva a inovação e a educação tecnológica. O festival conta com a participação de parceiros da Rede SESI de Educação e apresenta diversas atrações nas áreas de tecnologia e educação.

Durante o Festival, acontece a etapa regional das modalidades FIRST LEGO® League Challenge (FLL), FIRST TECH Challenge (FTC) e Fórmula 1 in Schools. O evento também conta com uma demonstração da modalidade FIRST Robotics Competition (FRC).

As equipes competem para conquistar vagas na etapa nacional, que é organizada pelo SESI – Departamento Nacional (DN).

As competições oferecem aos estudantes oportunidades de aprendizado prático, no qual as equipes desenvolvem soluções tecnológicas para enfrentar uma série de desafios, aprimorando diversas habilidades e se preparando para atuar na transformação digital e industrial.

Os torneios realizados no Festival reúnem equipes das escolas da Rede SESI de Educação, das Redes pública e privada de ensino, além de ONGs e fundações.

Informações adicionais sobre o festival estão disponíveis no Guia de Educação Tecnológica.

19.3. AÇÕES INSTITUCIONAIS

Ações institucionais são iniciativas pontuais ou contínuas que fazem parte do cotidiano das escolas Sesi e que apoiam a implementação de projetos ou programas educacionais. Elas incluem atividades e intervenções de curto prazo, voltadas para questões emergenciais ou objetivos específicos, como eventos, campanhas de conscientização, workshops ou melhorias pontuais em processos internos. Como ressaltam Cavalcanti e Soares (2010), "as ações institucionais representam atividades organizadas pela instituição para solucionar demandas imediatas e atender aos objetivos dos programas e projetos em curso".

19.3.1. Sesi Finds – Agenda Cultural

Essa ação é voltada para alunos desde Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental e tem como objetivo promover o enriquecimento pedagógico no contexto familiar, incentivando a participação das famílias em atividades culturais e educacionais. A proposta visa orientar as famílias a visitarem locais de interesse que complementem a formação dos alunos, como museus, exposições, teatros e outros espaços culturais, além de estimular sua participação em eventos promovidos pela escola ou na comunidade.

Uma das principais vantagens dessa ação é proporcionar momentos de integração familiar, unindo lazer e aprendizado, além de criar oportunidades para que várias famílias compartilhem experiências e conhecimentos.

A **Agenda Cultural** do projeto promove a participação ativa dos alunos e suas famílias em eventos locais, ampliando o acesso à cultura e às artes. Além de divulgar eventos como peças de teatro, shows, exposições e festivais, a agenda pode incluir também sugestões de livros e filmes que contribuam para o desenvolvimento social e intelectual das crianças. Dessa forma, busca fortalecer os laços entre a escola e as famílias, ao mesmo tempo em que amplia o horizonte dos alunos, tornando a aprendizagem mais rica e significativa.

19.3.2. Biblioteca em Movimento

A biblioteca escolar, nas escolas da Rede Sesi, deve ser vista como um ambiente cultural de interação, aprendizado e acolhimento, que promove a formação integral dos estudantes, a partir do desenvolvimento de competências informacionais. Esse espaço tem potencial para ser um centro de experiências e atividades que incentivam o hábito de leitura, o pensamento crítico e a socialização entre alunos e professores.

Ao integrar ações como a **Biblioterapia**, o **Clube do Livro** e a **Roda Literária**, a biblioteca incentiva o desenvolvimento de competências literárias, fomentando a importância da literatura na formação de sujeitos reflexivos acerca das questões presentes na sociedade.

19.3.2.1. Biblioterapia – Leituras com Afeto

Essa ação institucional propõe a utilização de textos literários como ferramenta central em programas de leitura direcionada e planejada, com o objetivo de promover uma experiência de leitura mais profunda e significativa. A partir da escolha de obras literárias adequadas ao público-alvo, a iniciativa visa criar um ambiente de interação entre os participantes, incentivando o diálogo e a troca de experiências, especialmente aquelas vinculadas aos desafios da convivência, da pluralidade e do respeito aos diferentes pontos de vista.

A leitura de textos literários tem o potencial de abrir espaços para que as pessoas expressem seus sentimentos, opiniões e reflexões sobre as obras, criando um ambiente de compreensão mútua e empatia. Ao explorar diferentes gêneros literários, os participantes não apenas aprimoram suas habilidades de leitura e interpretação, mas também desenvolvem uma maior capacidade de identificar e articular suas próprias emoções e pensamentos, tornando-se sujeitos mais empáticos.

Como a atividade aborda questões comportamentais e emocionais, o bibliotecário conta com o apoio do psicólogo educacional e do serviço social no trabalho com os estudantes.

19.3.2.2. Clube do Livro

O **Clube do Livro**, nas escolas do SESI, objetiva promover a leitura e a reflexão de obras literárias por meio de estudos e dinâmicas colaborativas, realizadas a partir da leitura de livros selecionados, seja por escolha dos bibliotecários, dos professores ou dos próprios alunos. O objetivo é criar um espaço de discussão e análise, no qual os participantes possam compartilhar suas impressões, reflexões e interpretações sobre o texto, enriquecendo a experiência de leitura por meio do debate e da troca de ideias.

As dinâmicas e atividades realizadas durante o **Clube do Livro** são pensadas para incentivar uma leitura crítica e ativa, com foco no desenvolvimento das habilidades de interpretação, análise e argumentação. As discussões podem envolver a análise de personagens, enredo, temas centrais, contextos históricos e culturais, entre outros aspectos da obra, estimulando os alunos a pensar de forma mais profunda e crítica sobre o conteúdo lido.

Além das discussões em grupo, o **Clube do Livro** também pode incluir atividades criativas, como dramatizações, produção de resenhas, criação de finais alternativos ou até mesmo a elaboração de projetos relacionados ao livro, envolvendo os alunos de forma prática e interativa com o conteúdo. A ideia é tornar a leitura uma experiência mais dinâmica, integrando os aspectos literários e sociais da obra com as realidades e interesses dos estudantes.

19.3.2.3. Roda Literária

A **Roda Literária** é uma proposta pedagógica voltada para a promoção da leitura e da troca de experiências literárias entre os alunos. Organizada de forma dinâmica e participativa, a **Roda Literária** envolve

os estudantes em discussões em grupo, nas quais cada participante tem a oportunidade de compartilhar suas impressões, interpretações e sentimentos sobre a obra literária escolhida. O objetivo principal é criar um ambiente acolhedor e estimulante, que favoreça a expressão pessoal e o desenvolvimento de habilidades de leitura crítica e empática.

Durante a **Roda Literária**, a obra lida pode ser discutida de diferentes formas: por meio de debates, atividades de interpretação, dramatizações ou até mesmo jogos literários que desafiem os alunos a explorar aspectos mais profundos do texto, como o contexto histórico, as motivações dos personagens ou os temas centrais da obra. Esse formato promove não só a compreensão do conteúdo literário, mas também a capacidade dos estudantes de articular suas ideias, respeitar as opiniões alheias e ouvir atentamente os outros, desenvolvendo habilidades sociais essenciais.

19.3.3. Reflexões Compartilhadas

Vivemos em um tempo em que estar atualizado tornou-se um desafio diário e rápido, pois a informação é constantemente renovada. Um simples clique nos mostra que o que acabamos de aprender pode já estar desatualizado. As demandas do cotidiano, muitas vezes, colocam as leituras que gostaríamos de fazer em segundo ou terceiro plano. Manter-se informado é essencial, não apenas para a vida pessoal, mas também para o desenvolvimento profissional e acadêmico. O mundo está em constante transformação, e os fatos se sucedem ininterruptamente.

Com esse cenário em mente, apresentamos os informativos **Pensando Bem**, **Tô Ligado** e **Sesi Leituras**, cada um direcionado a diferentes públicos e objetivos, mas com um propósito comum: estimular a reflexão e a atualização constante sobre os caminhos da educação contemporânea.

19.3.3.1. Pensando Bem – Famílias

O **Pensando Bem** é um informativo mensal, destinado às famílias dos estudantes, que promove reflexões sobre temas educacionais. Esse conteúdo busca aproximar as famílias da escola, incentivando um diálogo enriquecedor e colaborativo sobre questões que impactam diretamente na educação e no desenvolvimento dos estudantes.

Para isso, a Gerência de Educação Básica (GEB) encaminhará o material que deverá ser compartilhado com as famílias pela equipe pedagógica.

19.3.3.2. Tô Ligado – Estudantes e Professores

O **Tô Ligado** é um informativo mensal voltado a estudantes e professores, que aborda temas variados, como atualidades, notícias e curiosidades. A seleção dos conteúdos considera a faixa etária dos alunos, seu nível de conhecimento e assuntos que despertem o interesse pela leitura e pelo debate. As edições do **Tô**

Ligado estão organizadas conforme os diferentes níveis de ensino, garantindo adequação e relevância para cada público. Para atender a essas especificidades, o informativo é disponibilizado em três versões:

- **Tô Ligado** – Ensino Fundamental – Anos Iniciais;
- **Tô Ligado** – Ensino Fundamental – Anos Finais;
- **Tô Ligado** – Ensino Médio;

A Gerência de Educação Básica (GEB) encaminhará o material, que deverá ser compartilhado com estudantes e professores e discutido em sala de aula.

19.3.3.3. SESI Leituras – Gerentes

Com o objetivo de aproximar os gerentes das unidades escolares dos temas mais relevantes do contexto educacional, o **SESI Leituras** oferece mensalmente conteúdos que visam apoiar a compreensão dos desafios e metas relacionados à qualidade esperada nas escolas da Rede SESI. Esse material proporciona uma base de conhecimento que fortalece a atuação dos gestores na busca contínua pela excelência educacional.

A Gerência de Educação Básica (GEB) encaminhará o material aos gerentes para reflexões sobre a gestão educacional.

19.3.5.4. SESI Amplifica (exclusivo ao Centro Infantil Leonor Guerra)

O **SESI Amplifica** tem por objeto atender, no período da manhã, crianças que finalizaram o 2º período exclusivamente na escola SESI Leonor Franco (CILF/ Contagem). Esses alunos devem estar matriculados no 1º ano do Ensino Fundamental nas escolas SESI, no turno da tarde.

O objetivo dessa iniciativa é fortalecer a concepção de formação integral dos estudantes, garantindo a continuidade dos cuidados e do acompanhamento oferecidos pela unidade. Esse atendimento é oferecido de forma presencial e é pago.

20. A ARTICULAÇÃO DA REDE SESI COM AS FAMÍLIAS E A COMUNIDADE

A relação construtiva e estável entre a escola e a família é essencial. Primeiro, porque permite um conhecimento mútuo, e segundo, porque possibilita o compartilhamento de critérios educativos que ajudam a reduzir discrepâncias prejudiciais aos estudantes. É fundamental compreender que a escola e a família são

contextos nos quais as crianças interagem com diferentes pessoas e estabelecem variadas relações – e é justamente nessa diversidade que reside parte de sua riqueza e potencial de desenvolvimento.

As escolas Sesi-MG atendem às comunidades ao seu redor, além de alunos que residem em bairros mais distantes de suas unidades. No entanto, a presença das famílias nas escolas é constante, e a instituição organiza diversos momentos para o atendimento dessa comunidade. A presença das famílias na escola sempre é uma oportunidade de estabelecer laços mais consistentes com a vida escolar dos seus alunos.

A comunidade escolar, para a qual convergem os esforços e resultados da Rede Sesi de Educação de Minas Gerais, é convidada a participar como coautora do processo educacional de seus filhos, oferecendo sua colaboração, facilitando o direcionamento das ações, somando esforços e assumindo compromissos para uma educação integral. Essa comunidade se caracteriza pela participação constante nas ações voltadas para o coletivo e pela atuação ativa nas propostas pedagógicas da escola.

As relações entre a família e a escola só podem ser construtivas quando baseadas no respeito mútuo, na confiança e na aceitação das peculiaridades de cada parte. Considerando os diferentes modelos de família presentes na atualidade, seu desenvolvimento se configura como uma tarefa complexa, porém extremamente rica. É fundamental assegurar que ambos os contextos de desenvolvimento sejam compartilhados e que os critérios educativos favoreçam o crescimento harmônico e integral dos estudantes.

As ações de convivência da escola com a comunidade têm como objetivo:

- criar um ambiente escolar saudável, fundamentado na verdade, na justiça e nos valores essenciais, que promovam, tanto em alunos quanto em educadores, a construção da autonomia, para que as consequências da liberdade de escolha sejam plenamente assumidas;
- priorizar o respeito, o cuidado e a solidariedade nas relações interpessoais, cultivando a compaixão pelo sofrimento humano e prevenindo situações conflituosas ou de violência, incluindo o *bullying*;
- promover ações de paz, de colaboração e de justiça para a boa convivência nas relações da comunidade.

As ações de convivência, instituídas como forma de promover uma educação para a paz em nossa comunidade escolar, estão fundamentadas no Programa Rede Sesi de Virtudes.

O contato entre os pais dos alunos das escolas Sesi-MG e os professores deve cumprir alguns objetivos: conhecer as crianças, estabelecer critérios educativos comuns, oferecer modelos de intervenção e de relacionamento, além de ajudar a família a compreender a função educativa da escola.

Há diversos canais institucionais por meio dos quais a interação entre as famílias e a escola pode acontecer: entrevistas presenciais com os pedagogos, participação em Reuniões de Pais, e-mail, agenda digital, participação em eventos da escola, entre outros.

A relação entre a família e a escola pode ser enriquecida pela interação de outros profissionais: psicopedagogos e psicólogos, que, em diferentes níveis, podem ajudar a apresentar maneiras construtivas de trabalhar conjuntamente.

Buscando consolidar a integração com a comunidade e com as famílias, a Rede Sesi de Educação de Minas Gerais promove atividades que visam à participação efetiva das famílias, tais como:

- Seminários locais na Escola e palestras (presenciais e on-line) envolvendo pais, diretores, professores e pedagogos;
- Eventos socioculturais como gincanas, teatros, festas de confraternização, Festa da Família, Festa Junina;
- **SESIVERSO**: atividade de mostra cultural e científica, que acontece durante o mês de setembro na escola, com a presença da comunidade de Betim;
- Formatura da 3ª série do EM, na qual pais e comunidade são convidados a estarem presentes;
- Reunião (presencial ou on-line) para apresentação e avaliação do trabalho realizado pela escola.

21. PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES ESCOLARES, NO QUE SE REFERE AO CALENDÁRIO ESCOLAR

A Gerência de Educação Básica elabora e disponibiliza para as escolas, antes do início de cada ano letivo, o calendário escolar de referência, com previsão de dias letivos e escolares, recessos e feriados nacionais e municipais, férias escolares, início e término do ano e semestres letivos, recuperação, reuniões pedagógicas, conselhos de classe e datas das atividades internas que tenham implicação direta no processo educativo.

Os dias letivos se caracterizam pela execução de atividades escolares vinculadas ao currículo, destinadas a todos os alunos de uma turma, ministradas por um docente, desenvolvidas em sala de aula ou em outros ambientes que propiciem e estimulem o aprendizado, com cômputo de frequência, organizados no calendário oficial da escola.

No calendário escolar de cada escola, elaborado pelo secretário escolar, considerando todas as informações e eventos alinhados com a equipe pedagógica e direção, a partir do calendário de referência, devem conter a organização específica relacionada aos eventos escolares, período de recuperação e demais aspectos regionais, imprescindíveis à estruturação do ano escolar, garantindo a execução do número mínimo de dias letivos previstos em lei.

As escolas da Rede Sesi promovem grandes eventos, estimulando a parceria na educação de nossos alunos, com o objetivo de estreitar os laços entre família e escola. Dentre esses eventos, destacam-se:

- **Festa da Família**: tem como finalidade promover a convivência familiar, estreitando a parceria entre família e escola e ampliando os relacionamentos entre as famílias Sesi;
- **Festa Junina**: tem como objetivo resgatar uma manifestação cultural importante na nossa sociedade e promover a interação de alunos, escola, família e comunidade;

- **SESIVERSO:** a mostra **SESIVERSO** transformará um dia específico da escola em um universo de cultura, tecnologia e experiências, sendo aberto a toda a comunidade. É uma data destinada à apresentação dos resultados dos trabalhos realizados pelos alunos, promovendo a materialização de diversos saberes, estreitando os laços entre a escola e as famílias, convidando a sociedade a navegar nesse Ecossistema de Aprendizagem Sesi.
- **Formatura** da 3ª série do Ensino Médio.

22. A FORMAÇÃO CONTINUADA E EM SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Os educadores constituem uma categoria profissional que deve estar sempre atualizada, o que legitima a necessidade de educação continuada em serviço, para construção e reconstrução do saber fazer, ponto de partida para os programas de atualização e aperfeiçoamento.

O desenvolvimento pessoal e profissional do professor, assim como suas competências, são construídos por meio de um processo contínuo, que tem início na formação inicial e segue ao longo de sua trajetória, no exercício de suas atividades, sendo, portanto, permanente. Essa continuidade é justificada pelos avanços das investigações sobre os processos de aprendizagem e ensino, pelas transformações na sociedade, nos aspectos econômicos e político-sociais, e pelas mudanças no conhecimento científico, na cultura, nas artes e nas tecnologias da comunicação, todos elementos essenciais para a prática escolar.

Assim, a Rede Sesi de Educação garante aos professores espaços para refletirem sobre sua prática no processo de formação continuada, possibilitando que, junto aos colegas, possam tematizar suas ações pedagógicas e construir conhecimentos sobre seu trabalho, aprimorando-se constantemente. Os professores têm o direito de vivenciar, em seu próprio processo de aprendizagem, aquilo que, do ponto de vista metodológico, é considerado essencial para o desenvolvimento dos alunos – práticas que visam ao fortalecimento do pensamento crítico, da aprendizagem ativa, da criatividade, da autonomia, dos valores democráticos e do exercício da cidadania.

A formação continuada dos profissionais em serviço faz-se necessária para sustentar e consolidar as diretrizes e ações estratégicas propostas pela Rede Sesi de Educação de Minas Gerais, devendo incluir espaços e tempos que garantam:

- a tematização comum de questões centrais da educação e da aprendizagem, e de sua dimensão prática para os professores da educação básica;
- a sistematização consistente de conhecimento sobre os objetos de ensino;

- a construção de perspectiva interdisciplinar, incluídos os projetos de trabalho. Os professores da Rede Sesi possuem uma hora-aula semanal para participar da reunião pedagógica, conduzida pelo pedagogo da escola, que visa propiciar um momento para:
 - formação continuada do corpo docente e técnico;
 - planejamento de atividades e/ou projetos interdisciplinares;
 - troca de informações e experiências, visando à integração do trabalho;
 - aprofundamento do espírito de trabalho em equipe;
 - realização dos encontros de Conselho de Classe, que oportunizam momentos valiosos de reflexão e (auto)avaliação da prática pedagógica, bem como dos resultados alcançados.

Maximizar a aprendizagem, aprender melhor, aprender a aprender, compreender como o ser humano aprende são temas que estão na pauta de formação da Rede Sesi e nos remetem ao professor, à sua formação acadêmica inicial e continuada capacitando-o para o papel essencial na educação.

Além das reuniões pedagógicas, a formação continuada dos professores na Rede Sesi de Educação acontece das seguintes formas:

- discussões semanais e encontros mensais na própria escola;
- seminários e palestras (presenciais e on-line);
- debates sistemáticos após encontros e cursos;
- estudos teóricos (autônomos e por equipes);
- trocas de experiências na escola e entre escolas;
- participação em eventos, como congressos e feiras.

Programas e eventos que visam proporcionar momentos de construção coletiva do conhecimento pedagógico e de aprofundamento de estudos devem ser divulgados, estimulando e subsidiando a participação dos professores.

Para complementar a formação continuada dos professores, a equipe do CIP (Centro de Inteligência Pedagógica), produz anualmente revistas digitais direcionadas a professores desde a Educação Infantil ao Ensino Médio, com o objetivo de enriquecer o dia a dia da sala de aula e inspirar os professores na elaboração dos seus planejamentos. São elas:

- **PluriVerso (Linguagens):** Elaborada coletivamente em parceria com a equipe de bibliotecárias, essa publicação, voltada para a área de Linguagens, tem o propósito de ampliar e consolidar um capital cultural compartilhado na Rede Sesi de Educação de Minas Gerais. Composta por textos, reflexões, proposições artísticas multidisciplinares, compartilhamento de experiências e diversas referências, visa enriquecer a formação dos educadores e estudantes.
- **Caminhos da Matemática (Matemática):** É uma publicação que conta com a contribuição dos professores da Rede e aborda assuntos pertinentes à área, com o propósito de ampliar conhecimentos e disseminar práticas pedagógicas compartilhadas em nossa Rede.

- **Redação Magazine – Redação do ENEM (Produção de Texto):** É uma revista colaborativa que tem como proposta ampliar o conhecimento sobre as habilidades e competências necessárias para a Redação do ENEM.

Com base nos princípios e diretrizes apresentadas, a Proposta Pedagógica das Escolas Sesi visa proporcionar um ambiente de aprendizagem dinâmico, inclusivo e transformador, voltado para o desenvolvimento integral dos estudantes. Ela busca garantir o aperfeiçoamento contínuo de práticas pedagógicas, incentivando a participação ativa de alunos, professores e famílias.

Serão incorporadas a esta Proposta Pedagógica normas complementares que vierem a ser publicadas pela Rede SESIMG

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2025.



Flávia Márcia Dias Bento

Gerente de Educação Básica do Sesi DR-MG

23. REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_s ite.pdf. Acesso em: 04 dez. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental**. Brasília, DF: MEC, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12640-parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>. Acesso em: 04 dez. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em 04 dez. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 5/2011, de 4 de maio de 2011**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 07 dez. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018**. Estabelece os Referenciais para Elaboração dos Itinerários Formativos Conforme Preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 2019. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199. Acesso em: 05 dez. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Formação de Professores Alfabetizadores: Guia de Orientações Metodológicas**. Brasília, DF: MEC, SEF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Profa/apres.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais para a Formação de Professores**. Brasília, DF: MEC, SEF, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=48631-reformprof1&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 dez. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- CAVALCANTI, Carla Soares; SOARES, Ricardo de Almeida. **Gestão Institucional: Conceitos e Práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. **Resolução CEE nº 493, de 12 de dezembro de 2022**. Dispõe sobre os Pressupostos e Diretrizes para a Normatização da Educação Ambiental no

Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais e Das Outras Providências. Belo Horizonte: CEE, 2022. Disponível em: <https://cee.educacao.mg.gov.br/index.php/legislacao/resolucoes?task=download.send&id=15376&catid=66&m=0>. Acesso em: 07 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1/2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1/2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 06 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 2/2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: 06 dez. 2023.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 1999.

CARRETERO, M. **Construtivismo e Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Filosofia**: Novo Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2000.

COLL, C. **Aprendizagem Escolar e Construção do Conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Atualidade de Jean Piaget**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

DELORS, Jacques. **Educação: Um Tesouro a Descobrir**: Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez, 1999.

DEWEY, John. **Democracia e Educação**: Uma Introdução à Filosofia da Educação. 10ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

FERNANDES, Luciana Maria Caetano; TOLEDO, Suzana Pereira. **Gestão de projetos educacionais**. São Paulo: Atlas, 2014.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**: em Três Artigos que se Completam. 29ª. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 6ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Monserrat. **A organização do Currículo por Projetos de Trabalho**. 5ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação – Mito e Desafio** – uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- INSTITUTO REÚNA. **Mapas de Foco**. São Paulo: Instituto Reúna, 2023. Disponível em: <https://www.institutoreuna.org.br/projeto/mapas-de-foco-bncc>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância**. Campinas: Papirus, 2000.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem**: Componente do Ato Pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.
- MALAGUZZI, LORIS. **As 100 Linguagens da Criança**: A Filosofia Reggio Emília na Educação Infantil. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2002.
- NÉRICI, I. G. **Metodologia do Ensino**: uma Introdução. São Paulo: Atlas, 2004. NEVES, Maria Helena de M. Gramática na escola. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- OLIVEIRA, G. P. de. **Avaliação Formativa**: Verificações Qualitativas no Processo De Ensino e Aprendizagem e a Autonomia dos Educandos. São Paulo: Ática, 2002.
- PERRENOUD, P. **Construir as Competências Desde a Escola**. Porto Alegre: ArtMed, 1999.
- PERRENOUD, P. **Pedagogia Diferenciada**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- PERRENOUD, P. **As Competências para Ensinar no Século XX**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PERRENOUD, P. **Avaliação: da Excelência à Regulação da Aprendizagem**: entre Duas Lógicas. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- PERRENOUD, P. **Ensinar**: Agir na Urgência, Decidir na incerteza. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- PERRENOUD, P. **Não Mexam na Minha Avaliação**: para uma Abordagem Sistêmica da Mudança Pedagógica. In: NÓVOA, A. Avaliação em educação: novas perspectivas. Porto: Porto Editora, 2003.

PIAGET, Jean. **A Psicologia da Criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1970.

RAMOS, P. **Os Pilares para Educação e Avaliação**. Blumenau: Acadêmica, 2001.

SACRISTÁN, G. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto alegre: Artmed, 2000.

SCHÖN, Donald A. **Educando o Profissional Reflexivo**: um novo Design para o Ensino e a Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leitura**. Porto Alegre: Artmed: 1998.

SORDI, Mara Regina Lemes de; LUDKE, Menga. **Avaliação de Programas Educacionais**: Contribuições para a Prática Pedagógica. São Paulo: Cortez, 2009.

VYGOTSKY, Lev S. **A Formação Social da Mente**: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. 5ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, Henri. **Psicologia e Pedagogia**. 4ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

WEISZ, Telma. **O Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem**. São Paulo, Ática, 1999.

WIGGINS, G. J.; MCTIGHE, J. **Planejamento para a Compreensão**: Alinhando Currículo, Avaliação e Ensino por Meio da Prática do Planejamento Reverso. 2ª. ed. Porto Alegre: Penso, 2019.

ZABALA, A. **A Prática Educativa**: Como Ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.



SESI MINAS GERAIS

Av. do Contorno, 4456 – Funcionários | Belo Horizonte | MG
(31) 3263 4200 | fiemg.com.br/sesi



Regimento Escolar

2025

Educação Infantil

Ensino Fundamental

Ensino Médio

Educação de Jovens e Adultos

SESI

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Serviço Social da Indústria – DR/MG

Rede Sesi de Educação de Minas Gerais

REGIMENTO ESCOLAR

2025

Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos

Belo Horizonte

2025

©2025. SESI – Departamento Regional de Minas Gerais

Esta publicação ou parte dela não pode ser reproduzida por qualquer meio sem autorização.

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG

Presidente do Sistema FIEMG

Flávio Roscoe Nogueira

Superintendente Regional do SESI DR/MG

Christiano Paulo de Mattos Leal

Gerente de Educação Básica

Flávia Márcia Dias Bento

Elaboração Técnica, Revisão, Diagramação e Design Gráfico

Gerência de Educação Básica

S493

SESI MG.

Regimento escolar 2025: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: SESI DR/MG, 2024.

103 p.

1 . Educação – Regimento Escolar. I. Serviço Social da Indústria DR/MG. II. Título.

CDU: 37.091.5

Bibliotecária Responsável: Cemália de Faria Papini /CRB 6 1933.

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

Serviço Social da Indústria – Departamento Regional de MG

Av. Contorno, 4456 – Bairro Funcionários – Belo Horizonte MG

www.fiemg.com.br/sesi/educacao

SUMÁRIO

TÍTULO I – Das Disposições Preliminares	7
CAPÍTULO I – Do Regimento Escolar	7
CAPÍTULO II – Da Identificação da Instituição	7
CAPÍTULO III – Da Oferta de Cursos	11
TÍTULO II – Da Organização Administrativa	11
CAPÍTULO I – Da Direção	11
SEÇÃO I – Da Constituição	11
SEÇÃO II – Das Competências	12
CAPÍTULO II – Da Secretaria Escolar	14
SEÇÃO I – Da Constituição	14
SEÇÃO II – Das Competências	14
CAPÍTULO III – Da Psicologia Educacional	17
SEÇÃO I – Da Constituição	17
SEÇÃO II – Das Competências	18
CAPÍTULO IV – Do Serviço Social	19
SEÇÃO I – Da Constituição	19
SEÇÃO II – Das Competências	19
CAPÍTULO V – Da Equipe Pedagógica	21
SEÇÃO I – Da Constituição	21
SEÇÃO II – Das Competências.....	21
CAPÍTULO VI – Do Corpo Docente	24
SEÇÃO I – Da Constituição	24
SEÇÃO II – Das Competências	24
SEÇÃO III – Das Sanções	27
CAPÍTULO VII – Dos Profissionais de Apoio Pedagógico e Administrativo	27
SEÇÃO I – Da Constituição	27
SEÇÃO II – Das Competências	28
CAPÍTULO VIII – Da Biblioteca	29
CAPÍTULO IX – Do Centro de Tutoria	29
CAPÍTULO X – Do Aperfeiçoamento de Pessoal	30
CAPÍTULO XI – Dos Órgãos Colegiados	30
SEÇÃO I – Dos Conselhos de Classe	30
SEÇÃO II – Das Reuniões Pedagógicas	31

TÍTULO III – Dos Princípios e Fins da Educação	32
CAPÍTULO I – Das Finalidades da Educação	32
CAPÍTULO II – Dos Objetivos Gerais do Ensino	33
CAPÍTULO III – Dos Objetivos da Educação Infantil	34
CAPÍTULO IV – Dos Objetivos do Ensino Fundamental	35
CAPÍTULO V – Dos Objetivos do Ensino Médio	36
CAPÍTULO VI – Dos Objetivos da Educação de Jovens e Adultos – EJA	36
 TÍTULO IV – Dos Níveis e das Modalidades da Educação Básica	 37
CAPÍTULO I – Da Educação Infantil	37
CAPÍTULO II – Do Ensino Fundamental	37
CAPÍTULO III – Do Ensino Médio	38
CAPÍTULO IV – Da Educação de Jovens e Adultos – EJA	38
 TÍTULO V – Da Organização Pedagógica da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio	 38
CAPÍTULO I – Do Currículo	38
SEÇÃO I – Do Sesi Experience	42
CAPÍTULO II – Dos Programas Institucionais	42
SEÇÃO I – Do Ensino Integrado da Língua Inglesa	42
SEÇÃO II – Da Rede Sesi de Virtudes	43
SEÇÃO III – Do Tô Ligado na Indústria	43
SEÇÃO IV – Do Conexão Ciência	44
SEÇÃO V – Dos Programas de Leitura	44
SEÇÃO VI – Do Centro de Extensão Sesi – CES	44
SEÇÃO VII – Do SESITEC – Tecnologia, Experiência e Criatividade	46
CAPÍTULO III – Dos Projetos Educacionais	46
SEÇÃO I – Do Autor do Ano	46
SEÇÃO II – Da Semana Retrô	46
SEÇÃO III – Da Semana do Livro e da Biblioteca	46
SEÇÃO IV – Do Sesi Podium – Olimpíadas e Concursos	47
SEÇÃO V – Da Robótica na Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais	47
SEÇÃO VI – Do Festival Sesi de Robótica	47
CAPÍTULO IV – Das Ações Institucionais	47
SEÇÃO I – Do Sesi Finds – Agenda Cultural	48
SEÇÃO II – Da Biblioteca em Movimento	48
SEÇÃO III – Da Biblioterapia	48
SEÇÃO IV – Do Clube do Livro	48
SEÇÃO V – Da Roda Literária	48

SEÇÃO VI – Das Reflexões Compartilhadas	49
CAPÍTULO V – Do Regime Escolar	49
SEÇÃO I – Do Ano Letivo	49
SEÇÃO II – Do Calendário Escolar	50
CAPÍTULO VI – Das Formas de Ingresso de Alunos	51
CAPÍTULO VII – Da Matrícula e Rematrícula	51
SEÇÃO I – Da Matrícula	53
SEÇÃO II – Da Rematrícula	54
CAPÍTULO VIII – Da Oferta da Gratuidade	55
CAPÍTULO IX – Das Transferências	55
CAPÍTULO X – Da Frequência	57
CAPÍTULO XI – Do Atendimento a Alunos em Situação Especial	58
CAPÍTULO XII – Do Atendimento ao Público-alvo da Educação Especial	59
 TÍTULO VI – Da Organização Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos	 60
CAPÍTULO I – Do Currículo	60
CAPÍTULO II – Do Reconhecimento de Saberes	61
CAPÍTULO III – Do Regime Escolar	61
SEÇÃO I – Do Período Letivo	62
SEÇÃO II – Do Calendário Escolar	62
CAPÍTULO IV – Das Formas de Ingresso de Alunos	63
CAPÍTULO V – Da Matrícula	63
CAPÍTULO VI – Da Oferta da Gratuidade	65
CAPÍTULO VII – Das Transferências	66
CAPÍTULO VIII – Da Frequência	66
CAPÍTULO IX – Do Atendimento a Alunos em Situação Especial	67
CAPÍTULO X – Do Atendimento ao Público-alvo da Educação Especial	68
 TÍTULO VII – Da Avaliação da Aprendizagem na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio	 69
CAPÍTULO I – Da Avaliação Escolar	69
SEÇÃO I – Da Avaliação na Educação Infantil	69
SEÇÃO II – Da Avaliação no Ensino Fundamental	70
SEÇÃO III – Da Avaliação no Ensino Médio – Itinerários Alfa, Beta e Gama	71
SEÇÃO IV – Da Avaliação no Ensino Médio – Itinerário Ômega	72
SEÇÃO V – Da Avaliação em Segunda Chamada	73
CAPÍTULO II – Da Promoção	74
CAPÍTULO III – Da Recuperação de Estudos	75
CAPÍTULO IV – Do Regime de Progressão	77

TÍTULO VIII – Da Avaliação da Aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos	77
CAPÍTULO I – Da Avaliação Escolar	77
SEÇÃO I – Da Avaliação na Educação de Jovens e Adultos	78
SEÇÃO II – Da Avaliação em Segunda Chamada	78
CAPÍTULO II – Da Promoção	79
CAPÍTULO III – Da Recuperação de Estudos	79
CAPÍTULO IV – Do Regime de Progressão	80
TÍTULO IX – Dos Recursos Pedagógicos	80
CAPÍTULO I – Da Classificação	81
CAPÍTULO II – Da Reclassificação	81
CAPÍTULO III – Do Aproveitamento de Estudos na EJA	83
TÍTULO X – Da Escrituração Escolar	84
TÍTULO XI – Da Expedição de Documentos Escolares	85
CAPÍTULO I – Dos Históricos Escolares	86
CAPÍTULO II – Dos Certificados da Educação de Jovens e Adultos – EJA	87
TÍTULO XII – Da Organização Disciplinar	88
CAPÍTULO I – Do Corpo Discente	89
SEÇÃO I – Dos Direitos do Aluno	89
SEÇÃO II – Dos Deveres do Aluno	90
SEÇÃO III – Das Proibições	91
CAPÍTULO II – Das Ações de Promoção da Convivência Escolar Saudável	92
CAPÍTULO III – Das Situações de Indisciplina	92
SEÇÃO I – Das Medidas Disciplinares	94
SEÇÃO II – Dos Procedimentos Administrativos para Ato Infracional	95
TÍTULO XIII – Dos Instrumentos de Gestão Escolar	96
CAPÍTULO I – Do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI	96
CAPÍTULO II – Do Projeto de Autoavaliação Institucional	98
CAPÍTULO III – Do Projeto Político Pedagógico – PPP	98
CAPÍTULO IV – Do Regimento Escolar	99
TÍTULO XIV – Das Disposições Gerais	100

TÍTULO I

Das Disposições Preliminares

CAPÍTULO I

Do Regimento Escolar

Art. 1º - O presente Regimento Escolar define a estrutura didático-pedagógica, administrativa e disciplinar das escolas que compõem a Rede Sesi de Educação de Minas Gerais.

Art. 2º - As escolas que compõem a Rede Sesi de Educação de Minas Gerais serão regidas pelas normas estabelecidas no presente Regimento Escolar e na Proposta Pedagógica, com valor de contrato entre as partes interessadas, que o aceitam e se obrigam a respeitar as determinações nele contidas.

Parágrafo Único. Ficam incorporados a este Regimento Escolar, automaticamente, todas as informações complementares expedidas pela escola, tais como: circulares, manuais, avisos, recomendações, orientações, procedimentos técnicos, instruções normativas, dentre outros.

CAPÍTULO II

Da Identificação da Instituição

Art. 3º - O Serviço Social da Indústria – Departamento Regional de Minas Gerais – Sesi DR-MG, entidade mantenedora das escolas da Rede Sesi de Educação de Minas Gerais, situado na Avenida do Contorno, n.º 4456, Bairro Funcionários em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi criado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, no dia 1º de julho de 1946, pelo Decreto-lei n.º 9.403, de 25 de junho de 1946.

Art. 4º - Como entidade de direito privado, encarregada de prestar assistência social aos trabalhadores da indústria e atividades assemelhadas em Minas Gerais, o Serviço Social da Indústria – Departamento Regional de Minas Gerais – Sesi DR-MG está inscrito no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sob o n.º de ordem 55, livro “A”, número 1, de 7 de agosto de 1946, publicado no “Diário da União” em 22 de outubro de 1946, na página 14.421, atualizado e vigente o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 57.375, de 2 de dezembro de 1965, publicado no D.O.U. em 03/03/1975.

Art. 5º - O Serviço Social da Indústria – Departamento Regional de Minas Gerais – Sesi DR-MG tem como missão promover uma educação básica e continuada de qualidade, elevando o nível de escolaridade dos industriários e de seus dependentes, em um ambiente que priorize os valores humanos, visando ao fortalecimento da indústria mineira.

Art. 6º - Além de outras atribuições constantes no Regulamento do Serviço Social da Indústria, aprovado pelo Decreto nº 57.375/1965, compete ao Sesi DR-MG, com jurisdição na base territorial do Estado:

- I. manter e supervisionar escolas norteadas pela legislação vigente e por este Regimento Escolar;

- II. manter, assistir e supervisionar atendimentos estruturados, ou em parcerias com outras unidades do Sesi, SENAI, e ainda, em instituições com ele conveniadas, quando se tratar de Educação de Jovens e Adultos e do Ensino Médio.

Art. 7º - As escolas da Rede Sesi de Educação e seus respectivos endereços são as seguintes:

1. Araguari – Escola Sesi José Alencar Gomes da Silva
Rua Manoel Assis Pereira, 140, B. Goiás – CEP: 38442-174
2. Araxá – Escola Sesi professor Djalma Guimarães
Rua Abrão José Bittar, nº 405, B. Jardim Residencial Bela Vista – CEP: 38181-423
3. Barbacena – Escola Sesi Oscar Magalhães Ferreira
Av. Pereira Teixeira, nº 405, B. Centro – CEP: 36200-034
4. Barbacena – Escola Sesi Oscar Magalhães Ferreira – Unidade II
Praça Dom Bosco, nº 88-A, B. Carmo – CEP: 36200-008
5. Belo Horizonte – Escola Sesi Coração Eucarístico
Rua Itutinga, nº 340 B. Minas Brasil – CEP: 30535-640
6. Belo Horizonte – Escola Sesi Emília Massanti
Rua Albert Scharlé, nº 5, B. Madre Gertrudes – CEP: 30518-300
7. Belo Horizonte – Escola Sesi General Onésimo Becker de Araújo
Rua Cipriano de Carvalho, nº 255, B. Barreiro de Baixo – CEP: 30640-130
8. Belo Horizonte – Escola Sesi Hamleto Magnavacca
Av. Sen. Levindo Coelho, nº 2.680, B. Vale do Jatobá – CEP: 30664-030
9. Belo Horizonte – Escola Sesi Mariza Araújo
Rua Lindolfo Caetano, nº 10, B. Calafate – CEP: 30411-515
10. Belo Horizonte – Escola Sesi Newton Antônio da Silva Pereira
Rua Aiuruoca, nº 539, B. São Paulo – CEP: 31910-130
11. Belo Horizonte – Escola Sesi Horto
Rua Santo Agostinho, nº 1.717, B. Horto Florestal – CEP: 31015-480
12. Escola Sesi BH – São João Batista
Rua Moacyr Froes, nº 83, B. São João Batista – CEP: 31515-215
13. Betim – Escola Sesi Maria Madalena Nogueira
Av. Amazonas, nº 55, B. Centro – CEP: 32600-075
14. Cataguases – Escola Sesi Cataguases
Rua Ofélia Resende, nº 101, B. Bandeirantes II – CEP: 36773-082
15. Contagem – Escola Sesi Alvimar Carneiro de Rezende
Via Sócrates Mariani Bittencourt, nº 750, B. Cinco – CEP: 32010-010
16. Contagem – Escola Sesi Benjamin Guimarães
Rua Hum, nº 303, B. Santa Maria – CEP: 32240-22

17. Contagem – Centro de Educação Infantil Sesi Leonor Franco
Rua Rio Paranaguá, nº 129, B. Riacho das Pedras – CEP: 32280-300
18. Belo Horizonte – Escola Sesi BH Coração Eucarístico
Rua Itutinga, nº 340 – B. Minas Brasil – CEP: 30535640
19. Divinópolis – Escola Sesi Coronel Jovelino Rabelo
Rua Pratápolis, nº 02, B. Bom Pastor – CEP: 35500-167
20. Extrema – Escola Sesi de Extrema
Avenida Alcebiades Gilli, nº 11 – B. Centro – CEP: 37640-000
21. Governador Valadares – Escola Sesi Abílio Rodrigues Patto
Rua Treze de Maio, nº 1.120, B. São Paulo – CEP: 35030-765
22. Ipatinga – Escola Sesi Santa Rita de Cássia
Rua Wenceslau Brás, nº 65, B. Imbaúbas – CEP: 35160-281
23. Ipatinga – Escola Sesi Rinaldo Campos
Av. Pedro Linhares Gomes, nº 5431, B. Horto – CEP: 35160-700
24. Itajubá – Escola Sesi Vitor Vieira dos Santos
Av. dos Ferroviários, nº 725, B. Boa Vista, Itajubá – CEP: 37505-034
25. Itaúna – Escola Sesi Dario Gonçalves de Souza
Av. São João, nº 4.147, B. Centro – CEP: 35680-065
26. Ituiutaba – Escola Sesi Dolores Peres Gomes da Silva
Rua Canela, nº 358, B. Alvorada – CEP: 38307-090
27. João Monlevade – Escola Sesi João Monlevade
Rua Vereador Alvoni de Castro, nº 0, B. José de Alencar – CEP: 35930-276
28. Juiz de Fora – Escola Sesi Granbery
Rua Sampaio, nº 300, B. Granbery – CEP: 36010-360
29. Montes Claros – Escola Sesi Professora Quita Guimarães
Rua Paris, nº 240, B. Ibituruna – CEP 39401-309
30. Pará de Minas – Escola Sesi Dr. Celso Charuri
Av. Orlando Maurício dos Santos, nº 270, B. Sen. Valadares – CEP 35661-034
31. Patos de Minas – Escola Sesi Patos de Minas
Av. Afonso Queiroz, nº 966, B. Sebastião Amorim, CEP: 38705-167
32. Paracatu – Escola Sesi Paracatu
Rua Afrânio Salustiano Pereira, nº 201, B. Bela Vista, CEP: 38600-000
33. Poços de Caldas – Escola Sesi Poços de Caldas
Av. João Pinheiro, nº 1046, Bairro Jardim do Ginásio, CEP: 37701-386
34. Pedro Leopoldo – Escola Sesi Maria José D'Almeida Mello
Av. Coronel Juventino Dias, nº 856, B. Centro – CEP 33600-000
35. Pouso Alegre – Escola Sesi Orlando Chiarini
Av. Vereador Antônio da Costa Rios, nº 322, B. São Geraldo – CEP 37558-000

36. São Gonçalo do Sapucaí – Escola Sesi José Bento Nogueira Junqueira
Rua José Benedito de Paiva, nº 955, B. Cidade Sul – CEP 37490-000
37. São João del Rei – Escola Sesi Dom Bosco
Praça Sr. Bom Jesus de Matosinhos, nº 01, B. Matosinhos – CEP 36305-142
38. São João Nepomuceno – Escola Sesi Robson Braga de Andrade
Rua Roberto Schincariol, nº 81, Distrito Industrial – CEP 36680-000
39. Santa Luzia – Escola Sesi João Carlos Giovannini
Rua Benedito Freire da Paz, nº 197, B. Boa Esperança – CEP 33035-230
40. Sete Lagoas – Escola Sesi Otoni Alves Costa
Rua Eduardo Alves Ferreira, nº 121, B. Chácara do Paiva – CEP 35700-173
41. Ubá – Escola Sesi José Alencar Gomes da Silva
Av. Jesus Brandão, nº 360, B. San Raphael – CEP 36500-000
42. Uberaba – Escola Sesi Alberto Martins Fontoura Borges
Rua Durval Dias de Abreu, nº 295, B. Jardim Frei Eugênio – CEP 38081-070
43. Uberlândia – Escola Sesi Guiomar de Freitas Costa
Rua Ernesto Vicentini, nº 231, B. Presidente Roosevelt – CEP 38401-062
44. Varginha – Escola Sesi Aloysio Ribeiro de Almeida
Av. Benjamin Constant, nº 389, B. Nossa Senhora de Fátima – CEP 37010-195
45. Varginha – Escola Sesi Aloysio Ribeiro de Almeida – Unidade II
Av. Dr. Mário Frota, nº 195, B. N. Sra. Aparecida – CEP 37044-270
46. Vespasiano – Escola Sesi Antônio Quirino da Costa
Rua São Paulo, nº 1300, B. Célvia – CEP 33200-000

Art. 8º - As escolas atendem, preferencialmente, aos industriários e seus dependentes e, de forma secundária, à comunidade, visando a:

- I. oferecer ao aluno condições para que alcance bom nível de desenvolvimento físico, social, afetivo e intelectual;
- II. propiciar um ambiente rico em estímulos e desafios, favorecendo, assim, o aprimoramento cognitivo do educando e o exercício pleno de cidadania;
- III. proporcionar ao educando condições que lhe permitam internalizar os valores da cultura nacional e se integrar à realidade do país e do estado, de maneira a adquirir segurança pela consciência do sentido que imprimirá às suas ações, quer como pessoa, quer como cidadão participante da comunidade;
- IV. oferecer a educação básica necessária ao desenvolvimento integral do aluno e à sua preparação para continuidade dos estudos;
- V. desenvolver em seus alunos a capacidade de análise, síntese e interpretação de dados, fatos e situações, possibilitando melhor desempenho em suas funções, com eficiência,

produtividade, visão empreendedora e capacidade de se manter em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e em constante transformação.

CAPÍTULO III

Da Oferta de Cursos

Art. 9º - A Rede SESI de Educação oferece os seguintes cursos em suas escolas:

- I. Educação Infantil;
- II. Ensino Fundamental;
- III. Ensino Médio;
- IV. Projeto Inovador de Educação de Jovens e Adultos (a distância): Ensino Fundamental – Anos Finais – e Ensino Médio: Nova EJA;
- V. Projeto Inovador de Educação de Jovens e Adultos (a distância): Ensino Médio – EJA Profissionalizante –, por meio de ações articuladas com o SENAI;
- VI. Educação Continuada, por meio de cursos livres e programas institucionais.

Art. 10 - As escolas que ofertam a EJA se caracterizam como:

- I. Escolas Sede, responsáveis pela oferta e gestão dos cursos, regularidade dos atos praticados, arquivo e expedição da documentação escolar;
- II. Escolas-Polo, vinculadas à Escola-Sede, com o objetivo de oferecer suporte presencial ao atendimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas, relativas aos cursos ofertados a distância.

TÍTULO II

Da Organização Administrativa

CAPÍTULO I

Da Direção

SEÇÃO I

Da Constituição

Art. 11 - A direção das escolas da Rede Sesi de Educação será exercida por um gestor, intitulado Gerente, legalmente habilitado ou autorizado em conformidade com a legislação vigente, designado pela Entidade Mantenedora.

SEÇÃO II

Das Competências

Art. 12 - Compete ao Diretor/Gerente:

- I. assumir a liderança da escola, responsabilizando-se por sua administração e organização, bem como pela dinamização do processo de ensino e aprendizagem e pela excelência do atendimento aos alunos, das famílias e da comunidade, com a colaboração da equipe pedagógica;
- II. garantir a transparência da gestão escolar e o planejamento das atividades da escola, atuando em conjunto com o Grupo Gestor, constituído pelo Secretário Escolar, Supervisor Administrativo, Equipe Pedagógica e demais membros por ele indicado;
- III. garantir a regularidade dos atos autorizativos da unidade escolar, de seus cursos, assim como o protocolo dos processos correspondentes ao reconhecimento e à renovação de reconhecimento deles, no prazo estabelecido pela legislação vigente;
- IV. garantir a regularidade da atuação de seus profissionais no tocante à habilitação ou autorização para dirigir, secretariar e lecionar, de acordo com os critérios definidos pela legislação vigente;
- V. responsabilizar-se, juntamente com o Secretário Escolar, pela tramitação de documentos oficiais (Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Projeto de Autoavaliação – PAI; Relatório de Autoavaliação – RAI, Calendário Escolar, Matriz Curriculares, Proposta Pedagógica e este Regimento), junto aos órgãos oficiais;
- VI. acompanhar o inspetor escolar em sua visita à escola e atender às suas determinações, registradas no Livro de Visita do Inspetor, se estas forem pertinentes à legislação escolar e não confrontarem com a prerrogativa legal de autonomia da instituição escolar;
- VII. assinar a ata de visita do Inspetor, dando ciência de seu conteúdo, e designar ao Secretário Escolar tal procedimento, quando de sua ausência;
- VIII. assegurar que Professores, Pedagogos, Supervisor Administrativo, Secretário Escolar e equipe adquiram, no âmbito que lhes compete, o domínio do sistema de gestão escolar e sua efetiva utilização;
- IX. definir anualmente, juntamente com o Secretário Escolar e a equipe pedagógica, as estratégias de monitoramento dos dados lançados no sistema de gestão escolar, assegurando a regularidade, pontualidade e fidedignidade das informações inseridas neste sistema;
- X. acompanhar o movimento escolar no tocante às transferências expedidas, analisando cada caso, juntamente com a equipe pedagógica, com o objetivo de adotar estratégias que colaborem para a permanência do aluno na escola;

- XI.** atribuir ao Secretário Escolar a responsabilidade direta pelo lançamento e controle de registros que comprovem a concessão de bolsas e descontos aos alunos matriculados;
- XII.** presidir os conselhos de classe previstos no calendário escolar e convocar reuniões extraordinárias desse colegiado com o objetivo de analisar e tomar decisões em relação às situações (emergenciais ou não) previstas neste Regimento;
- XIII.** presidir o Conselho de Classe Final e o Conselho de Classe de Recuperação Final, assegurando a transparência, lisura e soberania desse colegiado, na definição do resultado final oficial de todos os alunos matriculados na escola;
- XIV.** assinar e consignar documentos expedidos pela escola: declarações, fichas individuais, históricos escolares, livros, atas e outros documentos oficiais;
- XV.** garantir que fichas individuais, históricos e certificados escolares sejam emitidos, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de encerramento do ano ou período letivo ou da solicitação de transferência do aluno, conforme o caso;
- XVI.** garantir que a realização da declaração de dados da escola no Educacenso seja feita nos prazos legais determinados, e que seus recibos sejam devidamente arquivados na escola e encaminhados à Gerência de Educação Básica, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da conclusão dos procedimentos;
- XVII.** administrar os recursos humanos e materiais com vista à otimização do desempenho da escola;
- XVIII.** cumprir e fazer cumprir as leis e as determinações legais das autoridades competentes, na esfera de suas atribuições, bem como zelar pela observância deste Regimento Escolar e demais documentos institucionais;
- XIX.** supervisionar atos escolares que dizem respeito à administração, ao ensino e aprendizagem e à disciplina no interior da instituição;
- XX.** representar oficialmente a escola perante as autoridades e junto às instituições culturais, profissionais, científicas e outras;
- XXI.** convocar reuniões junto à comunidade escolar e presidi-las;
- XXII.** buscar continuamente a excelência da gestão de pessoas;
- XXIII.** acompanhar o processo de avaliação de desempenho dos Professores, do Secretário Escolar, da equipe pedagógica e dos demais profissionais da escola;
- XXIV.** desenvolver uma atitude proativa, buscando suprir as necessidades de seus alunos, Professores e demais empregados;
- XXV.** garantir condições adequadas para a execução das tarefas por parte de seus subordinados;
- XXVI.** aplicar sanções aos Professores, demais empregados e alunos, segundo a legislação em vigor e em conformidade com as disposições deste Regimento Escolar;
- XXVII.** zelar pela excelência do atendimento a seus clientes;
- XXVIII.** realizar estudo contínuo de seu entorno, a fim de identificar demandas de atendimento.

Art. 13 - Em sua falta ou em caso de impedimento eventual, a substituição de Gerente será indicada pela Entidade Mantenedora.

Art. 14 - O Diretor/Gerente responderá, pessoalmente, por atitudes e atos que não correspondam aos padrões exigidos e explicitados pela instituição ou que sejam contrários à legislação vigente, aos interesses da comunidade escolar, nocivos aos bens comuns ou lesivos às pessoas e ao patrimônio, assim como pelas sanções adotadas em tais situações.

Art. 15 - A aplicação das sanções ao Gerente orientar-se-á pela Consolidação das Leis do Trabalho, pela Legislação de Ensino, pelas normas internas da Entidade Mantenedora e por este Regimento Escolar.

Art. 16 - Nas escolas da Rede Sesi de Educação, os funcionários técnicos e administrativos são profissionais habilitados, qualificados, corresponsáveis pela implementação da Proposta Pedagógica e deste Regimento Escolar.

Art. 17 - A vinculação contratual desses profissionais implica a aceitação dos termos do Regimento Escolar, da Proposta Pedagógica e da avaliação permanente de desempenho.

CAPÍTULO II

Da Secretaria Escolar

SEÇÃO I

Da Constituição

Art. 18 – Os serviços da secretaria escolar ficarão sob a imediata supervisão e responsabilidade de um Secretário Escolar, designado pelo Gerente em consonância com a Gerência de Educação Básica, legalmente habilitado ou autorizado, em conformidade com a legislação vigente.

SEÇÃO II

Das Competências

Art. 19 - Compete ao Secretário Escolar:

- I. garantir a excelência da escrituração e do arquivo escolar dos alunos matriculados e dos ex-alunos da escola;
- II. assessorar diretamente o Gerente da escola, colaborando efetivamente para o sucesso de sua administração, bem como pela dinamização do processo de ensino e aprendizagem e pela excelência do atendimento dos alunos, das famílias e da comunidade;

- III. realizar o planejamento anual da Secretaria Escolar, alinhando-o com as demais áreas envolvidas nos processos educacionais e com o Gerente;
- IV. incorporar práticas administrativas que favoreçam a gestão educacional, contribuindo para a eficácia do processo de ensino e aprendizagem;
- V. garantir a regularidade da atuação de profissionais lotados na Escola, no tocante à habilitação ou autorização para dirigir, secretariar e lecionar, de acordo com os critérios definidos pela legislação vigente;
- VI. promover, juntamente com a equipe pedagógica, conforme cronograma definido anualmente pela Gerência de Educação Básica, as adequações necessárias ao calendário escolar, inserindo as informações em planilha específica, disponibilizada pela Gerência de Educação Básica;
- VII. responsabilizar-se, juntamente com o Gerente, pela tramitação de documentos oficiais como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto de Autoavaliação (PAI), o Relatório de Autoavaliação (RAI), o Calendário Escolar, as Matrizes Curriculares, a Proposta Pedagógica e este Regimento, junto aos órgãos oficiais;
- VIII. acompanhar sistematicamente a publicação de legislações educacionais, realizando estudo minucioso de seus conteúdos e, em alinhando com a Gerência de Educação Básica, identificar a necessidade de adequação ou atualização de procedimentos e processos adotados pelas escolas da Rede SESI de Educação;
- IX. informar sobre os aspectos legais que impactam os procedimentos ou processos adotados pela Escola, estabelecendo diálogo com o Gerente e a equipe sobre esses pontos;
- X. realizar a declaração de dados da escola no Educacenso nos prazos legais determinados e garantir que seus recibos sejam devidamente arquivados na Escola e encaminhados à Gerência de Educação Básica, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da conclusão dos procedimentos;
- XI. definir anualmente, junto à equipe pedagógica, as estratégias de monitoramento dos dados lançados no sistema de gestão escolar, assegurando a regularidade, pontualidade e fidedignidade das informações inseridas nesse sistema;
- XII. aprimorar-se continuamente em relação às informações, processos e procedimentos que garantem a correta utilização do sistema de gestão escolar, com o objetivo de dominar plenamente a ferramenta;
- XIII. planejar, facilitar e avaliar as atividades rotineiras da secretaria escolar;
- XIV. participar do planejamento geral da escola, de reuniões e de Conselhos de Classe, visando ao correto registro da escrituração escolar;
- XV. receber da equipe pedagógica as atas originais de Conselho de Classe Final para a devida conferência do resultado final oficial dos alunos em relação aos dados constantes no sistema de gestão escolar, garantindo a fidedignidade das informações transcritas para as fichas individuais, atas de resultado final, boletins, históricos, certificados e demais documentos escolares e realizar o arquivamento desses documentos na Secretaria Escolar;
- XVI. distribuir tarefas para os auxiliares da secretaria escolar, acompanhando periodicamente o desenvolvimento dos trabalhos;

- XVII.** responsabilizar-se pela organização, expedição, tramitação e arquivo de toda a documentação legal da escola;
- XVIII.** assinar e consignar documentos expedidos pela escola: declarações, fichas individuais, transferências, históricos escolares, atas e outros documentos oficiais;
- XIX.** articular-se com a equipe pedagógica para que, nos prazos previstos no Calendário Escolar e no planejamento estabelecido entre os setores envolvidos (Secretaria Escolar e Pedagogia), sejam fornecidos todos os resultados escolares dos alunos, referentes às programações regulares e especiais;
- XX.** manter atualizadas as pastas e registros individuais dos alunos, dos professores, da equipe pedagógica, do secretário escolar e do diretor/gerente, no que se refere à documentação exigida e à contínua compilação e armazenamento de dados;
- XXI.** atender às solicitações dos órgãos fiscalizadores;
- XXII.** garantir a regularidade das informações inseridas no sistema de gestão escolar, de forma a permitir a correta utilização dos diários de classe pelos Professores;
- XXIII.** conferir, juntamente com a equipe pedagógica, o cumprimento da carga horária, dos dias letivos e das demais disposições legais, ao final de cada etapa letiva, componente/unidade curricular ou competência, conforme estrutura de atendimento do curso;
- XXIV.** garantir, juntamente com a equipe pedagógica, a prévia enturmação dos alunos, para que os Professores realizem a chamada no primeiro dia letivo do ano;
- XXV.** acompanhar o inspetor escolar em sua visita à escola e atender às suas determinações, registradas no Livro de Visita do Inspetor, desde que elas sejam pertinentes à legislação escolar e não confrontem a prerrogativa legal de autonomia da instituição escolar;
- XXVI.** assinar a ata de visita do inspetor, na ausência do gerente, e informá-lo, na primeira oportunidade, sobre o conteúdo deste documento;
- XXVII.** encaminhar aos responsáveis as circulares e as informações, conforme as orientações e o alinhamento realizados com a gestão da escola;
- XXVIII.** fazer a gestão de dados de alunos e Professores nas plataformas educacionais, utilizadas em estratégias pedagógicas no setor de Secretaria Escolar, realizando cadastros, conferindo dados e solicitando ajustes sempre que necessário;
- XXIX.** arquivar os registros de acompanhamento dos estudantes e demais documentos que se fizerem necessários nas pastas individuais deles;
- XXX.** acompanhar diretamente o movimento escolar quanto às transferências expedidas, informando ao Diretor/Gerente e solicitando a análise e parecer da equipe pedagógica, com o objetivo de adotar estratégias que colaborem para a permanência do aluno na escola;
- XXXI.** garantir que fichas individuais, históricos e certificados escolares sejam emitidos, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de encerramento do ano ou período letivo ou da solicitação de transferência do aluno, conforme o caso;

- XXXII.** liderar as ações da secretaria escolar, relativas ao Processo de Admissão de Alunos, fornecendo atendimento de alta qualidade ao público interno e externo, além de orientar e capacitar a equipe de atendimento escolar, fornecendo informações e orientações adequadas para o melhor funcionamento do processo;
- XXXIII.** receber as solicitações de transferência, devidamente registradas em requerimento padrão preenchido pelo responsável legal, durante o atendimento ocorrido na Secretaria Escolar, abstendo-se de informar quanto à existência de vagas no ano escolar/série pretendida desde que já tenham sido atendidos os candidatos vinculados ao processo de admissão de novos alunos previsto em edital (inclusive os constantes como excedentes);
- XXXIV.** realizar e orientar a equipe de atendimento escolar para a melhor triagem dos atendimentos recebidos de modo a direcioná-los ao setor adequado, favorecendo uma melhor experiência ao usuário, bem como apoiando na melhor e mais adequada devolutiva;
- XXXV.** manter supervisão constante da qualidade dos atendimentos ao público interno e externo promovendo adequações que melhor atendam às demandas dos que buscam informações e orientações via atendimento escolar e, caso necessário, reportar ao Diretor/Gerente da Unidade as necessidades de apoio para a melhoria da performance;
- XXXVI.** analisar a documentação entregue para matrícula na Educação de Jovens e Adultos, a fim de confirmar o posicionamento no nível de ensino correto;
- XXXVII.** estar à disposição do Diretor/Gerente, durante seu horário de trabalho regular, para atendimento de eventuais atividades inerentes ao desempenho de suas funções.

Art. 20 - O Secretário Escolar responderá, pessoalmente, por atitudes e atos que não correspondam aos padrões exigidos e explicitados pela instituição ou que sejam contrários à legislação vigente, aos interesses da comunidade escolar, nocivos aos bens comuns ou lesivos às pessoas e ao patrimônio, tornando-se passível de sanções.

Art. 21 - A aplicação das sanções ao Secretário Escolar orientar-se-á pela Consolidação das Leis do Trabalho, pela Legislação de Ensino, pelas normas internas da Entidade Mantenedora e por este Regimento Escolar.

Art. 22 - Nas escolas da Rede Sesi de Educação, os funcionários administrativos são profissionais habilitados, qualificados, corresponsáveis pela implementação da Proposta Pedagógica e deste Regimento Escolar.

Art. 23 - A vinculação contratual desses profissionais implica a aceitação dos termos do Regimento Escolar, da Proposta Pedagógica e da avaliação permanente de desempenho.

CAPÍTULO III

Da Psicologia Educacional

SEÇÃO I

Da Constituição

Art. 24 - O serviço de Psicologia Escolar será realizado por Psicólogo habilitado e qualificado, com comprovada experiência, em conformidade com a legislação vigente, em consonância com as deliberações da Gerência de Educação Básica.

SEÇÃO II

Das Competências

Art. 25 - Compete ao Psicólogo Escolar:

- I. coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, planos, programas e projetos na área da Psicologia;
- II. planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise de contextos de alterações emocionais de alunos;
- III. participar do planejamento, acompanhamento e execução de políticas voltadas para a educação;
- IV. realizar atendimento a alunos, de caráter não clínico, sempre que necessário e em alinhamento com o Gerente e equipe pedagógica, visando contribuir para o estabelecimento de relações de qualidade no ambiente escolar;
- V. colaborar no processo de inclusão e permanência de alunos com necessidades educacionais específicas, na perspectiva da inclusão escolar;
- VI. atuar e acompanhar alunos envolvidos em situações de risco ou de indisciplina, indicando estratégias que colaborem para a alteração do contexto desfavorável;
- VII. propor estratégias para estimular a participação da família na escola e no processo educativo do aluno;
- VIII. acolher e realizar atendimentos individuais com as famílias dos alunos, previamente alinhados com o Gerente e a equipe pedagógica, visando compreender o contexto familiar e a realidade social, desenvolvendo estratégias de acompanhamento sociofamiliar durante a trajetória escolar do aluno;
- IX. elaborar relatórios e emitir parecer técnico, registrando as intervenções e os procedimentos realizados;
- X. atualizar e monitorar os dados de atendimentos do Setor de Psicologia, enviando as informações mensalmente para a Gerência de Educação Básica;
- XI. participar de reuniões interdisciplinares, promovidas pela escola, sempre que necessário e quando indicado pelo Gerente, como Conselhos de Classe e demais atividades do cotidiano escolar, visando alinhar intervenções e ações que promovam a melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida do aluno;
- XII. fomentar e participar de grupos de estudos em Psicologia, visando à atualização e à formação contínua;

- XIII.** contribuir com a gestão escolar em todas as ações necessárias para o desenvolvimento das atividades da escola.

Parágrafo Único. Os Psicólogos atuarão em consonância com as premissas definidas pela Gerência de Educação Básica, organizando suas atividades juntamente com a equipe pedagógica e o Gerente, respeitando os referenciais legais, teóricos, metodológicos e éticos da profissão. Contribuirão para o processo de ensino e aprendizagem, visando ao ingresso e à permanência do aluno, além de fortalecer e aprimorar a relação entre escola, família e comunidade, desenvolvendo ações para minimizar os problemas sociais que impactam o processo de escolarização.

Art. 26 - O Psicólogo Escolar será pessoalmente responsável por atitudes e atos que não estejam em conformidade com os padrões exigidos pela instituição, que contrariem a legislação vigente, os interesses da comunidade escolar, que sejam prejudiciais aos bens comuns ou lesivos às pessoas e ao patrimônio, estando sujeito a sanções.

Art. 27 - A aplicação das sanções ao Psicólogo Escolar orientar-se-á pela Consolidação das Leis do Trabalho, pela Legislação de Ensino, pelas normas internas da Entidade Mantenedora e por este Regimento Escolar.

Art. 28 - Nas escolas da Rede Sesi de Educação, os funcionários administrativos são profissionais habilitados, qualificados, corresponsáveis pela implementação da Proposta Pedagógica e deste Regimento Escolar.

Art. 29 - A vinculação contratual desses profissionais implica a aceitação dos termos do Regimento Escolar, da Proposta Pedagógica e da avaliação permanente de desempenho.

CAPÍTULO IV

Do Serviço Social

SEÇÃO I

Da Constituição

Art. 30 – O Serviço Social será realizado por Assistente Social habilitado e qualificado, com comprovada experiência, em conformidade com a legislação vigente e em consonância com as deliberações da Gerência de Educação Básica.

SEÇÃO II

Das Competências

Art. 31 - Compete ao Assistente Social:

- I. coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- II. planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade socioemocional dos alunos;
- III. otimizar o atendimento de serviços prestados pela escola por meio de programas específicos ou convênios mantidos pela FIEMG;
- IV. participar do planejamento, acompanhamento e execução de políticas voltadas para a educação e saúde socioemocional dos alunos;
- V. contribuir para o direito à educação, promovendo práticas que favoreçam o acesso e a permanência do aluno no ambiente escolar;
- VI. mapear o perfil socioeconômico das famílias e dos alunos, visando identificar as questões sociais mais evidentes no ambiente escolar;
- VII. realizar atendimento social ao aluno, sempre que necessário, em alinhamento com o Gerente e a equipe pedagógica, visando contribuir para a construção de relações de qualidade no ambiente escolar;
- VIII. contribuir para a formação dos alunos no exercício da cidadania, na preparação para o trabalho e na participação no ambiente escolar e na sociedade;
- IX. colaborar no processo de inclusão e permanência de alunos com necessidades educacionais específicas, na perspectiva da inclusão escolar;
- X. atuar e acompanhar alunos envolvidos em situações de risco ou de indisciplina, indicando estratégias que colaborem para a alteração do contexto desfavorável;
- XI. propor estratégias para estimular a participação da família na escola e no processo educativo do aluno;
- XII. acolher e realizar atendimentos individuais com as famílias dos alunos, previamente alinhadas com o Gerente e a equipe pedagógica, visando compreender o contexto familiar e a realidade social, desenvolvendo estratégias de acompanhamento sociofamiliar durante a trajetória escolar do aluno;
- XIII. realizar estudo socioeconômico para concessão de bolsas de estudo, conforme demanda, critérios e indicadores estabelecidos pela Gerência de Educação Básica;
- XIV. elaborar relatórios e emitir parecer técnico, registrando as intervenções e os procedimentos realizados;
- XV. atualizar e monitorar os dados dos atendimentos do Serviço Social, enviando as informações mensalmente para a Gerência de Educação Básica;
- XVI. participar de reuniões interdisciplinares, promovidas pela escola, sempre que necessário e quando indicado pelo Gerente, tais como como Conselhos de Classe e demais atividades do cotidiano escolar, visando alinhar intervenções e ações que promovam a melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida do aluno;
- XVII. fomentar e participar de grupos de estudos em Serviço Social, visando à atualização e à formação permanente;

- XVIII.** contribuir com a gestão escolar em todas ações necessárias para o desenvolvimento das atividades da Escola.

Parágrafo Único. Os Assistentes Sociais atuarão em consonância com as premissas definidas pela Gerência de Educação Básica, organizando suas atividades juntamente com a equipe pedagógica e o Gerente, respeitados os referenciais legais, teóricos, metodológicos e éticos da profissão. Contribuirão para o processo de ensino e aprendizagem, visando ao ingresso e à permanência do aluno, além de fortalecer e o aprimorar a relação entre escola, família e comunidade, desenvolvendo ações para minimizar os problemas sociais que impactam o processo de escolarização.

Art. 32 - O Assistente Social será pessoalmente responsável por atitudes e atos que não estejam em conformidade com os padrões exigidos pela instituição, que contrariem a legislação vigente, os interesses da comunidade escolar, que sejam prejudiciais aos bens comuns ou lesivos às pessoas e ao patrimônio, estando sujeito a sanções.

Art. 33 - A aplicação das sanções ao Assistente Social orientar-se-á pela Consolidação das Leis do Trabalho, pela Legislação de Ensino, pelas normas internas da Entidade Mantenedora e por este Regimento Escolar.

Art. 34 - Nas escolas da Rede SESI de Educação, os funcionários administrativos são profissionais qualificados e habilitados, corresponsáveis pela implementação da Proposta Pedagógica e deste Regimento Escolar.

Art. 35 - A vinculação contratual desses profissionais implica a aceitação dos termos do Regimento Escolar, da Proposta Pedagógica e da avaliação permanente de desempenho.

CAPÍTULO V

Da Equipe Pedagógica

SEÇÃO I

Da Constituição

Art. 36 - A equipe pedagógica será composta por Pedagogos qualificados e habilitados, com comprovada experiência, de modo a cumprir e fazer cumprir a Proposta Pedagógica e este Regimento Escolar.

SEÇÃO II

Das Competências

Art. 27 - Compete à equipe pedagógica:

- I. planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades pedagógicas da escola;
- II. zelar pelos padrões de qualidade e monitorar a execução dos planos de atividades;

- III. analisar, juntamente com o corpo docente, as situações de ensino, o processo de avaliação e planejar o processo de recuperação;
- IV. organizar a sistemática de observação e registro dos procedimentos formativos e avaliativos.
- V. avaliar os resultados do processo de ensino e aprendizagem, com foco no desempenho global do aluno e tomar a decisão final junto ao Professor e ao Conselho de Classe;
- VI. garantir, juntamente com o Secretário Escolar a prévia enturmação dos alunos para que os Professores procedam a chamada do primeiro dia letivo do ano;
- VII. verificar junto à secretaria escolar a disponibilidade dos diários de classe / controle de frequência e registros, no que diz respeito à consonância com o calendário e a matriz curricular;
- VIII. articular-se com a secretaria escolar para que, nos prazos previstos, sejam fornecidos todos os resultados escolares dos alunos, referentes às programações regulares e especiais;
- IX. estimular a manutenção de um clima favorável ao processo educativo;
- X. elaborar o horário de aulas e promover a inserção das informações em planilha específica, disponibilizada pela Gerência de Educação Básica;
- XI. promover, juntamente com o Secretário Escolar, as adequações necessárias ao calendário escolar;
- XII. prestar assistência técnico-pedagógica aos Professores mediante:
 - a) contato sistemático;
 - b) acompanhamento do trabalho em sala de aula e no ambiente virtual de aprendizagem;
 - c) realização de grupos de estudos e de trocas de experiências visando ao aproveitamento das estratégias de ensino;
 - d) auxílio na identificação das dificuldades de aprendizagem dos alunos e de suas causas;
 - e) suporte pedagógico na escolha de medidas a serem adotadas e de atividades a serem desenvolvidas que atendam às necessidades e às particularidades dos alunos;
- XIII. acompanhar e avaliar o desempenho do Professor com base nos critérios definidos pela Entidade Mantenedora;
- XIV. acompanhar, avaliar e promover o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem, tendo em vista o desenvolvimento das aulas, instrumentos utilizados na avaliação e a análise dos dados de aproveitamento dos alunos em termos quantitativos e qualitativos;
- XV. elaborar cronograma para recuperação, reposição de aulas, reforço escolar, dentre outras estratégias pedagógicas;
- XVI. responsabilizar-se pelo envio ao Secretário Escolar das atas de Conselho de Classe final, originais, para o devido arquivo e conferência do resultado final oficial dos alunos;
- XVII. programar a realização de reuniões, entrevistas e discussões que se mostrem necessárias ao bom andamento de processo educativo;
- XVIII. assistir o corpo docente, proporcionando-lhe estímulo e elementos adequados à elaboração e execução dos planos de ensino;
- XIX. atender à família e os alunos, no que diz respeito ao desempenho escolar e/ou comportamental dos educandos;

- XX. dinamizar e acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, garantindo a adequada utilização de meios e recursos didáticos;
- XXI. promover o cumprimento da Proposta Pedagógica e contribuir para seu contínuo aprimoramento, a partir das demandas oriundas da comunidade escolar;
- XXII. atualizar-se permanentemente quanto aos enfoques pedagógicos e às inovações metodológicas referentes às áreas de conhecimento;
- XXIII. proceder o acompanhamento e monitoramento das atividades do Professor registradas no sistema de gestão escolar e no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA;
- XXIV. elaborar e conduzir reuniões;
- XXV. elaborar os planos de intervenção pedagógica;
- XXVI. supervisionar as atividades desenvolvidas pelos Professores e equipes administrativas diretamente vinculadas ao processo pedagógico;
- XXVII. planejar e supervisionar programas de capacitação e qualificação do corpo docente, junto à Gerência de Educação Básica;
- XXVIII. capacitar os Professores-tutores presenciais tanto na metodologia de educação a distância da EJA quanto na utilização do AVA;
- XXIX. realizar a interface com a Gerência de Educação Básica para busca de informações referentes aos cursos e esclarecer dúvidas acadêmicas e pedagógicas;
- XXX. organizar, em conjunto com os Professores, os processos avaliativos de cada turma;
- XXXI. analisar relatórios referentes aos resultados dos alunos;
- XXXII. acessar o AVA semanalmente, para acompanhamento dos relatórios de rendimento e assiduidade dos alunos;
- XXXIII. realizar o acompanhamento e monitoramento das atividades dos professores registradas por meio do sistema de gestão escolar e/ou AVA;
- XXXIV. monitorar e implementar ações relacionadas à evasão de alunos;
- XXXV. receber e analisar as solicitações de transferência, desde que devidamente registradas em requerimento padrão preenchido pelo responsável legal, durante o atendimento da Secretaria Escolar;
- XXXVI. emitir parecer sobre a liberação de vagas ao longo do ano letivo, desde que todos os candidatos vinculados ao processo de admissão de novos alunos, previsto em edital (inclusive os classificados como excedentes), já tenham sido atendidos;
- XXXVII. estar à disposição do Gerente, durante seu horário de trabalho regular, para atendimento de eventuais atividades relacionadas ao desempenho de sua função.

Art. 28 - Os profissionais que compõem a equipe pedagógica serão pessoalmente responsáveis por atitudes e atos que não estejam em conformidade com os padrões exigidos pela instituição, que contrariem a legislação

vigente, os interesses da comunidade escolar, que sejam prejudiciais aos bens comuns ou lesivos às pessoas e ao patrimônio, estando sujeitos a sanções.

Art. 29 - A aplicação das sanções à equipe pedagógica se orientará pela Consolidação das Leis do Trabalho, pela Legislação de Ensino, pelas normas internas da Entidade Mantenedora e por este Regimento Escolar.

Art. 30 - Nas escolas da Rede Sesi de Educação, os profissionais são habilitados, qualificados, corresponsáveis pela implementação da Proposta Pedagógica e deste Regimento Escolar.

Art. 31 - A vinculação contratual desses profissionais implica a aceitação dos termos do Regimento Escolar, da Proposta Pedagógica e da avaliação contínua de desempenho.

CAPÍTULO VI

Do Corpo Docente

SEÇÃO I

Da Constituição

Art. 32 - O corpo docente será composto por Professores habilitados ou autorizados em conformidade com a legislação vigente, com comprovada experiência, de modo a cumprir e fazer cumprir os objetivos expressos na Proposta Pedagógica e neste Regimento Escolar.

Art. 33 - Nas escolas da Rede Sesi de Educação, os Professores são profissionais habilitados, qualificados, corresponsáveis pela implementação da Proposta Pedagógica e deste Regimento Escolar.

Art. 34 - A vinculação contratual desses profissionais implica a aceitação dos termos do Regimento Escolar, da Proposta Pedagógica e da avaliação permanente de desempenho.

SEÇÃO II

Das Competências

Art. 35. Compete ao Professor:

- I. participar do processo de planejamento, elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica da escola;
- II. elaborar e cumprir planejamento de trabalho, segundo a Proposta Pedagógica da instituição;
- III. promover a aprendizagem eficaz dos educandos e estabelecer estratégias de atendimento aos alunos com deficiência, bem como àqueles que requerem uma recuperação por não terem atingido um rendimento suficiente;

- IV. desenvolver as atividades escolares nos dias letivos e nas horas de reuniões pedagógicas definidas no calendário escolar;
- V. participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e às atividades de formação profissional contínua;
- VI. participar das atividades de articulação e integração da escola com a comunidade escolar;
- VII. promover ambiente de trabalho agradável, organizado e disciplinado para os alunos;
- VIII. zelar pela conservação e pela manutenção do material utilizado no local de trabalho, a fim de que seja referência positiva para os alunos;
- IX. desenvolver uma relação ética e de respeito com os alunos e os colegas de trabalho;
- X. manter-se sempre atualizado em técnicas e recursos de ensino e aprendizagem;
- XI. atentar para as rotinas escolares de horário, calendário escolar, cronograma e organização didático-funcional;
- XII. ministrar aulas de sua competência, em conformidade com os dias letivos estabelecidos no calendário escolar, com as horas-aula estabelecidas na matriz curricular, com assiduidade, pontualidade e comunicando antecipadamente faltas e atrasos;
- XIII. elaborar e cumprir o plano de curso proposto, comunicando sua elaboração à equipe pedagógica;
- XIV. registrar sua presença na escola conforme as orientações estabelecidas pela Gerência;
- XV. acatar as decisões da Gerência da escola, da equipe pedagógica e de demais autoridades de ensino, cumprindo-as de forma adequada;
- XVI. participar de reuniões, conselhos de classe, seminários de estudo e demais atividades sociais, culturais, cívicas e educativas, quando convocado ou convidado, ainda que em horário e data diferentes do usual, respeitados os dispositivos pertinentes à legislação trabalhista;
- XVII. participar do conselho de classe e assinar as atas correspondentes, atestando a conformidade das informações registradas nos diários de classe, os quais são arquivados eletronicamente no sistema de gestão escolar;
- XVIII. corrigir os exercícios, trabalhos, provas e tarefas realizadas pelos alunos, devolvendo-lhes para conhecimento e análise dentro do prazo estipulado;
- XIX. elaborar, de acordo com a demanda identificada, plano pessoal de estudos direcionado aos alunos;
- XX. zelar pelo bom nome da escola, tanto dentro quanto fora dela;
- XXI. manter o sigilo das informações e de fatos referentes aos alunos e colegas de trabalho, ocorridos dentro e fora da escola;
- XXII. comunicar à equipe pedagógica sobre ausência consecutiva de alunos nas aulas;
- XXIII. manter contato e bom relacionamento com os empregados das empresas responsáveis pela turma de EJA, quando for o caso, e informar à equipe pedagógica qualquer situação ou demanda que ultrapasse o âmbito da docência;
- XXIV. manter atualizados, no Portal do Professor, os registros relativos:

- a) ao seu planejamento;
 - b) à frequência dos estudantes;
 - c) ao desempenho dos educandos nas provas e nas atividades avaliativas;
- XXV.** no caso da EJA, registrar no AVA os resultados das avaliações realizadas nos encontros presenciais e, no Portal do Professor, os resultados das avaliações realizadas tanto nos encontros presenciais quanto no AVA;
- XXVI.** estar à disposição do Diretor/Gerente, durante seu horário de trabalho regular, para atendimento a eventuais atividades inerentes ao desempenho de sua função.

Art. 36 - Compete ao Professor-tutor virtual:

- I. atuar nas situações programadas de ensino e aprendizagem e de orientação assistida nos processos de educação a distância;
- II. relacionar-se diretamente com os alunos, auxiliando-os na compreensão e na aproximação dos conhecimentos, por meio de contato telefônico, e-mail, AVA, dentre outros;
- III. orientar os alunos sobre procedimentos pedagógicos, incentivar a colaboração entre os alunos e, principalmente a pesquisa;
- IV. acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos;
- V. elaborar, de acordo com a demanda dos alunos, plano pessoal de estudos;
- VI. esclarecer as dúvidas dos alunos sobre conteúdos curriculares;
- VII. participar de reuniões ordinárias e extraordinárias quando convocado;
- VIII. elaborar relatório semanal de atividades;
- IX. disponibilizar exercícios e recursos complementares de estudo para os alunos;
- X. participar de reuniões de alinhamento com o tutor presencial, visando a um trabalho de parceria sobre as estratégias de aprendizagem que deverão ser utilizadas nas turmas de EJA;
- XI. auxiliar o aluno em seu processo de estudo, orientando-o individualmente ou em pequenos grupos;
- XII. estimular o aluno a ampliar seu processo de leitura, extrapolando o material didático;
- XIII. auxiliar o aluno em sua autoavaliação;
- XIV. identificar situações que acarretem problemas ou dificuldades para alunos, auxiliando-os na busca de soluções;
- XV. intervir junto ao aluno em momentos de dificuldade, atuando de forma preventiva em relação à evasão;
- XVI. participar ativamente do processo de avaliação de aprendizagem.

Art. 37 - O Professor, além dos direitos que lhe são assegurados pela legislação trabalhista, combinada com a legislação educacional, tem as seguintes prerrogativas:

- I. utilizar-se dos livros da biblioteca e das dependências da escola;

- II. requisitar todo o material didático que julgar necessário às suas tarefas, dentro das possibilidades da escola;
- III. manifestar-se sobre a execução de programas e planos de curso de sua competência, bem como sobre a metodologia de ensino utilizada, propondo à direção medidas para o aprimoramento.

SEÇÃO III

Das Sanções

Art. 38 - É vedado ao Professor:

- I. servir-se da docência para propagar doutrinas contrárias aos interesses nacionais, fazer doutrinação religiosa ou político-partidária;
- II. ocupar-se, no decorrer do horário de aula ou em momentos de tutoria, de assuntos estranhos à finalidade educativa;
- III. ocupar os alunos com trabalhos em classe para, assim, corrigir tarefas, provas, preencher diários de classe ou calcular notas;
- IV. ministrar, sob qualquer pretexto, aulas particulares para alunos das turmas sob sua regência, a não ser quando expressamente autorizado pela equipe pedagógica;
- V. ofender a suscetibilidade dos alunos e colegas quanto a suas convicções religiosas e políticas, sua nacionalidade, cor, condição social e peculiaridades somáticas.

Art. 39 - O Professor responderá será pessoalmente responsável por atitudes e atos que não estejam em conformidade com os padrões exigidos pela instituição, que contrariem a legislação vigente, os interesses da comunidade escolar, que sejam prejudiciais aos bens comuns ou lesivos às pessoas e ao patrimônio, estando sujeito a sanções.

Art. 40 - A aplicação de sanções a membro do corpo docente se orientará pela Consolidação das Leis do Trabalho, pela Legislação de Ensino, pelas normas internas da Entidade Mantenedora e por este Regimento Escolar.

CAPÍTULO VII

Dos Profissionais de Apoio Pedagógico e Administrativo

SEÇÃO I

Da Constituição

Art. 41 - Os serviços de apoio pedagógico e administrativo são destinados a prover as escolas de infraestrutura necessária ao seu funcionamento e são executados por profissionais que desempenham funções de apoio à educação, trabalhando legalmente na instituição, observando os encargos que lhes competem e os direitos que lhes assistem, em consonância com as normas do SESI DR-MG.

Art. 42 - Nas escolas da Rede Sesi de Educação de Minas Gerais, os funcionários administrativos são profissionais habilitados, qualificados, corresponsáveis pela implementação da Proposta Pedagógica e por este Regimento Escolar.

Art. 43 - A vinculação contratual desses profissionais implica a aceitação dos termos citados no Regimento Escolar e na Proposta Pedagógica e da avaliação permanente de desempenho.

Art. 44 - Cada escola poderá dispor de apoio pedagógico e administrativo nos seguintes setores:

- I. Apoio disciplinar;
- II. Informática;
- III. Biblioteca;
- IV. Laboratórios;
- V. Reprografia;
- VI. Financeiro;
- VII. Almoxarifado;
- VIII. Portaria;
- IX. Centro de Tutoria;
- X. Outros setores pertinentes às atividades da escola.

SESI SEÇÃO II

Das Competências

Art. 45 - Compete ao funcionário vinculado aos serviços de apoio pedagógico e administrativo:

- I. apresentar-se com pontualidade e assiduidade ao trabalho, respeitando rotinas e procedimentos estabelecidos;
- II. comportar-se de forma adequada, adotando uma postura ética e moral condizente com um ambiente escolar sadio e formativo;
- III. ater-se aos padrões de desempenho e de conduta nas relações com os demais profissionais e com os alunos;
- IV. executar tarefas, observando prazos estabelecidos;
- V. contribuir com o Diretor/Gerente em todas as ações necessárias para o desenvolvimento das atividades da escola;
- VI. estar à disposição do Diretor/Gerente, durante seu horário de trabalho regular, para atendimento a eventuais atividades inerentes ao desempenho de sua função.

Art. 47 - Cabe ao funcionário harmonizar seus interesses pessoais com os deveres e compromissos da instituição, de modo a não prejudicar seu bom funcionamento, nem as rotinas escolares referentes ao horário, ao calendário escolar, ao cronograma de atividades da escola e à organização funcional.

Art. 47 - O funcionário vinculado aos serviços de apoio pedagógico e administrativo será pessoalmente responsável por atitudes e atos que não estejam em conformidade com os padrões exigidos pela instituição, que contrariem a legislação vigente, os interesses da comunidade escolar, que sejam prejudiciais aos bens comuns ou lesivos às pessoas e ao patrimônio, estando sujeito a sanções.

Art. 48 - A aplicação de sanções a membros do corpo técnico ou administrativo orientar-se-á pela Consolidação das Leis do Trabalho, pela Legislação de Ensino, pelas normas internas da Entidade Mantenedora e por este Regimento Escolar.

CAPÍTULO VIII

Da Biblioteca

Art. 49 - A biblioteca será estruturada e organizada de acordo com os padrões técnicos legalmente definidos, com acervo compatível com a demanda da escola e em constante atualização.

Art. 50 - A biblioteca será instalada preferencialmente em local estratégico e de fácil acesso, com espaço físico e condições de funcionamento que favoreçam a conservação do acervo e sua plena utilização.

Art. 51 - A gestão da biblioteca será realizada por profissional devidamente habilitado, e as atividades técnicas poderão ser executadas tanto pelos auxiliares de biblioteca quanto pelos auxiliares administrativos.

Art. 52 - O responsável pela biblioteca deve promover a utilização do acervo e do espaço como ambiente de aprendizagem, estudo e pesquisa, organizando ações de incentivo e valorização do hábito da leitura, agregando valor e enriquecimento ao conteúdo apresentado pelo corpo docente em consonância com a equipe pedagógica.

CAPÍTULO IX

Do Centro de Tutoria

Art. 53 - O Centro de Tutoria é o setor responsável pelas ações de suporte on-line aos alunos da EJA.

Art. 54 - O Centro de Tutoria possui uma equipe de profissionais devidamente habilitados nos termos da legislação vigente, contemplando monitores responsáveis pelo suporte técnico dos alunos, analistas educacionais e Professores-tutores virtuais.

Art. 55 - Compete especificamente ao monitor do Centro de Tutoria:

- I. instigar a participação permanente dos alunos em fóruns e chats;

- II. mediar o contato com os Professores virtuais e presenciais, com a equipe técnica e pedagógica;
- III. atuar como suporte técnico dos usuários do AVA;
- IV. realizar atendimento telefônico e ou eletrônico de alunos;
- V. sanar dúvidas relacionadas ao AVA, problemas com senhas, acesso ou questões administrativas.

CAPÍTULO X

Do Aperfeiçoamento de Pessoal

Art. 56 - As escolas da Rede Sesi de Educação exigem de todos os envolvidos no processo educativo patamares de desempenho qualificado, o que implica o aperfeiçoamento constante dos profissionais.

Art. 57 - O Sesi DR-MG, por meio da Gerência de Educação Básica, investirá na formação e no aperfeiçoamento contínuo do profissional em serviço, visando assegurar padrões essenciais de funcionamento escolar e atender adequadamente às necessidades educativas do sistema, alinhando-se às novas e crescentes demandas sociais.

Art. 58 - O Sesi DR-MG também estimulará a participação do corpo docente, da equipe pedagógica e do pessoal administrativo em programações, eventos, cursos e em outras atividades de atualização e desenvolvimento humano e profissional, visando atender às novas exigências científico-tecnológicas, sociais e pedagógicas.

CAPÍTULO XI

Dos Órgãos Colegiados

SEÇÃO I

Dos Conselhos de Classe

Art. 59 - Os Conselhos de Classe são órgãos colegiados de decisão soberana, tendo por objetivo a avaliação coletiva, processual e recuperadora do processo de ensino e aprendizagem, visando otimizar o desempenho dos educadores e educandos, bem como a ressignificar a construção da Proposta Pedagógica.

Art. 60 - Os conselhos de classe, presididos pelo Gerente, organizados e coordenados pela equipe pedagógica, constituídos pelos professores, realizar-se-ão com periodicidade definida pela equipe pedagógica, conforme calendário escolar, podendo ser extraordinariamente convocados, quando necessário.

Parágrafo Único. O Gerente designará profissional responsável pela elaboração das atas dos conselhos de classe.

Art. 61 - Os conselhos de classe constituem espaços relevantes para decisões e permitem:

- I. avaliar objetivos, competências e habilidades de cada componente curricular ou competência;

- II. avaliar os recursos didático-pedagógicos e as estratégias utilizadas em sala de aula;
- III. indicar projetos de trabalho, atividades e propostas curriculares diversificadas em função das necessidades pedagógicas, para atender às demandas dos alunos;
- IV. sugerir formas de acompanhamento escolar, indicadores de desempenho escolar e critérios de avaliação de desempenho ao longo e ao final do processo de ensino e aprendizagem.
- V. definir estratégias e ações com base na análise de resultados das avaliações internas e externas;
- VI. analisar o relacionamento da classe com os diferentes profissionais;
- VII. mensurar o desempenho e discutir o comportamento dos alunos;
- VIII. opinar sobre medidas pedagógicas e disciplinares que visem à melhor orientação do aluno, com observância das normas vigentes;
- IX. conduzir a aplicação dos recursos pedagógicos adequados à realidade dos alunos.

Art. 62 - As atas dos conselhos de classe são lavradas em formulários próprios e constituem a formalização das decisões referentes à condução do processo de ensino e aprendizagem, dos recursos e das estratégias pedagógicas adotadas.

Art. 63 - A ata de Conselho de Classe final constitui o principal registro da escrituração de uma escola, pois representa a oficialização do resultado final de cada aluno, oriundo da avaliação conjunta do corpo de especialistas e da equipe pedagógica.

Parágrafo Único. A ata de Conselho de Classe final será encaminhada pela equipe pedagógica ao Secretário Escolar, para verificação do resultado final, e será arquivada e encadernada juntamente com a ata de resultado final.

Art. 64 - Os conselhos de classe nas turmas da EJA são realizados ao término de cada área de conhecimento e ao final do curso, conforme calendário escolar, podendo ser convocados extraordinariamente, quando necessário.

Art. 65 - Os conselhos de classe das turmas de EJA ofertadas nas Escolas-Polo serão planejados e conduzidos pelo Pedagogo responsável da Escola Sede.

Parágrafo Único - O Pedagogo da Escola Sede conduzirá o conselho de classe com a participação dos Professores da turma na Escola-Polo, responsabilizando-se, juntamente com o Secretário da Escola-Polo, pelo envio imediato da ata lavrada à Escola Sede.

SEÇÃO II

Das Reuniões Pedagógicas

Art. 66 - As reuniões pedagógicas serão organizadas e conduzidas pela equipe pedagógica, para fins de acompanhamento e aprimoramento do processo pedagógico.

TÍTULO III

Dos Princípios e Fins da Educação

CAPÍTULO I

Das Finalidades da Educação

Art. 67 - As escolas da Rede Sesi de Educação oferecem educação básica, composta pelos seguintes níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais), Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o objetivo de promover o pleno desenvolvimento do educando, prepará-lo para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o trabalho, baseando-se nos seguintes princípios estabelecidos pelas Constituições Federal e Estadual e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. valorização do conhecimento prévio;
- IV. humanização nas relações;
- V. interdisciplinaridade;
- VI. promoção para o desenvolvimento integral;
- VII. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- VIII. respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- IX. garantia de padrão de qualidade;
- X. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- XI. valorização da experiência extraescolar;
- XII. preparo do indivíduo para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam explorar as possibilidades e vencer os desafios do meio;
- XIII. valorização do profissional da educação escolar;
- XIV. respeito à diversidade étnico-racial.

Art. 68 - As escolas da Rede Sesi de Educação adotam como metas norteadoras de sua ação:

- I. a educação entendida como um processo de aprendizagem, realização e valorização das potencialidades do ser humano, para um crescimento harmonioso e global;
- II. a visão dinâmica e ampla do processo ensino e aprendizagem, integrando não só as diversas áreas do conhecimento entre si, mas também o conhecimento à vida e à cidadania;
- III. a prática pedagógica participativa e cooperativa, aberta à manifestação e ao desenvolvimento das várias aptidões humanas;

- IV. o processo de avaliação comprometido com a verificação do rendimento intelectual, com o crescimento integral do aluno e com a qualidade do ensino ministrado pelo Professor, visando sempre ao aprimoramento da prática pedagógica;
- V. a integração efetiva da família no processo educativo da escola, considerada um recurso para o enriquecimento e a consolidação das condições de socialização vividas pelo aluno;
- VI. a busca da formação integral do aluno, sujeito da construção de sua autonomia e cidadania, a partir de uma atuação crítica e efetiva na realidade presente;
- VII. o desenvolvimento integral dos alunos, buscando o aprendizado tecnológico e o estímulo de valores e virtudes;
- VIII. a elevação da escolaridade do jovem e do adulto trabalhador, como contribuição social para a competitividade e o desenvolvimento sustentável da indústria mineira;
- IX. a possibilidade de articulação com a Educação Profissional, por meio do Itinerário Formativo Ômega, visando à formação e ao aperfeiçoamento profissional.

Parágrafo Único. As escolas terão a função de aprimorar o processo de construção da identidade e das relações de convivência intra e extraescolar, objetivando simultaneamente a qualificação e a elevação do nível do trabalho educativo.

SESI

CAPÍTULO II

Dos Objetivos Gerais do Ensino

Art. 69 - As finalidades educativas das escolas da Rede Sesi de Educação desdobram-se em objetivos que possibilitam ao aluno:

- I. descobrir e desenvolver suas potencialidades e aptidões;
- II. assumir a própria responsabilidade como cidadão consciente, colaborando para a transformação de estruturas socioeconômicas, compreendendo os deveres e direitos individuais e coletivos;
- III. desenvolver progressivamente as competências relativas ao conhecimento científico do mundo atual e à análise da realidade social e histórica, para progredir no trabalho e em estudos posteriores;
- IV. alcançar uma formação sólida que lhe assegure compreender os princípios básicos da convivência universal, em uma visão globalizada de cultura;
- V. desenvolver sua autonomia intelectual e ampliar seu universo cultural como condições para o exercício da cidadania, com comportamento ético, compromisso político, reconhecimento do outro, solidariedade e justiça;
- VI. desenvolver sua capacidade de aprender, buscando a construção de conhecimentos, competências e habilidades, bem como a formação de valores e atitudes que estimulem e promovam o seu pleno desenvolvimento, a sua autonomia, o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho;
- VII. reconhecer e valorizar os saberes adquiridos em suas vivências sociais e no mundo do trabalho;

- VIII. respeitar a diversidade das identidades culturais e suas características;
- IX. desenvolver conhecimentos e capacidade de interação e produção de projetos e pesquisas, a partir dos princípios científicos e tecnológicos que são parte das vivências e das experiências do mundo contemporâneo;
- X. reconhecer e desenvolver conhecimentos diversificados nas formas e linguagens que fazem parte do mundo contemporâneo.

CAPÍTULO III

Dos Objetivos da Educação Infantil

Art. 70 - A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 71 - A prática na educação infantil deve ser organizada de modo que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades:

- I. ampliar gradativamente suas possibilidades de comunicação e expressão, além de se familiarizarem com a escrita;
- II. escutar textos lidos e escolher livros para ler e apreciar;
- III. reconhecer seu nome escrito e identificar as letras do alfabeto de forma contextualizada;
- IV. descobrir e ampliar a consciência fonológica da língua;
- V. estabelecer aproximações e algumas noções matemáticas presentes em seu cotidiano;
- VI. reconhecer e valorizar os números, as operações numéricas, as contagens orais e as noções espaciais como ferramentas necessárias em seu cotidiano;
- VII. comunicar ideias matemáticas, hipóteses, processos utilizados e resultados, relações espaciais e medida, utilizando a linguagem oral e a linguagem matemática;
- VIII. familiarizar-se com a imagem do próprio corpo;
- IX. explorar as possibilidades de gestos e ritmos corporais para expressar-se nas brincadeiras e nas demais situações de interação;
- X. deslocar-se com destreza progressiva no espaço ao andar, correr, pular dentre outros movimentos, desenvolvendo atitude de confiança nas próprias capacidades motoras;
- XI. explorar e utilizar os movimentos de preensão, encaixe, lançamento etc., para manuseio de objetos diversos;
- XII. explorar diferentes qualidades e dinâmicas do movimento, conhecendo gradativamente os limites e as potencialidades de seu corpo a fim de controlar progressivamente o próprio movimento;

- XIII.** explorar o ambiente, para que possa se relacionar com pessoas, estabelecer contato com pequenos animais, com plantas e com objetos diversos, manifestando curiosidade e interesse;
- XIV.** estabelecer algumas relações entre o modo de vida característico de seu grupo social e de outros grupos, entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem;
- XV.** explorar, expressar-se e produzir sons com a voz, o corpo, o entorno e materiais sonoros diversos, incluindo momentos de silêncio;
- XVI.** interpretar músicas e canções diversas e participar de brincadeiras e jogos cantados e rítmicos;
- XVII.** reconhecer e utilizar as variações de velocidade e densidade na organização e realização de algumas produções musicais;
- XVIII.** identificar-se como ser único, com corpo, hábitos e preferências próprias;
- XIX.** conquistar independência progressiva para brincar e se expressar, por meio da linguagem, e realizar atividades da vida diária;
- XX.** expressar verbalmente emoções e sentimentos;
- XXI.** identificar Professores e colegas pelo nome;
- XXII.** desenvolver vínculos afetivos no ambiente escolar;
- XXIII.** conhecer e respeitar regras de convívio em grupo e desenvolver a capacidade de resolução de conflitos;
- XXIV.** apreciar mudança de ambiente ao sair de seus domínios.

CAPÍTULO IV

Dos Objetivos do Ensino Fundamental

Art. 72 - O Ensino Fundamental, com duração mínima de nove anos, atendendo crianças a partir dos 6 (seis) anos de idade, destina-se à formação básica com vistas:

- I.** ao desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meio básico o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II.** à compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III.** ao desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em conta a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como a formação de atitudes e valores;
- IV.** ao fortalecimento dos vínculos familiares, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca, nos quais se assenta a vida social.

CAPÍTULO V

Dos Objetivos do Ensino Médio

Art. 73 - O Ensino Médio, etapa final da educação básica, tem como objetivos:

- I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos.
- II. a preparação básica para o mundo do trabalho e da cidadania, de modo que o aluno seja capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento que a sociedade apresente.
- III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.
- IV. a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada componente curricular.
- V. a preparação para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.
- VI. a formação de um aluno autônomo e protagonista, com competência para atuar de forma ativa na vida social, cultural e profissional, respeitando os direitos e as liberdades fundamentais do ser humano e os princípios da convivência democrática.

CAPÍTULO VI

Dos Objetivos da Educação de Jovens e Adultos – EJA

Art. 74 - A educação de jovens e adultos nas escolas da Rede SESI de Educação de Minas Gerais visa assegurar oportunidades educacionais que atendam às especificidades dos educandos, tendo como principais objetivos:

- I. oportunizar ao aluno iniciar, prosseguir e complementar a escolarização regular, adquirindo os conhecimentos básicos referentes aos conteúdos curriculares da Base Nacional Comum Curricular estabelecidos na legislação em vigor;
- II. oferecer ao aluno alternativas de aprendizagem, com metodologia motivadora que incentive a participação ativa e a integração grupal, facilitando o processo de ensino e aprendizagem, por meio de múltiplos recursos, mídias e tecnologias de educação a distância;
- III. proporcionar oportunidades de escolarização a jovens e adultos engajados no mercado de trabalho, visando melhorias na sua atuação profissional;
- IV. proporcionar condições para o crescimento pessoal e profissional do jovem e do adulto, com a consequente melhoria da qualidade de vida;

- V. promover o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades, além da formação de atitudes e valores;
- VI. oportunizar o reconhecimento, a validação e a certificação dos saberes adquiridos em processos formais, informais e não formais de educação, bem como nas experiências de vida e trabalho, para a sua formação.

TÍTULO IV

Dos Níveis e das Modalidades da Educação Básica

CAPÍTULO I

Da Educação Infantil

Art. 75 - A Educação Infantil é estruturada de acordo com a faixa etária das crianças, conforme legislação vigente, com a seguinte nomenclatura:

- I. Creche (Berçário e Maternal), para crianças de 0 a 3 anos;
- II. Pré-escola (1º e 2º Períodos), para crianças de 4 a 5 anos.

Art. 76 - Para matrícula inicial do aluno, será considerada a data de 31 de março como data de corte etário para posicionamento da criança em ano escolar da Educação Infantil.

Art. 77 - A idade mínima para cada ano escolar da Educação Infantil obedecerá aos critérios estabelecidos a seguir:

- I. Berçário: crianças de idade inferior a um ano.
- II. Maternal I: crianças com 1 ano completo até 31 de março do ano a ser cursado.
- III. Maternal II: crianças com 2 anos completos até 31 de março do ano a ser cursado.
- IV. Maternal III: crianças com 3 anos completos até 31 de março do ano a ser cursado.
- V. 1º Período: crianças com 4 anos completos até 31 de março do ano a ser cursado.
- VI. 2º Período: crianças com 5 anos completos até 31 de março do ano a ser cursado.

CAPÍTULO II

Do Ensino Fundamental

Art. 78 - O Ensino Fundamental tem a duração mínima de nove anos e está estruturado em:

- I. Anos Iniciais – do 1º ao 5º ano.

II. Anos Finais – do 6º ao 9º ano.

Art. 79 - No primeiro ano do Ensino Fundamental, serão matriculadas crianças com 6 (seis) anos de idade completos até 31 de março do ano a ser cursado.

CAPÍTULO III

Do Ensino Médio

Art. 80 - O Ensino Médio corresponde à etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, e destina-se aos alunos concluintes do Ensino Fundamental.

CAPÍTULO IV

Da Educação de Jovens e Adultos – EJA

Art. 81 - Na Educação de Jovens e adultos, modalidade da Educação Básica, serão matriculados jovens e adultos que não concluíram a escolarização em tempo regular, considerando as estruturas de atendimento descritas a seguir:

- a) Projeto Inovador de Educação de Jovens e Adultos (EJA) Ensino Fundamental (Anos Finais), na modalidade a distância, institucionalmente denominado Nova EJA – Ensino Fundamental;
- b) Projeto Inovador de Educação de Jovens e Adultos (EJA) Ensino Médio, na modalidade a distância, institucionalmente denominado Nova EJA – Ensino Médio;
- c) Projeto Inovador de Educação de Jovens e Adultos (EJA) Profissionalizante, na modalidade a distância, com oferta do Ensino Médio de forma concomitante a um curso de qualificação profissional sob a responsabilidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI DR-MG, institucionalmente denominado EJA Profissionalizante – Ensino Médio.

TÍTULO V

Da Organização Pedagógica da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio

CAPÍTULO I

Do Currículo

Art. 82 - O currículo compreende os conteúdos específicos, selecionados segundo seus fins, e todas as atividades sistematicamente organizadas, realizadas na escola e fora dela, sob a forma de trabalho individual

ou coletivo, em todas as áreas do conhecimento, e as vivências, visando à formação integral do educando, ao aprimoramento de suas habilidades e ao seu desenvolvimento nos aspectos pessoal e social.

Art. 83 - A BNCC organiza a Educação Infantil em torno de seis direitos de aprendizagem, os quais são contemplados nos seguintes campos de experiência:

- I. o eu, o outro e o nós;
- II. corpo, gestos e movimentos;
- III. traços, sons, cores e formas;
- IV. escuta, fala, pensamento e imaginação;
- V. espaço, tempos, quantidades, relações e transformações.

Art. 84 - A organização curricular do Ensino Fundamental e do Ensino Médio é estruturada e organizada por áreas de conhecimento, atendendo ao Currículo Referência de Minas Gerais – CRMG – e à Base Nacional Curricular Comum – BNCC –, complementada por uma parte diversificada, segundo características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela, de acordo com as normas legais vigentes na comunidade em que a criança está inserida.

Art. 85 - Aos alunos do Ensino Fundamental – Anos Finais serão ofertados componentes curriculares de livre escolha (Choices), vinculados às quatro áreas do conhecimento, com o objetivo de estimular a autonomia, o protagonismo e o engajamento com seu desenvolvimento e aprendizagem, de acordo com cada ano, conforme descrito a seguir:

- I. 6º Ano do Ensino Fundamental:
 - a) Quem Conta um Conto, Aprende um Tanto!;
 - b) Alimentação Saudável: Como Cultivar o que se Come?;
 - c) Projeto de Vida;
 - d) O Céu que não Enxergamos – um Passeio pela Astronomia.
- II. 7º Ano do Ensino Fundamental:
 - a) Projeto de Vida – “Eu e Meus Projetos”;
 - b) Sustentabilidade: Como Reduzir os Impactos Ambientais por Meio do Consumo;
 - c) A Construção de Narrativas em Ambientes Virtuais;
 - d) Gestão Financeira, Consumidores Inteligentes.
- III. 8º Ano do Ensino Fundamental:
 - a) Os Livros e o Cinema;
 - b) Quanto Custa?;
 - c) Biomaq;
 - d) Narrativas em Vídeo.
- IV. 9º Ano do Ensino Fundamental:
 - a) Mídias: A Publicidade que Vende Sonhos e Ideias;
 - b) Sonhos Viram Realidade / Sonhos Reais;
 - c) Luz, Câmera e Ação;
 - d) Desenvolvendo Jogos Digitais.

Art. 86 - O aluno faz a opção de dois temas autoinstrucionais por ano letivo, uma em cada semestre, contantes do portfólio disponibilizado pela equipe pedagógica da escola, ofertados por meio de metodologia a distância, com uma hora-aula semanal.

Art. 87 - O professor-tutor, que recebe uma hora-aula por turma, é responsável pelo acompanhamento dos alunos no que tange à realização das atividades na plataforma, bem como por fomentar a motivação, a participação, o engajamento e a entrega de atividades e relatórios.

Art. 88 - No caso do Ensino Médio, o currículo está organizado da seguinte forma:

- I. Formação Geral Básica: obrigatória e comum a todos os estudantes, visa desenvolver competências, habilidades e objetos de conhecimento por meio das seguintes áreas previstas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC): linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas e ciências da natureza e suas tecnologias;
- II. Itinerários Formativos: composto pelo aprofundamento nas áreas do conhecimento ou pela formação técnica profissional;
- III. Eletivas: unidades curriculares de livre escolha dos estudantes, autoinstrucionais, ofertadas na modalidade a distância e integradas à estrutura curricular do Itinerário Formativo. Elas possibilitam aos alunos experimentar diferentes temas, vivências e aprendizagens, diversificando e enriquecendo seu Itinerário Formativo, com a mediação e acompanhamento de um Professor-tutor;
- IV. Projeto de Vida: de ofertado presencialmente, integrado à estrutura curricular do Itinerário Formativo, permite a organização de um percurso pessoal com base nas aprendizagens e na identificação de suas potencialidades, estimulando uma ação reflexiva frente aos conhecimentos, ao desenvolvimento pessoal e profissional, bem como a compreensão de ser e estar no mundo.

Art. 89 - A Rede Sesi de Educação de Minas Gerais oferta um portfólio de quatro Itinerários Formativos, estruturados a partir de mais de uma área de conhecimento, para ampliar o capital de conhecimento e as possibilidades acadêmicas dos alunos:

- I. Itinerário Formativo Alfa: composto pelos arranjos curriculares **Ciclo da vida – Medicina e Saúde**, componentes ligados à área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e **Engrenagens do mundo! – Modelos Políticos e Econômicos**, componentes ligados à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;
- II. Itinerário Formativo Beta: composto pelos arranjos curriculares **Vai Render! Inteligência Financeira e Pensar Econômico**, componentes ligados à área de Matemática e suas Tecnologias, e **Solta o verbo! Estratégias de Comunicação**, componentes ligados à área de Linguagens e suas Tecnologias;
- III. Itinerário Formativo Gama: composto pelos arranjos curriculares **Tá Ligado! Inovações Tecnológicas e Fontes de Energia**, componentes ligados à área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e **A Raiz do Problema, Lógica e Solução**, componentes ligados à área de Matemática e suas Tecnologias;
- IV. Itinerário Formativo Ômega: composto pela Formação Técnica Profissional, tendo como eixo estruturante o empreendedorismo e o perfil profissional constante no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), nos eixos de:
 - a) Informática, com as habilitações profissionais em Técnico em Informática para Internet e Técnico em Desenvolvimento de Sistemas;

- b) Processos Produtivos, com a habilitação profissional em Técnico em Mecatrônica;
- c) Controle e Processos Industriais, com a habilitação em Técnico em Eletromecânica;
- d) Gestão e Negócios, com a habilitação em Técnico em Administração, para fins exclusivos de continuidade de estudos de alunos oriundos da Escola Técnica de Formação Gerencial, localizada na cidade de Cataguases, incorporada pelo Sesi em 2024.

Art. 90 - Cada escola Sesi oferta dois dos itinerários formativos disponíveis no portfólio da Rede Sesi de Minas Gerais.

Art. 91 - São ofertadas as seguintes Eletivas à escolha do aluno:

- I. 1ª Série do Ensino Médio:
 - a) Química Forense;
 - b) Nutrição, Saúde e Sociedade;
 - c) Música e Cidadania;
 - d) Inovação Social;
 - e) Planejamento Financeiro;
 - f) Psicologia no Cotidiano;
 - g) Arte e Expressão;
 - h) Universo Atômico;
 - i) Cultura sem Fronteiras: Explorando o Mundo em Inglês.
- II. 2ª Série do Ensino Médio:
 - a) Relações Internacionais no Século XXI;
 - b) Astrobiologia;
 - c) Química Alcoólica;
 - d) Aprender Jogando: A Relação entre Jogos e Educação;
 - e) Identidade e Papéis Sociais;
 - f) Para Além da Regra de Três;
 - g) Comunicação Social: Gênero Jornalístico;
 - h) Estratégias Financeiras;
 - i) Cultura sem Fronteiras: Explorando o Mundo em Inglês;
- III. 3ª Série do Ensino Médio:
 - a) Arte e Expressão;
 - b) Astrobiologia;
 - c) Nutrição, Saúde e Sociedade;
 - d) Planejamento Financeiro;
 - e) Psicologia no Cotidiano;
 - f) Química Forense;
 - g) Química Alcoólica;
 - h) Relações Internacionais no Século XXI;
 - i) Cultura sem Fronteiras: Explorando o Mundo em Inglês.

Art. 92 - A solicitação de reopção de Itinerário Formativo será analisada pela equipe pedagógica somente ao final da 1ª série do Ensino Médio, considerando as possibilidades de ajustamento pedagógico em relação ao que já foi cursado durante o ano letivo encerrado e à existência de vagas no Itinerário Formativo pretendido.

Art. 93 - Para a execução das unidades curriculares do Itinerário Formativo Ômega, será firmada relação contratual entre as instituições Sesi e SENAI.

Art. 94 - O trabalho educativo nas escolas da Rede Sesi de Educação poderá ser desenvolvido de forma integrada e/ou transversal, conforme a conveniência do processo de ensino e aprendizagem, à luz da Proposta Pedagógica, embora os componentes curriculares estejam separados nas matrizes curriculares.

Art. 95 - O estágio não obrigatório poderá ser desenvolvido como atividade opcional pelo aluno do Ensino Médio, acrescida à carga horária regular e obrigatória, observados os requisitos definidos na Proposta Pedagógica.

SEÇÃO I

Do Sesi Experience

Art. 96 - Trata-se de uma abordagem pedagógica voltada para desenvolver todo o potencial dos estudantes, considerando espaços e ambientes que “conversem” com a proposta pedagógica, na qual eles vivenciarão a experiência acadêmica com foco nas vivências, na pesquisa, na criatividade, na resolução de problemas, na inovação e no multiculturalismo, considerando também as múltiplas linguagens, a cultura e a cidadania global.

Art. 97 - O Sesi Experience será desenvolvido nas Escolas Sesi General Onésimo Becker de Araújo (Belo Horizonte), Sesi Maria Madalena Nogueira (Betim), Sesi Granbery (Juiz de Fora), Sesi Professora Quita Guimarães (Montes Claros), Sesi João Carlos Giovannini (Santa Luzia), Sesi BH São João Batista (Belo Horizonte), Sesi Guiomar de Freitas Costa (Uberlândia), Sesi BH Coração Eucarístico e Sesi Poços de Caldas, que suportam, na sua infraestrutura, todas as implicações e adequações que o projeto exige na sua concepção.

Art. 98 - O Sesi Experience amplia a matriz curricular na perspectiva da valorização das diferentes linguagens, manifestações culturais e artísticas, oferecendo aulas de Música, Arte e Teatro, na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, com espaços de aprendizagem adequados e coerentes com as práticas educativas pautadas na experimentação e que atendem às Competências Gerais da Educação Básica estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

CAPÍTULO II

Dos Programas Institucionais

SEÇÃO I

Do Ensino Integrado da Língua Inglesa

Art. 99 - O Programa de Ensino Integrado da Língua Inglesa, em parceria com a Oxford University Press, é pautado na Metodologia *Enquiry Based Learning* (Aprendizagem Baseada em Investigação).

Art. 100 - O Programa de Ensino Integrado da Língua Inglesa propõe o aprendizado de competências e de habilidades linguísticas e acadêmicas na Língua Inglesa, permitindo que o desenvolvimento linguístico ocorra de forma integrada e simultânea ao desenvolvimento dos conteúdos curriculares.

Art. 101 - O Programa Ensino Integrado da Língua Inglesa tem como objetivo:

- I. trabalhar com materiais que desenvolvam habilidades globais, como pensamento crítico, criatividade, valores, colaboração, comunicação e empreendedorismo, integrando, ao mesmo tempo, conteúdos interdisciplinares por meio de projetos;
- II. preparar os alunos desde a base para a utilização da língua inglesa no mundo real, em diferentes contextos e necessidades;
- III. oferecer desafio e suporte apropriados em cada estágio na jornada do aprendizado.

Art. 102 - Em função do Programa, o componente curricular de Língua Inglesa possui carga horária estendida de 3h/a semanais em todos os anos escolares, em todas as escolas da Rede Sesi de Educação, exceto na Escola Sesi Granbery (Juiz de Fora), que trabalha com uma carga horária de 5 h/a semanais no Ensino Fundamental.

SEÇÃO II

Da Rede Sesi de Virtudes

Art. 103 - O Programa Rede Sesi de Virtudes, desenvolvido da Educação Infantil ao Ensino Médio e também na Educação de Jovens e Adultos, tem o objetivo de desenvolver a consciência e a reflexão da comunidade escolar (alunos, família e educadores) sobre as questões que permeiam nossa sociedade contemporânea, formando cidadãos mais éticos, capazes de atuar como agentes de transformação para uma cultura de paz e bem-viver.

Art. 104 - Ao se associar ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais e à formação integral dos alunos, a Rede Sesi de Virtudes promove ações preventivas e mediadoras, como a prevenção do *bullying* e a mediação de conflitos.

Art. 105 - As estratégias pedagógicas são estruturadas em torno de personagens que representam o conjunto de virtudes elencadas no projeto (paciência, respeito, solidariedade, perseverança, justiça, honestidade, compaixão, gratidão, generosidade, tolerância, gentileza, lealdade, humildade e segurança).

SEÇÃO III

Do Tô Ligado na Indústria

Art. 106 - O Programa Tô Ligado na Indústria prevê uma série de atividades e ações educacionais que abrangem desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, buscando promover a conscientização sobre o papel estratégico da indústria no nosso cotidiano.

SEÇÃO IV

Do Conexão Ciência

Art. 107 - O Programa Conexão Ciência da Rede Sesi de Educação tem como objetivo aproximar o aluno da metodologia científica e de pesquisa, além de desenvolver seu interesse pela ciência.

Art. 108 - A iniciação científica no Sesi abrange todos os níveis de ensino e todas as áreas de conhecimento, incluindo as Ciências Humanas, Sociais, Exatas e Biológicas com ações ao longo do ano letivo tais como pesquisa, leitura, escrita, análise de dados e resultados, sistematização de ideias e referencial teórico, em uma perspectiva acadêmica, sempre mediados por uma ação educativa.

Art. 109 - Para a apresentação do percurso e do resultado das investigações dos estudantes, o Sesi promove um evento único que transforma a escola em um espaço dinâmico de cultura, tecnologia e experiências, em que os alunos têm a oportunidade de apresentar os projetos desenvolvidos ao longo do ano: o SESIVERSO.

SEÇÃO V

Dos Programas de Leitura

Art. 110 - As escolas da Rede Sesi desenvolvem atividades sistemáticas para o incentivo à leitura e à escrita, assumindo o compromisso com a formação das crianças e jovens leitores, adotando como parâmetros de leitura mínima, por nível de ensino:

- I. Educação Infantil: um livro semanal do acervo da biblioteca e 1 livro por etapa adquirido pela família;
- II. Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais): dois livros por etapa, sendo um livro do acervo da biblioteca e outro adquirido pela família;
- III. Ensino Médio: dois livros por etapa, sendo um livro do acervo da biblioteca e outro adquirido pela família.

SEÇÃO VI

Do Centro de Extensão Sesi – CES

Art. 111 - O Centro de Extensão Sesi reúne um conjunto de atividades extracurriculares, com o objetivo de fortalecer o processo de formação dos alunos e trabalhar com foco no desenvolvimento de habilidades, capital cultural e formação de hábitos de estudos.

Art. 112 - O Centro de Extensão Sesi – CES – oferece:

- I. Sesi Monitorias:

- a) a estratégia é organizada no contraturno, com atendimento por ano escolar, sendo ofertada em 2h/a semanais para cada disciplina (Língua Portuguesa e Matemática, do 1º ao 7º ano do Ensino Fundamental, e Língua Inglesa, do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental);
 - b) as turmas, com uma média de 15 alunos, são ofertadas de forma presencial ou on-line, de acordo com a disponibilidade de estrutura física da escola;
 - c) as atividades são ofertadas de forma gratuita, com material didático e sequências didáticas desenvolvidas pelo Professor responsável pela turma.
- II. Sesi Plantões:
- a) estratégia pedagógica ofertada no contraturno, de forma presencial ou on-line, gratuitamente, de acordo com a disponibilidade de estrutura física da escola.
 - b) as turmas são compostas por um mínimo de 15 alunos, por ano escolar, sendo:
 - Ensino Fundamental Anos Finais – 8º e 9º ano: 2h/a semanais para cada componente curricular (Língua Portuguesa e Matemática);
 - Ensino Médio: 2h/a semanais para cada componente curricular (Língua Portuguesa, Matemática, Física, Biologia e Química);
- III. Sesi Continuum: elaboração de plano de estudos e disponibilização de atividades atemporais, além de uma curadoria de videoaulas do YouTube Edu com a participação de professores “Pontes” para apoiar os alunos com dificuldades.
- IV. Rotas do ENEM: ofertado aos estudantes da 3ª Série do Ensino Médio, de forma gratuita, com 10h/a semanais, com o propósito de fornecer uma preparação abrangente e eficaz para o ENEM, oferecendo estratégias de estudo, simulados, acesso a materiais, vivências socioemocionais e suporte direto com o professor-tutor que culminem na aprovação dos estudantes no curso de sua escolha;
- V. Oficinas de Robótica – Ensino Fundamental Anos Finais: ofertada no contraturno, de forma presencial, gratuitamente, de acordo com a disponibilidade de vagas da escola;
- VI. Sesi Cultura: tem por objetivo expandir a Arte de forma significativa, para o desenvolvimento e a (trans)formação do ser humano, de forma integral, por meio de oficinas pagas, presenciais, para alunos do Sesi e da comunidade, conforme disponibilidade existente em cada escola;
- VII. Sesi Esporte: tem como objetivo promover a prática esportiva por meio da atividade física, proporcionando o desenvolvimento das habilidades motoras, cognitivas e comportamentais de crianças e adolescentes matriculados nas Escolas Sesi e também da comunidade em geral, por meio de oficinas pagas, presenciais, conforme disponibilidade existente na escola.
- VIII. Sesi Amplifica: tem como objetivo atender, no turno da manhã, crianças que finalizaram o 2º período no Centro de Educação Infantil Leonor Franco e que estão matriculadas no 1º ano do Ensino Fundamental em Escolas do Sesi, localizadas nas cidades de Belo Horizonte e Contagem, com atividades que mantêm a concepção de formação integral adotada pela Rede Sesi;
- IX. Oficinas de Xadrez: tem como objetivo desenvolver e aprimorar habilidades cognitivas essenciais, formando alunos mais focados, estratégicos e criativos, por meio de oficinas pagas, presenciais, para alunos do Sesi e da comunidade, conforme disponibilidade existente em cada escola.

- X. SESI Way: ofertado nas escolas de Barbacena, Divinópolis, São João Del Rei, é um curso de Inglês com proposta inovadora, cujas aulas são ministradas por professores nativos que trazem para a sala de aula não apenas o idioma, mas também a cultura dos lugares de origem.

SEÇÃO VII

Do SESITEC – Tecnologia, Experiência e Criatividade

Art. 113 - O programa tem como objetivo incentivar novas estratégias educacionais nas escolas, usando as tecnologias, para inovar as práticas educacionais, potencializar o processo ensino e aprendizagem e oportunizar experiências de aprendizagens interativas e alinhadas com necessidades dos estudantes, preparando-os para os desafios do século XXI.

CAPÍTULO III

Dos Projetos Educacionais

SEÇÃO I

Do Autor do Ano

Art. 114 - O Projeto Autor do Ano tem como objetivo aproximar os alunos da literatura brasileira, incentivando o gosto pela leitura e o apreço pelas obras de renomados escritores.

SEÇÃO II

Da Semana Retrô

Art. 115 - Ocorre na primeira semana da segunda e da terceira etapas letivas, tendo como objetivo principal a revisão dos conteúdos-âncoras abordados na etapa letiva anterior.

SEÇÃO III

Da Semana do Livro e da Biblioteca

Art. 116 - Alinhado à Semana Nacional do Livro e da Biblioteca (Decreto nº 84.631, de 9 de abril de 1980), o Projeto busca incentivar o uso da biblioteca como um espaço de aprendizagem, promovendo a competência

informativo dos estudantes e contribuindo para o seu melhor desempenho escolar e preparação para o mundo do trabalho.

SEÇÃO IV

Do Sesi Podium – Olimpíadas e Concursos

Art. 117 - Os alunos de todos os níveis de ensino são estimulados a participar de olimpíadas e concursos promovidos internamente e/ou de âmbito nacional e regional, com o objetivo de ampliar a percepção da importância do conhecimento adquirido no decorrer de sua trajetória escolar, quando aplicado em contextos que ultrapassam o contorno do ambiente escolar.

SEÇÃO V

Da Robótica na Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais

Art. 118 - Oferta de experiência em robótica educacional aos estudantes, contextualizadas com temáticas dos componentes curriculares, estruturadas por ano escolar e alinhadas às habilidades da BNCC da Computação.

Art. 119 - As oficinas são ofertadas para todos os alunos do 1º e 2º períodos da Educação Infantil, e para os dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), preferencialmente com uma carga horária de 2h/a a cada 15 dias, durante o horário escolar, sendo conduzidas pelo professor regente da turma.

SEÇÃO VI

Do Festival Sesi de Robótica

Art. 120 - O Sesi DR-MG realiza anualmente o Festival Sesi de Robótica, um evento que incentiva a inovação e a educação tecnológica, em que acontece a etapa regional das modalidades FIRST LEGO® League Challenge (FLL), FIRST TECH Challenge (FTC) e Fórmula 1 in Schools. O evento também conta com uma demonstração da modalidade FIRST Robotics Competition (FRC).

Art. 121 - As equipes internas de robótica são times de competição nas várias modalidades, tais como a FIRST Lego League, FIRST Tech Challenge, FIRST Robotics Competition e Fórmula 1 in Schools e CoderZ League, que possuem a importante função de representar a escola em competições de robóticas, tanto internas quanto externas. A organização do número de times e de vagas está atrelada à estrutura e disponibilidade da escola, conforme análise do Departamento Regional.

CAPÍTULO IV

Das Ações Institucionais

SEÇÃO I**Do Sesi Finds – Agenda Cultural**

Art. 122 - O projeto, destinado aos alunos da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental, tem por objetivo promover situações de enriquecimento pedagógico no âmbito familiar, incentivando a participação das famílias em atividades culturais e educacionais.

SEÇÃO II**Da Biblioteca em Movimento**

Art. 123 - A biblioteca escolar é um espaço com potencial para ser um centro de experiências e atividades que incentivam o hábito de leitura, o pensamento crítico e a socialização entre alunos e professores, portanto, deve ser vista como um ambiente cultural de interação, aprendizado e acolhimento, que promove a formação integral dos estudantes, a partir do desenvolvimento de competências informacionais.

SEÇÃO III**Da Biblioterapia**

Art. 124 – Trata-se de uma ação que propõe a utilização de textos literários como ferramenta central em programas de leitura direcionada e planejada, com o objetivo de promover uma experiência de leitura mais profunda e significativa, conduzida pelo bibliotecário, com o apoio do psicólogo educacional e do serviço social.

SEÇÃO IV**Do Clube do Livro**

Art. 125 - O Clube do Livro tem como proposta promover a leitura e a reflexão de obras literárias por meio de estudos e dinâmicas colaborativas, realizadas a partir da leitura de livros selecionados, seja por escolha dos bibliotecários, dos professores ou dos próprios alunos.

SEÇÃO V**Da Roda Literária**

Art. 126 - É uma proposta pedagógica voltada para a promoção da leitura e da troca de experiências literárias entre os alunos, envolvendo os estudantes em discussões em grupo, em que cada participante tem a oportunidade de compartilhar suas impressões, interpretações e sentimentos sobre a obra literária escolhida.

SEÇÃO VI

Das Reflexões Compartilhadas

Art. 127 - Informativos institucionalmente denominados *Pensando Bem*, *Tô Ligado* e *SESI Leituras*, direcionados para diferentes públicos e objetivos, mas com o mesmo propósito: estimular a reflexão e a atualização constante sobre os caminhos da educação contemporânea.

CAPÍTULO V

Do Regime Escolar

SEÇÃO I

Do Ano Letivo

Art. 128 - Em todas as escolas da Rede Sesi de Educação, será aplicado o regime letivo anual, com o mínimo de 200 (duzentos) dias letivos de efetivo trabalho escolar.

Art. 129 - A Educação Infantil, considerando os parâmetros estabelecidos pela legislação atual, será organizada da seguinte forma:

- I. carga horária anual de 833h20min (oitocentas e trinta e três horas e vinte minutos);
- II. atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial, e de 7 (sete) horas para a jornada integral.

Art. 130 - O Ensino Fundamental Anos Iniciais, considerando os parâmetros estabelecidos pela legislação atual, será organizado da seguinte forma:

- I. carga horária anual de 1.000h (mil horas) para a Escola Sesi Granbery (Juiz de Fora), com a carga horária diária de 6 horas-aula, com duração de 50 minutos cada, prevendo o intervalo destinado ao recreio de 20min (vinte minutos);
- II. carga horária anual de 833h20min (oitocentas e trinta e três horas e vinte minutos) para as demais escolas, com a carga horária diária de 5 horas-aula, com duração de 50 minutos cada, prevendo o intervalo destinado ao recreio de 20min (vinte minutos).

Art. 131 - O 6º e o 7º ano do Ensino Fundamental (Anos Finais), considerando os parâmetros estabelecidos pela legislação atual, serão organizados da seguinte forma:

- I. carga horária anual de 1.033h20min (mil e trinta e três horas e vinte minutos) para a Escola SESI Granbery (Juiz de Fora), com a carga horária diária de 6 horas-aula, com duração de 50 minutos cada, prevendo o intervalo destinado ao recreio de 20min (vinte minutos), e 1 hora aula semanal destinada às Choices (componente curricular autoinstrucional).
- II. carga horária anual de 900h (novecentas horas), com a carga horária diária de 5 horas-aula e a inclusão do 6º horário em um dia da semana, prevendo o intervalo destinado ao recreio de 20min (vinte minutos) e 1 hora-aula semanal destinada às Choices (componente curricular autoinstrucional).

Art. 132 - No Ensino Fundamental – 8º e 9º ano –, cada ano letivo terá a carga horária anual de 1.033h20min (mil e trinta e três horas e vinte minutos), e a carga horária diária será executada em 6 aulas com duração de 50 minutos cada, prevendo o intervalo destinado ao recreio de 20min (vinte minutos) e 1 hora aula semanal destinada às Choices (componente curricular autoinstrucional).

Art. 133 - As Choices serão realizadas em formato EAD/autoinstrucional, por meio de um ambiente virtual de aprendizagem, com uma hora-aula semanal, perfazendo um total de 16h40min (dezesseis horas e quarenta minutos) por semestre, totalizando 33h20min (trinta e três horas e vinte minutos) anuais.

Art. 134 - A 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio terão uma carga horária anual de 1.300h (mil e trezentas) horas cada, com carga horária de 6 horas-aula, no turno matutino, todos os dias da semana, e de 4 horas-aula, no turno vespertino, duas vezes por semana, com duração de 50 minutos cada hora-aula, prevendo o intervalo destinado ao recreio de 20min (vinte minutos) em cada turno.

Art. 135 - A carga horária anual do ensino médio está distribuída da seguinte forma:

- I. Formação Geral Básica: 833h20 (oitocentos e trinta e três horas e vinte minutos);
- II. Itinerários Formativos (Alfa, Beta, Gama e Ômega), cada um organizado em 466h40 (quatrocentos e sessenta e seis horas e quarenta minutos), incluindo as Eletivas e o Projeto de Vida.

SEÇÃO II

Do Calendário Escolar

Art. 136 - A Gerência de Educação Básica será responsável pela elaboração e disponibilização do calendário escolar de referência para as escolas, antes do início de cada ano letivo. Este calendário deverá contemplar a previsão de dias letivos e escolares, recessos, feriados nacionais e municipais, férias escolares, além do início e término do ano e dos semestres letivos, considerando as implicações diretas no processo educativo.

Parágrafo Único. Os dias letivos se caracterizam pela execução de atividades escolares vinculadas ao currículo, destinadas a todos os alunos de uma turma, ministradas por um Professor, desenvolvidas em sala de aula ou em outros ambientes que propiciem e estimulem o aprendizado, com cômputo de frequência, organizados no calendário oficial da escola.

Art. 137 - No calendário escolar de cada escola, deverão constar a organização específica dos eventos escolares, o período de recuperação e demais aspectos regionais essenciais à estruturação do ano escolar, garantindo a realização do número mínimo de dias letivos estabelecido por lei.

Art. 138 - O Secretário Escolar e o Pedagogo farão a conferência do calendário escolar, observando os feriados municipais, dias letivos descritos e demais itens previstos na legislação vigente.

§ 1º - Cabe ao Secretário Escolar encaminhar ao Núcleo de Regulamentação da Gerência de Educação Básica, o calendário escolar com as adequações necessárias, em prazo previamente definido, para análise e deferimento.

§ 2º - O calendário escolar será protocolado na Superintendência Regional de Ensino pelo Secretário Escolar, preferencialmente, após a análise e visto do Inspetor Escolar.

§ 3º - Cabe ao Gerente, à equipe pedagógica e ao Secretário Escolar, a divulgação do calendário escolar para toda a comunidade.

§ 4º - Se houver necessidade de alterações no calendário escolar, antes do início ou no decorrer ano letivo, a escola deverá contatar a equipe de regulamentação da Gerência de Educação Básica para que os ajustes sejam realizados no documento.

Art. 139 - As alterações no calendário escolar devem ser protocoladas novamente junto à Superintendência Regional de Ensino, por meio de um novo calendário alterado ou de ofício que indique as alterações realizadas.

Art. 140 - Cabe à Equipe Pedagógica e ao Secretário Escolar a análise de necessidade de alteração de dias e horários de aulas, assim como de reposição de aulas, para cumprimento da carga horária prevista na matriz curricular.

CAPÍTULO VI

Das Formas de Ingresso de Alunos

Art. 141 - O ingresso de alunos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio se dá por meio de processo de admissão de novos alunos, com critérios definidos em edital aprovado pela Entidade Mantenedora.

Art. 142 - Para candidatos da Educação Infantil, do 1º e do 2º ano do Ensino Fundamental, a disponibilização das vagas é realizada a partir de critérios específicos definidos em edital, não sendo realizada a aplicação de avaliações.

Art. 143 - Para candidatos do 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, o processo de admissão de novos alunos se dá por meio de avaliações, considerando os critérios estabelecidos em edital.

Art. 144 - Para as novas escolas, cujas atividades foram iniciadas a partir de 2024, a matrícula poderá ser realizada de forma direta, sem realização de processo avaliativo.

CAPÍTULO VII

Da Matrícula e Rematrícula

Art. 145 - Em hipótese alguma será recusada a matrícula nas escolas, nem será dado tratamento diferenciado ou discriminatório aos candidatos e alunos em razão de convicções religiosas, filosóficas, políticas ou por qualquer tipo de preconceito relacionado à raça, condição de saúde, cor ou sexo.

Parágrafo Único - A escola Sesi se caracteriza como laica, ou seja, constrói sua proposta baseada apenas em correntes pedagógicas, respeitando a diversidade religiosa, não priorizando nenhuma doutrina específica.

Art. 146 - A matrícula e rematrícula em escolas da Rede Sesi serão feitas obrigatoriamente pelos responsáveis legais do aluno.

Art. 147 - Os responsáveis que possuam termo de guarda, tutela, curatela ou decisões judiciais que estabeleçam condições para a conduta dos pais em relação ao aluno devem apresentar o documento original e uma cópia para arquivo na Pasta do Aluno, no ato da matrícula, ou, caso a situação seja formalizada durante o ano letivo, imediatamente após.

Art. 148 - Na ausência de decisão judicial que defina restrições, a equipe da escola não se oporá à participação de responsável legal às reuniões e eventos da escola, à retirada do aluno ao final do horário de aula, ao acesso às informações referentes à vida escolar do aluno, à solicitação de declarações e outros documentos escolares e ainda, à solicitação de transferência para outro estabelecimento de ensino.

Art. 149 - Para alunos cujo processo de adoção encontra-se em tramitação, será solicitada a certidão de nascimento original, o termo de guarda provisória original, acrescido de uma cópia para autenticação na Secretaria Escolar, cabendo ao responsável apresentar imediatamente, a certidão de nascimento definitiva, quando esta for expedida.

Art. 150 - A matrícula de alunos cuja situação de guarda esteja indefinida e cujos pais biológicos não sejam localizados será permitida desde que apresentada documentação que comprove a responsabilidade provisória de um parente consanguíneo ou de uma pessoa maior de idade, sem vínculo de parentesco. Esse documento deverá ser emitido pelo Conselho Tutelar ou por outro órgão competente.

Art. 151 - O requerimento de matrícula/rematrícula, o preenchimento das informações de saúde do aluno e o aceite do termo de matrícula antecipada, bem como do contrato de prestação de serviços educacionais, serão feitos de forma on-line, por meio de acesso ao Portal do Aluno, disponibilizado pelo Sesi.

Parágrafo Único - Caso o aluno (ou seu responsável legal, se menor) não consiga realizar os procedimentos no Portal do Aluno, os documentos serão preenchidos e assinados presencialmente, na escola, conforme agendamento prévio.

Art. 152 - A efetivação da matrícula/rematrícula para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio está vinculada obrigatoriamente à apresentação de toda a documentação solicitada, à quitação da parcela referente à matrícula/rematrícula, à execução dos procedimentos no Portal do Aluno e à assinatura do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais.

Art. 153 - Em caso de solicitação de transferência para outra escola por responsável legal que não tenha assinado o Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, o responsável que o assinou será comunicado do ato.

Art. 154 - A equipe da escola não fará a mediação entre responsáveis legais e não tomará partido em situações de conflito entre as partes, atuando única e exclusivamente na orientação da vida escolar do aluno.

Art. 155 - A escola se reserva o direito de não abrir turmas com número inferior ao previsto no edital do processo seletivo, desde que a situação seja analisada e decidida com antecedência mínima de 30 dias em relação à data prevista para início do próximo ano letivo.

Art. 156 - O cancelamento de turma está condicionado à notificação registrada a todos os responsáveis, no prazo estabelecido no Art. 155.

Art. 157 - Perderá a vaga o aluno que não atender à convocação para matrícula ou rematrícula no prazo fixado pela direção da escola.

Art. 158 - A escola se reserva o direito de não efetivar a matrícula ou rematrícula de alunos que apresentem incompatibilidade com o regime escolar da instituição, sua proposta pedagógica ou com quaisquer das cláusulas contratuais firmadas por ele ou seu responsável legal, no ato da assinatura do Requerimento de Matrícula/Rematrícula e do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais.

SEÇÃO I

Da Matrícula

Art. 159 - A matrícula nas escolas da Rede Sesi de Educação destina-se, prioritariamente, aos industriários e seus dependentes, mas está aberta também a toda a comunidade.

Art. 160 - A matrícula na Educação Infantil será permitida apenas quando atendidos os critérios de idade mínima estabelecidos neste Regimento.

Art. 161 - A matrícula para o 1º ano do Ensino Fundamental somente poderá ser efetuada se respeitados os critérios de idade mínima estabelecidos neste Regimento.

Art. 162 - Para os alunos ingressantes na Educação Infantil e no 1º ano do Ensino Fundamental, serão realizadas reuniões e encontros coordenados pela equipe pedagógica, com o objetivo de apresentar a estrutura de atendimento.

Art. 163 - Para o aluno ingressante na 1ª série do Ensino Médio, serão realizadas reuniões e encontros coordenados pela equipe pedagógica para que seja apresentada a estrutura de atendimento e as opções de Itinerários Formativos e Eletivos.

Art. 164 - No Ensino Médio – Itinerário Ômega, a matrícula de alunos novatos será aceita exclusivamente na 1ª série do Ensino Médio.

Art. 165 - A matrícula está condicionada à apresentação de algumas informações e dos documentos originais (suas respectivas cópias), conforme descrito abaixo:

- I. Para o aluno:
 - a) Certidão de Nascimento;
 - b) CPF;
 - c) Carteira de Identidade;
 - d) Certificado de Quitação Militar (para homens maiores de 18 anos);

- e) 1 (uma) foto 3X4 recente (a escola poderá optar por fotografar o aluno no ato da matrícula, desde que disponha de estrutura e informe ao responsável previamente);
 - f) Comprovante de residência atual com CEP (para pessoas maiores de 18 anos);
 - g) Cartão de Vacina, para alunos da Educação Infantil;
 - h) Carteira de Trabalho e Previdência Social, para aluno maior de idade, trabalhador da indústria (deve-se apresentar cópia das páginas com foto, qualificação civil e contrato de trabalho);
 - i) Endereço eletrônico;
 - j) Registro de Percurso Escolar, para alunos da Educação Infantil e 1º Ano do Ensino Fundamental;
 - k) Declaração de Transferência Escolar;
 - l) Histórico Escolar original do aluno.
- II. Para os responsáveis legais dos alunos com idade inferior a 18 anos:
 - a) CPF;
 - b) Carteira de Identidade ou outro documento oficial de identificação com foto que contenha todos os dados de identificação, inclusive a naturalidade;
 - c) Endereço eletrônico (e-mail);
 - d) Comprovante de residência atual, com CEP em nome de um dos responsáveis legais;
 - e) Carteira de Trabalho e Previdência Social, caso um ou os dois responsáveis sejam industriários (deve-se apresentar cópia das páginas com foto, qualificação civil e contrato de trabalho);
 - f) Cópia da Carta de Concessão de Aposentadoria (em caso de industriários aposentados).

Art. 165 - O aluno, se maior de idade, ou seu responsável legal tem o prazo de 30 (trinta) dias para entregar o histórico escolar, a contar da data de encerramento do ano letivo da escola de origem.

Art. 166 - São condições para o cancelamento da matrícula:

- I. apresentação de documentação inverídica, estando o responsável sujeito às sanções previstas em lei;
- II. descumprimento das obrigações previstas neste Regimento Escolar, no Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, no Edital do Processo de Admissão de Novos Alunos e/ou em lei, no decorrer do ano letivo em curso.

SEÇÃO II

Da Rematrícula

Art. 167 - A rematrícula está condicionada à apresentação de documentos originais e cópias, conforme descrito abaixo:

- I. 1 (uma) foto 3X4 recente, quando a rematrícula do aluno for referente ao nível de ensino subsequente ou em situações de demanda específica da escola;
- II. para os responsáveis legais e financeiros dos alunos, será solicitada a apresentação de documentação conforme incisos I e II do art. 165, respectivamente, se houver alteração nos dados constantes nesses documentos apresentados quando da matrícula inicial.

Art. 168 - Na matrícula, os dados cadastrais serão obrigatoriamente atualizados no Sistema de Gestão Escolar pela equipe da Secretaria Escolar, e os responsáveis deverão entregar os documentos pendentes, se houver.

Art. 169 - O processo de matrícula se inicia antes do término do ano letivo, conforme divulgação de cronograma nas escolas da Rede Sesi de Educação. O posicionamento do aluno no ano escolar seguinte estará vinculado ao seu resultado final, que será divulgado após o encerramento do período letivo em curso.

Parágrafo Único - Não será procedida a matrícula quando:

- I. o aluno apresentou o posicionamento de não acatar as disposições regimentais no ano letivo anterior;
- II. interesse e disposição em adequar sua conduta aos critérios disciplinares deste Regimento;
- III. a família e o aluno, mesmo após reiteradas tentativas de alinhamento feitas pela equipe da escola no decorrer do ano letivo anterior, mantiverem uma posição que configure oposição ou incompatibilidade com a proposta pedagógica da escola. Isso ocorre porque a crença e a plena compreensão de seus preceitos, por parte da família e do aluno, são condições essenciais para a execução da proposta, o que é fundamental para o sucesso escolar do aluno.

Art. 170 - A matrícula de aluno retido por duas vezes no mesmo ano escolar, na escola da Rede Sesi, está condicionada à decisão proferida pelo Conselho de Classe.

CAPÍTULO VIII

Da Oferta da Gratuidade

Art. 171 - A concessão de bolsas de gratuidade, que contemplam a matrícula e as mensalidades do ano letivo vigente, atende aos critérios estabelecidos no Regulamento do Serviço Social da Indústria, atualizado pelo Decreto nº 6.637, de 05 de novembro de 2008.

Art. 172 - Para as turmas ofertadas sob o regime de gratuidade será solicitado ao aluno ou a seu responsável legal, se menor, o preenchimento da autodeclaração de baixa renda.

Art. 173 - O aluno contemplado com o benefício de bolsa de gratuidade terá o benefício mantido nos anos letivos subsequentes até a conclusão da etapa de ensino, desde que:

- a) tenha frequência superior a 75% (setenta e cinco por cento) no ano letivo, salvo casos de infrequência decorrentes de situações previstas em legislação específica;
- b) tenha uma média global de rendimento superior a 60% (sessenta por cento);
- c) atenda aos critérios estabelecidos pela Resolução Sesi/CN0036/2014.

CAPÍTULO IX

Das Transferências

Art. 174 - As transferências serão efetuadas em qualquer época do ano, de acordo com este Regimento Escolar e o Contrato de Prestação de Serviços Educacionais.

Art. 175 - A escola da Rede Sesi de Educação receberá transferência de alunos, mediante solicitação formal do responsável legal, que será deferida pela equipe pedagógica da escola.

Art. 176 - Para subsidiar o deferimento, a equipe pedagógica agendará uma entrevista com o aluno e sua família.

Art. 177 - A existência de vagas não implica matrícula imediata do aluno, pois cabe à equipe pedagógica, em conjunto com a família, analisar o perfil do aluno em relação às características da turma na qual será inserido.

Parágrafo Único. Para a análise de transferência a ser recebida, serão considerados os critérios e a vigência do edital que respaldou o processo de admissão de novos alunos do ano letivo em curso.

Art. 178 - Os alunos provenientes de outras escolas da Rede Sesi de Educação de Minas Gerais terão prioridade para as vagas existentes, mediante encaminhamento da escola de origem, desde que isso ocorra antes da divulgação do edital de processo de admissão de novos alunos para o ano letivo seguinte.

Art. 179 - Após a divulgação do edital do processo de admissão de novos alunos, os estudantes provenientes de escolas da Rede Sesi de Minas Gerais estão sujeitos à disponibilidade de vagas para a realização da matrícula, considerando o atendimento prioritário aos aprovados e excedentes do respectivo processo.

Art. 180 - Em caso de deferimento de transferências de alunos da Rede Sesi de outros estados, solicitadas antes da publicação do edital do processo de admissão de novos alunos, caberá à equipe pedagógica organizar procedimentos para avaliação diagnóstica com o objetivo de estabelecer os critérios para ajustes pedagógicos necessários.

Art. 181 - Nos documentos de transferências recebidos para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, são imprescindíveis os seguintes registros:

- I. identificação da escola de origem, endereço, autorização de funcionamento ou reconhecimento, com citação do órgão e data da respectiva publicação;
- II. identificação completa do aluno;
- III. currículos dos anos e períodos em curso, até a data da transferência, com os seguintes dados:
 - a) desempenho e horas de trabalho escolar efetivas, ministradas por componente curricular, unidade curricular, área de conhecimentos, itinerários formativos ou conteúdo específico e número de faltas apuradas;
 - b) assinatura do Diretor/Gerente e do Secretário Escolar da escola de origem, com os respectivos números de registro e/ou autorização.

Art. 182 - Após análise do documento escolar, se for o caso, o aluno recebido por transferência será encaminhado ao ajustamento pedagógico.

Parágrafo Único - As notas registradas na Ficha Individual do Aluno (emitida pela escola de origem) serão aproveitadas, após a conversão, caso a distribuição de pontos adotada seja divergente da utilizada nas Escolas da Rede Sesi de Educação.

Art. 183 - Para fins de composição da vida escolar do aluno que iniciou o Ensino Médio em outra instituição de ensino, serão registradas a carga horária e a frequência dos Itinerários Formativos cursados dos anos escolares concluídos na escola de origem, independentemente da compatibilidade com os Itinerários Formativos aos quais se vinculará na escola de destino.

Art. 184 - Os alunos egressos de estudos realizados no exterior, recebidos por transferência, terão tratamento segundo normas emanadas do Conselho Estadual de Educação e em legislação federal específica.

Parágrafo Único. A reabertura da matrícula dos alunos do SESI que quiserem retornar após o período de estudos realizados no exterior dependerá da disponibilidade de vaga na série pleiteada, bem como da apresentação da documentação regulamentada de acordo com as normas orientadoras e com a legislação vigente.

Art. 185 - Quando o curso for realizado no todo ou em parte em escola de outro país, é devida análise e definição de procedimentos para adequação ao curso da escola de destino, cabendo a utilização do recurso pedagógico de classificação ou reclassificação previstos neste Regimento Escolar.

Art. 186 - Não serão recebidas transferências de alunos em regime de progressão parcial ou condicionados a estudos de recuperação, excetuando-se os casos em que o Conselho de Classe entender por cabível a utilização do recurso pedagógico de reclassificação, acompanhado de parecer favorável da Gerência de Educação Básica.

Art. 187 - Compete ao Diretor/Gerente da escola, juntamente com a equipe pedagógica e o Secretário Escolar, analisar cada caso, decidindo sobre a conveniência do deferimento da matrícula, considerando o período letivo, a necessidade de adaptação e os estudos já realizados pelo candidato.

Art. 188 - Por motivo disciplinar que ocasione situação de constrangimento, risco ou dano psicológico ou social que comprometa significativamente o desempenho escolar do aluno e de seus colegas, o Diretor/Gerente e, na sua ausência, a equipe pedagógica, convocarão reunião extraordinária de Conselho de Classe para fins de análise de transferência do aluno para outro turno ou para outra instituição de ensino, com a ciência do responsável legal, que será prontamente comunicado.

CAPÍTULO X

Da Frequência

Art. 189 - O controle de frequência na Educação Infantil tem por objetivo o registro da presença do aluno nas atividades escolares programadas, sendo observada a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total da carga horária prevista, conforme disposto em legislação vigente.

Parágrafo Único. O critério de frequência não representa impeditivo à continuidade da vida escolar da criança.

Art. 190 - O controle da frequência no Ensino Fundamental e no Ensino Médio tem por objetivo o registro da presença do aluno nas atividades escolares programadas, nas quais será exigido o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária prevista para aprovação em ano ou série escolar.

Parágrafo Único. A frequência às aulas e às demais atividades programadas pela escola é obrigatória.

Art. 191 - As faltas de alunos que se ausentarem em dias letivos, em função de situações de convocação para alistamento militar e afastamento por motivos de saúde, desde que apresentada a documentação comprobatória (declaração de prestação de serviço militar e atestado médico, respectivamente) serão justificadas para fins de não contabilização na apuração do resultado final.

Art. 192 - Cabe ao Professor fazer o controle da frequência do aluno:

- I. registrando sua presença ou sua ausência no diário de classe, diariamente, tendo o cuidado de verificar se a carga horária, o número de aulas e de dias letivos atendem aos dispositivos definidos pela Entidade Mantenedora, direção da escola, equipe pedagógica e pela legislação em vigor;
- II. informando à equipe pedagógica da escola sobre casos de infrequência, a partir da contabilização de 5 (cinco) faltas consecutivas, para que sejam verificadas as razões dessa ausência, realizados os contatos com os responsáveis e avaliada a necessidade de comunicar o fato ao Conselho Tutelar e a outros órgãos de apoio à Infância e Juventude, quando se tratar de alunos menores de idade.

Parágrafo Único. O registro indevido de frequência para alunos ausentes ou transferidos constitui falta grave, sujeitando o responsável à emissão de advertência, a ser encaminhada pela Superintendência Integrada de Pessoas e aplicada pelo Gerente da escola.

Art. 193 - Nas Choices (Anos Finais do Ensino Fundamental) e nas Eletivas (Itinerário Formativo no Ensino Médio), as atividades serão desenvolvidas por meio de EaD, e o cumprimento da carga horária será acompanhado por um Professor-tutor, responsável por motivar a participação, monitorar o engajamento do estudante, bem como a realização das atividades escolares estabelecidas nas plataformas que hospedarão essas unidades curriculares.

CAPÍTULO XI

Do Atendimento a Alunos em Situação Especial

Art. 194 - Tem direito ao atendimento especial, quando couber, o(a) aluno(a) regularmente matriculado(a):

- I. que for acometido(a) por doença que o(a) impeça de continuar frequentando as atividades escolares, amparado(a) pelo Decreto-Lei nº 1044 de 21/10/1969, desde que apresente laudo médico comprovando sua incapacidade temporária, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;
- II. convocado(a) para participar de audiências judiciais como testemunha, parte interessada ou jurado, devendo entregar a documentação comprobatória fornecida pelo órgão público responsável pela convocação;
- III. gestante ou mãe adotiva, amparada pelas Leis nº 6.202/75 e nº 10.421/02, desde que apresente documentação comprobatória;
- IV. convocado para o Serviço Militar, amparado pelo Decreto-Lei nº 715/69, desde que suas faltas se deem, comprovadamente, por obrigações ou circunstâncias decorrentes dessas condições.

Parágrafo Único. Opcionalmente, o(a) aluno(a) poderá retornar às atividades escolares durante o período de afastamento médico, mediante apresentação de novo atestado que o(a) libere para a realização dessas atividades.

Art. 195 - O aluno que se encontra em situações de faltas amparadas pelos dispositivos legais, que preveem o consentimento de atendimento especial, terá o seguinte tratamento:

- a) atendimento excepcional, realizando atividades domiciliares iguais ou equivalentes às previstas para a realização dos estudos, observando as matrizes curriculares;
- b) acesso às atividades avaliativas de aprendizagem e recuperação condizentes com suas necessidades.

Art. 196 - Os documentos de comprovação da situação especial em que se encontra o estudante, referentes ao atendimento, como atestados, termos, convocações judiciais, requerimentos, atividades realizadas em domicílio e avaliações, serão arquivados na Pasta Individual do Aluno, na Secretaria Escolar.

Art. 197 - As atividades avaliativas serão encaminhadas e orientadas por um representante da equipe pedagógica ou Professor, ao local onde o aluno se encontra, durante o período do afastamento médico.

Parágrafo Único. No caso de atividades avaliativas, será observado o mesmo padrão de controle e registro adotado para as demais estratégias avaliativas.

CAPÍTULO XII

Do Atendimento ao Público-alvo da Educação Especial

Art. 198 - Os alunos com deficiência e os com altas habilidades são matriculados nas classes comuns do ensino regular, com o objetivo de promover o pleno desenvolvimento de suas potencialidades cognitivas e integrá-los ao convívio social.

Art. 199 - O atendimento é realizado de acordo com as necessidades e características de cada aluno, respeitando os princípios e diretrizes da educação inclusiva, as condições físicas da escola e o perfil do aluno.

Art. 200 - Por meio de análises individualizadas, em conjunto com os responsáveis, a equipe pedagógica estabelece ações e estratégias de apoio aos alunos com deficiência, e realiza reuniões periódicas para acompanhar o desenvolvimento do aluno e avaliar as adequações necessárias ao longo do processo educativo.

Art. 201 - Os laudos médicos dos alunos com deficiência serão mantidos de forma restrita na Pasta Individual do Aluno, sob a responsabilidade do Secretário Escolar, que deverá assegurar o sigilo e a proteção dessas informações, garantindo o acesso restrito apenas a profissionais autorizados.

Art. 201 - Cabe à família do aluno com deficiência providenciar o acompanhamento de profissionais especializados para o atendimento extraescolar, quando necessário, e, ainda, apoiar a participação do aluno em atividades complementares ofertadas pela Escola Sesi.

Art. 202 - As estratégias pedagógicas específicas para o atendimento aos alunos com deficiência, incluindo a adaptação de instrumentos avaliativos, ajustes no planejamento e no percurso escolar, são definidas no Conselho de Classe ou pela equipe pedagógica, em consonância com as necessidades de cada aluno.

Art. 203 - A avaliação do aluno com deficiência é realizada de forma contínua e individualizada, respeitando suas necessidades educacionais específicas, sendo utilizadas formas alternativas de avaliação, considerando as adaptações necessárias, para garantir que ele seja avaliado de acordo com seu processo de aprendizagem e com a progressão escolar sendo ajustada conforme o ritmo e as condições de cada estudante.

Art. 204 - Para cada aluno com deficiência que necessite de adaptações com impacto pedagógico, será elaborado um **Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)**, contendo as adaptações curriculares, as estratégias pedagógicas e os objetivos de aprendizagem a serem alcançados. O PDI será revisto periodicamente pela equipe pedagógica e docente, em parceria com a família, para ajustar as abordagens e garantir o sucesso educacional do aluno com deficiência.

Parágrafo Único. Para a implementação das estratégias, a equipe pedagógica desenvolverá um planejamento individualizado, com adequações pedagógicas necessárias ou adaptações razoáveis para garantir a acessibilidade e o pleno aprendizado do aluno.

TÍTULO VI

Da Organização Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos

CAPÍTULO I

Do Currículo

Art. 205 - O currículo compreende os conteúdos específicos, selecionados segundo seus fins, e todas as atividades sistematicamente organizadas, realizadas na escola e fora dela, sob a forma de trabalho individual ou coletivo, em todas as áreas do conhecimento e as vivências, com vistas à formação integral do educando, ao aprimoramento de suas habilidades e ao seu desenvolvimento nos aspectos pessoal e social.

Art. 206 - A organização curricular do Projeto Inovador de Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental, Anos Finais, e Ensino Médio (Nova EJA) –, a distância é estruturada por áreas de conhecimento, de acordo com a BNCC e demais dispositivos previstos na legislação vigente:

- I. Linguagens (envolvendo os conhecimentos de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Arte e Educação Física);
- II. Matemática;
- III. Médio, e Ciências, para o Ensino Fundamental, Anos Finais);
- IV. Ciências Humanas (envolvendo os conhecimentos de História e Geografia, para o Ensino Fundamental e Ensino Médio, e Filosofia e Sociologia, apenas para o Ensino Médio).

Art. 207 - A EJA Profissionalizante, a distância, é a oferta do Projeto Inovador de Educação de Jovens e Adultos Ensino Médio (Nova EJA) ministrado pelo SESI DR-MG, concomitantemente com um curso de qualificação profissional, ofertado pelo SENAI DR-MG.

CAPÍTULO II

Do Reconhecimento de Saberes

Art. 208 - A Metodologia de Reconhecimentos de Saberes (MRS) tem como objetivo reconhecer os conhecimentos adquiridos previamente pelos alunos em processos formais, não formais e informais de educação e nas experiências de vida e trabalho.

Art. 209 - A MRS é ofertada a todos os alunos do Projeto Inovador de Educação de Jovens e Adultos – Nova EJA e EJA Profissionalizante –, antes do início do curso, com atividades presenciais programadas, com carga horária extracurricular diária de 4 horas-aula, desenvolvida por meio da utilização do Portal Sesi Educação.

Art. 210 - A MRS está estruturada nas seguintes etapas:

- I. Acolhimento: etapa na qual é apresentada ao aluno a metodologia e as etapas do processo;
- II. Reconhecimento de Competências: etapa que consiste na identificação pessoal das competências desenvolvidas pelos alunos ao longo da vida, recorrendo-se a um conjunto de estratégias, como preenchimento de formulários específicos disponibilizados no Portal Sesi Educação, entrevistas, atividades, demonstrações etc.;
- III. Validação de Competências: etapa que consiste na análise, por área de conhecimento, dos saberes identificados pelos alunos na etapa anterior, culminando no Conselho de Classe do Reconhecimento de Saberes;
- IV. Certificação: é o objetivo final da MRS, no qual, por meio das competências validadas pelo Conselho de Classe do Reconhecimento de Saberes, os alunos são certificados como Parcial ou Total.

Art. 211 - A Certificação Parcial ocorre no caso em que as competências validadas por área de conhecimento não são suficientes para a certificação final na etapa de ensino pretendida (Ensino Fundamental, Anos Finais, ou Ensino Médio).

Art. 212 - A Certificação Total ocorre no caso em que as competências validadas são consideradas suficientes para a conclusão do nível de ensino (Ensino Fundamental, Anos Finais, ou Ensino Médio).

Art. 213 - Para a competência ou competências nas quais o aluno apresente domínio, será atribuído o resultado “Competência Certificada”, ao final do processo da MRS.

Art. 214 - Para as competências não certificadas por meio da MRS, constará, para fins de registro, a observação de que elas ainda necessitam de desenvolvimento pelo aluno e, nesse caso, ele será encaminhado para as aulas do Projeto Inovador de Educação de Jovens e Adultos – Nova EJA ou EJA Profissionalizante, de acordo com a disponibilidade de turmas da unidade escolar.

CAPÍTULO III

Do Regime Escolar

SEÇÃO I**Do Período Letivo**

Art. 215 - A carga horária do Projeto Inovador de Educação de Jovens e Adultos (Nova EJA e EJA Profissionalizante), para o Ensino Fundamental, Anos Finais, e o Ensino Médio é de 1.200 (mil e duzentas) horas e obedece à seguinte distribuição:

- I. 80% (oitenta por cento) será ofertada a distância;
- II. 20% (vinte por cento) será de forma presencial.

Art. 216 - A carga horária do curso está distribuída em 18 (dezoito) meses, organizado em 03 (três) períodos com cerca de 06 (seis) meses de duração.

Art. 217 - O curso é organizado em etapas presenciais e on-line, com processo de avaliação processual, incluindo estratégias de recuperação organizadas em atividades complementares.

Art. 218 - As aulas presenciais são organizadas em 01 (um) encontro presencial semanal, com carga horária diária de 04 (quatro) aulas de 50 (cinquenta) minutos cada.

SEÇÃO II**Do Calendário Escolar**

Art. 219 - A Gerência de Educação Básica elabora e disponibiliza para as escolas o calendário escolar de referência, com previsão de dias letivos e escolares, recessos e feriados nacionais e municipais, férias escolares, início e término do ano e de semestres letivos, além de datas das atividades internas que tenham implicação direta no processo educativo.

Parágrafo Único - Os dias letivos se caracterizam pela execução de atividades escolares vinculadas ao currículo, destinadas a todos os alunos da turma, ministradas por um Professor, desenvolvidas em sala de aula ou em outros ambientes que propiciem e estimulem o aprendizado, com cômputo de frequência, organizados no calendário oficial da escola.

Art. 220 - No calendário escolar de cada escola, devem conter a organização específica relacionada aos eventos escolares, o período de atividades complementares e os demais aspectos regionais, imprescindíveis à estruturação do curso, garantindo a execução do número mínimo de dias letivos previstos na matriz.

Art. 221 - O Secretário Escolar e o Pedagogo farão a conferência do calendário escolar, observando os feriados municipais, os dias letivos descritos e os demais itens previstos na legislação vigente.

§ 1º - A Escola encaminhará o calendário, para validação, ao Núcleo Pedagógico e ao Núcleo de Regulamentação da Gerência de Educação Básica, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a contar da data prevista para início da turma.

§ 2º - O calendário escolar validado será protocolado na Superintendência Regional de Ensino pelo Secretário Escolar, preferencialmente após a análise e o visto do Inspetor Escolar.

§ 3º - Cabe ao Gerente, à equipe pedagógica e ao Secretário Escolar, a divulgação do calendário escolar para toda a comunidade escolar.

Parágrafo Único. Se houver necessidade de alterações no calendário escolar, antes ou após o início da turma, a escola deverá contatar as equipes do Núcleo Pedagógico e do Núcleo de Regulamentação Escolar da Gerência de Educação Básica.

Art. 223 - As alterações procedidas em calendários escolares implicam em novo protocolo junto à Superintendência Regional de Ensino, por meio de novo calendário alterado ou por meio de ofício com a indicação das alterações.

Art. 224 - Cabe à Equipe Pedagógica e ao Secretário Escolar a análise de necessidade de alteração de dias e horários de aulas assim como de reposição de aulas, para cumprimento da carga horária prevista na matriz curricular.

CAPÍTULO IV

Das Formas de Ingresso de Alunos

Art. 225 - Os candidatos à EJA não serão submetidos a processo de admissão de novos alunos nem a outra modalidade de processo seletivo, sendo direcionados para os procedimentos de matrícula, conforme a demanda.

CAPÍTULO V

Da Matrícula

Art. 226 - Em hipótese alguma será recusada a matrícula nas escolas, nem se dará tratamento diferenciado ou discriminatório aos candidatos e alunos por motivo de convicção religiosa, filosófica, política ou por qualquer preconceito de raça, condição de saúde, cor ou sexo.

Parágrafo Único - A escola SESI é caracterizada como laica, ou seja, constrói sua proposta com base em correntes pedagógicas, respeitando a diversidade religiosa e não priorizando nenhuma doutrina específica.

Art. 227 - Serão matriculados os alunos que atendam aos critérios estabelecidos abaixo:

- I. 15 (quinze) anos completos e comprovação de conhecimentos equivalentes aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, para matrícula no Ensino Fundamental – Anos Finais.
- II. 18 (dezoito) anos completos e comprovação de conhecimentos equivalentes ao Ensino Fundamental – Anos Finais – para matrícula no Ensino Médio.

Art. 228 - A matrícula em escolas da Rede SESI é feita obrigatoriamente pelo aluno, se maior de idade, ou pelos responsáveis legais, no caso de alunos com idade inferior a 18 anos.

Art. 229 - Os responsáveis que possuem termo de guarda, tutela, curatela ou ainda decisões judiciais que definem condições para a conduta dos pais em relação ao filho devem apresentar o documento original e uma cópia para arquivo na Pasta do Aluno, no ato da matrícula, ou imediatamente, se ocorrer a formalização da situação condicionante, no decorrer do curso.

Art. 230 - Na ausência de decisão judicial que defina restrições, a equipe da escola não se oporá à participação de responsável legal nas reuniões e eventos da escola, à retirada do aluno ao final do horário de aula, ao acesso às informações referentes à vida escolar do aluno, à solicitação de declarações e outros documentos escolares e ainda, à solicitação de transferência para outro estabelecimento de ensino.

Art. 231 - Para alunos cujo processo de adoção encontra-se em tramitação, será solicitada a cópia e original da certidão de nascimento e do termo de guarda provisória original, cabendo ao responsável apresentar, imediatamente, a certidão de nascimento definitiva, quando esta for expedida.

Art. 231 - A matrícula de alunos cuja situação de guarda esteja indefinida, na ausência de localização dos pais biológicos, será permitida mediante a apresentação de um documento que comprove a responsabilidade provisória de um parente consanguíneo ou de uma pessoa maior de idade, sem vínculo de parentesco. Esse documento deverá ser emitido pelo Conselho Tutelar ou por outro órgão competente.

Art. 232 - O processo de matrícula será planejado e coordenado pelo Secretário Escolar da escola-sede, em alinhamento com o Gerente e a equipe pedagógica dessa mesma escola, com apoio e participação da equipe pedagógica e do Secretário Escolar da escola-polo, se for o caso.

Parágrafo Único. A matrícula será realizada com antecedência mínima de 10 (dez) dias em relação ao início do processo de reconhecimento de saberes ou do curso.

Art. 233 - A matrícula está condicionada à apresentação de documentos originais e cópias, conforme descrito abaixo:

I. Para o aluno:

- a)** Certidão de nascimento ou de casamento;
- b)** CPF;
- c)** Carteira de Identidade ou outro documento oficial de identificação com foto que contenha todos os dados de identificação, inclusive a naturalidade;
- d)** Certificado de Quitação Militar, (para homens maiores de 18 anos);
- e)** Comprovante de residência atual com CEP (para pessoas maiores de 18 anos);
- f)** Carteira de Trabalho e Previdência Social, para aluno maior de idade, trabalhador da indústria (deve-se apresentar cópia das páginas com foto, qualificação civil e contrato de trabalho);
- g)** Endereço eletrônico;
- h)** Declaração de Transferência Escolar, se for o caso;
- i)** Histórico Escolar original do aluno.

II. Para os responsáveis legais dos alunos com idade inferior a 18 anos:

- a)** CPF;
- b)** Carteira de Identidade ou outro documento oficial de identificação com foto que contenha todos os dados de identificação, inclusive a naturalidade;

- c) Endereço eletrônico (e-mail);
- d) Comprovante de residência atual, com CEP em nome de um dos responsáveis legais;
- e) Carteira de Trabalho e Previdência Social, caso um ou os dois responsáveis sejam industriários (deve-se apresentar cópia das páginas com foto, qualificação civil e contrato de trabalho);
- f) Cópia da Carta de Concessão de Aposentadoria (em caso de industriários aposentados).

Parágrafo Único. Outros documentos poderão ser solicitados no ato da matrícula, se constatada a necessidade para fins de atendimento às determinações e critérios específicos de programas ou projetos estabelecidos por meio de convênios ou contratos com empresas/indústrias.

Art. 234 - A efetivação da matrícula está vinculada obrigatoriamente à apresentação de toda a documentação solicitada e à assinatura do Requerimento de Matrícula e do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais.

Art. 235 - Em caso de turmas com alunos pagantes, devidamente autorizadas pela GEB, a matrícula será efetivada após a quitação da parcela devida, apresentação dos documentos solicitados, assinatura do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais e assinatura do Requerimento de Matrícula e demais critérios estabelecidos neste Regimento.

Art. 236 - A escola se reserva o direito de não abrir turmas com número inferior a 35 alunos.

Art. 237 - O cancelamento de turma está condicionado à notificação registrada a todos os alunos e aos responsáveis, no caso de alunos menores de idade.

Art. 238 - Perderá a vaga o aluno que não atender à convocação para matrícula no prazo fixado pela direção da escola.

Art. 239 - O aluno, se maior de idade, ou seu responsável legal tem o prazo de 30 (trinta) dias para entregar o Certificado de Conclusão de Série e Histórico Escolar, a contar da data da matrícula, podendo ser aceita Declaração Provisória de Conclusão de Série/Ano Escolar ou Etapa, expedida pela escola de origem, com identificação da escola, de seu ato autorizativo e assinatura do Secretário Escolar ou Gerente.

Art. 240 - São condições para o cancelamento da matrícula:

- I. apresentação de documentação inverídica, estando o responsável sujeito às sanções previstas em lei;
- II. descumprimento das obrigações previstas neste Regimento Escolar, no Contrato de Prestação de Serviços Educacionais e/ou em lei, no decorrer do ano letivo em curso.

Art. 241 - A etapa de rematrícula não se aplica aos cursos da EJA.

CAPÍTULO VI

Da Oferta da Gratuidade

Art. 242 - A concessão de bolsas de gratuidade, que contempla a matrícula e as mensalidades do curso, atende aos critérios estabelecidos no Regulamento do Serviço Social da Indústria – atualizado pelo Decreto nº 6.637, de 05 de novembro de 2008.

Art. 243 - Para as turmas ofertadas sob o regime de gratuidade será solicitado ao aluno ou a seu responsável legal, se menor de idade, o preenchimento da autodeclaração de baixa renda.

CAPÍTULO VII

Das Transferências

Art. 244 - A transferência de alunos entre turmas de EJA de um mesmo curso se dará mediante prévio alinhamento com os alunos, considerando a disponibilidade de vagas.

§1º - A transferência entre turmas ocorrerá somente se a matriz curricular aplicada na turma de origem corresponder à mesma matriz aplicada na turma de destino.

§2º - Alunos que estiverem cursando uma área de conhecimento não poderão ser transferidos até que concluam essa etapa, ou seja, a transferência poderá ser solicitada somente após a conclusão dos estudos relacionados à área, permitindo que o restante do curso seja finalizado em outra turma.

§3º - A transferência de alunos será realizada em atendimento a uma demanda devidamente justificada pela empresa/indústria que estabeleceu relação contratual com a escola, dentro dos critérios estabelecidos neste Regimento Escolar.

§4º Serão transferidos alunos das turmas que tiverem o número inferior a 20 (vinte) pessoas, caso haja turma de destino com características compatíveis com as da turma de origem, mediante parecer da GEB.

Art. 245 - Por motivo disciplinar que ocasione situação de constrangimento, risco ou dano psicológico ou social que comprometa significativamente o desempenho escolar do aluno e de seus colegas, o Diretor/Gerente e, na sua ausência, a equipe pedagógica, determinará reunião extraordinária de Conselho de Classe, para fins de análise de manutenção da matrícula do aluno na Escola SESI.

CAPÍTULO VIII

Da Frequência

Art. 246 - O controle da frequência tem por objetivo o registro da presença do aluno nas atividades escolares programadas, nas quais será exigido 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária prevista nos momentos presencias de cada área de conhecimento.

Art. 247 - Cabe ao Professor fazer o controle da frequência do aluno, registrando semanalmente sua presença ou ausência no diário de classe (disponível eletronicamente) e, ainda, nos diários impressos.

Parágrafo Único. O registro indevido de frequência para alunos ausentes ou transferidos constitui falta grave, condicionada à emissão de advertência encaminhada pela Superintendência Integrada de Pessoas, aplicada pelo Gerente da escola.

Art. 248 - O Professor informará à equipe pedagógica da escola os casos de infrequência referentes a aulas presenciais a partir da contabilização de 01 (uma) falta, para que seja providenciada a verificação dos motivos da ausência do aluno.

Art. 249 - Será considerado evadido o aluno que se afastar das atividades escolares sem comunicar a equipe pedagógica da escola e que não atender aos contatos efetuados por essa equipe.

Art. 250 - O registro referente à evasão escolar será realizado pela equipe da secretaria escolar, mediante recebimento de comunicado formal da equipe pedagógica sobre a desistência ou o abandono do curso pelo aluno.

Art. 251 - A equipe pedagógica manterá, juntamente com a documentação da turma, os registros que evidenciam o monitoramento da evasão.

Art. 252 - A permanência de alunos matriculados em turmas de EJA cujas aulas são realizadas nas dependências da indústria estará condicionada à autorização da própria empresa, caso o aluno seja desligado desta.

Parágrafo Único. Na ausência de autorização por parte da empresa, a equipe da escola deverá transferir o aluno para outra turma com aulas presenciais realizadas na Escola Sesi ou outros locais, desde que haja compatibilidade com seu percurso escolar. Caso isso não seja viável, será realizada a desvinculação do aluno do curso.

CAPÍTULO IX

Do Atendimento a Alunos em Situação Especial

Art. 253 - Tem direito ao atendimento especial, quando couber, o(a) aluno(a) regularmente matriculado(a):

- I. que for acometido(a) por doença que o(a) impeça de continuar frequentando as atividades escolares, amparado pelo Decreto-Lei nº 1044 de 21/10/1969, desde que apresente laudo médico comprovando sua incapacidade temporária, no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos;
- II. convocado(a) para participar de audiências judiciais como testemunha, parte interessada ou jurado, devendo o(a) aluno(a) entregar a documentação comprobatória fornecida pelo órgão público responsável pela convocação;
- III. gestante ou mãe adotiva, amparada pela Lei nº 6.202/75 e Lei nº 10.421/02, desde que apresente documentação comprobatória;
- IV. convocados para o Serviço Militar amparados pelo Decreto-Lei nº 715/69, desde que suas faltas se deem, comprovadamente, por obrigações ou circunstâncias decorrentes dessas condições.

Parágrafo Único. Opcionalmente, o(a) aluno(a) poderá retornar às atividades escolares durante o período de afastamento médico, mediante apresentação de novo atestado que o(a) libere para a realização dessas atividades.

Art. 254 - O aluno que se encontra em situações de faltas amparadas pelos dispositivos legais, que preveem o consentimento de atendimento especial, terá o seguinte tratamento:

- a) atendimento excepcional, realizando atividades domiciliares iguais ou equivalentes às previstas para a realização dos estudos, observando as matrizes curriculares;
- b) disponibilização do Ambiente Virtual de Aprendizagens (AVA), para o acesso e utilização do aluno durante todo o período;
- c) acesso às atividades avaliativas de aprendizagem e de recuperação condizentes com as suas necessidades.

Art. 255 - Os documentos de comprovação da situação especial em que se encontra o estudante, referentes ao atendimento, como atestados, termos, convocações judiciais, requerimentos, atividades realizadas em domicílio e avaliações, serão arquivados na Pasta Individual do Aluno, na Secretaria Escolar.

Art. 256 - As atividades avaliativas serão encaminhadas e orientadas por um representante da equipe pedagógica ou Professor, no local onde o aluno se encontra, no decorrer do período do afastamento médico.

Parágrafo Único. Em caso de atividades avaliativas, será observado o mesmo padrão de controle e registro adotado para as demais estratégias avaliativas.

CAPÍTULO X

Do Atendimento ao Público-alvo da Educação Especial

Art. 257 - Os alunos com deficiência e os com altas habilidades são matriculados nas classes comuns do ensino regular, com o objetivo de promover o pleno desenvolvimento de suas potencialidades cognitivas e integrá-los ao convívio social.

Art. 258 - O atendimento é realizado de acordo com as necessidades e características de cada aluno, respeitando os princípios e diretrizes da educação inclusiva, as condições físicas da escola e o perfil do aluno.

Art. 259 - Por meio de análises individualizadas, em conjunto com os responsáveis, a equipe pedagógica estabelece ações e estratégias de apoio aos alunos com deficiência, e realiza reuniões periódicas para acompanhar o desenvolvimento do aluno e avaliar as adequações necessárias ao longo do processo educativo.

Art. 260 - Os laudos médicos dos alunos com deficiência serão mantidos de forma restrita na Pasta Individual do Aluno, sob a responsabilidade do Secretário Escolar e da equipe pedagógica, que deverão assegurar o sigilo e a proteção dessas informações, garantindo o acesso restrito apenas a profissionais autorizados.

Art. 261 - Cabe à família do aluno com deficiência providenciar o acompanhamento de profissionais especializados para o atendimento extraescolar, quando necessário.

Art. 262 - As estratégias pedagógicas específicas para o atendimento aos alunos com deficiência, incluindo a adaptação de instrumentos avaliativos, ajustes no planejamento e no percurso escolar, são definidas em Conselho de Classe ou pela equipe pedagógica, em consonância com as necessidades de cada aluno.

Art. 263 - A avaliação do aluno com deficiência é realizada de forma contínua e individualizada, respeitando suas necessidades educacionais específicas, sendo utilizadas formas alternativas de avaliação, considerando as adaptações necessárias, para garantir que o aluno seja avaliado de acordo com seu processo de aprendizagem e com a progressão escolar sendo ajustada conforme o ritmo e as condições de cada aluno.

Art. 264 - Para cada aluno com deficiência que necessite de adaptações com impacto pedagógico, será elaborado um **Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)**, contendo as adaptações curriculares, as estratégias pedagógicas e os objetivos de aprendizagem a serem alcançados. O PDI será revisto periodicamente para ajustar as abordagens e garantir o sucesso educacional do aluno com deficiência.

Parágrafo Único. Para a implementação das estratégias, a equipe pedagógica desenvolverá um planejamento individualizado, com adequações pedagógicas necessárias ou adaptações razoáveis para garantir a acessibilidade e o pleno aprendizado do aluno.

TÍTULO VII

Da Avaliação da Aprendizagem na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio

CAPÍTULO I

Da Avaliação Escolar

Art. 265 - A avaliação do rendimento escolar é parte relevante do processo educativo e será contínua, processual, cumulativa, diagnóstica e formativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas.

§1º - No Ensino Fundamental e no Ensino Médio, o arredondamento será feito apenas na nota final, após somatório das notas de todas as etapas em cada componente curricular.

§2º - As notas com valor decimal maior ou igual a 0,5 elevam-se para o valor inteiro imediatamente superior e, para notas com valor decimal menor ou igual a 0,4, considera-se o valor inteiro imediatamente inferior.

Art. 266 - A solicitação de revisão de provas deve ser formalizada na secretaria escolar, pelo responsável pelo aluno, dentro do prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a divulgação dos resultados, sendo analisada pela equipe pedagógica.

SEÇÃO I

Da Avaliação na Educação Infantil

Art. 267 - Na Educação Infantil, a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registros do desenvolvimento do aluno, sem o objetivo de promoção, inclusive para o acesso ao Ensino Fundamental. Para isso, é utilizado o Relatório de Avaliação Individual, documento que será apresentado aos pais ou responsáveis, periodicamente, ficando uma cópia arquivada na secretaria escolar, ao final do ano letivo.

Art. 268 - O Relatório de Avaliação Individual, que diz respeito ao desenvolvimento e à aprendizagem dos estudantes, considerando-se os aspectos socioafetivos, cognitivos, perceptivo-motores e procedimentais, é preenchido pelo professor, conforme legenda a seguir:

- I. ND – Não Desenvolvido;
- II. ED – Em Desenvolvimento;
- III. DS – Desenvolvimento Satisfatório;
- IV. MS – Desenvolvimento Muito Satisfatório;
- V. TD – Totalmente Desenvolvido.

Parágrafo Único. Na Educação Infantil, não haverá atribuição de nota.

SEÇÃO II

Da Avaliação no Ensino Fundamental

Art. 269 - O processo avaliativo do 1º ano do Ensino Fundamental ocorre em 03 (três) etapas ao longo do ano letivo, com início e término fixados no calendário escolar, conforme o fluxo dos conteúdos programáticos nos diversos componentes curriculares.

Art. 270 - Cada etapa letiva terá caráter qualitativo, cujo registro constará no Relatório de Avaliação Individual, que diz respeito ao desenvolvimento e à aprendizagem dos estudantes, considerando-se os aspectos socioafetivos, cognitivos, perceptivo-motores e procedimentais, é preenchido pelo professor a cada etapa letiva, conforme legenda a seguir:

- I. ND – Não Desenvolvido;
- II. ED – Em Desenvolvimento;
- III. DS – Desenvolvimento Satisfatório;
- IV. MS – Desenvolvimento Muito Satisfatório;
- V. TD – Totalmente Desenvolvido.

Parágrafo Único. No 1º Ano do Ensino Fundamental, não haverá atribuição de nota.

Art. 271 - O processo avaliativo do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental ocorre em 03 (três) etapas ao longo do ano letivo, com início e término fixados no calendário escolar, conforme o fluxo dos conteúdos programáticos nos diversos componentes curriculares, com a seguinte distribuição de pontos:

- I. 1ª etapa: 30 pontos;
- II. 2ª etapa: 35 pontos;
- III. 3ª etapa: 35 pontos.

Art. 272 - A pontuação é distribuída em processos avaliativos somativos, formativos, autoavaliação, avaliação on-line, rubricas, portfólios, debates, seminários, atividades e experimentações desenvolvidas em laboratórios, relatórios e trabalhos interdisciplinares, entre outros.

Art. 273 - Às Choices não serão atribuídos percentuais mínimos de frequência, e a avaliação será feita pelo Professor-tutor de forma qualitativa, expressa por meio dos seguintes conceitos:

- I. ET - Engajamento Total;
- II. ES - Engajamento Satisfatório;
- III. EP - Engajamento Parcial;
- IV. AE - Ausência de Engajamento.

SEÇÃO III

Da Avaliação no Ensino Médio – Itinerários Alfa, Beta e Gama

Art. 274 - O processo avaliativo, no Ensino Médio, ocorre em 03 (três) etapas ao longo do ano letivo, com início e término fixados no calendário escolar, conforme o fluxo dos conteúdos programáticos nos diversos componentes curriculares, com a seguinte distribuição de pontos:

- I. 1ª etapa: 30 pontos;
- II. 2ª etapa: 35 pontos;
- III. 3ª etapa: 35 pontos.

Art. 275 - A pontuação é distribuída em processos avaliativos somativos, formativos, autoavaliação, avaliação on-line, rubricas, portfólios, debates, seminários, atividades e experimentações desenvolvidas em laboratórios, relatórios e trabalhos interdisciplinares, entre outros.

Art. 276 - O processo avaliativo dos componentes curriculares da Formação Geral Básica, obedecerá exclusivamente aos critérios definidos no Art. 274.

Art. 277 - O processo avaliativo dos Itinerários Formativos, excetuando-se os componentes curriculares Projeto de Vida e Eletivas, segue a distribuição de pontos estabelecida no Art. 274, porém a cada etapa letiva uma nota vai representar o aproveitamento do aluno no Itinerário (Resultado Unificado) e vai ser expressa pela média das notas das unidades curriculares.

Art. 278 - No Projeto de Vida, o desenvolvimento e a trajetória dos alunos são avaliados de forma qualitativa, considerando-se o engajamento, a postura adotada pelo aluno ao longo das aulas, a assiduidade, a interação e a participação nas atividades propostas pelo Professor, bem como as entregas realizadas.

Art. 279 - Nas Eletivas, o desenvolvimento e a trajetória dos alunos são avaliados de forma qualitativa, e a avaliação acontece com base no engajamento do aluno e no Relatório de Desenvolvimento elaborado por ele.

Art. 280 - No Projeto de Vida e nas Eletivas, a avaliação será expressa por meio dos seguintes conceitos:

- I. ET - Engajamento Total;

- II. ES - Engajamento Satisfatório;
- III. EP - Engajamento Parcial;
- IV. AE - Ausência de Engajamento.

SEÇÃO IV

Da Avaliação no Ensino Médio – Itinerário Ômega

Art. 281 - O processo avaliativo dos componentes curriculares da Formação Geral Básica obedecerá exclusivamente aos critérios definidos no Art. 274.

Art. 282 - O processo avaliativo dos componentes do arranjo curricular “Tá Ligado! Inovações Tecnológicas e Fontes de Energia”, segue a distribuição de pontos estabelecida no Art. 274, porém a cada etapa letiva, uma nota vai representar o aproveitamento do aluno nesse arranjo curricular (Resultado Unificado) e vai ser expressa pela média das notas das unidades curriculares.

Art. 283 - Nas Eletivas, o desenvolvimento e a trajetória dos alunos são avaliados de forma qualitativa, e a avaliação acontece com base no engajamento do aluno e no Relatório de Desenvolvimento elaborado por ele.

Art. 284 - Nas Eletivas, a avaliação será expressa por meio dos seguintes conceitos:

- I. ET - Engajamento Total;
- II. ES - Engajamento Satisfatório;
- III. EP - Engajamento Parcial;
- IV. AE - Ausência de Engajamento.

Art. 285 - O Projeto de Vida será desenvolvido pela instituição parceira (SENAI), dentro da programação da formação técnica profissional.

Art. 286 - As avaliações da formação técnica profissional desenvolvidas nos módulos Integrador e Específico pela instituição parceira (SENAI) são organizadas em processo contínuo de obtenção de informações, análise e interpretação da ação educativa que subsidiam a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, ao longo do desenvolvimento de cada unidade curricular, pautada pela avaliação do domínio de competências profissionais do aluno.

Art. 287 - As avaliações compreendem as funções diagnóstica, formativa e somativa:

- I. Diagnóstica: realizada no início do processo educativo, com o objetivo de identificar as condições gerais de aprendizagem, assim como as competências que o aluno possui, orientando o planejamento pedagógico;
- II. Formativa: realizada continuamente durante o processo educativo, em coerência com a concepção de aprendizagem como um processo de apropriações e construções permanentes, tendo como objetivos:

- a) verificar os avanços e as necessidades do aluno no processo de desenvolvimento das competências, a fim de orientá-lo na melhoria de seu desempenho;
 - b) possibilitar aos alunos a tomada de consciência de seus avanços e necessidades, visando ao seu envolvimento no processo de aprendizagem.
- III. Somativa: realizada ao final de cada processo de ensino e aprendizagem, destinada à verificação das competências desenvolvidas pelo aluno, subsidiando as decisões de aprovação e/ou de certificação de estudos.

Parágrafo Único – As estratégias de avaliação são desenvolvidas pelo instrutor de Formação Profissional, que tem autonomia para escolher as mais adequadas ao processo de ensino e aprendizagem, conforme a Metodologia SENAI de Educação Profissional, definida em seu Projeto Político Pedagógico, nas normas institucionais e na legislação em vigor, respeitando as características da Matriz Curricular/Plano de Curso.

Art. 288 - Os resultados da avaliação ou da verificação da aprendizagem devem subsidiar a revisão da prática docente, do desenvolvimento curricular, dos ambientes de aprendizagem, das metodologias, das formas de capacitação dos Professores, da recuperação paralela e de outros recursos.

Art. 289 - Para efeito de transcrição nos registros escolares, a avaliação ou a verificação do aproveitamento dos alunos em cada unidade curricular do curso de formação técnica profissional ocorre em forma de notas, traduzida numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

Art. 290 - A nota deve refletir o alcance das competências profissionais adquiridas pelo aluno em consonância com o plano de curso.

Art. 291 - Caberá ao Instrutor de Formação Profissional definir a avaliação final do processo formativo, a ser aplicada ao final de cada módulo/período letivo, exceto no último módulo.

§1º - A Avaliação Final do Processo Formativo tem como objetivo averiguar o atingimento de todas as capacidades essenciais desenvolvidas no módulo/período letivo.

§2º - Serão distribuídos 80 (oitenta) pontos durante a realização de cada unidade curricular e, ao final do módulo/período letivo, serão distribuídos 20 (vinte) pontos na Avaliação Final do Processo Formativo.

§ 3º - Os resultados traduzidos em pontos alcançados na Avaliação Final do Processo Formativo serão acrescidos aos resultados de cada unidade curricular, exceto na Unidade Curricular Projeto de Inovação.

SEÇÃO V

Da Avaliação em Segunda Chamada

Art. 292 - Terá direito à avaliação de segunda chamada o aluno que apresentar, no prazo de 48 horas, documentação comprobatória que justifique sua ausência, mediante formalização do pedido, por meio de requerimento padrão disponível na secretaria escolar, cabendo à equipe pedagógica a validação do recurso.

§1º - Os motivos abaixo serão considerados como justificativa para aplicação da avaliação em segunda chamada:

- a) luto, no prazo previsto em lei;

- b) convocação oficial;
- c) quando em atividades militares e no exercício efetivo de plantões;
- d) quando afastado das atividades escolares por recomendação médica.

§2º - As provas serão aplicadas durante a etapa letiva correspondente, contemplando o conteúdo equivalente à prova perdida.

§3º - Não haverá segunda chamada para provas e trabalhos de recuperação.

§4º - O aluno suspenso ou envolvido em situação de utilização de meios fraudulentos ("cola"), perderá o direito às avaliações de segunda chamada.

§5º - Não haverá nova oportunidade de aplicação de prova para o aluno que não comparecer no dia determinado pela equipe pedagógica para fazer a prova de segunda chamada.

Art. 293 - Será responsabilidade da Equipe Pedagógica e do Gerente da escola avaliar e validar os recursos relacionados à segunda chamada, considerando motivos fora do previsto no §1º, desde que apresentados pela família dentro do prazo estipulado.

CAPÍTULO II

Da Promoção

Art. 294 - No 1º ano do Ensino Fundamental, o desempenho será mensurado considerando as especificidades do aluno, por meio dos conceitos definidos no Art. 270, registrados no Relatório Individual do Aluno, e o resultado final do aluno será consignado como Apto ou Não Apto.

Parágrafo Único - É exigido, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência no total da carga horária prevista na matriz curricular, para os alunos do 1º ano do Ensino Fundamental.

Art. 295 - A promoção será conferida aos alunos do Ensino Fundamental, do 2º ao 9º ano, que obtiverem 60% (sessenta por cento) dos pontos em cada componente curricular e 75% (setenta e cinco por cento) de frequência no total da carga horária prevista na matriz curricular.

Parágrafo Único. O resultado final do aluno será consignado como Aprovado ou Reprovado.

Art. 296 - A promoção no Ensino Médio – Itinerários Alfa, Beta e Gama –, será conferida ao aluno que obtiver:

- I. 60% (sessenta por cento) de aproveitamento em cada componente curricular da Formação Geral Básica;
- II. 60% (sessenta por cento) de aproveitamento no Itinerário Formativo (Resultado Unificado);
- III. mínimo de 75% de frequência no total da carga horária prevista na matriz curricular.

Parágrafo Único. Para fins de cálculo de resultado final do aluno, que será consignado como Aprovado ou Reprovado, será considerado o aproveitamento obtido nos componentes curriculares da Formação Geral Básica e do Itinerário Formativo, com exceção das Eletivas e do Projeto de Vida.

Art. 297 - A promoção no Ensino Médio – Itinerário Ômega –, será conferida ao aluno que obtiver:

- I. 60% (sessenta por cento) de aproveitamento em cada componente curricular da Formação Geral Básica;
- II. 60% (sessenta por cento) de aproveitamento na média dos componentes que compõem o arranjo curricular “Tá ligado! Inovações Tecnológicas e Fontes de Energia”;
- III. 60% (sessenta por cento) de aproveitamento em cada unidade curricular da Formação Técnica Profissional;
- IV. 75% (setenta e cinco por cento) de frequência no total da carga horária prevista na matriz curricular.

Parágrafo Único. O resultado final do aluno será consignado como Aprovado ou Reprovado. O aluno que, mesmo após a realização dos estudos de recuperação, se mantiver com aproveitamento inferior a 60% em qualquer componente curricular da FGB, Formação Técnica Profissional ou na média do arranjo curricular, exceto Eletivas, será Reprovado no curso.

CAPÍTULO III

Da Recuperação de Estudos

Art. 298 - A recuperação de estudos é uma estratégia de intervenção deliberada no processo educativo, oferecida pela instituição escolar como nova oportunidade que possibilite aos alunos alcançar o desempenho esperado.

Art. 299 - A recuperação de estudos será planejada, interativa e reflexiva sobre o trabalho escolar, considerando-se os avanços, as conquistas e as dificuldades do aluno, para que lhe sejam propostos novos e adequados desafios.

Art. 300 - A recuperação de estudos será oferecida nas seguintes modalidades:

- I. Recuperação Paralela: ocorre no decorrer de cada etapa letiva, objetivando a superação de dificuldades apresentadas pelo aluno, sem atribuição ou substituição de notas;
- II. Recuperação Trimestral (Ensino Fundamental – 2º ao 9º ano): prevista no calendário escolar, será oferecida uma recuperação após o fechamento da primeira e segunda etapas letivas, em no máximo 4 (quatro) componentes curriculares, destinada ao aluno que não obtiver 60% (sessenta por cento) dos pontos distribuídos em cada componente curricular;
- III. Recuperação Trimestral (Ensino Médio – Itinerários Alfa, Beta e Gama): prevista no calendário escolar, será oferecida uma recuperação após o fechamento da primeira e segunda etapas letivas, em no máximo 4 (quatro) componentes curriculares, incluindo o Itinerário Formativo, se for o caso, destinada ao aluno que não obtiver 60% (sessenta por cento) dos pontos distribuídos em cada componente curricular da Formação Geral Básica e/ou no resultado unificado do Itinerário Formativo;
- IV. Recuperação Trimestral (Ensino Médio – Itinerário Ômega): prevista no calendário escolar, será oferecida uma recuperação após o fechamento da primeira e segunda etapas letivas, em no máximo 4 (quatro) componentes curriculares, incluindo o arranjo curricular “Tá ligado! Inovações

Tecnológicas e Fontes de Energia”, se for o caso, destinada ao aluno que não obtiver 60% (sessenta por cento) dos pontos distribuídos em cada componente curricular da Formação Geral Básica e na média do arranjo curricular “Tá ligado! Inovações Tecnológicas e Fontes de Energia” do Itinerário Formativo. O processo de recuperação do Curso Técnico de Formação Profissional segue estrutura específica, estabelecida no Regimento Escolar da instituição parceira (SENAI DR-MG);

- V. Recuperação Final (Ensino Fundamental – 2º ao 9º ano): prevista no calendário escolar, será oferecida ao final do ano letivo, em no máximo 4 (quatro) componentes curriculares, ao aluno com aproveitamento superior a 40% (quarenta por cento) e inferior a 60% (sessenta por cento) dos pontos distribuídos ao longo do ano em cada componente curricular;
- VI. Recuperação final (Ensino Médio – Itinerários Alfa, Beta e Gama): prevista no calendário escolar, será oferecida ao final do ano letivo, em no máximo 4 (quatro) componentes curriculares, incluindo o Itinerário Formativo, se for o caso, ao aluno que não obtiver êxito durante o ano letivo, desde que tenha aproveitamento superior a 40% (quarenta por cento) e inferior a 60% (sessenta por cento) dos pontos distribuídos ao longo do ano em cada componente curricular da Formação Geral Básica e/ou no Itinerário Formativo (Resultado Unificado);
- VII. Recuperação final (Ensino Médio – Itinerário Ômega): prevista no calendário escolar, será oferecida ao final do ano letivo, em no máximo 4 (quatro) componentes curriculares, incluindo o arranjo curricular “Tá ligado! Inovações Tecnológicas e Fontes de Energia”, se for o caso, ao aluno que não obteve êxito durante o ano letivo, desde que tenha aproveitamento superior a 40% (quarenta por cento) e inferior a 60% (sessenta por cento) dos pontos distribuídos ao longo do ano em cada componente curricular da Formação Geral Básica e/ou no resultado unificado do arranjo curricular “Tá ligado! Inovações Tecnológicas e Fontes de Energia” do Itinerário Formativo. O processo de recuperação do Curso Técnico de Formação Profissional segue estrutura específica, estabelecida no Regimento Escolar da instituição parceira (SENAI DR-MG).

Art. 301 - O valor da recuperação trimestral será de 30 (trinta) pontos na 1ª Etapa e de 35 (trinta e cinco) pontos na 2ª Etapa, sendo 80% desse valor distribuído em uma avaliação e 20% em um trabalho.

§1º - Para fins de escrituração, o resultado da etapa está limitado a 60% (sessenta por cento).

§2º - Caso o aluno não obtenha esse percentual, ou seja, 18 (dezoito) pontos na primeira etapa e 21 (vinte e um) na segunda etapa, prevalecerá a maior nota (a nota obtida no componente curricular no decorrer da etapa letiva ou a nota de recuperação trimestral).

Art. 302 - O valor da recuperação final será de 100 (cem) pontos, com 80% desse valor distribuído em uma avaliação e 20% em um trabalho.

§1º - Para fins de registro, o resultado final está limitado a 60% (sessenta por cento).

§2º - Caso o aluno não obtenha esse percentual, ou seja, 60 (sessenta) pontos, prevalecerá a maior nota (a soma das notas obtidas no componente curricular e, em se tratando de alunos do Ensino Médio, também da nota obtida no Itinerário Formativo no decorrer das etapas letivas ou a nota de recuperação final).

§3º - Não serão considerados os pontos obtidos no decorrer do ano letivo para a recuperação final.

Art. 303 - O aluno do Ensino Fundamental – do 2º ao 9º ano – que obtiver aproveitamento inferior a 40% (quarenta por cento) em, no mínimo, um componente curricular, será considerado reprovado e não participará do processo de recuperação final.

Art. 304 - O aluno do Ensino Médio que obtiver aproveitamento inferior a 40% (quarenta por cento) em, no mínimo, um componente curricular da Formação Geral Básica e/ou Itinerário Formativo (Resultado Unificado), será considerado reprovado e não participará do processo de recuperação final.

Art. 305 - Nas recuperações trimestrais, serão considerados os conteúdos desenvolvidos nas respectivas etapas e, na recuperação final, o conteúdo desenvolvido em todas as etapas.

Art. 306 - Cabe ao Professor o registro, no diário de classe, das notas obtidas pelo aluno nos processos de recuperação trimestral e final.

Art. 307 - Os resultados da recuperação trimestral e da recuperação final serão registrados para fins de informações, controle e acompanhamento da equipe pedagógica. O Professor deverá preencher as informações no Portal do Professor, dando ciência ao Pedagogo, que, após conferência, sinalizará à secretaria escolar para que seja providenciada a geração das fórmulas de apuração de resultado no sistema de gestão escolar.

Parágrafo Único - Para a prestação dos serviços referentes à recuperação trimestral e final, o pai ou responsável legal deverá formalizar a solicitação, por meio de requerimento próprio, e pagar a taxa por componente curricular, se houver, conforme direcionamento dado pela Gerência de Educação Básica.

CAPÍTULO IV

Do Regime de Progressão

Art. 308 – No Ensino Fundamental e no Ensino Médio, será adotado o regime seriado anual com progressão regular por ano escolar.

TÍTULO VIII

Da Avaliação da Aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos

CAPÍTULO I

Da Avaliação Escolar

Art. 309 - A avaliação do rendimento escolar é parte relevante do processo educativo e será contínua, processual, cumulativa, diagnóstica e formativa do desempenho do aluno, organizado em etapas presenciais e on-line, incluindo estratégias de recuperação organizadas em atividades complementares.

§1º - O arredondamento será feito apenas na nota final, após somatório das notas de cada competência.

§2º - As notas com valor decimal maior ou igual a 0,5 serão arredondadas para o valor inteiro imediatamente superior e, as notas com valor decimal menor ou igual a 0,4 serão consideradas como o valor inteiro imediatamente inferior.

Art. 310 - A solicitação de revisão de provas deve ser formalizada na secretaria escolar, pelo responsável pelo aluno, dentro do prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a divulgação dos resultados.

SEÇÃO I

Da Avaliação na Educação de Jovens e Adultos

Art. 311 - O processo avaliativo no Projeto Inovador de Educação de Jovens e Adultos – Nova EJA e EJA Profissionalizante – será organizado por competência, com a distribuição de 100 (cem) pontos, estruturado em:

I. Avaliação Presencial:

- a)** 30 (trinta) pontos distribuídos em avaliações formativas;
- b)** 30 (trinta) pontos distribuídos em avaliações somativas.

II. Avaliação On-line:

- a)** 10 (dez) pontos distribuídos em fóruns avaliativos;
- b)** 30 (trinta) pontos distribuídos em avaliações somativas.

Art. 312 - O Professor responsável pelas aulas presenciais deverá lançar no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA – o registro de resultados das avaliações presenciais.

Art. 313 - O Professor responsável pelas aulas presenciais deverá lançar, no Portal do Professor, tanto o registro de resultados das avaliações presenciais quanto das avaliações on-line.

SEÇÃO II

Da Avaliação em Segunda Chamada

Art. 314 - Terá direito à avaliação de segunda chamada o aluno que apresentar documentação comprobatória que justifique sua ausência, no prazo de 7 (sete) dias corridos da data da avaliação perdida, mediante formalização do pedido, por meio de requerimento padrão disponível na secretaria escolar, cabendo à equipe pedagógica a validação do recurso.

§1º - Serão considerados os motivos abaixo como justificativa para aplicação da avaliação em segunda chamada:

- a)** luto, no prazo previsto em lei;
- b)** convocação oficial;
- c)** quando em atividades militares e no exercício efetivo de plantões;
- d)** quando afastado das atividades escolares por recomendação médica;
- e)** escala de trabalho.

§2º - As provas serão aplicadas durante a competência correspondente, contemplando o conteúdo equivalente à prova perdida.

§3º - O aluno suspenso ou envolvido em situação de utilização de meios fraudulentos (“cola”), perderá o direito às avaliações de segunda chamada.

§4º - Não haverá nova oportunidade de aplicação de prova para o aluno que não comparecer no dia determinado pela equipe pedagógica para fazer a prova de Segunda Chamada.

Art. 315 - Será responsabilidade da equipe pedagógica e do Gerente da escola avaliar e validar os recursos relacionados à segunda chamada, considerando motivos fora do previsto no §1º, desde que apresentados pelo aluno (ou responsável legal, se menor de idade), dentro do prazo estipulado.

CAPÍTULO II

Da Promoção

Art. 316 - A promoção será conferida aos alunos que obtiverem, no mínimo:

- I. 60% (sessenta por cento) dos pontos distribuídos nas atividades de cada competência;
- II. 75% (setenta e cinco por cento) de frequência nos momentos presenciais de cada área de conhecimento.

§1º - Não serão atribuídas notas por área de conhecimento.

§2º - Ao final do processo de Reconhecimento de Saberes, será atribuído o resultado “Competência Certificada” na competência em que foi identificado que o aluno apresenta domínio.

§3º - Nas competências não certificadas por meio do Reconhecimento de Saberes, constará, para fins de registro, a observação de que elas ainda necessitam de desenvolvimento pelo aluno.

§4º - Ao aluno que desenvolver satisfatoriamente todas as competências relacionadas à área de conhecimento, com aproveitamento e frequência superior ao mínimo estabelecido, será atribuído o resultado “Aprovado” na área de conhecimento.

§5º - Ao aluno que desenvolver parcialmente as competências relacionadas à área de conhecimento, com aproveitamento e/ou frequência inferior ao mínimo estabelecido, será atribuído o resultado “Em processo”.

§6º - Ao aluno que não obtiver o resultado “Aprovado” em todas as áreas do conhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio – será conferida a certificação de conclusão parcial.

§7º - Ao aluno que obtiver o resultado “Aprovado” em todas as áreas do conhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio – será conferida a certificação de conclusão do nível de ensino.

CAPÍTULO III

Da Recuperação de Estudos

Art. 317 - A recuperação de estudos é uma estratégia de intervenção deliberada no processo educativo, oferecida pela instituição escolar, como nova oportunidade que possibilite aos alunos alcançar o desempenho esperado.

Art. 318 - A recuperação de estudos será planejada, interativa e reflexiva sobre o trabalho escolar, considerando-se os avanços, as conquistas e as dificuldades do aluno, para que lhe sejam propostos novos e adequados desafios.

Art. 319 - A recuperação, identificada na EJA como Atividades Complementares, serão ofertadas aos alunos que não tiverem alcançado aproveitamento satisfatório na competência, desde que alcançados o mínimo de 40 (quarenta) pontos em cada competência, sendo oportunizada em três momentos, de acordo com a necessidade do próprio aluno:

- a) ao final de cada competência;
- b) ao final da área de conhecimento;
- c) ao final do curso.

§1º - O valor das Atividades Complementares será de 100 (cem) pontos.

§2º - Para fins de registro, o resultado final da competência está limitado a 60% (sessenta por cento).

§3º - Caso o aluno não obtenha esse percentual, ou seja, 60% (sessenta por cento), prevalecerá a maior nota obtida (na competência ou no processo de atividades complementares).

§4º - Será responsabilidade da Equipe Pedagógica e do Gerente da escola avaliar e validar as solicitações de Atividade Complementar da Área e do Curso, considerando critérios fora do previsto no Artigo 317.

Art. 320 - A recuperação nos moldes apresentados será válida para todas as turmas em andamento no período de vigência deste documento, independente da data de início da mesma.

CAPÍTULO IV

Do Regime de Progressão

Art. 321 - Na Educação de Jovens e Adultos, será adotado o regime de progressão parcial na etapa de ensino, que permite ao aluno avançar em áreas do conhecimento para os quais já apresente, comprovadamente, domínio de conhecimento ou certificação emitida por outro estabelecimento de ensino.

TÍTULO IX

Dos Recursos Pedagógicos

CAPÍTULO I

Da Classificação

Art. 322 - Classificar significa posicionar o aluno em ano escolar, módulo, período semestral ou outras formas de organização, compatíveis com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento, podendo a escola realizar a classificação por meio dos seguintes procedimentos:

- I. Promoção: para alunos que cursaram com aproveitamento suficiente o ano ou fase anterior na própria escola, exceto no 1º ano do Ensino Fundamental;
- II. Transferência: para candidatos procedentes de outras escolas;
- III. Avaliação, independentemente de escolarização anterior.

Art. 323 – No caso de Classificação por Avaliação, o recurso pedagógico será ofertado para posicionar o aluno em turma compatível com o nível de conhecimento apresentado, a partir de realização de avaliação diagnóstica contemplando todos os componentes curriculares, nas seguintes situações:

- I. aluno que não possui documento escolar que ampare seu processo de matrícula;
- II. casos de matrículas no segundo semestre de alunos que não estavam frequentando outras escolas no primeiro semestre;
- III. alunos oriundos do exterior, impossibilitados de apresentar a documentação com registros escolares.

Art. 324 - O candidato será considerado apto à continuidade dos estudos se obtiver, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de aproveitamento na avaliação, que deverá ser assinada pelo Professor responsável pela correção e pelo Pedagogo.

Art. 325 - Os recursos pedagógicos serão efetivados após deliberação do Conselho de Classe e o processo deverá ser registrado em livro de atas de exames especiais e no histórico escolar do aluno, ficando a documentação correspondente ao processo, arquivada na pasta do aluno.

Art. 326 - Cabe à Gerência de Educação Básica apoiar a escola na elaboração do instrumento avaliativo compatível com a situação apresentada, no valor de 100 (cem) pontos, organizado por componente curricular, com folha de identificação padronizada.

Art. 327 - A aplicação de recurso pedagógico está condicionada à comunicação formal à Gerência de Educação Básica (nos âmbitos pedagógico e de regulamentação).

CAPÍTULO II

Da Reclassificação

Art. 328 - A reclassificação é o reposicionamento do estudante no ano diferente de sua situação atual, a partir de uma avaliação de seu desempenho, podendo ocorrer nas seguintes situações:

- I. avanço escolar: propicia condições para conclusão de anos da educação básica, em menos tempo, ao estudante com altas habilidades/superdotação, comprovadas por avaliações diagnósticas em todos os componentes curriculares e relatórios complementares de profissionais competentes;
- II. aceleração de estudos: é a forma de reposicionar o estudante com atraso escolar em relação à sua idade, durante o ano letivo;
- III. indicação de ano escolar, módulo ou período, registrado no documento escolar do aluno, diferente do que o aluno poderia cursar;
- IV. frequência inferior ao mínimo estabelecido para aprovação e aproveitamento satisfatório.

Art. 329 - O recurso pedagógico será aplicado a partir de uma análise criteriosa da equipe da escola, quando o aluno:

- I. possuir somente uma cópia do documento escolar e não houver condições de solicitar uma segunda via na escola de origem (escola extinta, extravio de dados na escola, imprecisão de informações, dentre outras situações);
- II. em seu documento escolar não atestar conclusão de nível de ensino e não tiver acesso à escola de origem;
- III. for oriundo de outro país cujo documento escolar não foi submetido aos critérios legais vigentes;
- IV. tiver apresentado documento escolar com incorreções e, por motivo de força maior, não obteve a regularização junto à escola de origem;
- V. possuir frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária oferecida na área de conhecimento e aproveitamento satisfatório, especificamente na Educação de Jovens e Adultos, desde que seja apresentada uma justificativa válida, a ser analisada pela equipe pedagógica, para deferimento ou não do processo.

Art. 330 - O recurso pedagógico será ofertado para reposicionar o aluno em turma compatível com o nível de conhecimento apresentado, a partir de realização de avaliação diagnóstica contemplando todos os componentes curriculares, no valor de 100 pontos, sendo que o aluno será considerado apto à continuidade de estudos se obtiver no mínimo 60% (sessenta por cento) de aproveitamento na avaliação.

Art. 331 - A reclassificação por frequência na Educação de Jovens e Adultos será realizada por área de conhecimento, a partir da realização de avaliação diagnóstica contemplando todas as competências da área, no valor de 100 pontos, sendo que o aluno será considerado apto à continuidade de estudos se obtiver no mínimo 60% (sessenta por cento) de aproveitamento na avaliação.

Art. 332 - A pontuação obtida em avaliação, aplicada por motivo de frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento), não substituirá a pontuação obtida pelo aluno em função de seu desempenho, no decorrer da área de conhecimento.

Art. 333 - Os recursos pedagógicos serão efetivados após deliberação do Conselho de Classe, e o processo deverá ser registrado em livro de atas de exames especiais e no histórico escolar do aluno, ficando arquivada na pasta do aluno a documentação correspondente ao processo.

Art. 334 - Cabe à Gerência de Educação Básica apoiar a escola na elaboração do instrumento avaliativo compatível com a situação apresentada, no valor de 100 (cem) pontos, organizado por componente curricular ou área de conhecimento, com folha de identificação padronizada.

Art. 335 - A aplicação de recurso pedagógico está condicionada à comunicação formal à Gerência de Educação Básica (no âmbito pedagógico e de regulamentação).

Art. 336 - O recurso pedagógico será aplicado somente após se esgotarem as possibilidades de regularização da documentação escolar original.

CAPÍTULO III

Do Aproveitamento de Estudos na EJA

Art. 337 - O aproveitamento de estudos poderá ser realizado independentemente da data de conclusão das áreas de conhecimento concluídas com aprovação, no ensino regular, em exames ofertados pelos Centros Estaduais de Educação Continuada – CESECs – e pelo Telecurso 2000, no Exame Nacional para Certificação de Competências de EJA - ENCCEJA, em exames ofertados por meio do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM –, dentre outras estratégias devidamente autorizadas pelos órgãos responsáveis.

Art. 338 - No Projeto Inovador de Educação de Jovens e Adultos (Nova EJA e EJA Profissionalizante), Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, a distância, o aluno poderá realizar o aproveitamento de estudos e dispensar uma área de conhecimento, desde que seja apresentada documentação de conclusão de todos os componentes curriculares que englobam a referida área, conforme descrito abaixo:

- I. Para o Ensino Fundamental – Anos Finais:
 - a) Linguagens: Língua Portuguesa; Língua Inglesa; Arte e Educação Física;
 - b) Matemática: Matemática;
 - c) Ciências Humanas: História e Geografia;
 - d) Ciências da Natureza: Ciências.
- II. Para o Ensino Médio:
 - a) Linguagens: Língua Portuguesa; Língua Inglesa; Arte e Educação Física;
 - b) Matemática: Matemática;
 - c) Ciências Humanas: História; Geografia; Filosofia e Sociologia;
 - d) Ciências da Natureza: Química; Física e Biologia.

§1º - No Projeto Inovador de Educação de Jovens e Adultos (Nova EJA e EJA Profissionalizante), Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, a distância, a Educação Física tem sua prática facultativa ao aluno que:

- I. cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- II. seja maior de trinta anos de idade;
- III. esteja prestado serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da Educação Física;
- IV. seja amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044/69, Lei nº 6.202/75 e Lei nº 10.421/02;

V. tenha prole.

§2º - Os alunos amparados pelos critérios descritos acima poderão dispensar a área de Linguagens, desde que apresentem a conclusão dos outros componentes curriculares que englobam a área de conhecimento.

§3º - Para os alunos que não estiverem amparados pelos critérios legais elencados nos incisos I, II, III, IV e V do §1º, o componente curricular de Educação Física será desenvolvido na área de Linguagens e será vedada a dispensa do aluno na referida área, a menos que ele apresente documentação que garanta a conclusão dos componentes curriculares citados anteriormente.

Art. 339 - Caberá ao Secretário Escolar, juntamente com a equipe pedagógica, se necessário, analisar as situações de aproveitamento de estudos, procedendo ao devido registro de dispensa, quando for o caso, no sistema de gestão escolar.

Parágrafo Único. O aluno dispensado não poderá cursar a referida área/competência no curso em que for matriculado.

TÍTULO X

Da Escrituração Escolar

Art. 340 - Escrituração escolar é o registro sistemático dos fatos relativos à vida escolar dos alunos, com a finalidade de assegurar a identidade, a regularidade e a autenticidade de seus estudos.

Art. 341 - Arquivo é o conjunto ordenado dos papéis, acondicionados em locais exclusivos e controlados, que documentam e comprovam informações referentes à vida escolar do aluno, destacando-se: a matrícula, com identificação completa dos alunos; os resultados do processo de apuração do rendimento escolar; a aprovação, reprovação e promoção; a frequência às práticas educativas e às aulas propriamente ditas; a execução dos cursos e programas.

Parágrafo Único. A organização, o controle do arquivo escolar, assim como a preservação documental, conforme tabela de temporalidade específica, são de responsabilidade direta do Secretário Escolar, sendo seu acesso restrito à equipe de profissionais do setor.

Art. 342 - O rendimento e a frequência dos alunos serão registrados nos diários de classe, por meio do Portal do Professor, para fins de informações, controle e acompanhamento por parte da equipe pedagógica.

Art. 343 - Para os alunos da Educação Infantil e 1º ano do Ensino Fundamental, será expedida documentação (Relatório Individual do Aluno) que ateste os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança, cuja cópia, devidamente assinada pelos Professores e equipe pedagógica, constará na pasta individual do aluno.

Art. 344 - Para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, a frequência será registrada nos diários de classe para fins de informações, controle e acompanhamento. O desempenho será mensurado de acordo com critérios definidos neste Regimento.

Art. 345 - As avaliações referentes à recuperação final permanecerão arquivadas no setor pedagógico da escola, por período definido, conforme tabela de temporalidade específica.

Parágrafo Único - Não serão fornecidas cópias ou registros fotográficos das avaliações de recuperação final para alunos, responsáveis e demais interessados.

Art. 346 - As atas do Conselho de Classe Final serão arquivadas na secretaria escolar, de acordo com as orientações do Núcleo de Regulamentação Escolar – Gerência de Educação Básica – e considerando os prazos estabelecidos na tabela de temporalidade vigente.

Art. 347 - Para a escrituração do Telecurso 2000 – Exames de Massa 0150 –, cujo atendimento foi encerrado em 2018, a equipe de secretaria arquivará, na pasta dos candidatos, os documentos pessoais, o requerimento padrão com a solicitação de emissão de certificação, a cópia de certificados emitidos e demais documentos comprobatórios.

Art. 348 - A escrituração escolar deve utilizar como referência as determinações do Manual de Escrituração Escolar do SESI.

TÍTULO XI

Da Expedição de Documentos Escolares

Art. 349 - A expedição de documentos escolares é de responsabilidade da escola, sendo elaborados em duas vias pela equipe da secretaria escolar e assinados pelo Gerente e/ou pelo Secretário Escolar, devidamente identificados, com seus números de registro e/ou de autorização.

Parágrafo Único - A assinatura de documentos escolares referentes à vida escolar dos alunos é de competência exclusiva e intransferível do Diretor/Gerente e do Secretário Escolar.

Art. 350 - As atividades complementares vinculadas ao Programa de Ensino Integrado da Língua Inglesa não são passíveis de certificação específica pela escola SESI.

Art. 351 - As escolas, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, farão a expedição da documentação legal do aluno que solicitar sua transferência escolar, tomando-se por base a data da solicitação formalizada em requerimento padrão na secretaria escolar.

Parágrafo Único - Somente o responsável legal ou o próprio aluno, se maior de idade, pode requerer sua transferência escolar.

Art. 352 - As escolas, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, farão a expedição da documentação legal do aluno concluinte de etapa ou nível de ensino, tomando-se por base o último dia letivo.

Parágrafo Único. Somente o responsável legal ou o próprio aluno, se maior de idade, pode requerer documentação escolar.

Art. 353 - As escolas, dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, farão a expedição de declarações referentes à vida escolar do aluno, solicitadas por meio de requerimento padrão na secretaria escolar, pelo seu responsável legal ou pelo próprio aluno, se maior de idade.

Art. 354 - Para os alunos do Itinerário Ômega que concluírem a habilitação técnica de nível médio, será conferido o Diploma do curso técnico escolhido.

Art. 355 - Compete ao SENAI o registro e a expedição dos diplomas da habilitação técnica de nível médio, bem como o registro nos órgãos de classe, caso o exercício da profissão esteja regulamentado.

Art. 356 - Compete ao SENAI o registro e a expedição dos Certificados de Qualificação Profissional associados à EJA Profissionalizante, bem como o registro nos órgãos de classe, caso o exercício da profissão esteja regulamentado.

CAPÍTULO I

Dos Históricos Escolares

Art. 357 - O histórico escolar é o documento que retrata a vida escolar do aluno.

Art. 358 - Para o aluno que iniciou sua escolaridade em outra instituição de ensino, será feita a transcrição fiel das informações registradas no histórico escolar apresentado no ato da matrícula, observando-se os aspectos quantitativos de rendimento, a promoção, a carga horária e a frequência.

§1º - O Secretário Escolar, após análise, poderá anexar o histórico escolar de alunos que concluíram o Ensino Fundamental em outras instituições de ensino e solicitaram matrícula na 1ª série do Ensino Médio na escola SESI.

§2º - O Secretário Escolar, após análise, poderá anexar o histórico escolar de aluno submetido ao regime de ciclo na escola de origem, preservando, assim, a fidedignidade das informações referentes à vida escolar daquele período.

§3º - O Secretário Escolar, após análise, poderá anexar o histórico escolar de aluno que concluiu anos escolares do Ensino Médio em outra instituição, preservando assim, a fidedignidade das informações referentes à vida escolar daquele período.

Art. 359 - Em caso de transferência de alunos no decorrer do ano letivo, será emitido o histórico escolar dos anos escolares anteriormente concluídos, acompanhado pela Ficha Individual do Aluno, com as informações referentes ao ano escolar em curso.

Art. 360 - Ao aluno matriculado na Educação Infantil que solicitar transferência no decorrer ou no final do ano letivo será entregue o Relatório Individual do Aluno.

Art. 361 - Ao aluno que solicitar transferência no decorrer ou no final do 1º ano do Ensino Fundamental será entregue, em anexo ao histórico escolar, o Relatório Individual do Aluno.

Art. 362 - Quando se tratar de alunos do 1º ano do Ensino Fundamental recebidos por transferência no decorrer do ano letivo, provenientes de escolas que utilizam valores numéricos como registro de desempenho escolar, será feita a adequação aos critérios estabelecidos na escola de destino, por meio de conversão para conceitos, considerando-se o estabelecido neste Regimento.

Art. 363 - Quando se tratar de alunos do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, recebidos por transferência no decorrer do ano letivo, provenientes de escolas que utilizam conceitos como registro de desempenho escolar, será feita a adequação aos critérios estabelecidos na escola de destino, por meio de conversão para valores numéricos, considerando-se o estabelecido neste Regimento.

§1º - Para efeito de cálculo, será considerado o valor da(s) etapa(s) letiva(s) transcorrida(s) até a data da efetivação da matrícula por transferência, dividido pelo número de conceitos utilizados nos componentes curriculares cursados na escola de origem.

§2º - Para efeito de registro, será considerado o maior valor numérico encontrado para cada conceito.

Art. 364 - Os históricos escolares serão expedidos pela escola em consonância com as disposições legais e com este Regimento Escolar.

Art. 365 - Os históricos escolares expedidos serão registrados na escola em ordem numérica, em livros próprios, respeitadas as disposições legais.

Art. 366 - Constarão no histórico escolar expedido: a identificação da escola, incluindo a fundamentação legal, o ato legal que autorizou o funcionamento do respectivo curso, a identificação do aluno, os resultados obtidos, a data da conclusão e o número de registro da expedição do documento.

CAPÍTULO II

Dos Certificados da Educação de Jovens e Adultos – EJA

Art. 367 - A certificação de exames do Telecurso 2000 é de competência da escola certificadora, em consonância com as disposições legais e com este Regimento Escolar.

Art. 368 - A certificação dos demais cursos ativos e encerrados é de competência da escola certificadora, devidamente autorizada e em consonância com as disposições legais e com este Regimento Escolar.

Art. 369 - Constarão no Certificado Escolar expedido: a identificação da escola, incluindo a fundamentação legal, o ato legal que autorizou o funcionamento do respectivo curso, a identificação do aluno, resultados obtidos, a data da conclusão, o número de registro da expedição do documento e carimbo padrão de dados da escola.

Art. 370 - Quando o aluno estiver aprovado no todo ou em parte, expedir-se-á, conforme o caso:

- I. Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental – Anos Iniciais;
- II. Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental – Anos Finais – ou do Ensino Médio, para o aluno do Telecurso 2000 – Avaliação no Processo quando a integralização curricular do curso ocorrer na Escola SESI ou em classes descentralizadas;
- III. Certificado Parcial do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio, conforme o caso, quando for conclusão de componente curricular, mediante solicitação formal do aluno do Telecurso 2000 – Avaliação no Processo;

- IV.** Certificado Parcial de candidatos aprovados nas áreas do conhecimento por meio de EJA Telecurso 2000 – Exames de Massa organizados pela Rede SESI de Educação e em conformidade com a legislação em vigor;
- V.** Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio dos candidatos aprovados por meio do Telecurso 2000 – Exames de Massa –, desde que o último componente curricular tenha sido realizado em Escola SESI e, se for o caso, conste registro de componentes curriculares do nível de ensino anteriormente concluídos em outros estabelecimentos de ensino, mediante solicitação formal do aluno;
- VI.** Certificado Parcial do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio, conforme o caso, quando for conclusão de componente curricular, mediante solicitação formal do aluno da EJA EaD;
- VII.** Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental – Anos Finais – ou do Ensino Médio, para o aluno da EJA EaD quando a conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio ocorrer na escola SESI ou em classes descentralizadas;
- VIII.** Certificado Parcial do Ensino Fundamental – Anos Finais – ou do Ensino Médio, conforme o caso, quando for conclusão das áreas de conhecimento e suas competências, mediante solicitação formal do aluno do Projeto Inovador de Educação de Jovens e Adultos, a distância (Nova EJA e EJA Profissionalizante);
- IX.** Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental – Anos Finais – ou do Ensino Médio, para o aluno do Projeto Inovador de Educação de Jovens e Adultos, a distância (Nova EJA e EJA Profissionalizante);

§1º - O Certificado Parcial ou de Conclusão da Qualificação Profissional, referente à EJA Profissionalizante, quando ocorrer a conclusão do Ensino Médio, será emitido pelo SENAI.

§2º - A certificação da EJA Telecurso 2000 – Exames de Massa – está vinculada à solicitação do candidato, formalizada em Requerimento Padrão, acrescida de cópia da Carteira de Identidade, do CPF e do comprovante de residência atual com CEP, autenticados pelo profissional de secretaria escolar, mediante apresentação dos documentos originais.

Art. 371 - Os Certificados (Parcial ou de conclusão) expedidos serão registrados na escola em ordem numérica, em livros próprios, respeitadas as disposições legais.

Art. 372 - Ao aluno maior de 18 (dezoito) anos será dispensada a comprovação de terminalidade do Ensino Fundamental, caso a conclusão de todos os componentes curriculares do Ensino Médio se dê por meio de exames (Telecurso 2000 – Exame de Massa) ofertados por instituições credenciadas.

TÍTULO XII

Da Organização Disciplinar

CAPÍTULO I

Do Corpo Discente

Art. 373 - O corpo discente é constituído pelos alunos matriculados nas escolas da Rede SESI de Educação que tenham frequência regular.

Art. 374 - A permanência de alunos na escola após o término das atividades escolares está condicionada às condições estabelecidas no contrato de prestação de serviços educacionais assinado no ato da matrícula e rematrícula.

Parágrafo Único - A permanência de alunos para além dos horários estabelecidos pela Escola estarão sujeitos à cobrança de uma taxa adicional.

Art. 375 - A ausência de profissionais do quadro próprio, após o horário de aula, inviabiliza a permanência de alunos nas dependências da escola, salvo se previamente programada.

Art. 376 - Em caso de inobservância dos critérios estabelecidos nesse Regimento quanto à organização disciplinar, caberá ainda ao Gerente adotar procedimentos, inclusive, com apoio de órgãos de proteção à criança e ao adolescente, para a condução adequada da situação, junto ao responsável legal.

SEÇÃO I

Dos Direitos do Aluno

Art. 377 - Além daqueles que lhe são outorgados pela legislação vigente, constituem direitos do aluno:

- I. ser tratado com respeito, atenção e civilidade por Diretor/Gerente, Professores, especialistas, funcionários da escola e colegas;
- II. receber uma educação que lhe proporcione pleno desenvolvimento como pessoa e o exercício da cidadania;
- III. receber uma formação integral, de acordo com as características da educação indicadas pela Proposta Pedagógica;
- IV. receber atendimento educacional de acordo com as possibilidades da escola.
- V. participar das atividades propostas pelos docentes;
- VI. manifestar-se de forma autônoma e respeitosa, verbalmente ou por escrito, em relação a atos, atitudes, omissões ou deficiências de Professores, equipe pedagógica, funcionários, bem como aos serviços da escola, quando se julgar prejudicado em seus direitos. Pode-se, ainda, apresentar sugestões à direção da escola;
- VII. usar as dependências da escola dentro da programação, dos horários e das normas existentes;

- VIII. solicitar, por meio do responsável legal, se menor de idade, revisão de avaliação no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após ter recebido o resultado da referida prova, via preenchimento e assinatura de requerimento próprio na secretaria escolar;
- IX. requerer segunda chamada de provas, considerando-se os critérios previstos no neste regimento;
- X. utilizar os livros da biblioteca, nos termos do regulamento do setor e de normas próprias.

SEÇÃO II

Dos Deveres do Aluno

Art. 378 - Conhecendo com clareza o que dele se espera, o aluno deve assumir uma atitude ativa com vistas a atingir as metas educacionais propostas, elaborando seu plano de estudo, comprometendo-se a realizá-lo cada vez mais conscientemente, organizando suas atividades e reconhecendo o seu desempenho.

Art. 379 - São também deveres dos alunos:

- I. compreender e cumprir as normas disciplinares da escola descritas neste Regimento Escolar e no Guia do Aluno;
- II. manter-se informado quanto às normas de funcionamento da escola e às normas de disciplina que regulam a vida escolar do aluno, cumprindo-as;
- III. participar de todo o processo educacional e contribuir ativamente para que os fins da educação definidos neste documento sejam concretizados;
- IV. realizar todas as tarefas escolares e trabalhos, bem como manter uma rotina diária de estudos;
- V. comparecer assiduamente e pontualmente às aulas e atividades escolares, usando o uniforme de uso obrigatório e portando o material didático de uso individual;
- VI. conviver de forma respeitosa com a comunidade escolar e demais espaços da sociedade, sempre colaborando para a elevação do nome da escola e para a promoção de seu prestígio;
- VII. envolver-se e se empenhar, com responsabilidade, nas atividades que levam ao desenvolvimento de um conhecimento crítico da realidade, capacitando-se para contribuir eficazmente para a transformação da sociedade;
- VIII. reconhecer e respeitar a autoridade dos Professores, dos Pedagogos, dos Diretores/Gerentes e de demais empregados da escola, tratando-os com cortesia e respeito;
- IX. responsabilizar-se financeiramente (ou seu responsável legal, se menor de idade), pelos prejuízos por ele causados às instalações e aos bens materiais da escola, de colegas, de Professores ou de outros empregados da instituição;
- X. comparecer às reuniões do Conselho de Classe, se convocado;
- XI. apresentar conduta, asseio pessoal e vocabulário que correspondam aos princípios de higiene e educação;

- XII.** comparecer às solenidades, às festas cívicas e sociais promovidas pela escola, ocasiões em que deverá portar-se com atitude de respeito e colaboração;
- XIII.** colaborar para a limpeza, manutenção e conservação das instalações, dependências, materiais, móveis, utensílios, materiais didático-pedagógicos, maquinários e equipamentos da escola.

SEÇÃO III

Das Proibições

Art. 380 - É vedado ao aluno:

- I.** entrar na escola e não frequentar as aulas e as atividades previstas no horário;
- II.** utilizar-se de meios fraudulentos, como “cola”, para resolver questões de provas, testes ou para produzir quaisquer outros trabalhos escolares;
- III.** utilizar meios de comunicação e aparelhos eletrônicos pessoais, inclusive telefones celulares, em sala de aula ou em ambientes similares, durante o recreio e intervalos, conforme estabelecido pela Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025;
- IV.** acessar as redes sociais durante as atividades escolares, salvo se autorizado pelo professor;
- V.** expor em quaisquer meios (sites, blogs, Facebook, WhatsApp, chats, Snapchat, Instagram ou similares) imagens da unidade educacional, de professores, de funcionários e de outros alunos, bem como da logomarca e de símbolos que se relacionem à instituição;
- VI.** manter postura inadequada e desrespeitosa que comprometa o bom andamento das aulas e a aprendizagem dos colegas;
- VII.** portar, compartilhar ou utilizar qualquer objeto ou conteúdo que possa representar, mesmo que eventualmente, ameaça, constrangimento ou dano a sua segurança e a sua integridade física e moral ou de outros;
- VIII.** organizar jogos, bailes de formatura ou outras festividades, servindo-se do nome da escola, sem autorização da direção;
- IX.** usar o nome, a logomarca ou as iniciais da escola em peças de vestuário, textos ou outras publicações e objetos, não autorizadas pela direção;
- X.** organizar ou participar de rifas ou coletas, qualquer que seja o fim, sem autorização da direção;
- XI.** portar, compartilhar, oferecer ou ingerir bebidas alcoólicas na área da escola ou em torno dela e em atividades pedagógicas externas;
- XII.** participar de movimentos de indisciplina coletiva;
- XIII.** provocar, desafiar, desacatar, envolver-se em brigas dentro e fora da escola;
- XIV.** comercializar itens alimentícios ou qualquer tipo de objeto no interior da escola;

- XV.** portar, compartilhar, vender ou fazer uso de cigarros, tradicionais ou eletrônicos, ou de qualquer tipo de substâncias ilícitas nas dependências da escola, em torno dela e em atividades pedagógicas externas;
- XVI.** apropriar-se de bens alheios;
- XVII.** desrespeitar qualquer uma das instruções disciplinares deste Regimento ou do Guia do Aluno;

CAPÍTULO II

Das Ações de Promoção da Convivência Escolar Saudável

Art. 381 - As ações de convivência escolar visam a:

- I.** criar um ambiente escolar saudável, inspirado na verdade, na justiça e nos valores fundamentais que promovam em cada aluno e em cada educador a construção da autonomia, para que as consequências da própria liberdade de escolha sejam assumidas por esses;
- II.** priorizar o respeito, o cuidado e a solidariedade nas relações com o próximo e a compaixão para com o sofrimento humano, evitando situações conflituosas e/ou de violência na escola, incluindo o *bullying*;
- III.** promover as ações de paz, de colaboração e de justiça para a boa convivência nas relações com a comunidade.

Art. 382 - As ações de convivência, instituídas como forma de promover uma educação para a paz, estão fundamentadas na Proposta Pedagógica e no Programa Rede Sesi de Virtudes.

CAPÍTULO III

Das Situações de Indisciplina

Art. 383 - Transgressões disciplinares são quaisquer violações dos preceitos de ética, dos deveres e obrigações escolares, das regras de convivência social e dos padrões de comportamento impostos aos alunos.

Art. 384 - As transgressões disciplinares classificam-se em:

- I.** leve;
- II.** média;
- III.** grave.

§ 1º - São transgressões disciplinares de natureza leve:

- I.** comparecer às atividades escolares sem levar o material necessário;
- II.** comparecer às atividades escolares sem o uniforme escolar completo;

- III. transitar ou fazer uso de vias de acesso não permitidas ao corpo discente;
- IV. ingressar nas salas de coordenação ou dos professores sem autorização;
- V. não apresentar as atividades prescritas para serem realizadas em casa;
- VI. chegar atrasado às atividades escolares.

§ 2º - São transgressões disciplinares de natureza média:

- I. ausentar-se da escola em horário da sua atividade escolar sem a devida autorização;
- II. manter postura inadequada e desrespeitosa que comprometa o bom andamento das aulas e a aprendizagem dos colegas;
- III. comunicar-se com outro aluno ou fazer uso de recursos não autorizados, tais como “cola” e aparelhos eletrônicos durante a realização de prova(s);
- IV. discutir inadequadamente com membros da comunidade escolar;
- V. utilizar meios de comunicação e aparelhos eletrônicos pessoais, inclusive telefones celulares, em sala de aula ou em ambientes similares, durante o recreio e intervalos, conforme estabelecido pela Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025;
- VI. sair da sala de aula ou permanecer fora dela sem permissão do professor;
- VII. usar as instalações ou os equipamentos da escola sem a devida autorização;
- VIII. não realizar as tarefas de casa atribuídas pelo professor;
- IX. não cumprir as regras de utilização da biblioteca escolar.

§ 3º - São transgressões disciplinares de natureza grave:

- I. denegrir o nome da instituição ou de qualquer um de seus membros por meio de procedimentos desrespeitosos, seja de forma presencial, seja virtual ou outros;
- II. filmar, fotografar ou fazer uso não autorizado ou indevido da imagem da unidade educacional, de professores, funcionários, marca ou uniforme da escola e de outros alunos em redes sociais na internet (sites, blogs, Facebook, WhatsApp, chats, Snapchat, Instagram ou similares);
- III. causar intencionalmente ou contribuir para a ocorrência de acidentes de qualquer natureza;
- IV. assinar pelo pai ou responsável os documentos que deverão retornar à escola com a devida ciência da família;
- V. rasurar, violar ou alterar documentos ou o seu conteúdo;
- VI. degradar o patrimônio da instituição;
- VII. apropriar-se de bens alheios;
- VIII. não devolver ao setor próprio da escola objeto perdido, independentemente do valor;
- IX. agredir física ou moralmente integrante da comunidade escolar;
- X. ofender membros da comunidade escolar com a prática de *bullying* e *cyberbullying*;

- XI.** ter em seu poder, fazer uso, distribuir ou comercializar, no interior da escola, bebidas alcoólicas, cigarros (tradicionais ou eletrônicos), substâncias tóxicas, medicamentos de uso controlado sem prescrição médica, substâncias entorpecentes ou similares;
- XII.** portar arma de fogo, armas de pressão ou mola (*airsoft* ou *paintball*), armas de brinquedo, réplicas ou simulacros de armas;
- XIII.** portar objetos que ofereçam, mesmo que eventualmente, riscos à integridade física de pessoas ou instalações, como:
 - a)** facas, canivetes, tesouras ou objetos pontiagudos;
 - b)** *push dagger*, soco inglês, saca rolhas;
 - c)** dispositivos que disparem projéteis (atiradeiras bestas, arco e flecha, estilingues);
 - d)** dispositivos de choque elétrico, *spray* de pimenta ou similar;
 - e)** material explosivo, pirotécnicos de qualquer natureza ou inflamáveis;
 - f)** equipamentos de artes marciais pontiagudos ou cortantes ou bastões de madeira (*nunchaku*);
 - g)** ferramentas tipo martelos, marretas, machados, machadinhas, cutelos ou picadores de gelos;
 - h)** qualquer outro objeto que possa causar dano à integridade física de outra pessoa não elencado acima, assim entendido pela direção da escola.

SEÇÃO I

Das Medidas Disciplinares

Art. 385 - Pela inobservância ao disposto neste Regimento, o membro do corpo discente estará sujeito às seguintes sanções disciplinares:

- I.** no caso de transgressão leve: advertência verbal, com comunicação aos responsáveis, priorizando a adoção de sanções pedagógicas em detrimento das meramente punitivas;
- II.** no caso de transgressão média: advertência escrita, a ser assinada pelo aluno, se maior de idade, ou por um responsável, se menor de idade;
- III.** no caso de transgressão grave: suspensão, com imediata comunicação aos responsáveis, sendo lavrado registro a ser assinado por todos os envolvidos ou pelo responsável legal em caso de aluno menor de idade. Nessa situação, o Conselho de Classe analisará o caso, que poderá incorrer em consequente cancelamento do benefício de bolsa/desconto.

Art. 386 - O aluno suspenso não terá acesso às atividades avaliativas que, porventura, aconteçam no período de sua ausência, nem poderá fazer a solicitação de segunda chamada.

Art. 387 - Quando o aluno fizer uso de recursos não autorizados, tais como “cola”, e aparelhos eletrônicos na realização de provas, essas avaliações não serão corrigidas pelo Professor. Nesse caso, será aplicada a nota 0 (zero) ao aluno, e não será permitida a realização de outro instrumento de avaliação em caráter de substituição nem de segunda chamada.

Art. 388 - Quando o aluno fizer uso de aparelhos eletrônicos pessoais, incluindo telefones celulares, caberá a aplicação de advertência escrita. A reincidência em até três vezes implicará em suspensão, nos termos deste Regimento.

Parágrafo Único. o aluno sempre será orientado a manter o aparelho desligado e guardado, não cabendo à equipe da escola o recolhimento desse aparelho.

Art. 389 - Quando a presença do responsável legal for solicitada à escola, para tratar de assuntos inerentes à educação de seu filho, e ele não comparecer por 3 (três) vezes consecutivas, caberá à equipe pedagógica avaliar a pertinência de levar o fato ao conhecimento do Conselho Tutelar, considerando-se os níveis de responsabilidade da família e da escola no tocante à educação de menores, previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 390 - A análise das circunstâncias de ocorrência de transgressões graves será realizada pelo Conselho de Classe, que poderá definir pelo cancelamento imediato da matrícula do aluno, com comunicação aos responsáveis e, se for o caso, acionamento das autoridades competentes, Conselho Tutelar ou Juizado.

Art. 391 - A reincidência de advertência verbal para o mesmo padrão de comportamento, em até três vezes, implicará advertência escrita, nos termos deste Regimento.

Art. 392 - A reincidência de advertência escrita para o mesmo padrão de comportamento, em até três vezes, implicará suspensão, nos termos deste Regimento.

Art. 393 - A primeira reincidência em transgressão grave implica cancelamento imediato do contrato de prestações de serviços.

Art. 394 - A equipe pedagógica avaliará as situações de reincidência em atos disciplinares e indicará aqueles para os quais caberá a assinatura de Termo de Compromisso pelo responsável legal do aluno, objetivando mudanças e a adoção de comportamento coerente com as condições necessárias para um convívio compatível com o ambiente escolar, com base neste Regimento Escolar e na Proposta Pedagógica.

Art. 395 - A rescisão do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais e demais medidas decididas pelo Conselho de Classe em atos indisciplinados graves observarão o devido processo legal, devendo ser concedido prazo aos responsáveis para apresentação de defesa à Gerência da Escola e recurso à Gerência de Educação Básica.

Art. 396 - Situações não contempladas nos artigos supracitados serão objeto de análise do Conselho de Classe e serão consideradas e graduadas de acordo com sua natureza, circunstância e gravidade.

SEÇÃO II

Dos Procedimentos Administrativos para Ato Infracional

Art. 397 - O ato infracional é a ação caracterizada como desrespeito às leis, à ordem pública, aos direitos dos cidadãos ou ao patrimônio, executada por criança ou adolescente que pode ser descrita como crime ou contravenção penal.

Art. 398 - O Diretor/Gerente deve adotar, na medida do possível e conforme as circunstâncias de cada caso, ações proporcionais à falta cometida e que preservem o caráter educacional e pedagógico, desde que a conduta do aluno não coloque em risco ou comprometa a segurança ou integridade do aluno e de outras pessoas.

Art. 399 - Na prática de ato infracional, a direção da escola dará os seguintes encaminhamentos:

§ 1º - Criança (pessoa de até doze anos de idade incompletos): o fato será comunicado oficialmente ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

§ 2º - Adolescente (pessoa entre doze e dezoito anos de idade): a unidade registrará o fato por meio da lavratura de Boletim de Ocorrência, junto à Polícia Militar ou Delegacia Especializada, que farão o encaminhamento à promotoria ou ao juizado competente.

Art. 400 - Nos casos em que a conduta se apresente como ato infracional de natureza grave (violência ou grave ameaça praticada por adolescentes) e que coloque em risco a segurança ou a integridade do aluno ou da comunidade escolar, o Gerente da escola acionará imediatamente a Polícia Militar, para que se adotem as medidas previstas na legislação vigente, mais especificamente o Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º - Nas situações previstas no caput deste artigo, e sem prejuízo de ações imediatas, o Diretor/Gerente deverá reportar às Gerências de Educação, Jurídica e de Segurança Institucional, conforme o caso, seja para receberem orientações prévias, seja para registro dos fatos.

§ 2º - A adoção dos procedimentos do artigo 395 não trará prejuízo à aplicação das medidas internas enumeradas na Seção I que deverão levar em consideração os fins educacionais das normas e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento, garantindo-lhes os pressupostos da ampla defesa nos procedimentos disciplinares.

Art. 401 - Toda conduta interpretada como falta disciplinar ou ato infracional por aluno, seja nas dependências da escola, seja trazendo prejuízos para os membros da comunidade escolar, será informada ao seu responsável legal e registrada em documento próprio, aberto para esse fim e arquivado na pasta individual do aluno.

TÍTULO XIII

Dos Instrumentos de Gestão Escolar

Art. 402 - A organização das instituições educacionais terá como base os instrumentos de gestão escolar representados pelo:

- I. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- II. Autoavaliação Institucional;
- III. Projeto Político Pedagógico da instituição;
- IV. Regimento Escolar.

CAPÍTULO I

Do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI

Art. 403 - O PDI consiste em um documento que detalha o processo de planejamento estratégico desenvolvido pela instituição educacional para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, abrangendo as seguintes dimensões:

- I. perfil institucional: filosofia, missão, visão e objetivos institucionais;
- II. cronograma de desenvolvimento da instituição, no período de vigência do PDI, com a descrição de cada um dos seus cursos, níveis, etapas e/ou das suas modalidades, especificando, se for o caso, a previsão de implantação de novos cursos, níveis, etapas e/ou modalidades;
- III. formas de comunicação interna e externa e de integração com a comunidade;
- IV. políticas de Recursos Humanos, envolvendo:
 - a) perfil docente (formação e experiência profissional);
 - b) perfil do corpo administrativo (formação e experiência profissional);
 - c) mecanismo de recrutamento, de seleção e de contratação de pessoal, no caso das instituições privadas;
 - d) condições institucionais do trabalho dos profissionais, especificando: regime de trabalho, política de desenvolvimento do pessoal docente e administrativo e acompanhamento do trabalho destes profissionais;
- V. gestão institucional e participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos de decisão;
- VI. descrição da infraestrutura física, considerando as especificidades de cada curso, de cada nível, de cada etapa e de cada modalidade, estabelecidas em legislação específica e, especialmente, na caracterização dos seguintes espaços e serviços:
 - a) instalações gerais;
 - b) instalações acadêmico-administrativas;
 - c) salas de aula;
 - d) laboratórios;
 - e) recursos audiovisuais, multimídia, internet e intranet;
 - f) biblioteca, incluindo estrutura física e tecnológica, pessoal, acervo físico e/ou digital, políticas de incentivo e promoção à leitura, políticas de funcionamento e políticas de aquisição, de expansão, de atualização e de manutenção do acervo;
 - g) políticas de aquisição, de expansão, de atualização e de manutenção dos equipamentos, dos softwares e dos recursos audiovisuais;
- VII. políticas de atendimento aos estudantes, incluindo:
 - a) programas de apoio à inserção escolar, ao desenvolvimento escolar e à oportunidade de recuperação de estudos;
 - b) mecanismos de estímulo ao acesso e à permanência dos estudantes com deficiências, com transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação;
 - c) eventos escolares, culturais, técnicos e/ou artísticos institucionalizados;
 - d) programa de bolsas de estudos, no caso da rede privada de ensino;
 - e) apoio à organização dos estudos.
- VIII. plano de sustentabilidade financeira para o período de vigência do PDI, que considere os investimentos necessários e o custeio das atividades propostas.

CAPÍTULO II

Do Projeto de Autoavaliação Institucional

Art. 404 - A Avaliação Institucional interna deverá estar prevista no Projeto Político-Pedagógico e detalhada no Plano de Desenvolvimento Institucional, realizada, anualmente, para rever o conjunto de objetivos e de metas a ser concretizado, mediante ação dos diversos segmentos da comunidade educacional, o que pressupõe delimitação de indicadores compatíveis com a missão estabelecida, além de clareza quanto ao que seja qualidade social da aprendizagem e da instituição educacional.

Art. 405 - A Autoavaliação Institucional é um mecanismo coletivo de verificação contínua das condições estruturais e de funcionamento da instituição para o aperfeiçoamento da qualidade de ensino oferecido por ela.

Art. 406 - A Autoavaliação Institucional deverá ser realizada com a participação da comunidade escolar.

Art. 407 - Os resultados da Autoavaliação Institucional serão consolidados em relatórios anuais, que orientarão o planejamento institucional e serão acompanhados na sistemática de avaliação realizada pelo Sistema.

Parágrafo Único. Os resultados da Autoavaliação Institucional poderão conduzir à necessidade de reformulação do PDI, a ser recomendado nas ações de avaliação, pelo Sistema.

CAPÍTULO III

Do Projeto Político Pedagógico – PPP

Art. 408 - O Projeto Político Pedagógico deve objetivar a viabilidade de uma escola de qualidade que atenda às diretrizes educacionais, em consonância com a LDBEN.

Art. 409 - O PPP, instância de construção coletiva que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social, deverá contemplar:

- I. o histórico e a organização da instituição;
- II. o diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizados no espaço e no tempo;
- III. a concepção de educação, de conhecimento, de avaliação da aprendizagem e de mobilidade escolar;
- IV. o perfil real dos sujeitos – crianças, jovens e adultos –, os quais justificam e instituem a vida da e na instituição educacional do ponto de vista intelectual, cultural, emocional, afetivo e socioeconômico;
- V. as bases norteadoras da organização do trabalho pedagógico;
- VI. a definição de qualidade das aprendizagens e, por consequência, da instituição educacional;
- VII. os princípios da gestão democrática, compartilhada e participativa, previstos nas normas vigentes, especialmente por meio dos órgãos colegiados e dos de representação estudantil;
- VIII. a descrição dos processos a serem utilizados para promover a articulação com a comunidade;

- IX.** o programa de acompanhamento de acesso, de permanência dos estudantes e de superação da retenção escolar;
- X.** a inclusão da pessoa com deficiência e o modo como ocorre o atendimento educacional especializado;
- XI.** o programa de formação inicial e continuada dos profissionais da educação;
- XII.** as ações de acompanhamento sistemático dos resultados no processo de avaliação interna e externa;
- XIII.** a concepção da organização do espaço físico da instituição educacional, de tal modo que esse seja compatível com as características de seus sujeitos, que atenda às normas de acessibilidade, além da natureza e das finalidades da educação, deliberadas e assumidas pela comunidade educacional;
- XIV.** a programação das atividades escolares, no que se refere ao calendário escolar.

Art. 410 - O PPP deverá ser enviado à Superintendência à qual a instituição educacional esteja circunscrita, para fins de análise, de registro e de arquivamento.

Art. 411 - O PPP deverá ser revisto e atualizado coletivamente, no prazo máximo de 2 (dois) anos.

Parágrafo Único. O PPP pode ser atualizado, a qualquer tempo e, necessariamente, quando houver alteração da legislação educacional e das diretrizes que orientam a Educação Básica ou, ainda, diante das transformações da própria comunidade em que a instituição educacional está inserida, e deve ser enviado novamente à Superintendência.

CAPÍTULO IV

Do Regimento Escolar

Art. 412 - O Regimento Escolar, documento normativo da instituição educacional, define os ordenamentos básicos da estrutura e do funcionamento da escola, devendo conter os princípios educacionais que orientam as atividades de cada curso, de cada nível, de cada etapa ou de cada modalidade de ensino oferecidos, além de registrar o compromisso formal dos diferentes segmentos da escola com a comunidade em que está inserida e as relações entre eles, a fim de assegurar a execução do Projeto Político Pedagógico.

Art. 413 - O Regimento Escolar deverá ser elaborado com a participação de todos os segmentos da instituição educacional e aprovado por seu órgão colegiado, quando houver, ou pela entidade mantenedora, se for o caso.

§ 1º - As instituições organizadas em rede poderão adotar diretrizes comuns que servirão de base para o Regimento Escolar de cada instituição educacional.

§ 2º - O Regimento Escolar, seus adendos e emendas entram em vigor no início do ano letivo subsequente ao da sua aprovação ou, excepcionalmente, no mesmo ano, desde que a aprovação tenha sido anterior ao início do ano letivo e/ou período.

§ 3º - O Regimento Escolar deverá ser revisto a cada 2 (dois) anos ou quando houver alteração na legislação.

TÍTULO XIV

Das Disposições Gerais

Art. 414 - O ato da matrícula, a admissão do Professor ou funcionário e a nomeação da autoridade escolar implicam o respeito e o acatamento a este Regimento Escolar.

Art. 415 - Caberá à direção da escola promover meios para leitura e análise deste Regimento Escolar, que será colocado em local de fácil acesso e ficará à disposição dos interessados.

Art. 416 - Este Regimento Escolar pode ser modificado, caso isso seja conveniente ao aperfeiçoamento da instituição ou necessário para sua conformidade às leis da educação nacional em vigor, sempre em função da excelência, que deve caracterizar todo o trabalho da Rede SESI de Educação.

Art. 417 - Os casos omissos serão resolvidos pela Direção da Escola, com a ciência da Gerência de Educação Básica, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 418 - Este Regimento Escolar, aprovado pela entidade mantenedora – representada pela Gerente de Educação Básica do SESI DR-MG – será encaminhado ao sistema oficial competente, pelo Secretário Escolar.

Art. 419 - Este Regimento Escolar, aprovado e assinado pela Representante da Entidade Mantenedora, conterà as assinaturas do Gerente e do Secretário Escolar.

Art. 420 - Este Regimento Escolar entrará em vigor no ano letivo de 2025.

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2025.

Flávia Márcia Dias Bento

Gerente de Educação Básica do SESI DR-MG



SESI MINAS GERAIS

Av. do Contorno, 4456 – Funcionários | Belo Horizonte | MG
(31) 3263 4200 | fiemg.com.br/sesi

Relação de Dirigentes - 2024

GESTÃO SESI - MG

Nome	Cargo
FLÁVIO ROSCOE NOGUEIRA ¹	DIRETOR DO DEPARTAMENTO REGIONAL DO SESI MG
CHRISTIANO PAULO DE MATTOS LEAL	SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO REGIONAL DO SESI MG

Fonte: Superintendência de Pessoas.
Nota: ¹ Não recebe remuneração (Art. 44, do Regulamento do SESI)

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO REGIONAL - SESI MG

Nome	Origem
FLÁVIO ROSCOE NOGUEIRA	PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DO SESI MG
ANA MARIA CANTON VIDAL	DELEGADO DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS
ANTONIO CIRILO DA SILVA	DELEGADO DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS
HENRIQUE SÉRGIO DE PAULA	DELEGADO DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS
HERMES MARQUES VASCONCELOS SOARES	DELEGADO DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS
FERNANDO PASSALIO DE AVELAR	REPRESENTANTE DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CARLOS ALBERTO MENEZES DE CALAZANS	REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
EVERSON DE ALCÂNTARA TARDELLI	REPRESENTANTE TITULAR DOS TRABALHADORES DA INDUSTRIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
MÁRCIO JOSÉ DOS REIS	REPRESENTANTE SUPLENTE DOS TRABALHADORES DA INDUSTRIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fonte: Superintendência de Pessoas.
Nota: Os integrantes não recebem remuneração.



PEDRO IVO DE SOUZA CAMPOS
CPF:

Mês de

10/2025

Vencimento

08/11/2025

Valor

R\$ 135,71

VERO S.A. CNL. | CNPJ 31.748.174/0006-75. | I.E.: 0037925350040 | RUA HORÁCIO DE QUEIROS, 419, ROSÁRIO. 36400-007 - CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

Folha 1 1

RESUMO DE COMPRA

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	DATA INÍCIO	DATA FINAL	VALOR SERVIÇO
2161002 - MUNDO LIVE 750MB + GLOBOPLAY MAIS CANAIS - BF23 - GLOBOPLAY MAIS BF - INTERNET FIBRA - VERO WI-FI LOCACAO - VERO VIDEO UP - VERO LIVROS AUDIOB - VERO AWDIO	01/10/25	31/10/25	R\$ 135,71 incluso incluso incluso incluso incluso

Fale com a Empresa:

Nossos canais de atendimento: Por telefone 0800 374 2000, WhatsApp (31) 99374-2000, ou

Mensagens Gerais:

Central de atendimento ANATEL, 1331, para deficientes auditivos 1332.

TOTALR\$ 135,71

Fique atento, efetue o pagamento em dia e evite:
- Cobrança de multa de 2% e juros de 1% ao mês.
- Suspensão parcial dos serviços, após 15 dias da notificação de existência de débito vencido, o que resultará na redução de velocidade de banda larga. Obs: Durante o período de suspensão parcial , seu plano será cobrado normalmente de acordo com os valores contratados.
- Suspensão Total dos serviços contratados, transcorridos 30 dias do início da Suspensão Parcial.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	VALOR
Instalação, ativação e reparos	R\$ 60,90
Locação de equipamento	R\$ 5,00
Serviços de Telecomunicações	R\$ 15,01
Serviços de Valor Adicionado	R\$ 54,80

Fatura Numerada

Emissão: 03/10/2025

VERO S.A. CNL | CNPJ: 31.748.174/0006-75 | I.E: 0037925350040 | RUA HORÁCIO DE QUEIROS, ROSÁRIO | 36400-007 | CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

Nº: 19108930

Serviço	Alíquota PIS/COFINS	Base de cálculo	Valor PIS/COFINS	Alíquota PIS/COFINS	Base de cálculo	Valor PIS/COFINS
Serviços de não telecomunicações	9.25%	R\$ 5.00	R\$ 0.46	9.25%	R\$ 5.00	R\$ 0.46
Serviços de não telecomunicações	0.0%	R\$ 54.80	R\$ 0.00	0.0%	R\$ 0.00	R\$ 0.00

Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicação (NFST)

Emissão: 03/10/2025

Mod. 22, Série U, CFOP 5307 - Prestacao de servico de comunicacao a nao contribuinte

VERO S.A. CNL | CNPJ: 31.748.174/0006-75 | I.E: 0037925350040 | RUA HORÁCIO DE QUEIROS, ROSÁRIO | 36400-007 | CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

Nº: 18313982

Serviço	Alíquota ICMS	Base de cálculo	Valor ICMS	Alíquota PIS/COFINS	Base de cálculo	Valor PIS/COFINS
Serviços de telecomunicações	18.0 %	R\$ 15.01	R\$ 2.70	3.65%	R\$ 15.01	R\$ 0.55

Reservado ao Fisco : 1D1F..1D9.6.05.01.B.003..E0A1..62B.2.DB


Informações Complementares:

Fatura no crédito? É mais praticidade!

Ative agora o pagamento recorrente mensal por **cartão de crédito** no **app Minha Vero**.



Acesse o QR code e ative agora



Cliente PEDRO IVO DE SOUZA CAMPOS	Vencimento 08/11/2025	Valor R\$ 135,71
Benficiário VERO S.A. CNL	CNPJ 31.748.174/0006-75	

Aproveite esta novidade! Pague agora mesmo com pix Usando o Código QR ao lado.



Carteira de Trabalho Digital

Data de emissão: 10/02/2020

Dados Pessoais

Nome civil

PEDRO IVO DE SOUZA CAMPOS

CPF

Sexo

Data de nascimento

Nacionalidade

Masculino

Brasileiro

Nome da mãe

MARIA ETELVINA ANDRADE CAMARA

Contratos de trabalho

[23/05/2012 - Aberto](#)

Empregador

SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA, DEPARTAMENTO REGIONAL DE MINAS GERAIS (SESI / DRMG)

CNPJ RAIZ: 03.773.834

Estabelecimento

SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA, DEPARTAMENTO REGIONAL DE MINAS GERAIS (SESI / DRMG)

CNPJ: 03.773.834/0001-28

AVENIDA DO CONTORNO 4456 30110028 FUNCIONARIOS BELO HORIZONTE MG

Cargo

ANALISTA DE PROJETOS III

CBO Cargo

1423-30

Tipo de contrato

Prazo indeterminado

Salário contratual

Relação de trabalho

Empregado

Tipo de admissão

Transferência de empresa do mesmo grupo econômico

Fonte da informação

ESOCIAL

ANOTAÇÕES

01/10/2024 - Salário definido para

01/10/2024 a (atual) - Cargo exercido de ANALISTA DE PROJETOS III

01/10/2024 - Relação de trabalho definida para Empregado



Carteira de Trabalho Digital

Data de emissão: 10/02/2020

ANOTAÇÕES

05/08/2024 - Férias 05/08/2024 a 14/08/2024 Período aquisitivo: 11/10/2022 a 10/10/2023

20/05/2024 - Férias 20/05/2024 a 29/05/2024 Período aquisitivo: 11/10/2022 a 10/10/2023

01/05/2024 - Salário definido para [REDACTED], com efeito a partir de 01/05/2024

02/10/2023 - Férias 02/10/2023 a 10/10/2023 Período aquisitivo: 11/10/2021 a 10/10/2022

11/09/2023 - Férias 11/09/2023 a 21/09/2023 Período aquisitivo: 11/10/2021 a 10/10/2022

01/05/2023 - Salário definido para [REDACTED], com efeito a partir de 01/05/2023

08/09/2022 - Férias 08/09/2022 a 17/09/2022 Período aquisitivo: 11/10/2020 a 10/10/2021

01/08/2022 - Salário definido para [REDACTED]

01/07/2022 - Salário definido para [REDACTED], com efeito a partir de 01/07/2022

01/07/2022 a (atual) - Cargo exercido de ANALISTA DE PROJETOS II

01/07/2022 a (atual) - CBO Cargo exercido 1423-30

23/12/2021 - Férias 23/12/2021 a 01/01/2022 período aquisitivo não disponível em razão da versão do eSocial utilizada

20/09/2021 - Férias 20/09/2021 a 29/09/2021 período aquisitivo não disponível em razão da versão do eSocial utilizada

24/12/2020 - Salário definido para [REDACTED]

24/12/2020 - Férias 24/12/2020 a 02/01/2021 período aquisitivo não disponível em razão da versão do eSocial utilizada

05/10/2020 - Salário definido para [REDACTED], com efeito a partir de 05/10/2020

01/04/2020 - Férias 01/04/2020 a 07/04/2020 período aquisitivo não disponível em razão da versão do eSocial utilizada

19/03/2020 - Férias 19/03/2020 a 31/03/2020 período aquisitivo não disponível em razão da versão do eSocial utilizada



Carteira de Trabalho Digital

Data de emissão: 10/02/2020

ANOTAÇÕES

26/12/2019 - Férias 26/12/2019 a 04/01/2020 período aquisitivo não disponível em razão da versão do eSocial utilizada

13/05/2019 - Férias 13/05/2019 a 22/05/2019 período aquisitivo não disponível em razão da versão do eSocial utilizada

01/05/2019 - Salário definido para [REDACTED], com efeito a partir de 01/05/2019

01/05/2019 a (atual) - Cargo exercido de ANALISTA DE PROJETOS I

01/10/2015 a 30/06/2022 - CBO Cargo exercido 1426-05

01/03/2015 a 30/09/2015 - CBO Cargo exercido 4110-05

01/04/2013 a 28/02/2015 - CBO Cargo exercido 2394-05

23/05/2012 - Salário definido para [REDACTED]

23/05/2012 - Tipo de contrato definido para Prazo indeterminado

23/05/2012 - Estabelecimento definido para SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA, DEPARTAMENTO REGIONAL DE MINAS GERAIS (SESI / DRMG)

23/05/2012 a 31/03/2013 - CBO Cargo exercido 4110-05

23/05/2012 - Admissão

OBSERVAÇÕES

24/12/2020 - REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO E SALÁRIO: DURAÇÃO: 49 DIAS /

Pedro Ivo de Souza Campos

Belo Horizonte - MG | [REDACTED] pedroivocampos7@gmail.com

Resumo Profissional

Líder educacional bilíngue com mais de 12 anos de experiência em gestão de projetos, inovação e desenvolvimento de programas estratégicos. Reconhecido internacionalmente como um dos 14 maiores inovadores em educação no mundo pelo Governo dos Estados Unidos (2025). Atuação em planejamento estratégico, gestão de operações, BI, indicadores de performance, expansão institucional e liderança de equipes multidisciplinares.

Experiência Profissional

Analista de Projetos Sênior | SESI - Serviço Social da Indústria - MG (05/2012 - Atual)

- Supervisão de projetos, monitorando KPIs institucionais.
- Estruturação de eventos
- Implantação de dashboards de BI e ferramentas digitais para acompanhamento de resultados.
- Gestão de equipes carteiras de Projetos
- Prospecção e negociação para expansão de negócios
- Implementação de programas educacionais inovadores, incluindo o Programa SESI Way de ensino de inglês.

Student Advisor | STB - Student Travel Bureau (10/2011 - 05/2012)

- Consultoria educacional para programas de intercâmbio e parcerias acadêmicas.

Student Advisor | True Experience Intercâmbio Cultural (03/2011 - 10/2011)

- Prospecção e atendimento de estudantes universitários interessados em programas internacionais.

Formação Acadêmica

Pós-graduação Lato Sensu: Gestão Escolar | Faculdade Batista de Minas Gerais (2025)

Pós-graduação Lato Sensu: Práticas em Educação Bilíngue | Faculdade Batista de Minas Gerais (2023)

Bacharelado: Arquitetura e Urbanismo | Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (2020)

Bacharelado: Turismo | Universidade Federal de Minas Gerais (2011)

Habilidades e Competências

- Gestão pedagógica, administrativa e financeira
- Indicadores estratégicos e Business *Intelligence* (Power BI, Looker Studio)
- Gestão de pessoas, cultura organizacional e formação de equipes
- Programas bilíngues, STEAM e inovação educacional
- Relacionamento institucional e negociações estratégicas
- Host do Podcast internacional “The Education Planet” (www.theeducationplanet.com)

Idiomas

Português: Nativo | Inglês: Fluente (C1) | Espanhol: Intermediário (B2) | Francês: Básico (A1)



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ: 76.535.764/0007-39 - INSC. ESTADUAL: 0622696790026
PCA MILTON CAMPOS,16 - BELO HORIZONTE - MG CEP: 30130-040
MATRIZ CNPJ: 76.535.764/0001-43

PAG.: 1/2



CTCE BELO HORIZONTE MG PL1
SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA SESI
AV DO CONTORNO,4456
CENTRO
30110-002 - BELO HORIZONTE - MG

AD:00100060

DATA DE EMISSAO 01/10/2025	CONTRATO 001-6305 0 1
CNPJ / CPF 03773834000128	VALOR A PAGAR R\$ 17.973,99
INSCRICAO ESTADUAL ISENTO	VENCIMENTO 26/10/2025
TIPO DE TERMINAL CIRCUITOS /PS/TP	
COD. DEB. AUTOMATICO 31	
CODIGO DDD 31	

VALOR REFERENTE A CONTA CUSTOMIZADA
DETALHES DISPONIBILIZADOS NO SITE OI S.A.

PAG./LINHA	DATA	DESCRICAO	VALOR
PRESTADORA OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL NFST N. 00011336893/SERIE B /SUB-SERIE 54			
RESUMO DOS SERVICOS NO PERIODO			
SERVICOS MENSAIS			2.997,38
LIGACOES LOCAIS			9,32
LIGACOES LOCAIS PARA CELULAR			11,17
LIGACOES LONGA DISTANCIA NACIONAL COM 31			109,29
LIG. LONGA DISTANCIA NACIONAL PARA CELULAR COM 31			198,11
DESCONTOS			-6,26
NUMERO UNICO LOCAL			126,27
TC VOICE NET			14.072,68
OI VELOX - SERVICOS MENSAIS E EVENTUAIS			235,16
BASE DE CALCULO ICMS	15.582,96	TOTAL NOTA FISCAL SERVICOS	17.753,12
ALÍQUOTA	18%		
VALOR	2.804,93		
ISS			

RESERVADO AO FISCO

6af1.6d15.7e91.cbb8.e5aa.becd.2538.153c

FATURA N.: 1700461643838 OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PCA MILTON CAMPOS,16 - BELO HORIZONTE - MG CEP: 30130-040
CNPJ: 76.535.764/0007-39 - INSC. ESTADUAL: 0622696790026

SERVICO DE TERCEIROS			
0033/03	01/09/2025	SUPORTE MD-LIGUE:40020888/08006420888	9,90
0033/04	25/09/2025	SUPORTE EMP. 0800-642 3090	40,20
OUTROS VALORES OI FIXO			
0033/05	25/09/2025	BLOQ.CHAMADAS AUTOMAT. COBRAR DE 01/09/25 A 30/09/25 3741-2084	104,37
0033/12	25/09/2025	ASS.UTILIZACAO IDENT.CHAMADAS DE 01/09/25 A 23/09/25 3592-1188	17,72
0033/13	25/09/2025	SERVICO BUSCA AUTOMATICA DE 01/09/25 A 30/09/25 3773-6968	48,68
TOTAL OUTROS VALORES			220,87

CONTRIBUICOES:PARA O FUST(1%) FUNTEL(0,5%) DO VALOR DOS SERVICOS, NAO REPASSADAS AS TARIFAS.

*** FIM DO DETALHAMENTO DA CONTA ***

Fique atento! Mantenha seus pagamentos em dia e evite: Cobrança de multa de 2% + juros de 1% ao mês.
Suspensão dos serviços: Parcial, 15 dias após o envio da 1ª notificação e, com mais 30 dias, Suspensão Total.
Cancelamento e inclusão nos Órgãos de Proteção ao Crédito 30 dias após a Suspensão Total. Durante o período de suspensão parcial a sua linha continua apta a receber chamadas e a assinatura será cobrada normalmente, de acordo com os valores contratados. Acesse www.oi.com.br/hegociacao/ e veja todas as dívidas com a Oi em um só lugar.

Todos os valores cobrados nesta fatura são truncados na segunda casa decimal.
Atenção: o cancelamento de seus serviços Oi, durante o período de permanência mínima, estará sujeito à cobrança de multa contratual.
Exclusivamente para fins de informação: Os pagamentos aqui descritos estão vinculados à contratação firmada em 28 de fevereiro de 2025 com a TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda.

RESUMO DA FATURA	
SERVICOS OI FIXO	17.753,12
SERVICOS MENSAIS E EVENTUAIS E LIG. FIXO-FIXO	17.543,84
LIGACOES PARA CELULAR	209,28
SERVICOS OUTRAS PRESTADORAS	0,00
SERVICOS DE TERCEIROS	50,10
OUTROS VALORES	170,77
VALOR A PAGAR	R\$ 17.973,99
VENCIMENTO	26/10/2025

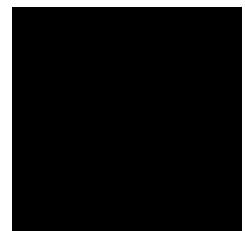



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ: 76.535.764/0007-39 - INSC. ESTADUAL: 0622696790026
PCA MILTON CAMPOS,16 - BELO HORIZONTE - MG CEP: 30130-040
MATRIZ CNPJ: 76.535.764/0001-43

SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA SESI
TELEFONE/CONTRATO: 001-6305 CJ: 0 SU: 1
CONTA 09/2025 LOCAL 18500 DV 6

FATURA N.: 1700461643838
VENCIMENTO: 26/10/2025
VALOR A PAGAR: R\$ 17.973,99

PAGUE COM PIX





ATENDIMENTO AO CLIENTE 10331
 INTERNET www.oi.com.br
 AUXÍLIO À LISTA 102*
 OUVIDORIA 0800 031 7923**

*Serviço sujeito a cobrança. Consulte a operadora.
 **Horário de Atendimento Seg. à Sex. das 8h às 18h

INFORMAÇÕES

Ouvidoria: 0800 031 7923 de segunda a sexta, das 8h às 18h, exceto feriados (Para acionar a Ouvidoria é necessário que você já tenha procurado os nossos Canais de Atendimento e nos informe o número de protocolo).
 O pagamento em lotérica, sem a apresentação da fatura, está sujeito a cobrança. Para mais informações ligue 103 31.
 A Oi informa que conforme Acordo assinado com a ANATEL, a Oi deixou de ser concessionária do serviço de telefonia fixa e, em função disso, não prestará mais esse serviço em várias localidades.
 Para mais informações acessar o site www.oi.com.br/regulatorio/ ou ligue 10331 (Pessoa Física); 0800 031 0800 (Empresarial) ou 0800 031 8031 (clientes Oi Soluções). Se ainda persistirem dúvidas, consulte o site da Anatel www.anatel.gov.br ou ligue para o canal de atendimento 1331, nos dias úteis de 8h às 20h

CÓDIGOS DAS PRESTADORAS DE LONGA DISTÂNCIA:

31 Oi - 12 CTBC - 13 Fonar - 14 Brasil Telecom - 15 Telefônica
 17 Transit - 21 Embratel - 23 Intelig - 25 GVT - 26 IDT
 28 Alpamayo - 32 Convergia - 34 EMTL - 35 Easyfone - 37 Golden Line
 39 Engevox - 41 TIM - 53 Ostara - 71 Dolarphone 81 Sermantel
 91 IPCorp Telecom - 96 Amigo Telecom - 65 Telecom 65

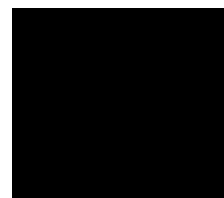
ANATEL - 1331

Caixa Postal Oi: 711, CEP: 50050-480, Recife - PE

RESUMO DOS TRIBUTOS INCIDENTES

RECEITAS (R\$)	VALOR ICMS	VALOR ISS	VALOR PIS	VALOR COFINS
SERVIÇOS TELECOM	2.804,93	0,00	101,28	467,48
SERVIÇOS NÃO TELECOM	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	15,21	70,22
TOTAL TRIBUTOS	2.804,93	0,00	116,49	537,70
NOTA: Fundamento legal Lei 12.741/2012 e Resolução Anatel 632/2014.				

CÓDIGO PARA DÉBITO AUTOMÁTICO





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato o Diretor Regional e Presidente do Conselho Regional do **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, DEPARTAMENTO REGIONAL DE MINAS GERAIS (SESI / DRMG)**, **FLÁVIO ROSCOE NOGUEIRA**, brasileiro, casado, empresário, portador do [REDACTED] inscrito no CPF [REDACTED] abaixo assinado, nomeia e constitui seu/sua bastante **PROCURADOR(A)**, o(a) Sr(a). **CHRISTIANO PAULO DE MATTOS LEAL**, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF sob o [REDACTED], ocupante do cargo de **SUPERINTENDENTE REGIONAL DO SESI/DRMG** ao qual outorga poderes para responder pelas atividades relacionadas à área de atuação do SESI/DRMG, podendo para tanto, participar de licitações, firmar contratos, convênios, acordos de cooperação, termos de compromisso, distratos, termos de encerramento e aditivos, bem como praticar os demais atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, inclusive substabelecer. Este instrumento revoga e substitui os instrumentos firmados anteriormente, para este mesmo fim.

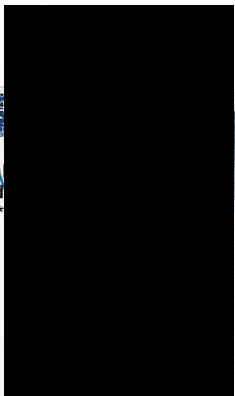
Belo Horizonte, 11 de novembro de 2019.



PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE

10º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de
(DGP40785) FLÁVIO ROSCOE NOGUEIRA *****
em testemunho da verdade.
Belo Horizonte, 22/11/2019 15:58:22 21670

SELO DE CONSULTA:
CÓDIGO DE SEGURANÇA [REDACTED]
Quantidade de atos praticados [REDACTED]
Ato(s) praticado(s) por: [REDACTED]
Lucas Nunes Ferreira - Escrevente Autorizado
Emol: R\$5,30 TFE: R\$1,65 Total: R\$6,95 ISS: R\$0,25
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

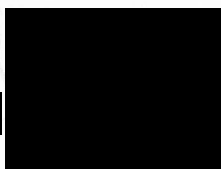


Nº DA
ETIQUETA
AAH003183

**SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, DEPARTAMENTO REGIONAL DE MINAS GERAIS
(SESI / DRMG)**

Flávio Roscoe Nogueira

GABRIELA
GONÇALVES
MAIA: [REDACTED]



REGULAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI)

ATUALIZADO PELO DECRETO Nº 6.637,
DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008



BRASÍLIA, AGOSTO DE 2023.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

REGULAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI)

ATUALIZADO PELO DECRETO Nº 6.637,
DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008

Acesse a publicação pelo
QR Code abaixo.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Robson Braga de Andrade

Presidente

Gabinete da Presidência

Teodomiro Braga da Silva

Chefe do Gabinete - Diretor

Diretoria de Educação e Tecnologia - DIRET

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti

Diretor de Educação e Tecnologia

Serviço Social da Indústria - SESI

Vagner Freitas de Moraes

Presidente do Conselho Nacional

SESI – Departamento Nacional

Robson Braga de Andrade

Diretor

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti

Diretor-Superintendente

Paulo Mól Júnior

Diretor de Operações

REGULAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI)

ATUALIZADO PELO DECRETO Nº 6.637,
DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008



BRASÍLIA, AGOSTO DE 2023.



Serviço Social da Indústria

PELO FUTURO DO TRABALHO

© 2023. Sesi – Departamento Nacional

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

S491r

Serviço Social da Indústria. Departamento Nacional.

Regulamento do Serviço Social da Indústria (SESI) : atualizado pelo decreto nº. 6.637, de 5 de novembro de 2008 / Serviço Social da Indústria. – Brasília : Sesi/DN, 2023.

45 p. : il.

1. Sesi – Regulamento. I.Título.

CDU 658(060.13)

SESI

Serviço Social da Indústria

Departamento Nacional

Sede

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

<http://www.portaldaindustria.com.br/sesi/>

Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

sac@cni.com.br

SUMÁRIO

Decreto nº 57.375, de 2 de Dezembro de 1965.....	7
Regulamento do Serviço Social da Indústria – SESI	9
CAPÍTULO I – Finalidades e Metodologia	10
CAPÍTULO II – Características Cíveis.....	14
CAPÍTULO III – Organização.....	16
CAPÍTULO IV – Órgãos Nacionais	17
CAPÍTULO V – Órgãos Regionais	29
CAPÍTULO VI – Recursos	36
CAPÍTULO VII – Orçamento e Prestação de Contas	40
CAPÍTULO VIII – Pessoal	42
CAPÍTULO IX – Disposições Gerais e Transitórias	43

DECRETO Nº 57.375, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1965.¹

Aprova o Regulamento do Serviço Social da Indústria (SESI).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento que a este acompanha, assinado pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social², para o Serviço Social da Indústria (SESI), criado nos termos do Decreto-lei número 9.403, de 25 de junho de 1946.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Arnaldo Sussekind

1 Publicado no Diário Oficial da União (DOU), de 03 de dezembro de 1965, com retificação no dia 08 do mesmo mês e ano.

2 O art. 3º da Lei nº 6.062, de 25 de junho de 1974, alterou a denominação do Ministério do Trabalho e Previdência Social para Ministério do Trabalho e os desvinculou, tendo sido criado o Ministério da Previdência e Assistência Social. A Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, introduziu na Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, a nova e atual denominação de Ministério do Trabalho e Emprego, que foi mantida pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.



REGULAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI

CAPÍTULO I – FINALIDADES E METODOLOGIA

Art. 1º O Serviço Social da Indústria (SESI), criado pela Confederação Nacional da Indústria, a 1º de julho de 1946, consoante o Decreto-lei nº 9.403, de 25 de junho do mesmo ano, tem por escopo estudar, planejar e executar medidas que contribuam, diretamente, para o bem-estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão de vida no país, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico, e o desenvolvimento do espírito da solidariedade entre as classes.

§ 1º Na execução dessas finalidades, o Serviço Social da Indústria terá em vista, especialmente, providências no sentido da defesa dos salários reais do trabalhador (melhoria das condições da habitação, nutrição e higiene), a assistência em relação aos problemas domésticos decorrentes das dificuldades de vida, as pesquisas sócio-econômicas e atividades educativas e culturais, visando à valorização do homem e aos incentivos à atividade produtora.

§ 2º O Serviço Social da Indústria dará desempenho às suas atribuições em cooperação com os serviços afins existentes no Ministério do Trabalho e Previdência Social³, fazendo-se a coordenação por intermédio do Gabinete do Ministro da referida Secretaria de Estado.

Art. 2º A ação do SESI abrange:

- a) o trabalhador da indústria, dos transportes⁴, das comunicações e da pesca, e seus dependentes;

³ Vide Nota nº 2.

⁴ Exceto os transportes: Aquaviário (Lei nº 5.461, de 25 de junho de 1968), Aeroviário (Decreto-lei nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974) e Rodoviário (Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993).

- b) Os diversos meios-ambientes que condicionam a vida do trabalhador e de sua família.

Art. 3º Constituem metas essenciais do SESI:

- a) a valorização da pessoa do trabalhador e a promoção de seu bem-estar social;
- b) o desenvolvimento do espírito de solidariedade;
- c) a elevação da produtividade industrial e atividades assemelhadas;
- d) a melhoria geral do padrão de vida.

Art. 4º Constitui finalidade geral do SESI: auxiliar o trabalhador da indústria e atividades assemelhadas e resolver os seus problemas básicos de existência (saúde, alimentação, habitação, instrução, trabalho, economia, recreação, convivência social, consciência sócio-política).

Art. 5º São objetivos principais do SESI:

- a) alfabetização do trabalhador e seus dependentes;
- b) educação de base;
- c) educação para a economia;
- d) educação para a saúde (física, mental e emocional);
- e) educação familiar;
- f) educação moral e cívica;
- g) educação comunitária.

Art. 6º O préstimo do SESI aos seus usuários será calcado no princípio básico orientador da metodologia do serviço social, que consiste em ajudar a ajudar-se, quando e quanto necessário:

- a) o indivíduo;
- b) o grupo;
- c) a comunidade.

§ 1º Em toda e qualquer atividade, o SESI dará realce ao processo educativo como meio de valorização da pessoa do trabalhador.⁵

§ 2º O SESI vinculará no seu orçamento geral parcela da receita líquida da contribuição compulsória para a educação, compreendendo as ações de educação básica e continuada, bem como ações educativas relacionadas à saúde, ao esporte, à cultura e ao lazer, destinadas a estudantes, conforme diretrizes e regras definidas pelo Conselho Nacional.⁶

§ 3º Metade da parcela vinculada à educação será destinada à gratuidade nas ações previstas no § 2º.⁷

§ 4º O montante destinado ao atendimento da educação e da gratuidade previstas nos §§ 2º e 3º abrange as despesas de custeio, investimento e gestão.⁸

Art. 7º A obra educativa e serviços do SESI se orientarão no sentido de que a vida em sociedade se realize de forma comunitária.

Parágrafo único. Colimando esse *desideratum* o SESI estimulará e facilitará:

- a) a vida familiar;
- b) a vida grupal e intergrupal;
- c) o trabalho cooperativo;
- d) a primazia do bem comum;
- e) o espírito de solidariedade;
- f) o pleno respeito pela pessoa humana;
- g) a força da integridade moral;

5 Dispositivo renumerado pelo Decreto nº 6.637, de 5 de novembro de 2008, publicado no DOU de 06 de novembro de 2008 (antigo parágrafo único).

6 Alteração proposta pelo Conselho de Representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em reunião realizada em 12 de agosto de 2008 e ratificada pelo Decreto nº 6.637, de 5 de novembro de 2008, publicado no DOU de 06 de novembro de 2008.

7 Vide Nota nº 6.

8 Vide Nota nº 6.

- h) a consciência do dever cívico;
- i) a continuidade dos estudos do trabalhador.⁹

Art. 8º Para a consecução dos seus fins, incumbe ao SESI:

- a) organizar os serviços sociais adequados às necessidades e possibilidades locais, regionais e nacionais;
- b) utilizar os recursos educativos e assistenciais existentes, tanto públicos, como particulares;
- c) estabelecer convênios, contratos e acordos com órgãos públicos, profissionais e particulares;
- d) promover quaisquer modalidades de cursos e atividades especializadas de serviço social;
- e) conceder bolsas de estudo, no país e no estrangeiro, ao seu pessoal técnico, para formação e aperfeiçoamento;
- f) contratar técnicos, dentro e fora do território nacional, quando necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de seus serviços;
- g) participar de congressos técnicos relacionados com suas finalidades;
- h) realizar, direta ou indiretamente, no interesse do desenvolvimento econômico-social do país, estudos e pesquisas sobre as circunstâncias vivenciais dos seus usuários, sobre a eficiência da produção individual e coletiva, sobre aspectos ligados à vida do trabalhador e sobre as condições socioeconômicas das comunidades;
- i) servir-se dos recursos audiovisuais e dos instrumentos de formação da opinião pública, para interpretar e realizar a sua obra educativa e divulgar os princípios, métodos e técnicas de serviço social.

9 Vide Nota nº 6.

CAPÍTULO II – CARACTERÍSTICAS CIVIS

Art. 9º O Serviço Social da Indústria é uma instituição de direito privado, com sede e foro jurídico na Capital da República, cabendo à Confederação Nacional da Indústria inscrever-lhes os atos constitutivos¹⁰ e suas eventuais alterações no registro público competente.¹¹

Art. 10 Os dirigentes e prepostos do SESI, embora responsáveis, administrativa, civil e criminalmente, pelas malversações que cometerem, não respondem individualmente pelas obrigações da entidade.

Art. 11 As despesas do SESI serão custeadas por uma contribuição mensal das empresas das categorias econômicas da indústria, dos transportes¹², das comunicações e da pesca, nos termos da lei.

§ 1º A dívida ativa do Serviço Social da Indústria, decorrente de contribuições, multas ou obrigações contratuais quaisquer, será cobrada judicialmente pelas instituições arrecadadoras, segundo o rito processual dos executivos fiscais.¹³

§ 2º No caso de cobrança direta pela entidade, a dívida considerar-se-á suficientemente instruída com o levantamento do débito junto à empresa, ou com os comprovantes fornecidos pelos órgãos arrecadadores.

§ 3º A cobrança direta poderá ocorrer na hipótese de atraso ou recusa da contribuição legal pelas empresas contribuintes, sendo facultado em consequência, ao Serviço Social da Indústria, independentemente de autorização do órgão arrecadador, mas

10 Os atos constitutivos do SESI encontram-se arquivados e registrados no 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Jurídicas, localizado em Brasília-DF.

11 Redação dada pelo Decreto nº 58.512, de 26 de maio de 1966, publicado no DOU de 30 de maio de 1966, que também revogou seu parágrafo único.

12 Vide Nota nº 4.

13 O art. 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, indicou a Secretaria da Receita Federal do Brasil como órgão responsável pela arrecadação e fiscalização da contribuição de terceiros.

com seu conhecimento, efetivar a arrecadação, por via amigável, firmando com o devedor os competentes acordos, ou por via judicial, mediante ação executiva, ou a que, na espécie, couber.

§ 4º As ações em que o Serviço Social da Indústria for autor, réu, ou interveniente, correrão no juízo privativo da Fazenda Pública.¹⁴

§ 5º Os dissídios de natureza trabalhista, vinculados ao disposto no art. 62, serão resolvidos pela Justiça do Trabalho.

Art. 12 No que concerne a orçamento e prestação de contas da gestão financeira, a entidade, além das exigências da sua regulamentação específica, está adstrita ao disposto nos arts. 11 e 13 da Lei nº 2.613 de 23 de setembro de 1955.

Parágrafo único. Os bens e serviços do SESI gozam da mais ampla isenção fiscal, na conformidade do que rezam os artigos 12 e 13 da lei citada.

Art. 13 O SESI, sob regime de unidade normativa e de descentralização executiva, atuará em íntima colaboração e articulação com os estabelecimentos contribuintes, através dos respectivos órgãos de classe, visando à propositura de um sistema nacional de serviço social com uniformidade de objetivos e de planos gerais, adaptável aos meios peculiares às várias regiões do país.

Art. 14 O Serviço Social da Indústria manterá relações permanentes com a Confederação Nacional da Indústria, no âmbito nacional, e com as federações de indústrias, no âmbito regional, colimando um melhor rendimento dos objetivos comuns e da solidariedade entre empregadores e empregados, em benefício da ordem e da paz social, o mesmo ocorrendo com as demais entidades sindicais representadas no Conselho Nacional e nos Conselhos Regionais.

¹⁴ Conforme Súmula nº 516 do Supremo Tribunal Federal, o SESI está sujeito à jurisdição da Justiça Estadual.

Parágrafo único. Conduta igual manterá o SESI com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e instituições afins, no atendimento de idênticas finalidades.

Art. 15 O disposto no artigo anterior e seu parágrafo único poderá ser regulado em convênio ou ajuste entre as entidades interessadas.

Art. 16 O SESI funcionará como órgão consultivo do poder público nos problemas relacionados com o serviço social, em qualquer de seus aspectos e incriminações.

Art. 17 O SESI, com prazo ilimitado de duração, poderá cessar a sua atividade por proposta da Confederação Nacional da Indústria, adotada por dois terços dos votos das federações filiadas em duas reuniões sucessivas do Conselho de Representantes, especialmente convocado para esse fim, com o intervalo mínimo de trinta dias, e aprovada por Decreto do Poder Executivo.

§ 1º No interregno das reuniões, serão ouvidos, quanto à dissolução pretendida, os órgãos normativos da instituição, previstos no art. 19.

§ 2º O ato extintivo, a requerimento da Confederação Nacional da Indústria, será inscrito no registro público competente, para os efeitos legais.

§ 3º Na hipótese de dissolução, o patrimônio do SESI reverterá em favor da Confederação Nacional da Indústria.

CAPÍTULO III – ORGANIZAÇÃO

Art. 18 O Serviço Social da Indústria, para a realização das suas finalidades, corporifica órgãos normativos e órgãos de administração, de âmbito nacional e de âmbito regional.

Art. 19 São órgãos normativos, de natureza colegiada:

- a) o Conselho Nacional, com jurisdição em todo o país;
- b) os Conselhos Regionais, com jurisdição nas bases territoriais correspondentes.

Art. 20 São órgãos de administração, funcionando sob direção unitária:

- a) o Departamento Nacional, com jurisdição em todo o país;
- b) os Departamentos Regionais, com jurisdição nas bases territoriais correspondentes;
- c) as delegacias regionais, com jurisdição nas áreas que lhes competirem.

CAPÍTULO IV – ÓRGÃOS NACIONAIS

Art. 21 Os órgãos nacionais do SESI – Conselho Nacional e Departamento Nacional –, considerados de instância hierárquica superior, terão sede na Capital da República.

SEÇÃO I – CONSELHO NACIONAL

Art. 22. O Conselho Nacional, com jurisdição em todo o território brasileiro, exercendo, em nível de planejamento, fixação de diretrizes, coordenação e controle das atividades do SESI, a função normativa superior, ao lado do poder de inspecionar, fiscalizar e intervir, em caráter de correição, em qualquer setor institucional da entidade, no centro e nas regiões, se compõe dos seguintes membros:

- a) de um presidente, nomeado pelo Presidente da República, nos termos do Decreto-lei nº 9.665, de 28 de agosto de 1946;

- b) do presidente da Confederação Nacional da Indústria;
- c) dos presidentes dos Conselhos Regionais, representando as categorias econômicas da indústria;
- d) de um delegado das categorias econômicas dos transportes, outro das categorias econômicas das comunicações e outro das categorias econômicas da pesca, designados, cada qual pela respectiva associação sindical de maior hierarquia, base territorial e antigüidade oficialmente reconhecida;
- e) de um representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social¹⁵, designado pelo titular da pasta;
- f) de um representante das autarquias arrecadadoras, designado pelo Conselho Superior da Previdência Social;
- g) REVOGADO;¹⁶
- h) de seis representantes dos trabalhadores da indústria e respectivos suplentes, indicados pelas confederações de trabalhadores da indústria e centrais sindicais, que contarem com pelo menos vinte por cento de trabalhadores sindicalizados em relação ao número total de trabalhadores da indústria em âmbito nacional.¹⁷

§ 1º Os membros do Conselho exercerão as suas funções pessoalmente, não sendo lícito fazê-lo através de procuradores, prepostos ou mandatários.

15 Vide Nota nº 2.

16 Suprimido pelo Decreto nº 66.139, de 29 de janeiro de 1970, publicado no DOU de 30 de janeiro de 1970.

17 Alteração proposta pelo Conselho de Representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em reunião ordinária realizada em 10 de março de 2006 e ratificada pelo Decreto nº 5.726, de 16 de março de 2006, publicado no DOU de 17 de março de 2006.

§ 2º Nos impedimentos, licenças, ausências do território nacional, ou qualquer outro motivo, os conselheiros serão representados, nas reuniões plenárias mediante convocação:

- a) o presidente da Confederação Nacional da Indústria, pelo seu substituto estatutário no órgão de classe;
- b) o presidente do Conselho Regional, pelo seu substituto na entidade federativa;
- c) cada trabalhador, pelo respectivo suplente que constar do ato que indicou o titular;¹⁸
- d) os demais, por quem for indicado pelo ente representado.¹⁹

§ 3º Cada conselheiro terá direito a um voto em plenário.

§ 4º Os conselheiros a que aludem as letras “a”, “b” e “c” do *caput* deste artigo estão impedidos de votar, em plenário, quando entrar em apreciação ou julgamento atos de sua responsabilidade nos órgãos da administração nacional ou regional da entidade.

§ 5º Os conselheiros referidos nas letras “b”, “c” e “d” do *caput* deste artigo terão o mandato suspenso se a entidade sindical a que pertencerem cair sob intervenção do poder público.

§ 6º Os membros a que se refere a alínea “h” do *caput* exercerão o mandato por dois anos, podendo ser reconduzidos.²⁰

§ 7º Duas ou mais confederações de trabalhadores da indústria, ou duas ou mais centrais sindicais, poderão somar seus índices de sindicalização no setor da indústria, para atender ao requisito de representatividade estabelecido na alínea “h” do *caput*.²¹

18 Vide Nota nº 17.

19 Vide Nota nº 17.

20 Vide Nota nº 17.

21 Vide Nota nº 17.

§ 8º A indicação dos representantes dos trabalhadores prevista na alínea “h” do *caput* será proporcional à representatividade das entidades indicantes.²²

Art. 23 O Presidente do Conselho Nacional, como executor de suas deliberações, representará a este oficialmente e perante ele responderá pelos seus atos de gestão e administração.

Parágrafo único. Nos casos de faltas ou impedimentos até noventa dias o Presidente do Conselho será substituído pelo conselheiro que designar, cabendo ao Presidente da República nomear substituto nas ausências de maior tempo.

Art. 24 Compete ao Conselho Nacional:

- a) aprovar as diretrizes gerais do serviço social, na indústria e atividades assemelhadas, para observância em todo o país;
- b) aprovar a distribuição de fundos às administrações regionais para execução de seus serviços, obedecida a quota legal;
- c) aprovar, em verbas discriminadas, o orçamento geral da entidade, computado por unidades administrativas, fixando parcela da receita da contribuição compulsória vinculada à educação, de que trata o § 2º do art. 6º;²³
- d) aprovar a prestação de contas e o relatório anual do presidente do Conselho Nacional e fixar-lhe a verba de representação;
- e) aprovar a prestação de contas e o relatório anual do Departamento Nacional;

²² Vide Nota nº 17.

²³ Vide Nota nº 6.

- f) apreciar os relatórios e a prestação de contas das administrações regionais, com parecer do Departamento Nacional;
- g) encaminhar, anualmente, nas épocas próprias, ao Presidente da República, o orçamento²⁴ da entidade e, ao Tribunal de Contas da União, as prestações de contas dos responsáveis;²⁵
- h) autorizar as transferências e as suplementações de dotações orçamentárias dos órgãos nacionais e regionais, submetendo a matéria à autoridade oficial competente, quando a alteração for superior a 25% (vinte e cinco por cento), em qualquer verba;
- i) fiscalizar a execução orçamentária e a distribuição de fundos;
- j) determinar as diárias e autorizar as despesas de transporte dos conselheiros, relativas ao comparecimento às reuniões plenárias;
- l) aprovar, mediante proposta do Departamento Nacional, os quadros do seu pessoal, fixando carreiras, postos em comissão, cargos isolados, funções gratificadas, padrões de vencimentos e critérios de promoção;
- m) autorizar a criação de representações do SESI nas unidades políticas onde não haja federação industrial reconhecida e filiada à Confederação Nacional da Indústria;
- n) autorizar a alienação e o gravame de bens móveis²⁶ e imóveis pertencentes à entidade;

24 O art. 27, inciso II, alínea 'l', da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, com redação dada pela Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, atribuiu ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a competência de aprovar o orçamento geral do SESI.

25 Redação dada pelo Decreto nº 58.512, de 26 de maio de 1966, publicado no DOU de 30 de maio de 1966.

26 A Resolução nº 01/2004, de 06 de agosto de 2004, do Conselho Nacional do SESI, em conformidade com as regras e limites que impõe, delegou aos Conselhos Regionais a competência de autorizar, nos limites de suas jurisdições, a alienação de bens móveis da Entidade.

- o) autorizar convênios e acordos com a Confederação Nacional da Indústria, visando às finalidades institucionais, ou aos interesses recíprocos das duas entidades;
- p) determinar, com fixação de prazo e condições que estabelecer, a intervenção no Departamento Nacional e nos órgãos regionais, nos casos de falta de cumprimento de normas de caráter obrigatório, ou de ineficiência da respectiva administração, como de circunstâncias graves que justifiquem a medida;
- q) conhecer dos recursos dos interessados, interpostos dentro do prazo de trinta dias, de decisões proferidas, em espécie, pelo Departamento Nacional ou pelos órgãos regionais, versando matéria vinculada aos objetivos institucionais, ou às obrigações das empresas contribuintes;
- r) decidir, em última instância, *ex officio*, ou por solicitação do Departamento Nacional ou órgãos regionais, as questões de ordem geral de interesse do SESI;
- s) aprovar o Estatuto dos Servidores do SESI;
- t) aprovar, mediante proposta do Departamento Nacional, regras de desempenho relativas às ações de educação e gratuidade, a serem seguidas pelos órgãos do SESI, as quais deverão observar o princípio federativo, as diretrizes estratégicas da entidade e o controle com base em indicadores qualitativos e quantitativos;²⁷ e
- u) resolver os casos omissos.²⁸

§ 1º Cabe ao plenário aplicar penas disciplinares a seus membros, inclusive suspensão ou perda do mandato, consoante a natureza, repercussão e gravidade das faltas cometidas.

27 Vide Nota nº 6.

28 Vide Nota nº 6.

§ 2º É lícito ao Conselho Nacional, igualmente, no resguardo e bom nome dos interesses do SESI, inabilitar ao exercício de função ou trabalho na entidade, por prazo determinado, qualquer pessoa, pertencente ou não a seus quadros representativos ou empregatícios, que tenham causado prejuízo moral, técnico ou administrativo aos fins institucionais, ou lesão ao seu patrimônio, depois de passada em julgado decisão de quem de direito, sobre o fato originário.

Art. 25 O Conselho Nacional se reunirá na sede social.
I - ordinariamente:

- a) em março, na segunda quinzena, para deliberar sobre os relatórios e as contas da gestão financeira do ano anterior;
- b) em julho, para aprovar a distribuição de fundos aos órgãos regionais, nos termos do artigo 24, letra “b”, e para autorizar as retificações orçamentárias que se fizeram precisas quanto às dotações do exercício em curso;
- c) em novembro, na segunda quinzena, para aprovar os orçamentos de receita e despesa, inclusive planos de trabalho, relativos ao exercício subsequente.

II - extraordinariamente, em qualquer época, quando convocado pelo presidente, ou pela maioria absoluta de seus membros, para deliberar sobre as matérias constantes da convocação.

§ 1º Nas sessões ordinárias, esgotadas as matérias obrigatórias é lícito ao plenário examinar e resolver quaisquer outros assuntos de interesse da entidade constante da pauta dos trabalhos.

§ 2º Só ocorrendo motivo relevante, a juízo do plenário, ou da presidência, poderá o Conselho Nacional reunir-se fora da localidade da sede social.

Art. 26 O presidente do Conselho Nacional, ao lado das funções permanentes de sua alçada, como administrador dos serviços e gestor dos recursos do órgão, poderá, no interregno das sessões, *ad referendum* do mesmo, exercer quaisquer de suas atribuições que, dado o caráter de urgência ou de ameaça de dano efetivo ou potencial aos interesses da entidade, não possam aguardar o funcionamento do plenário.

Parágrafo único. Se o Conselho Nacional deixar de homologar, no todo ou em parte, o ato praticado *ad referendum*, terá este validade até a data da decisão do plenário.

Art. 27 O Conselho Nacional se instalará com a presença de um terço dos seus membros, sendo porém, necessário o comparecimento da maioria absoluta para as deliberações.

Parágrafo único. As decisões serão tomadas por maioria de sufrágios, cabendo ao presidente o voto de qualidade nos empates verificados.

Art. 28 O Conselho Nacional, para o desempenho de suas atribuições, disporá de uma superintendência, de um serviço de secretaria, de uma consultoria jurídica e das assessorias técnicas necessárias com pessoal próprio, admitido pelo presidente, dentro dos padrões e níveis adotados para o Departamento Nacional.

Parágrafo único. A organização dos serviços e o quadro do pessoal constarão de ato próprio, baixado pelo presidente, *ad referendum* do plenário.

Art. 29 O Conselho Nacional, durante as sessões, será coadjuvado, no que for preciso, pelo Departamento Nacional, que lhe ministrará a assistência necessária.

Art. 30 O Conselho Nacional manterá contato permanente com a Confederação Nacional da Indústria e entidades sindicais representadas no seu plenário, na troca e colheita de elementos relativos ao

serviço social, bem como às atividades produtoras e assemelhadas, autorizando, quando necessário, a celebração de acordos e convênios.

Art. 31 O Conselho Nacional elaborará o seu regimento interno, consignando as regras de funcionamento do plenário, a convocação de reuniões, a constituição de comissões, a pauta dos trabalhos, a distribuição dos processos, a confecção de atas e anais, e tudo quanto se refira à economia interna do colegiado.

Parágrafo único. A observância das normas regimentais constitui elemento essencial à validade das deliberações.

SEÇÃO II – DEPARTAMENTO NACIONAL

Art. 32 O Departamento Nacional é o órgão administrativo de âmbito nacional incumbido de promover, executivamente, os objetivos institucionais, nos setores técnico, operacional, econômico, financeiro, orçamentário e contábil, segundo os planos e diretrizes adotados pelo Conselho Nacional.

Parágrafo único. Dirigirá o Departamento Nacional, na qualidade de seu diretor, o presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Art. 33 Compete ao Diretor do Departamento Nacional:

- a) organizar, executar, superintender e fiscalizar, direta ou indiretamente, todos os serviços do Departamento Nacional, baixando instruções aos departamentos e delegacias regionais;
- b) submeter ao Conselho Nacional a proposta do orçamento anual da entidade, especificamente pelas unidades responsáveis, bem como a distribuição de fundos às administrações regionais;
- c) apresentar ao Conselho Nacional o relatório anual e a prestação de contas da gestão financeira do SESI na

- administração nacional e dar parecer sobre os relatórios e as contas das administrações regionais;
- d) suplementar as administrações regionais de arrecadação insuficiente com fundos da renda prevista no orçamento, consoante um plano motivado de ordem técnica;
 - e) organizar e submeter à deliberação do Conselho Nacional, além da estrutura dos serviços, o quadro do pessoal do Departamento Nacional, fixando-lhe as carreiras, os cargos isolados, as funções gratificadas, os critérios de promoção, a forma e a importância dos vencimentos, dentro dos limites orçamentários competentes;
 - f) admitir, lotar, promover e demitir os servidores do Departamento Nacional, nos termos da alínea anterior, bem como conceder-lhes férias e licenças e aplicar-lhes penas disciplinares;
 - g) contratar locações de serviços, dentro das dotações do orçamento;
 - h) conceder ou formular requisições de servidores, no interesse dos fins institucionais, a entidades públicas, autárquicas, ou de economia mista;
 - i) autorizar as despesas da entidade, tanto de material, como de pessoal, assinando cheques e ordens de pagamento;
 - j) assinar a correspondência oficial;
 - l) elaborar o Estatuto dos Servidores do SESI, para os fins do artigo 24, letra “s”;
 - m) abrir contas no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal e em bancos particulares de reconhecida idoneidade, a critério do Conselho Nacional, com observância do disposto no artigo 55 e seus parágrafos;²⁹

29 Pelo art. 1º do Decreto-lei nº 151, de 9 de fevereiro de 1967, as disponibilidades do SESI deverão ser mantidas em depósito exclusivamente no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal.

- n) promover, por intermédio dos setores competentes, os estudos e pesquisas de natureza técnica e administrativa, a fim de encaminhar ao Conselho Nacional sugestões sobre as matérias de sua alçada;
- o) assinar acordos e convênios, inclusive requisição de pessoal, com a Confederação Nacional da Indústria e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, visando aos objetivos institucionais, ou aos interesses das entidades;
- p) fiscalizar, sempre que julgar oportuno, diretamente, ou por intermédio de prepostos, a execução, pelas administrações regionais, dos dispositivos legais, regulamentares, estatutários e regimentais atinentes ao SESI, bem como acompanhar e avaliar o cumprimento pelos órgãos regionais das regras de desempenho e das metas físicas e financeiras relativas às alocações de recursos na educação e às ações de gratuidade;³⁰
- q) designar as representações autorizadas pelo Conselho Nacional para a execução dos serviços da entidade onde não haja federação de indústrias;
- r) organizar, facultativamente, comissões especiais e grupos de trabalho para o estudo de assuntos determinados;
- s) representar o Departamento Nacional perante os poderes públicos federais, estaduais e municipais, bem como perante as organizações autárquicas e privadas de qualquer natureza;
- t) corresponder-se com os poderes públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como as entidades afins, nos assuntos relacionados com o Serviço Social da Indústria;

30 Vide Nota nº 6.

- u) assumir, ativa e passivamente, encargos e obrigações, inclusive de natureza patrimonial ou econômica, de interesse do SESI;
- v) representar o Serviço Social da Indústria em juízo, ou fora dele, podendo constituir, para esse fim, procuradores, mandatários ou prepostos, ressalvada a autonomia dos diretores regionais, prevista no art. 37 e seus parágrafos, e no art. 62;³¹
- x) conferir poderes aos diretores regionais, para os fins das letras “u” e “v”, quando se tratar de bens, serviços ou interesses da entidade localizados nas áreas jurisdicionais respectivas;
- z) delegar competência ao Superintendente e ao Chefe de Gabinete para exercitarem, especificamente, qualquer das atribuições de sua alçada, definidas neste artigo.

Art. 34 O Departamento Nacional cumprirá as suas atribuições e desempenhará as tarefas a seu cargo através de três divisões, tecnicamente autônomas – a divisão administrativa, a divisão técnica e a procuradoria-geral –, que se integrarão dos setores necessários, dentro da estrutura de serviços prevista no art. 33, letra “e”.

Art. 35 O Diretor do Departamento Nacional poderá designar um superintendente, demissível *ad nutum*, na qualidade de seu preposto, para exercer quaisquer das atribuições de sua alçada, expressamente conferidas, na direção e execução dos serviços do órgão.

Parágrafo único. O superintendente, responsável perante o Diretor do Departamento Nacional, a este diretamente se subordina, podendo ser escolhido dentro ou fora dos quadros da entidade.

31 Redação dada pelo Decreto nº 61.779, de 24 de novembro de 1967, publicado no DOU de 1º de dezembro de 1967.

Art. 36 O Diretor do Departamento Nacional organizará o seu gabinete, sob direção de um chefe de sua livre escolha, a quem poderá delegar poderes, para assessorá-lo no desempenho da missão que lhe cabe.

CAPÍTULO V – ÓRGÃOS REGIONAIS

Art. 37 Nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, onde houver federação de indústrias, oficialmente reconhecida e filiada ao órgão superior da classe, será constituído um conselho regional e instalado um Departamento Regional do SESI, com jurisdição na base territorial respectiva.

§ 1º Os órgãos regionais, embora sujeitos às diretrizes e normas gerais prescritas pelos órgãos nacionais, bem como à correição e fiscalização inerentes a estes, são autônomos no que se refere à administração de seus serviços, gestão dos seus recursos, regime de trabalho e relações empregatícias.³²

§ 2º Não haverá qualquer vinculação de natureza salarial entre os servidores dos Departamentos Regionais, nem destes com os do Departamento Nacional.³³

SEÇÃO I – CONSELHOS REGIONAIS

Art. 38 Os Conselhos Regionais se comporão dos seguintes membros:

- a) do presidente da federação de indústrias local, que será o seu presidente nato;

³² Dispositivo renumerado pelo Decreto nº 61.779, de 24 de novembro de 1967, publicado no DOU de 1º de dezembro de 1967 (antigo parágrafo único).

³³ Incluído pelo Decreto nº 61.779, de 24 de novembro de 1967, publicado no DOU de 1º de dezembro de 1967.

- b) de quatro delegados das atividades industriais, escolhidos pelo Conselho de Representantes da entidade federativa;³⁴
- c) de um delegado das categorias econômicas dos transportes, das comunicações e da pesca, escolhido pela respectiva associação sindical de maior hierarquia e antigüidade existente na base territorial respectiva;
- d) de um representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social³⁵, designado pelo titular da pasta;
- e) de um representante do Estado, do Distrito Federal ou do Território, designado pelo competente Chefe do Poder Executivo;
- f) de um representante dos trabalhadores da indústria, que terá um suplente, indicados pela organização dos trabalhadores mais representativa da região.³⁶

§ 1º Os membros a que se referem as alíneas “b”, “c” e “f” exercerão o mandato por dois anos, podendo ser reconduzidos.³⁷

§ 2º Cada conselheiro terá direito a um voto em plenário.

§ 3º O presidente do Conselho Regional terá direito a voto nas reuniões deste órgão, prevalecendo, em caso de empate, a solução que tiver sufragado, estando, porém, impedido de votar quando o plenário apreciar, ou julgar, ato de sua responsabilidade no Departamento Regional.

§ 4º Substituirão os conselheiros regionais, nas suas faltas e impedimentos, os substitutos estatutários, ou os suplentes designados.³⁸

34 Vide Nota nº 17.

35 Vide Nota nº 2.

36 Vide Nota nº 17.

37 Vide Nota nº 17.

38 Vide Nota nº 17.

Art. 39 Compete a cada Conselho Regional:

- a) adotar providências e medidas relativas nos trabalhos e gestão dos recursos da região;
- b) votar, em verbas discriminadas, o orçamento anual da região, elaborado pelo Departamento Regional, dentro dos fundos aprovados pelo Conselho Nacional;
- c) aprovar o relatório e a prestação de contas do Departamento Regional, concernentes a cada exercício;
- d) apreciar, mensalmente, a execução orçamentária na região;
- e) examinar, anualmente, o inventário de bens a cargo da administração regional;
- f) aprovar os quadros, fixar os padrões de vencimentos, determinar o critério e a época das promoções, bem como examinar quaisquer reajustamentos de salários do pessoal do Departamento Regional;
- g) aprovar a abertura de contas para a guarda dos fundos da região em bancos oficiais, Caixa Econômica Federal, e bancos privados de reconhecida idoneidade, com observância do disposto no art. 55, e seus parágrafos;³⁹
- h) manifestar-se sobre a aquisição de imóveis necessários aos serviços da região;
- i) apreciar o desenvolvimento e a regularidade dos trabalhos a cargo do Departamento Regional;
- j) encarregar-se de incumbências que lhe forem delegadas pelo Conselho Nacional;
- l) dirigir-se aos órgãos nacionais, representando, ou solicitando providências, sobre problemas de interesse da entidade;

³⁹ Vide Nota nº 29.

- m) designar o secretário de seus serviços específicos, fixando-lhe remuneração e atribuições;
- n) fixar o valor da cédula de presença de seus membros, que não poderá exceder de um terço do salário mínimo local;⁴⁰
- o) autorizar convênios e acordos com a respectiva federação, visando aos objetivos institucionais, ou aos interesses recíprocos das entidades, na área territorial comum;
- p) aplicar a qualquer de seus membros, nas circunstâncias indicadas, o disposto no artigo 24, § 1º, com recurso voluntário, sem efeito suspensivo, pelo interessado, para o Conselho Nacional;
- q) votar o seu regimento interno, alterando-o quando conveniente, pelo voto de dois terços do plenário.

§ 1º Os Conselhos Regionais reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocados pelo presidente, ou pela maioria de seus membros.

§ 2º Os Conselhos Regionais deliberarão com a presença de dois terços dos seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria de votos.

Art. 40 Compete ao presidente do Conselho Regional:

- a) dirigir o plenário respectivo;
- b) supervisionar todos os serviços a cargo da administração regional;
- c) encaminhar ao Conselho Nacional o relatório anual e a prestação de contas da região, depois de pronunciamento do plenário regional.

⁴⁰ De acordo com o art. 7º, inciso IV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988), atualmente o salário mínimo, fixado em lei, é nacionalmente unificado.

Art. 41 Os regimentos internos e os atos normativos adotados pelos conselhos regionais serão encaminhados ao presidente do Conselho Nacional, para verificação de sua conformidade com este regulamento e as diretrizes gerais expedidas nos termos do art. 24, letra “a”.

Art. 42 Os Conselhos Regionais, no exercício de suas atribuições, serão coadjuvados, no que for preciso, pelo departamento regional que lhes ministrará, durante as sessões, a assistência técnica e administrativa necessária.

Art. 43 Os Conselhos Regionais manterão contato permanente com a federação de indústrias local, na troca e colheita de dados relativos ao serviço social, bem como as atividades produtoras e assemelhadas, autorizando, quando necessário, a celebração de convênios e acordos, inclusive colaboração financeira.

SEÇÃO II – DEPARTAMENTOS REGIONAIS

Art. 44 Cada Departamento Regional será dirigido pelo seu diretor, que será o presidente da federação de indústrias local.

Art. 45 Compete ao diretor de cada departamento:

- a) submeter ao Conselho Regional a proposta do orçamento anual da região, em verbas discriminadas, dentro dos fundos aprovados pelo Conselho Nacional;
- b) apresentar o relatório e preparar a prestação de contas da gestão financeira da administração regional, em cada exercício, para exame e aprovação do Conselho Regional;
- c) propor ao conselho regional a criação de bolsas de estudos de escolas de serviço social e de cursos extraordinários ou especializados, que julgar convenientes, de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional, e instruções do Departamento Nacional;

- d) promover planos de cooperação com escolas técnicas para a realização de cursos de alfabetização, de aprendizagem ou de serviço social;
- e) organizar o quadro de servidores da região, o seu padrão de vencimentos, os critérios e épocas de promoção, bem como os reajustamentos de salários, para exame e deliberação do Conselho Regional;
- f) admitir, promover e demitir os servidores da administração regional, dentro do quadro aprovado pelo Conselho Regional;
- g) lotar os servidores nas diversas dependências da administração regional, conceder-lhes férias e licenças, e aplicar-lhes penas disciplinares;
- h) manter em dia e em ordem a escrituração contábil, adotando o plano de contas aprovado pelo Departamento Nacional;
- i) abrir contas para os fundos da região, em bancos oficiais, ou privados, devidamente credenciados pelo Conselho Regional, com observância do disposto no artigo 55 e seus parágrafos;⁴¹
- j) autorizar as despesas da região, tanto de pessoal, como de material e serviços, assinando cheques e ordens de pagamento;
- l) representar o Departamento Regional perante poderes públicos, autarquias e instituições privadas, restrita a representação em juízo aos assuntos decorrentes da autonomia prevista no art. 37 e seus parágrafos e art. 62, podendo, para esse fim, constituir procuradores, mandatários ou prepostos;⁴²
- m) assinar a correspondência oficial;
- n) programar e executar todas as tarefas a cargo da administração regional;

41 Vide Nota nº 29.

42 Vide Nota nº 31.

- o) encaminhar ao Conselho Regional todos os assuntos a cargo da administração regional, estudados e preparados pelos setores competentes;
- p) preparar convênios, acordos e demais ajustes de interesse da região;
- q) propor convênios e acordos com a federação de indústrias local, visando aos objetivos institucionais e aos interesses recíprocos das entidades, na área territorial comum;
- r) aplicar multas aos empregadores da indústria e atividades assemelhadas transgressoras dos dispositivos legais e regulamentares;
- s) organizar, facultativamente, comissões técnicas e grupos de trabalho com elementos de reconhecida competência e autoridade em assuntos de serviço social, para estudo de casos específicos;
- t) exercitar a delegação de poderes que lhe for outorgada pelo Diretor do Departamento Nacional, na forma do artigo 33, letra “x”;
- u) elaborar o regulamento interno do Departamento Regional.

Parágrafo único. As atribuições e tarefas da administração regional, de acordo com o que dispuser o regulamento interno previsto na letra “u”, poderão ser exercidas mediante outorga conferida a superintendente, administrador ou preposto designado pelo diretor regional, consoante as peculiaridades locais.

SEÇÃO III – DELEGACIAS REGIONAIS

Art. 46 Nos Estados e territórios onde não houver federação de indústrias oficialmente reconhecida, filiada ao órgão superior da classe, será instalada uma delegacia regional, subordinada diretamente ao Departamento Nacional.

Art. 47 As delegacias regionais, como órgãos executivos das regiões em que se instalarem, serão dirigidas por um delegado, nomeado, em comissão, pelo diretor do Departamento Nacional.

Parágrafo único. Poderá funcionar junto às delegacias regionais, na conformidade de instruções baixadas pelo Departamento Nacional, um conselho consultivo composto de três a sete industriais locais, designados nas mesmas condições do delegado.

CAPÍTULO VI – RECURSOS

Art. 48 Constituem receita do Serviço Social da Indústria:

- a) as contribuições dos empregadores da indústria, dos transportes⁴³, das comunicações e de pesca, previstas em lei;⁴⁴
- b) as doações e legados;
- c) as rendas patrimoniais;
- d) as multas arrecadadas por infração de dispositivos legais, regulamentares e regimentais;
- e) as rendas oriundas de prestações de serviços e de mutações de patrimônio, inclusive as de locação de bens de qualquer natureza;
- f) as rendas eventuais.

Parágrafo único. A receita do SESI se destina a cobrir suas despesas de manutenção e encargos orgânicos, o pagamento de pessoal e serviços de terceiros, a aquisição de bens e valores, as contribuições legais e regulamentares, as representações, auxílios e subvenções, os compromissos assumidos, os estipêndios obrigatórios e quaisquer outros gastos regularmente autorizados.

⁴³ Vide Nota nº 4.

⁴⁴ De acordo com o *caput* do art. 3º do Decreto-lei nº 9.403, de 25 de junho de 1946.

Art. 49 A arrecadação das contribuições devidas ao SESI será feita pelo instituto ou caixa de pensões e aposentadoria a que estiver filiada a empresa contribuinte, concomitantemente com as contribuições da previdência social.⁴⁵

§ 1º O órgão arrecadador, pelos seus serviços, terá direito a uma remuneração fixada e paga na forma do disposto no artigo 255 e seus parágrafos do Regulamento-Geral da Previdência Social, baixado com o Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960.⁴⁶

§ 2º Em face de circunstâncias especiais, as empresas que nelas se encontrarem poderão recolher as suas contribuições diretamente ao SESI, mediante autorização do Departamento Nacional, comunicada ao órgão previdenciário competente.⁴⁷

§ 3º É assegurado ao SESI o direito de, junto às autarquias arrecadoras, promover a verificação da cobrança das contribuições que lhe são devidas, podendo, para esse fim, além de meios outros de natureza direta ou indireta, credenciar prepostos ou mandatários.⁴⁸

Art. 50 As contribuições compulsórias, outorgadas em lei, em favor do SESI, depois de abatida a quota pré-fixada para a aquisição de letras imobiliárias do Banco Nacional de Habitação, nos termos do artigo 21 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964⁴⁹, serão creditadas às administrações regionais na proporção de 75% (setenta e cinco por cento) sobre os montantes arrecadados nas bases territoriais respectivas, cabendo os restantes 25% (vinte e cinco por cento) à administração nacional.

⁴⁵ Vide Nota nº 13.

⁴⁶ Pelo art. 3º, § 1º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, a remuneração devida à Secretaria da Receita Federal do Brasil será de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) do montante arrecadado.

⁴⁷ Vide Nota nº 13.

⁴⁸ Vide Nota nº 13.

⁴⁹ O art. 23 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, dispensou o SESI da aquisição de letras imobiliárias do extinto BNH e fixou em 1 1/2 (um e meio) por cento o percentual para contribuição compulsória devida à Entidade. Atualmente essa matéria é regulada pelo art. 30 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Parágrafo único. O SESI poderá assinar convênios com o Banco Nacional de Habitação, regulando a aplicação dos recursos originários de sua receita na construção, aquisição ou reforma de casas populares para os seus beneficiários.⁵⁰

Art. 51 Os recursos da administração nacional terão por fim cobrir as despesas do Conselho Nacional e do Departamento Nacional.

Art. 52 A renda da administração nacional, oriunda da contribuição prevista em lei, com desconto da quota de 5% (cinco por cento) para o custeio e encargos do Conselho Nacional e da quota de 4% (quatro por cento) sobre a cifra da arrecadação geral para a administração superior a cargo da Confederação Nacional da Indústria, será aplicada na conformidade do que dispuser o orçamento de cada exercício.

§ 1º O Departamento Nacional, anualmente, a título de subvenção ordinária, aplicará até dez por cento (10%) de sua disponibilidade líquida em auxílio às regiões deficitárias no custeio de serviços que atendam aos reclamos dos trabalhadores e se enquadrem nas finalidades da instituição.

§ 2º Igualmente, o Departamento Nacional, consoante plano que organizar, sujeito à homologação do Conselho Nacional, poderá aplicar da mesma fonte, cada ano, importância não excedente de quinze por cento (15%), sob forma de subvenção extraordinária, aos órgãos regionais e que terá por fim atender a realizações de natureza especial e temporária, principalmente para execução de obras, melhoramentos e adaptações, aquisição de imóveis, instalação e equipamentos, cabendo-lhe, ainda, estabelecer normas para essa concessão.

§ 3º Poderá, ainda, o Departamento Nacional, se necessário, suplementar as percentagens previstas no § 1º com subvenções especiais debitadas aos eventuais saldos de seu orçamento.⁵¹

50 O Decreto-lei nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, extinguiu o Banco Nacional de Habitação atribuindo seus direitos e obrigações, por sucessão, à Caixa Econômica Federal.

51 Incluído pelo Decreto nº 58.512, de 26 de maio de 1966, publicado no DOU de 30 de maio de 1966.

Art. 53 A receita das administrações regionais, oriunda das contribuições compulsórias, reservada a quota de 7% (sete por cento) sobre a arrecadação total da região para a administração superior a cargo da federação das indústrias local será aplicada na conformidade do orçamento anual de cada região.

Art. 54 Nenhum recurso do SESI, quer na administração nacional, quer nas administrações regionais, será aplicado, seja qual for o título, senão em prol das finalidades da instituição, de seus beneficiários, ou de seus servidores.

Parágrafo único. Todos quantos forem incumbidos do desempenho de qualquer missão, no país ou no estrangeiro, em nome ou a expensas da entidade, estão obrigados a prestação de contas e feitura do relatório, dentro do prazo de 30 (trinta) dias após a ultimização do encargo, sob pena de inabilitação a novos comissionamentos e restituição das importâncias recebidas.

Art. 55 Os recursos do SESI serão depositados, obrigatoriamente, em bancos oficiais, ou particulares credenciados pelo Conselho Nacional ou Regional, nos âmbitos jurisdicionais respectivos.⁵²

§ 1º É vedado qualquer depósito, pelos órgãos nacionais, em estabelecimento de crédito com capital realizado inferior a dez mil vezes a cifra do maior salário mínimo vigente no país.⁵³

§ 2º Igual proibição se aplica aos órgãos regionais quanto aos estabelecimentos de crédito de sua base territorial, com capital realizado inferior a cinco mil vezes a cifra do salário mínimo da região.⁵⁴

§ 3º Em qualquer das hipóteses dos parágrafos antecedentes, o montante dos fundos a depositar, em cada banco, não poderá exceder a 1% (um por cento) do valor dos depósitos à vista e a prazo constante dos respectivos balancetes.⁵⁵

⁵² Vide Nota nº 29.

⁵³ Vide Nota nº 29.

⁵⁴ Vide Nota nº 29.

⁵⁵ Vide Nota nº 29.

CAPÍTULO VII – ORÇAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 56 O Departamento Nacional organizará, até 15 de outubro de cada ano, o orçamento geral da entidade referente ao futuro exercício para ser submetido ao Conselho Nacional no correr do mês de novembro, e encaminhado, em seguida, até 15 de dezembro, à Presidência da República, por intermédio do Ministro do Trabalho e Previdência Social, nos termos dos artigos 11 e 13 da Lei número 2.613 de 23 de setembro de 1955.⁵⁶

§ 1º O orçamento deve englobar as previsões da receita e as aplicações da despesa, nos termos do artigo 24, letras “b” e “c”; compreendendo a administração nacional e as regionais.

§ 2º Os Departamentos Regionais remeterão ao Departamento Nacional os seus orçamentos próprios até 31 de agosto de cada ano, para que possam ser integrados no orçamento geral.

§ 3º Até 30 dias antes da data indicada no parágrafo anterior, o Departamento Nacional dará conhecimento às administrações regionais dos fundos que lhes serão atribuídos para o exercício futuro.

Art. 57 Os balanços econômicos e patrimoniais, bem como a execução orçamentária do Departamento Nacional, para efeitos de prestação de contas, deverão ser submetidos ao Conselho Nacional, na primeira quinzena de março, para seu pronunciamento na sessão ordinária desse mês, e encaminhados, em seguida, ao Tribunal de Contas da União, de acordo com os artigos 11 e 13, da Lei 2.613, de 23 de setembro de 1955.

⁵⁶ Vide Nota nº 24.

§ 1º A prestação de contas dos Departamentos Regionais, sob a responsabilidade de seu diretor, deverá ser apresentada ao Departamento Nacional até o último dia de fevereiro, para o parecer desse órgão, cabendo ao Conselho Nacional apreciá-la na reunião de março, para remessa ao Tribunal de Contas, conjuntamente, com a prestação de contas dos órgãos nacionais, dentro do prazo legal.

§ 2º A prestação de contas da entidade, discriminada por unidades responsáveis, deverá observar as instruções do Tribunal de Contas da União.

§ 3º O Departamento Nacional poderá complementar, com instruções próprias, a confecção dos orçamentos e a prestação de contas, no âmbito nacional, como no regional.

Art. 58 As retificações orçamentárias, que se tornarem imprescindíveis no correr do exercício, se processarão durante a reunião ordinária de julho, e obedecerão aos mesmos princípios da elaboração originária.

Art. 59 O Conselho Nacional designará, na reunião ordinária de março, três de seus membros efetivos, um da representação da indústria, outro da representação das atividades assemelhadas e outro da representação oficial, para constituírem a Comissão de Orçamento, de caráter permanente, que terá a incumbência de fiscalizar, no exercício em curso, a execução orçamentária, bem como a movimentação de fundos, no Departamento Nacional e nos Departamentos Regionais.

Parágrafo único. Visando ao cumprimento de sua tarefa a Comissão de Orçamento poderá utilizar auditoria externa, no tocante à gestão financeira de cada exercício, além dos serviços contábil, técnico, jurídico e administrativo do Conselho Nacional.

CAPÍTULO VIII – PESSOAL

Art. 60 O exercício de quaisquer emprego ou funções no Serviço Social da Indústria dependerá de provas de habilitação ou de seleção, reguladas em ato próprio.

Parágrafo único. A exigência referida não se aplica aos contratos especiais e locações de serviços.

Art. 61 O Estatuto dos Servidores do SESI, aprovado pelo Conselho Nacional, estabelecerá os direitos e deveres dos funcionários da entidade, em todo país.

Art. 62 Os servidores do SESI, qualificados, perante este, como beneficiários, para os fins assistenciais, estão sujeitos à legislação do trabalho e da previdência social, considerando-se o Serviço Social da Indústria, na sua qualidade de entidade de direito privado, como empresa empregadora, reconhecida a autonomia dos órgãos regionais quanto à feitura, composição e peculiaridade de seus quadros empregatícios, nos termos do artigo 37 e seus parágrafos.

Parágrafo único. Só depois do pronunciamento da entidade, em processo administrativo, salvo se faltar menos de sessenta dias para a prescrição do seu direito, poderá o servidor pleitear em juízo qualquer interesse vinculado ao seu status profissional.⁵⁷

Art. 63 Os servidores do SESI serão segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, salvo aqueles que, exercendo atividade profissional diferenciada, estejam vinculados a outro órgão de previdência social.⁵⁸

⁵⁷ A restrição prevista no referido parágrafo único tornou-se inoperante frente ao que determina o inciso XXXV do art. 5º da CRFB/1988.

⁵⁸ O Decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966, unificou os Institutos de Aposentadoria e Pensões sob a denominação de Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). A Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, art. 17, mediante a fusão do Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social (IAPAS) com o INPS, criou o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 64 A alteração do presente regulamento poderá ser proposta pela Confederação Nacional da Indústria, mediante dois terços dos votos do Conselho de Representantes, com aprovação do Ministro do Trabalho e Previdência Social.⁵⁹

Art. 65 A sede do Serviço Social da Indústria, abrangendo a do Conselho Nacional e do Departamento Nacional, permanecerá, em caráter provisório, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, transferindo-se para a Capital da República quando ocorrer a Confederação Nacional da Indústria.⁶⁰

Parágrafo único. Até que se efetive a mudança, o SESI poderá manter em Brasília, isoladamente ou em conjunção com o órgão confederativo industrial, uma delegação representativa e funcional, com o objetivo de acompanhar e propugnar, junto aos poderes federais, os interesses e finalidades da instituição.

Art. 66 O presidente do Conselho Nacional completará a composição das comissões instituídas pelo plenário na hipótese de vagas resultantes do disposto no art. 22.

Art. 67 A estrutura do Departamento Nacional, prevista no artigo 33, letra “e”, e as normas de funcionamento das divisões que o integram, nos termos do artigo 34, constarão de regulamento interno do órgão, baixado pelo seu diretor.⁶¹

Art. 68 O Conselho Nacional e os Conselhos Regionais votarão os seus regimentos internos, previstos, respectivamente, nos artigos 31 e 39, letra “q”, até 180 dias após a vigência deste regulamento.⁶²

⁵⁹ Vide Nota nº 2.

⁶⁰ O Ato Resolutório nº 02, de 26 de março de 1981, transferiu a sede do SESI para Brasília-DF.

⁶¹ Vide Nota nº 25.

⁶² Vide Nota nº 25.

Parágrafo único. Até que se cumpra o disposto neste artigo, os presidentes dos colegiados elaborarão regimento interno provisório para regular o funcionamento dos respectivos plenários.

Art. 69 O SESI vinculará no seu orçamento geral, anual e progressivamente, até o ano de 2014, o valor correspondente a um terço da receita líquida da contribuição compulsória, correspondente a vinte e sete inteiros e setenta e cinco centésimos por cento da receita bruta da contribuição compulsória, às ações mencionadas no § 2º do art. 6º, sendo que a metade deste valor, equivalente a um sexto da receita líquida da contribuição compulsória, deverá ser destinada à gratuidade.⁶³

§ 1º A alocação de recursos vinculados à educação e à gratuidade, de que trata este artigo, deverá evoluir, anualmente, a partir do patamar atualmente praticado, de acordo com as seguintes projeções médias nacionais:⁶⁴

I - para a educação:⁶⁵

- a) vinte e oito por cento em 2009;⁶⁶
- b) vinte e nove por cento em 2010;⁶⁷
- c) trinta por cento em 2011;⁶⁸
- d) trinta e um por cento em 2012;⁶⁹
- e) trinta e dois por cento em 2013; e⁷⁰
- f) trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento a partir de 2014;⁷¹ e

⁶³ Vide Nota nº 6.

⁶⁴ Vide Nota nº 6.

⁶⁵ Vide Nota nº 6.

⁶⁶ Vide Nota nº 6.

⁶⁷ Vide Nota nº 6.

⁶⁸ Vide Nota nº 6.

⁶⁹ Vide Nota nº 6.

⁷⁰ Vide Nota nº 6.

⁷¹ Vide Nota nº 6.

II - para a gratuidade:⁷²

- a) seis por cento em 2009;⁷³
- b) sete por cento em 2010;⁷⁴
- c) dez por cento em 2011;⁷⁵
- d) doze por cento em 2012;⁷⁶
- e) catorze por cento em 2013;⁷⁷ e
- f) dezesseis inteiros e sessenta e sete centésimos por cento a partir de 2014.⁷⁸

§ 2º Os Departamentos Regionais deverão submeter ao Departamento Nacional, até o término do exercício de 2008, plano de adequação às projeções referidas no § 1º.⁷⁹

§ 3º As ações de gratuidade a que se refere este artigo serão destinadas aos trabalhadores e seus dependentes de baixa renda que, preferencialmente, sejam alunos matriculados na educação básica e continuada.⁸⁰

§ 4º A situação de baixa renda será atestada mediante declaração do próprio postulante.⁸¹

Art. 70. O Conselho Nacional deverá apreciar, até dezembro de 2008, a proposta de regras de desempenho elaborada pelo Departamento Nacional.⁸²

72 Vide Nota nº 6.

73 Vide Nota nº 6.

74 Vide Nota nº 6.

75 Vide Nota nº 6.

76 Vide Nota nº 6.

77 Vide Nota nº 6.

78 Vide Nota nº 6.

79 Vide Nota nº 6.

80 Vide Nota nº 6.

81 Vide Nota nº 6.

82 Vide Nota nº 6.

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA - DIRET

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti
Diretor de Educação e Tecnologia

SESI/DN

Robson Braga de Andrade
Diretor

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti
Diretor Superintendente

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

Paulo Mól Junior
Diretor de Operações

Gerência Executiva de Educação

Wisley João Pereira
Gerente Executivo de Educação

Gerência Executiva de Cultura

Claudia Martins Ramalho
Gerente Executiva de Cultura

Gerência Executiva de Saúde e Segurança na Indústria

Katyana Aragão Menescal
Gerente Executiva de Saúde e Segurança na Indústria

Cassio Augusto Muniz Borges
Coordenação

Comissão para o Regulamento do SESI

Jose Augusto Seabra
Maria da Conceição Lima Afonso
Paulina Natividade Marra
Sidney Ferreira Batalha
Equipe Técnica

Renata Lima
Suzana Curi Guerra
Apoio Técnico

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO - DIRCOM

Ana Maria Curado Matta
Diretora de Comunicação

Superintendência de Publicidade e Mídias Sociais

Mariana Caetano Flores Pinto
Superintendente de Publicidade e Mídias Sociais

Marcela Louise Moura Santana
Sarah de Oliveira Santana
Produção Editorial

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS – DSC

Fernando Augusto Trivellato
Diretor de Serviços Corporativos

Superintendência de Administração - SUPAD

Maurício Vasconcelos de Carvalho
Superintendente Administrativo

Alberto Nemoto Yamaguti
Normalização

Editorar Multimídia
Projeto Gráfico

 www.sesi.org.br

 [/SESINacional](https://www.facebook.com/SESINacional)

 [@SouSESI](https://twitter.com/SouSESI)

 [@sesinacional](https://www.instagram.com/sesinacional)

 [/sesi](https://www.youtube.com/sesi)

 [/company/sesi-nacional](https://www.linkedin.com/company/sesi-nacional)



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

PORTARIA Nº29/2019

Dispõe sobre designação na
Superintendencia Regional do Serviço
Social da Indústria, Departamento Regional
de Minas Gerais ("SESI/DRMG")

O Diretor Regional do Sesi – Departamento Regional de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 16 e 17 do Regulamento Interno resolve:

- Designar **Christiano Paulo de Mattos Leal** para responder pela Superintendencia Regional do Serviço Social da Indústria, Departamento Regional de Minas Gerais ("SESI/DRMG").

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2019.

[Redacted Signature] **SESI/DRMG**
BELO HORIZONTE - MG

FLAVIO ROSCOE NOGUEIRA

Diretor Regional do Serviço Social da Indústria, Departamento Regional de Minas Gerais ("SESI/DRMG")

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

10º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de
(DGC01683) FLAVIO ROSCOE NOGUEIRA
em testemunho da verdade.
Belo Horizonte, 13/11/2019 15:23:24 12234

SELO DE CONSULTA: DGC01683
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 1214.1577.3543
Quantidade de atos praticados: 01

Ato(s) praticado(s) por:
Fernando Augusto de Souza Oliveira - Tabelião Substituto
Emol: R\$5,30 TRF: R\$1,65 Total: R\$6,95 ISS: R\$0,25
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Serviço
Belo Horizonte - MG
Nº DA ETIQUETA
AAD833074

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, DEPARTAMENTO REGIONAL
DE MINAS GERAIS ("SESI/DRMG")

AVERBADO(A) sob o nº 200, no registro 136642, no Livro A
em 11/12/2019

Belo Horizonte, 11/12/2019

Emol:(6107-7) R\$ 100.42 TFIJ: R\$ 36.19 Rec: R\$ 6.03 - Total: R\$ 142.64

Emol:(6101-8) R\$ 11.96 TFIJ: R\$ 3.98 Rec: R\$ 0.72 - Total: R\$ 16.66

Escritores: () José Nadi Néri - Oficial () Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
() Elidy Wesley Rodrigues Mendes () Anibal Skackauskas Dias Da Silva () Eden Silva Pinto De Carvalho



PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte



Quantidade de Atos Praticados: 00003

Ato(s) Praticado(s) por: Isabella Aquino - Auxiliar

Emol:R\$ 119.13 TFIJ: R\$ 40.17 Total: R\$ 159.30 ISS: R\$ 5.62

Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>



SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, DEPARTAMENTO REGIONAL
DE MINAS GERAIS ("SESI/DRMG")

AVERBAÇÃO nº 200, no registro 136642, no Livro A, Examinada,
Conferida e qualificada.

Belo Horizonte, 11/12/2019

Emol:(6601-9) R\$ 16.47 TFIJ: R\$ 5.05 Rec: R\$ 0.99 - Total: R\$ 22.51

Escritores: () José Nadi Néri - Oficial () Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
() Elidy Wesley Rodrigues Mendes () Anibal Skackauskas Dias Da Silva () Eden Silva Pinto De Carvalho



PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG



Quantidade de Atos Praticados: 00001

Ato(s) Praticado(s) por: Isabella Aquino - Auxiliar

Emol:R\$ 17.46 TFIJ: R\$ 5.05 Total: R\$ 22.51 ISS: R\$ 0.82

Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>